

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

**Campinas, seus distritos e seus desmembramentos:
Diferenciações político-territoriais e reorganização da população
no espaço (1850-2000)**

Cláudia Gomes de Siqueira

Tese de **Doutorado em Demografia**
apresentada ao Departamento de
Demografia do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob a orientação da
Profa. Dra. Rosana Baeninger

Este exemplar corresponde à versão
definitiva avaliada pela Comissão
Julgadora em 28/02/2008

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rosana Baeninger (Orientadora)

Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

Profa. Dra. Gilda Figueiredo Portugal Gouveia

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

Profa. Dra. Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi (Suplente)

Profa. Dra. Lília T. Montali (Suplente)

Prof. Dr. Aurílio Sérgio C. Caiado (Suplente)

Fevereiro/2008
Campinas, SP

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Si75v **Siqueira, Cláudia Gomes de**
Campinas, seus distritos e seus desmembramentos:
diferenciações político-territoriais e reorganização da população
no espaço (1850-2000) / Cláudia Gomes de Siqueira. Campinas,
SP : [s. n.], 2008.

Orientador: Rosana Baeninger
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Demografia. 2. População. 3. Estado. 4. Municípios.
I. Rosana Baeninger. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.
crl/ifch

Título em inglês: Campinas, its districts and its secessions: political-
territorial differentiations and the spatial reorganization of the
population (1850-2000)

Palavras chaves em inglês (keywords) :

Demography
Population
State

Área de Concentração: Estudos de População

Titulação: Doutor em Demografia

Banca examinadora: **Rosana Baeninger, Daniel Joseph Hogan,**
José Marcos Pinto da Cunha, Gilda Figueiredo Portugal
Gouveia, Valeriano Mendes Ferreira Costa

Data da defesa: 28-02-2008

Programa de Pós-Graduação: Demografia

Resumo

Campinas, seus distritos e seus desmembramentos: Diferenciações político-territoriais e reorganização da população no espaço (1850-2000)

Este trabalho tem como objetivo analisar a configuração territorial do município de Campinas, privilegiando dois elementos constitutivos do processo: a dimensão político-institucional e a reorganização da população no espaço. Como referência temporal foi considerado o período entre os anos de 1850 e 2000. Para tanto, foi necessária a realização de um diálogo interdisciplinar entre a Demografia, a Ciência Política e a Economia Urbana e Regional. Numa perspectiva teórico-metodológica neo-institucionalista histórica, a partir da atuação de elementos político-institucionais selecionados e da consideração de dados censitários sobre a população, desde 1854, o estudo permitiu observar o processo de reorganização da população no espaço como um produto histórico, cujo resultado decorre da atuação da dimensão político-institucional e da dimensão demográfica em duas escalas espaciais, uma mais ampla e outra, local. Enquanto, numa escala mais ampla, atuam, por um lado, os processos gerais de redistribuição populacional e, por outro, as relações intergovernamentais e a interação Estado-sociedade, numa escala local, atuam a composição social da população das diferentes espacialidades que compõem o território municipal, configuradas a partir de processos de diferenciações político-territoriais. Com este estudo, foi possível considerar, por fim, que processos de reorganização populacional e processos político-institucionais atuam de forma articulada, tanto na produção da diversidade da configuração dos espaços, como na configuração da fragmentação do espaço metropolitano.

Abstract

Campinas, its districts and its secessions : political-territorial differentiations and the spatial reorganization of the population (1850-2000)

This study has like objective to analyze the Campinas municipality territorial configuration, privileging two process constituted elements: the political-institutional dimension and the space population reorganization. Like temporary reference was considered the period between the years of 1850 and 2000. For that, was necessary the realization of one interdisciplinary dialogue between Demography, Politic Science and the Urban Economy and Regional. At one theoric-methodologic perspective historic neo-institutionalist, by the elements politicinstitutionals actuation selected and the population census data consideration, since 1854, the study allowed to observe the population space reorganization process like a historic product, which result come from dimensional political-institutional actuation and the demographic dimensional between two spatial scales, one wider than other, local. Meanwhile, at a wider scale, actuate, at one side, the populational distributional generals processes and, by other side, the intergovernmental relationships and the Statesociety interaction, at one local scale, actuate the population social composition of different spatialities, which compound the municipal territory, configured by the political-territorial differential process. With this study, was possible to considerate, finally, which populational reorganizational processes and process politicalinstitutionals actuate at an articulate form, thus at space configuration diversity production, like at metropolitan space fragmentation configuration.

*Ao meu amado filho Alejandro Pedro,
Razão de tudo o que faço, e
Que sempre esteve ao meu lado*

AGRADECIMENTOS

“É caminhando que se faz o caminho...”

Ê com este espírito que este estudo foi realizado ao longo desses quatro anos de Doutorado e é com esse espírito que esse estudo se reveste, agora, no momento de sua conclusão.

Ê com muita felicidade que percebo, hoje, num olhar retrospectivo, que este estudo foi sendo construído desde o momento em que comecei a participar do Programa de Pós-Graduação da Demografia, a cursar as matérias e a freqüentar o Núcleo de Estudos de População.

Ele foi se construindo a cada nova disciplina, a cada novo professor, a cada nova leitura, a cada conversa com minha orientadora, a cada momento vivido com meus amigos e colegas... Ê a todos que contribuíram para essa minha *caminhada* que quero agradecer agora.

Agradeço à Universidade Estadual de Campinas, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e ao Departamento de Demografia por todo apoio e suporte para a realização do meu Doutorado em Demografia.

Agradeço à CAPES pelo financiamento, sem o qual esse trabalho não teria sido realizado com toda dedicação que lhe foi imprescindível.

Agradeço, com todo carinho, a minha orientadora, Profa. Rosana Baeninger, primeiramente, por todas as portas que me abriu desde o início do Doutorado. Agradeço, também, todo apoio, dedicação e por ter acreditado no meu trabalho e me dado condições de desenvolvê-lo livremente. Agradeço sua paciência, carinho e compreensão, especialmente, quando minha “miopia” se fez maior.

Aos professores Daniel Hogan, José Marcos Cunha, Gilda Portugal e Valeriano Costa por terem aceitado fazer parte da minha banca de defesa e me dar a oportunidade de enriquecer meu estudo.

Agradeço a todos os professores do departamento de Demografia, que me abriram as portas de um universo até então desconhecido para mim.

Ao Prof. Valeriano por todo apoio e atenção, intelectual e operacional, que contribuíram muito na realização do meu estudo.

Ao Prof. Carlos Brandão pelas contribuições feitas na banca de qualificação.

A todos os funcionários do Nepo, com os quais tive uma vivência feliz e enriquecedora, e que muito contribuíram para a minha vida e estudo. Assim, agradeço, de todo coração, a Adriana, Rodrigo e Taís, da biblioteca; a Mariana, ao Marcelo e a Eliane; a Carmem, Denise, Carol e Vânia; a Myrcia, Fábio, Viviane, Diego, da informática; a dona Neusa, dona Dalva, a Ângela (NEPP) e a dona Inês, que muito me mimaram...

Agradeço, especialmente, a Ivonete, por toda dedicação e carinho, sempre, e por toda atenção, principalmente, nesta reta final.

A todos amigos e colegas da pós-graduação e bolsistas do Nepo, dentre os quais, quero agradecer, especialmente, àqueles que já moram no meu coração, com quem compartilhei momentos de alegria, que, de um jeito ou de outro, estiveram perto de mim nos momentos em que eu mais precisei, e que representam tudo de bom nessa minha caminhada. Agradeço, com todo carinho, a Roberta, Marcelo, Simone, Máisa, Paulinha, Andréa, Maren, Maria Teresa, Paulo, Cid e Guilherme. Já estou com saudades...

Agradeço, especialmente, a Roberta, grande amiga, pelo carinho, atenção, apoio e pelo ombro amigo nos momentos em que mais precisei, e por ser sempre essa pessoa linda e alto astral, em todos os momentos.

Agradeço a Ângela, Jânio e Cristina, que foram amigos maravilhosos no momento em que mais precisei. Especialmente, a Ângela que foi e continua sendo uma irmã para mim.

À Clarissa, minha amiga, amigona, minha irmã de alma, por existir na minha vida.

Ao meu pai por tudo que fez de bom, para mim e para meu filho.

Ao meu filho, Alejandro, pelo amor, carinho, compreensão e por continuar sendo um filho lindo e maravilhoso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I – ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS RELEVANTES PARA O ESTUDO	03
I.1 Os aportes teórico-conceituais do estudo.....	03
I.2 Dimensão político-institucional, formas de configuração do espaço e escalas de análise: Uma discussão conceitual complementar.....	21
I.2.1 Elementos político-institucionais e neo-institucionalistas históricos.....	22
I.2.2 Definições de <i>hinterland</i> e Uso e ocupação do solo urbano.....	28
I.2.3 Escalas espaciais nas análises urbana e regional.....	37
I.2.4 Tridimensionalidade do processo emancipatório.....	43
I.3 Recorte geográfico de estudo e periodização	44
CAPÍTULO II – PONTO INICIAL DA ANÁLISE NEO-INSTITUCIONALISTA HISTÓRICA: CAMPINAS NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE TERRAS E DE COLONIZAÇÃO DO IMPÉRIO.....	49
II.1 Sistema político imperial e a Política de terras e de colonização	49
II.1.1 Relações intergovernamentais e interação Estado-sociedade.....	49
II.1.2 Esferas subnacionais de governo no contexto das relações intergovernamentais e da interação Estado-sociedade.....	62
II.2 Campinas na definição frente à política de terras.....	66
II.2.1 Desenvolvimento econômico e dinâmica populacional antecedendo a política de imigração e a estruturação do espaço urbano.....	68
II.2.2 Mudança político-eleitoral e política de imigração antecedendo a dinâmica populacional, a dinâmica econômica e a estruturação do espaço urbano.....	86
II.2.3 Espaço urbano de Campinas.....	104

CAPÍTULO III – DIFERENCIAÇÕES POLÍTICO-TERRITORIAIS INTRA-MUNICIPAIS: UMA TIPOLOGIA DA ARTICULAÇÃO ENTRE A DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL E A REORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NO ESPAÇO.....	109
III.1 Construção da tipologia de análise.....	109
III.2 Diferenciações político-territoriais intra-municipais em Campinas.....	121
III.2.1 Período 1850-1870.....	121
III.2.2 Período 1870-1896.....	134
III.2.3 Diferenciações político-territoriais pós-1896.....	168
III.3 Coesão territorial do município de Campinas.....	173
 CAPÍTULO IV – DESDOBRAMENTOS DAS DIFERENCIAÇÕES POLÍTICO-TERRITORIAIS E POPULACIONAIS – DOS ESPAÇOS INTER-DISTRITAIS AO ESPAÇO METROPOLITANO.....	 199
IV.1 Desdobramentos das diferenciações político-territoriais: da hinterlândia a diferentes espaços inter-distritais.....	199
IV.1.1 Da hinterlândia consolidada ao espaço inter-distrital (1900-1955).....	202
IV.1.1.1 Consolidação da hinterlândia (1900-1930).....	213
IV.1.1.2 Formação do espaço inter-distrital (1930-1955).....	244
IV.2 Do novo espaço inter-distrital aos espaços inter-municipal e metropolitano (1956-2000).....	268
IV.2.1 Antecedente do novos espaço inter-distrital (1956-1970).....	275
IV.2.2 Do novo espaço inter-distrital ao inter-municipal: em direção ao espaço metropolizado (1970-2000).....	284
IV.3 O espaço metropolizado de Campinas: Um espaço historicamente fragmentado?.....	295
CONSIDERAÇÕES FINAIS	301
BIBLIOGRAFIA.....	309
ANEXOS.....	323

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1 – Exportação de mercadorias – produtos selecionados (%), Brasil (1821-1900).....	70
TABELA 2.2 – População total e escrava. Província de São Paulo e Campinas (1836-1886).....	75
TABELA 2.3 – Movimento imigratório europeu segundo nacionalidade – Campinas (1882-1900).....	77
TABELA 2.4 – População eleitoral – Brasil (1872-1945).....	87
TABELA 2.5 – População total e participação relativa – Campinas (1886-1900).....	100
TABELA 3.1 – Número de municípios paulistas criados no Período Colonial (1500-1821).....	58
TABELA 3.2 – Número de municípios criados no Brasil, durante o Império.....	69
TABELA 3.3 – Número de municípios criados no estado de São Paulo, durante o Império.....	72
TABELA 3.4 – Quantidade de municípios criados no estado de São Paulo, por períodos históricos.....	75
TABELA 3.5 – Distribuição do valor da produção industrial em três estados, durante a Primeira República.....	77
TABELA 3.6 – Evolução da concentração da mão-de-obra, por setores da atividade econômica.....	78
TABELA 3.7 – Quantidade de municípios paulistas, por Regiões Administrativas (1900-1930).....	79
TABELA 3.8 – População paulista, dividida por Regiões Administrativas (1900-1940).....	80
TABELA 3.9 – Participação dos setores da atividade econômica no valor da produção total do país.....	82
TABELA 3.10 – Número de municípios paulistas criados durante a Era Vargas (1930-1945).....	85
TABELA 3.11 – Saldo migratório das Regiões Administrativas do estado de São Paulo (1900-1950).....	86
TABELA 3.12 – Quantidade de municípios paulistas criados na Segunda República, segundo períodos.....	90
TABELA 3.13 – População do estado de São Paulo, dividida por Regiões Administrativas (1950-1970).....	93
TABELA 3.14 – Saldo migratório das Regiões Administrativas do estado de São Paulo (1920-1970).....	94
TABELA 3.15 – Quantidade de municípios paulistas criados na Segunda República, segundo a legislação.....	95
TABELA 3.16 – Quantidade de municípios brasileiros criados no Regime Militar e na Transição, por regiões.....	103
TABELA 3.17 – População paulista, dividida por Regiões Administrativas (1960-1985).....	104
TABELA 3.18 – Saldo migratório das Regiões Administrativas do estado de São Paulo (1950-1985).....	104
TABELA 4.1 – Distribuição espacial da indústria de transformação – Estados selecionados (1970-1985).....	109
TABELA 4.2 – Participação regional na composição do PIB, segundo regiões e Estados selecionados.....	109
TABELA 4.3 – Distribuição regional da produção industrial – 1985, 1996 e 1997.....	112
TABELA 4.4 – Participação regional na composição do PIB (%) – regiões e Estados selecionados.....	112
TABELA 4.5 – Participação na composição do VTI estadual – 1970-1985.....	114
TABELA 4.6 – Participação regional na composição do valor adicionado industrial paulista (1980-1990).....	116
TABELA 4.7 – Distribuição espacial da indústria de transformação paulista, segundo regiões (1985-1996).....	116
TABELA 4.8 – Distribuição da indústria paulista – dados de 1996.....	119
TABELA 4.9 – Distribuição regional da receita agroindustrial paulista – dados de 1996.....	120
TABELA 4.10 – Divisão territorial do Brasil (1990-2000).....	127
TABELA 4.11 – Municípios paulistas criados durante a década de 1990, por tamanho – dados de 2000.....	128
TABELA 4.12 – Municípios envolvidos no processo emancipatório nos anos 90, por classe de tamanho.....	136

TABELA 4.13 – Participação da receita tributária, FPM e ICMS na receita municipal paulista – 1990.....	137
TABELA 4.14 – Distribuição dos municípios paulistas, por classe de tamanho – 1990-2000.....	138
TABELA 4.15 – Distribuição espacial dos novos municípios paulistas, por Regiões Administrativas.....	142
TABELA 4.16 – Participação das sub-regiões do Litoral na média do VA estadual (1995-1997).....	149
TABELA 4.17 – Novos municípios da Região do Litoral – dados de 2000.....	149
TABELA 4.18 – População, municípios e densidade da Região do Litoral – dados de 2000.....	150
TABELA 4.19 – Saldo migratório das sub-regiões do Litoral.....	150
TABELA 4.20 – Participação das sub-regiões do Vale do Paraíba na média do VA estadual (1995-1997).....	152
TABELA 4.21 – Novos municípios da Região do Vale do Paraíba – dados de 2000.....	153
TABELA 4.22 – População, municípios e densidade da Região do Vale do Paraíba – dados de 2000.....	153
TABELA 4.23 – Saldo migratório das sub-regiões do Vale do Paraíba.....	154
TABELA 4.24 – Participação das sub-regiões de Sorocaba na média do VA estadual (1995-1997).....	155
TABELA 4.25 – Novos municípios da Região de Sorocaba – dados de 2000.....	156
TABELA 4.26 – População, municípios e densidade da Região de Sorocaba – dados de 2000.....	157
TABELA 4.27 – Saldo migratório das sub-regiões de Sorocaba.....	157
TABELA 4.28 – Participação das sub-regiões de Campinas na média do VA estadual (1995-1997).....	160
TABELA 4.29 – Novos municípios da Região de Campinas – dados de 2000.....	161
TABELA 4.30 – População, municípios e densidade da Região de Campinas, dados de 2000.....	161
TABELA 4.31 – Saldo migratório de sub-regiões selecionadas de Campinas.....	162
TABELA 4.32 – Participação das sub-regiões de Ribeirão Preto na média do VA estadual (1995-1997).....	164
TABELA 4.33 – Novos municípios da Região de Ribeirão Preto – dados de 2000.....	165
TABELA 4.34 – População, municípios e densidade da Região de Ribeirão Preto – dados de 2000.....	165
TABELA 4.35 – Saldo migratório de sub-regiões selecionadas de Ribeirão Preto.....	166
TABELA 4.36 – Participação das sub-regiões de Bauru na média do VA estadual (1995-1997).....	168
TABELA 4.37 – Novos municípios da Região da Bauru – dados de 2000.....	168
TABELA 4.38 – População, municípios e densidade da Região de Bauru – dados de 2000.....	168
TABELA 4.39 – Saldo migratório das sub-regiões de Bauru.....	169
TABELA 4.40 – Participação das sub-regiões de Marília na média do VA estadual (1995-1997).....	170
TABELA 4.41 – Novos municípios da Região de Marília – dados de 2000.....	171
TABELA 4.42 – População, municípios e densidade da Região de Marília – dados de 2000.....	171
TABELA 4.43 – Saldo migratório das sub-regiões de Marília.....	172
TABELA 4.44 – Participação das sub-regiões de Pres. Prudente na média do VA estadual (1995-1997).....	174
TABELA 4.45 – Novos municípios da Região de Presidente Prudente – dados de 2000.....	174
TABELA 4.46 – População, municípios e densidade da Região de Presidente Prudente – dados de 2000.....	175
TABELA 4.47 – Saldo migratório das sub-regiões de Presidente Prudente.....	175
TABELA 4.48 – Participação das sub-regiões de S. J. Rio Preto na média do VA estadual (1995-1997).....	177
TABELA 4.49 – Novos municípios da Região de São José do Rio Preto – dados de 2000.....	178
TABELA 4.50 – População, municípios e densidade da Região de S. J. Rio Preto – dados de 2000.....	179

TABELA 4.51 – Saldo migratório das sub-regiões de São José do Rio Preto.....	179
TABELA 4.52 – Participação das sub-regiões de Araçatuba na média do VA estadual (1995-1997).....	181
TABELA 4.53 – Novos municípios da Região de Araçatuba – dados de 2000.....	182
TABELA 4.54 – População, municípios e densidade da Região de Araçatuba – dados de 2000.....	182
TABELA 4.55 – Saldo migratório das sub-regiões de Araçatuba.....	182
TABELA 4.56 – Divisão das Regiões Administrativas, segundo a hipótese do trabalho.....	184
TABELA 4.57 – Períodos de consolidação da ocupação territorial das regiões paulistas.....	186

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

FIGURA 2.1 – Espaço campineiro – período 1850-1900.....	67
FIGURA 3.1 – Regiões Administrativas do estado de São Paulo.....	053
FIGURA 3.1 – Regiões Administrativas do estado de São Paulo.....	053
QUADRO 2.1 – Burocracias imperiais, segundo tarefas desempenhadas.....	50
QUADRO 2.2 – Produção de café, em arrobas – Província de São Paulo (1836-1886).....	68
QUADRO 2.3 – Produção de café, em arrobas – Campinas e região (1836-1886).....	69
QUADRO 2.4 – Participação regional e provincial da população total de Campinas (1836-1886).....	74
QUADRO 2.5 – Municípios mais populosos – Província de São Paulo, 1874.....	89
QUADRO 2.6 – Maiores populações escravas, 1874 e maiores orçamentos municipais, 1870 – São Paulo.....	90
QUADRO 2.7 – Circunscrições eleitorais em 1855 – Província de São Paulo.....	92
QUADRO 2.8 – Circunscrições eleitorais em 1860 – Província de São Paulo.....	92
QUADRO 2.9 – População eleitoral, por regiões, em 1868 – Província de São Paulo.....	93
QUADRO 2.10 – Maiores populações eleitorais, em 1868 – Província de São Paulo.....	93
QUADRO 2.11 – Circunscrições eleitorais em 1881 – Província de São Paulo.....	95
QUADRO 2.12 – População eleitoral, por regiões, em 1881 – Província de São Paulo.....	95
QUADRO 2.13 – Maiores populações eleitorais, em 1868 – Província de São Paulo.....	96
QUADRO 2.14 – Municípios mais populosos – Província de São Paulo, 1886.....	97
QUADRO 2.15 – Maiores produções cafeeiras, 1886 – Província de São Paulo.....	97
QUADRO 3.1 – Tipos de diferenciações político-territoriais intra-municipais.....	118
QUADRO 3.2a – Num. distritos, população total e densidade. Província de São Paulo – 1854	122
QUADRO 3.2b – Num. distritos, população total e densidade. Província de São Paulo – 1854.....	124
QUADRO 4.19 – Avaliação dos aspectos econômicos e demográficos das sub-regiões de Araçatuba.....	183

INTRODUÇÃO

Este estudo busca apreender a articulação entre a dimensão demográfica e a dimensão político-institucional na configuração de processos de reorganização da população no espaço.

A justificativa para a realização desse tipo de estudo nasce do desafio, colocado pelo campo da Demografia, de buscar novos aportes teóricos para o enriquecimento dos seus estudos, principalmente na área de reorganização e redistribuição populacional.

Para isto foi necessário realizar um diálogo interdisciplinar entre três diferentes campos – Ciência Política, Economia Urbana e Regional e a Demografia – a partir dos quais foram definidos os conceitos e o aporte teórico-metodológico para o desenvolvimento da nossa problemática.

Assim, no campo da Ciência Política, a partir da perspectiva neo-institucionalista histórica, foram definidos os elementos político-institucionais da nossa análise, representados, por um lado, pela atuação do Estado na organização do seu território, e, por outro, pelas relações intergovernamentais e pela interação Estado-sociedade.

No campo da Economia Urbana e Regional, foram selecionadas as discussões sobre uso e ocupação do solo urbano e sobre a definição da escala de análise. No campo da Demografia, destacam-se os estudos sobre os processos gerais de distribuição da população no espaço.

Baseado nesse diálogo interdisciplinar, e tendo o território de Campinas como referência empírica, o argumento que norteia todo o nosso estudo parte da consideração de que, o processo de reorganização da população no espaço, uma vez que se vincula à organização territorial, seria definido em duas escalas, sendo uma mais ampla e a outra, local.

Assim, numa escala mais ampla, o processo de reorganização populacional seria influenciado, por um lado, pelos processos gerais de redistribuição da população no espaço, e, por outro, pela atuação das relações intergovernamentais e da interação Estado-sociedade na forma de organização do território.

Na escala local, a reorganização da população seria influenciada, por um lado, pela composição social das diferentes espacialidades do município, e, por outro, pelo processo de diferenciação político-territorial, resultante da existência ou não de identidade política e social entre as diferentes populações do espaço municipal.

O estudo será estruturado em quatro capítulos:

No primeiro capítulo, será apresentada a discussão teórico-metodológica a partir da qual se definiram os conceitos e a metodologia da análise.

No segundo capítulo, será apresentada a primeira etapa da análise neo-institucionalista histórica, que se refere à definição do ponto inicial do processo em estudo. No nosso caso, definiu-se como ponto inicial da análise da articulação entre a dimensão político-institucional e a reorganização da população no espaço, o posicionamento da elite campineira frente à política de terras e de colonização, do regime imperial.

O terceiro capítulo corresponde à segunda etapa da análise neo-institucionalista histórica, na qual será desenvolvida uma tipologia das “diferenciações político-territoriais intra-municipais” e uma discussão sobre o papel da “coesão territorial” no processo de organização territorial do município de Campinas.

O quarto capítulo representa a última etapa da análise neo-institucionalista histórica, na qual será retomada a hipótese do trabalho e, através das noções de *path dependence* e “pontos críticos”, busca-se analisar a forma como a organização territorial no seu momento inicial condicionou o desdobramento posterior, contribuindo para as características atuais de articulação entre dimensão político-institucional e reorganização da população no espaço.

CAPITULO I: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS RELEVANTES PARA O ESTUDO

I.1 – Os aportes teórico-conceituais do estudo

O presente estudo objetiva considerar a dimensão político-institucional como um elemento importante nos processos de distribuição e reorganização populacional no espaço. Assim, deve-se apreciar em que escala esta dimensão político-institucional melhor fornecerá explicações adequadas e/ou satisfatórias a esses fenômenos.

Em geral, nos estudos sobre movimentos migratórios, distribuição espacial da população, reorganização da população no espaço, processos de urbanização, os fatores econômicos¹ têm sido definidos como a principal variável explicativa de tais processos. Por sua vez, esses fatores econômicos relacionam-se a determinações mais gerais provenientes da própria dimensão política.

Assim, escolhas feitas no âmbito federal² no campo da política econômica ou de desenvolvimento constituem-se em decisões políticas por se tratar de “resultados políticos”, ou seja, constitui-se em *policy making*³, sejam eles de caráter centralizador ou descentralizador da estrutura produtiva nacional, sejam eles mais ou menos adequados às pressões internas do país e/ou às leis mais gerais e internacionais do capitalismo.

A implementação de tais políticas terá como um dos efeitos a reorganização da estrutura produtiva no espaço e, conseqüentemente, da divisão social (e

¹ Veja-se Oliveira & Stein (1971), Singer (1976) e Pacheco & Patarra (1997).

² Em algumas situações, também se pode considerar o âmbito estadual (ou subnacional).

³ *Policy making* refere-se ao processo de elaborações de “políticas” (ou seja, ações em diferentes áreas a serem implementadas pelo aparato estatal). Um caminho para compreensão desse processo poderia ser a partir da distinção entre “Política” e “políticas públicas”. Segundo Reis (1989), o primeiro termo refere-se à “ordenação institucional, segundo recursos de autoridade, dos interesses sociais em disputa, independentemente das fórmulas de competição particulares adotadas e quaisquer que sejam os fundamentos materiais e ideais dos interesses concretos envolvidos” e o segundo termo refere-se às “traduções técnico-rationais de soluções específicas do referido jogo de interesses da Política” (REIS, 1989, p.15). O entendimento do processo de *policy making* passa pelo entendimento das relações e interações entre as duas dimensões destacadas.

territorial) do trabalho⁴. Devido a sua natureza, esses efeitos corresponderão a mudanças na base econômica dos diferentes espaços abrangidos, direta ou indiretamente, pela política implementada.

Deste processo decorrem os fatores econômicos, destacados nos estudos sobre movimentos migratórios e seus correlatos, mencionados anteriormente. Na sua maioria, tais estudos, basicamente, procuram explicar as mudanças ocorridas nas formas de deslocamentos, redistribuição e reorganização populacionais e no processo de urbanização no contexto das mudanças ocorridas na estrutura produtiva do país ou região, em diferentes momentos.

Nesse ponto, faz-se oportuno apontar algumas implicações relacionadas à consideração do campo da política econômica e de desenvolvimento, e seus conseqüentes fatores econômicos, para as pesquisas na área demográfica em questão.

Primeiramente, como já apontado anteriormente, a implementação de decisões políticas na área de política econômica ou de desenvolvimento acaba por dar maior visibilidade à sua dimensão econômica. Estudos sobre os processos de reorganização e redistribuição populacionais, urbanização e migração que consideram essa área de atuação do Estado tendem a utilizar os fatores econômicos dessa atuação como variável explicativa dos processos estudados, ao invés dos políticos.

Uma explicação para essa escolha reside, possivelmente, nas especificidades da própria área da política econômica: por um lado, ações nessa área causam impactos diretos na estruturação produtiva nacional, tornando visíveis os fatores econômicos; por outro lado, pelo fato de tais ações possuírem um amplo escopo (ações nacionais e regionais), pode-se pensar que a dimensão política do processo de tomada de decisão vai se tornando cada vez menos perceptível à medida que se caminha do âmbito nacional para o local ou sub-regional, ao passo que a dimensão econômica vai se tornando mais perceptível.

Em segundo lugar, devido ao escopo das políticas econômicas, o recorte espacial para análise e avaliação de seus impactos é o nacional, o regional e/ou o

⁴ Baseado em Cano (1988).

sub-regional. Por conseguinte, na maioria dos estudos migratórios, de redistribuição e reorganização populacionais e urbanização têm-se considerado as escalas nacional, regional e sub-regional como recorte espacial de estudo.

Por fim, na implementação de políticas econômicas e de desenvolvimento, a atuação do Estado não é diretamente visível, pois o “resultado político” obtido a partir de um processo de *policy making* é posto em prática por meio dos atores políticos mais ligados às diferentes frações do capital.

Pode-se afirmar, a partir da perspectiva adotada aqui, que a maioria dos estudos sobre reorganização populacional no espaço e fenômenos correlacionados tem sido desenvolvida a partir de uma escala “macro” da relação entre distribuição populacional e dimensão político-econômica. Ou seja, tais estudos buscam explicar a variável demográfica numa escala nacional, regional ou sub-regional a partir de uma variável política-econômica numa escala nacional ou sub-nacional.

Nesse sentido, a escala intra-urbana⁵ será considerada neste estudo como sendo a mais apropriada para melhor apreendermos a articulação entre reorganização da população no espaço e a dimensão política-institucional, não pretendemos considerar que a atuação do Estado seja pensada e desenhada exclusivamente nas fronteiras do intra-urbano (ou local).

Isso porque se considera que a intervenção do Estado no espaço intra-urbano, mesmo sendo colocada em prática por instâncias locais, é “atravessada” verticalmente, conformada por normas e diretrizes provenientes das esferas superiores de governo – esferas federal e estadual.

Em segundo lugar, na escala definida para este estudo, o “espaço intra-urbano”⁶ corresponderá ao espaço interno da cidade, onde se concentra e se distribui a população residente; onde se localiza o aparelho do Estado e se concentra a infra-estrutura criada; e onde incide o zoneamento e a legislação urbanística. Assim, cada cidade (ou a porção urbana de cada município) corresponderá a um espaço intra-urbano específico.

⁵ Conceito desenvolvido por Villaça (1998) e complementado por Brandão (2007).

⁶ Baseado em Villaça (1998).

Por fim, considera-se que a estruturação do espaço intra-urbano, além da sua dinâmica interna, também sofre influências externas, ou seja, do processo de estruturação de outros espaços intra-urbanos, principalmente tratando-se de espaços próximos, situados em uma mesma região ou sub-região, e, conseqüentemente, do processo de estruturação regional.

Tendo definida a escala do espaço intra-urbano como a escala mais apropriada para se analisar a articulação entre reorganização da população no espaço e a dimensão político-institucional para a configuração do espaço urbano, precisaremos, agora, definir uma perspectiva teórica a partir da qual a dimensão política da nossa proposição será analisada; trata-se do neo-institucionalismo histórico⁷.

Antes de abordar o neo-institucionalismo propriamente dito, são necessárias algumas observações com relação à noção de Estado e aos conceitos que expressariam as diferentes dimensões do processo de elaboração e implementação de políticas, a partir dos quais se vinculará à perspectiva neo-institucionalista.

Primeiramente, e já em consonância com o neo-institucionalismo histórico, para os propósitos deste estudo, a ação do Estado na implementação de políticas públicas, permite apreendê-lo não como

um agente neutro arbitrando entre interesses concorrentes, mas um complexo de instituições⁸ capaz de estruturar a natureza e os resultados dos conflitos entre os grupos. (HALL & TAYLOR, 2003, p.195)

Complementarmente a esta definição, considera-se que tal capacidade de atuação do Estado pode ser analisada a partir das três dimensões diferenciadas

⁷ A bibliografia de referência utilizada para essa discussão foi: Hall & Taylor (2003), Immergut (1998), Jepperson (1991), Pierson (2004), Skocpol (1995; 1992; 1984; 1984), Skocpol & Somers (1980), Théret (2003).

⁸ A discussão sobre a definição de “instituição” será apresentada adiante.

pela abordagem *policy analysis*⁹, expressas pelos conceitos de *polity*, *politics* e *policy*.

Assim, segundo Frey (2000), *polity* refere-se “à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político administrativo.” Por sua vez, ao se falar em *politics* “tem-se em vista o processo político, freqüentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição.” Por fim, a *policy* “refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas”. (FREY, 2000, p.216-217).

De acordo com o autor, essas dimensões são diferenciadas para fins analíticos, mas na realidade política, elas são entrelaçadas e se influenciam mutuamente, e é nesse duplo movimento que as três dimensões da atuação do Estado serão consideradas neste estudo, focando, quando for o caso, cada dimensão exclusivamente, sem perder de vista a interpenetração entre as diferentes dimensões.

Posto isso, inicia-se a abordagem do neo-institucionalismo histórico destacando a opção por uma perspectiva institucional, no interior da Ciência Política, para a análise da articulação entre a reorganização populacional no espaço intra-urbano e a dimensão político-institucional, como proposta aqui.

Assim, segundo Jepperson (1991), *institutional explanations* definem-se da seguinte forma:

Institutional *explanations* are those featuring institutional effects, or that weight institutional effects highly relative to other effects, or that isolate institutionally caused features of an analytical object. Institutional *theories* then are those that feature institutional explanations. *Institutionalism* is a theoretical strategy that features institutional theories and seeks to develop and apply them¹⁰. (JEPPERSON, 1991, p.153)

⁹ Para uma discussão aprofundada sobre o desenvolvimento da vertente *policy analysis* no âmbito da ciência política, ver Frey (2000).

¹⁰ “Explicações institucionais são aquelas que destacam os efeitos institucionais, ou que colocam maior peso nos efeitos institucionais em relação a outros efeitos, ou que isolam as características institucionalmente causadas de um objeto analítico. Teorias institucionais, então, são aquelas que

O autor complementa afirmando que

Institutional effects are those that feature institutions as causes. The imagined institutional effects may be upon institutions, as dependent variables (...), or upon dependent variables that are not in themselves represented as institutions (...)¹¹. (JEPPERSON, 1991, p.153)

Com isso, destaca-se que a perspectiva institucional – ou institucionalismo – traz as instituições para o centro da análise, sendo tratadas não como pano-de-fundo ou informação secundária, mas como variáveis independentes importantes para a explicação do fenômeno em estudo. Além disso, ressalta-se que os efeitos institucionais atuam tanto sobre outras instituições como sobre processos não-institucionais.

Em termos metodológicos, trata-se de um aspecto importante uma vez que o Estado, sob tal perspectiva, assumiria uma posição de destaque na análise – o que corroboraria com os propósitos de nosso estudo, onde a ação do Estado considerada como variável explicativa da reorganização espacial da população.

Entre as perspectivas institucionais no campo da Ciência Política¹², considera-se que o neo-institucionalismo histórico seria a que oferece as ferramentas mais adequadas para a análise da articulação entre reorganização da população no espaço e a dimensão político-institucional, como proposta neste trabalho.

Segundo Hall & Taylor (2003), o neo-institucionalismo é uma perspectiva analítica relativamente recente, que surgiu e consolidou-se na Ciência Política norte-americana entre o final da década de 1970 e a década de 1990, e que se

destacam explicações institucionais. Institucionalismo é uma estratégia teórica que destaca teorias institucionais e busca desenvolve-las e aplica-las.” (tradução própria).

¹¹ “Efeitos institucionais são aqueles que destacam as instituições como causas. Os efeitos institucionais imaginados podem se referir a instituições, como variáveis dependentes (...), ou a variáveis dependentes que não são representadas como instituições (...).” (tradução própria).

¹² McDonald (1995) elabora uma análise histórica do desenvolvimento da ciência política, na qual destaca a alternância entre perspectivas culturalistas e perspectivas institucionais ao longo tempo, na qual o neo-institucionalismo corresponde à perspectiva analítica mais recente desenvolvida no interior da disciplina.

desenvolveu a partir de três diferentes vertentes: institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico¹³.

Essas três vertentes se desenvolveram, segundo os autores, em contraposição às perspectivas behavioristas, funcionalistas e neomarxistas – influentes na ciência política durante os anos 60 e 70 – e têm como objetivo geral elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos (HALL & TAYLOR, 2003, p.194).

Théret (2003) complementa esta apresentação afirmando que o neo-institucionalismo se distingue de outros paradigmas, especialmente do individualismo metodológico, por considerar a necessidade de levar em conta as instituições para compreender a ação dos indivíduos e suas manifestações coletivas. Na sua visão, as instituições representariam, assim, “as mediações entre estruturas sociais e os comportamentos individuais” (THÉRET, 2003, p.225).

Paralelo às características gerais, comuns às três vertentes, cada uma delas apresenta uma imagem diferente de representação do mundo político – e a que nos interessa aqui é a que se refere ao neo-institucionalismo histórico, que passamos a abordar¹⁴.

Algumas especificidades mais comuns aos neo-institucionalistas históricos, em comparação às demais vertentes, serão abordadas aqui a partir de uma breve apresentação da sua influência teórica, a definição de “instituição” e a metodologia de análise empregada.

Nesse sentido, de acordo com Hall & Taylor (2003), tendo o neo-institucionalismo histórico se desenvolvido como reação contra a análise da vida política a partir do enfoque dos grupos e do enfoque estrutural-funcionalista, é a partir de idéias compartilhadas com tais perspectivas que vai se desenvolver seu núcleo teórico.

Assim, com o enfoque dos grupos, o neo-institucionalismo histórico compartilha a centralidade na vida política do conflito entre grupos rivais pela

¹³ Théret (2003) destaca o desenvolvimento da abordagem neo-institucionalista, também em três vertentes, em outras duas áreas, além da ciência política: na economia e na sociologia.

¹⁴ Para uma abordagem das três vertentes do neo-institucionalismo na Ciência Política, ver Hall & Taylor (2003), Théret (2003), Immergut (1998), entre outros.

apropriação de recursos escassos. Porém, o neo-institucionalismo histórico diferencia-se por buscar nas instituições as explicações que melhor dão conta de situações políticas nacionais e, em particular, da distribuição desigual de poder e de recursos (HALL & TAYLOR, 2003, p.194).

Por sua vez, do enfoque estrutural-funcionalista, o neo-institucionalismo histórico aceita a concepção da “comunidade política como sistema global composto por partes que interagem” (HALL & TAYLOR, 2003, p.195). Porém, critica a tendência estrutural-funcionalista em considerar como parâmetros de análise do funcionamento do sistema características sociais, psicológicas ou culturais dos indivíduos.

Diante disso, o neo-institucionalismo histórico considera a organização institucional da comunidade política como um dos principais fatores a estruturar o comportamento coletivo. Assim, conclui-se que o neo-institucionalismo histórico acaba por privilegiar mais o “estruturalismo” inerente às instituições em detrimento do seu “funcionalismo” – o contrário do que ocorre com os enfoques anteriores (HALL & TAYLOR, 2003, p.195).

Na definição de “instituição”, o neo-institucionalismo histórico, de modo geral, tende a associar as instituições às organizações e às regras ou convenções editadas pelas organizações formais.

Por fim, as especificidades da metodologia de análise empregada pelo neo-institucionalismo histórico podem ser apresentadas da seguinte forma¹⁵: 1) tendência a conceituar a relação entre as instituições e o comportamento individual em termos gerais, elaborando-a a partir da diferença entre “perspectiva calculadora” e “perspectiva cultural”¹⁶; 2) ênfase nas assimetrias de poder

¹⁵ Baseado em Hall & Taylor, 2003, p.197-202.

¹⁶ De acordo com Hall & Taylor (2003), na “perspectiva calculadora”, o comportamento humano é orientado pelo cálculo estratégico; os comportamentos dos atores são afetados pelas instituições a partir do grau de certeza que elas oferecem com relação ao comportamento presente e futuro dos outros atores; e as instituições são mantidas em função da adesão dos indivíduos aos modelos de comportamento (fornecidos pelas instituições), que o fazem tendo em vista que terá mais a perder se não aderir a eles. Na “perspectiva culturalista”, o comportamento dos atores, embora racional e orientado a fins, é limitado pela visão de mundo própria dos indivíduos; as instituições fornecem modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação; e as instituições resistem porque elas estruturam as próprias decisões concernentes a uma eventual reforma que os atores possam adotar. Segundo autores, o neo-institucionalismo histórico mescla elementos dessas duas

associadas ao funcionamento e ao desenvolvimento das instituições; 3) concepção do desenvolvimento institucional que privilegia as trajetórias, as “situações críticas” e as consequências imprevistas, trabalhando com a noção de *path dependence* (ou seja, defendem uma causalidade social dependente da trajetória institucional percorrida); e 4) combina outros fatores – como o desenvolvimento socioeconômico e as idéias – na explicação dos processos estudados, não considerando as instituições como o único fator a influenciar a vida política.

Abordadas as características gerais referentes ao neo-institucionalismo histórico, passamos agora à apresentação dos principais interlocutores, com o auxílio dos quais se selecionará os instrumentos metodológicos e conceituais para a efetivação da nossa análise institucional. Nesse sentido, o diálogo será estabelecido, principalmente, com os estudos de Skocpol (1995; 1992; 1985; 1984) e complementado com os de Pierson (2004; 1993) e de Jepperson (1991).

Em termos metodológicos, a forma como Skocpol executa determinados elementos em seus estudos mostra-se bastante adequada aos propósitos da nossa análise. Esses elementos são: a análise comparativa, o estudo de processos ao longo do tempo, a noção de *path dependence* e de *feedback* – os quais serão abordados individualmente aqui, mas, na prática, eles aparecem relacionados entre si.

Primeiramente, Skocpol (1995), diante das diferenças entre o Estado norte-americano e os Estados europeus, enfatiza a importância de estudos comparativos de conceitos freqüentemente presentes na análise institucional. . Com relação à utilização de comparações, a autora afirma que:

Comparisons, whether across countries, regions, localities, or time periods, are used to find interesting patterns to explain and to test the plausibility of causal hypotheses. Over time, processes are traced in order to discover the intersections of separately structured developments that often account for outcomes we wish to understand, whether they be revolutions, or their absence, strategies

perspectivas na compreensão da relação entre instituições e ação social. (HALL & TAYLOR, 2003, p.197-199).

of labor union movements, or patterns of welfare state development¹⁷. (SKOCPOL, 1995, p.104)

Com isso, é possível destacar um aspecto característico dos estudos de Skocpol, ou seja, o emprego de comparações como uma estratégia de pesquisa central da autora. O recurso comparativo, dessa maneira, permite a autora identificar as diferenças nas trajetórias percorridas por diferentes sociedades em determinado desenvolvimento institucional – isso, por sua vez, acaba se constituindo num elemento central do argumento e das explicações do fenômeno estudado¹⁸.

Na nossa pesquisa, pretende-se que a análise comparativa assuma a mesma posição que a assumida nos estudos de Skocpol (1995; 1992), ou seja, como uma estratégia de pesquisa central, estruturando o argumento da análise e as explicações do processo de distribuição espacial da população, nos termos considerados aqui.

Uma segunda especificidade dos estudos de Skocpol refere-se às análises de *processes over time*, as quais evidenciam a importância dada pela autora ao desdobramento de processos no tempo e à sua sequência temporal nos resultados políticos e sociais. Pierson (1993) corrobora a importância desse instrumento de análise afirmando que “political processes can best be understood if they are studied over time”¹⁹. (PIERSON, 1993, p.596)

Assim, a definição de um recorte temporal relativamente longo para a análise institucional torna-se um recurso adequado a nossa pesquisa, pois, a partir dela, é possível captar os desdobramentos da ação do Estado e seus impactos,

¹⁷ “Comparações, seja entre países, regiões, localidades ou períodos de tempo, são utilizadas para encontrar padrões interessantes para explicar e testar a plausibilidade de hipóteses causais. Ao longo do tempo, processos são traçados de forma a descobrir as intersecções de desenvolvimentos estruturados separadamente que, freqüentemente, apontam para resultados que desejamos entender, sejam eles revoluções, ou a sua ausência, estratégias dos movimentos sindicais, ou padrões de desenvolvimento do Estado de Bem-Estar.” (tradução própria).

¹⁸ Essa forma de empregar a análise comparativa fica bastante visível na obra de Skocpol, *Protecting soldiers and mothers (...)*, de 1992, onde a autora analisa o desenvolvimento da política de proteção e seguro social nos Estados Unidos, em comparação com alguns Estados europeus.

¹⁹ “Processos políticos podem ser melhor entendidos se forem estudados ao longo do tempo” (tradução própria).

tanto no desenvolvimento ulterior de determinada política pública, como nas relações entre Estado e sociedade civil.

Por fim, a análise comparativa de *processes over time* é colocada em funcionamento a partir do emprego das noções de *path dependence* e de *feedback processes*. Segundo Sewell (1996), *path dependence* significa que “what happened at an earlier point in time will affect the possible outcomes of a sequence of events occurring at a later point in time.”²⁰ (SEWELL *apud* Pierson, 2004, p.20)

Pierson (2004) complementa esta discussão apresentando o conceito de *path dependence* sugerida por Levi (1997):

Path dependence has to mean (...) that once a country or region has started down a track, the costs of reversal are very high. There will be other choice points, but the entrenchments of certain institutional arrangements obstruct an easy reversal of the initial choice (...)²¹. (LEVI *apud* Pierson, 2004, p.20)

Com relação à segunda noção, Pierson (2004) afirma que o *positive feedback* (ou *self-reinforcement*) é o elemento do processo histórico que gera o *path dependence*. Segundo o autor,

In the presence of positive feedback, the probability of further steps along the same path increases with each move down that path. This is because the *relative* benefits of the current activity compared with once-possible options increases over time. To put it a different way, the costs of switching to some previously plausible alternative rise.²² (PIERSON, 2004, p.21)

²⁰ “o que aconteceu num ponto inicial no tempo afetará os resultados possíveis de uma seqüência de eventos ocorrendo num momento final do tempo.” (tradução própria).

²¹ “Trajetória dependente significa que, uma vez que um país ou região começa a trilhar um caminho, os custos da reversão são muito altos. Haverá outros pontos de escolha, mas o estabelecimento de certos arranjos institucionais dificulta uma reversão fácil à escolha inicial (...).” (tradução própria).

²² “Na presença do *feedback* positivo, a probabilidade de passos adicionais ao longo da mesma trajetória aumenta a cada avanço nesta trajetória. Isto se deve ao fato de que os benefícios relativos à atividade corrente, comparada com opções possíveis, aumentam ao longo do tempo. Considerado um caminho diferente, os custos de mudar para alguma alternativa previamente plausível aumentam.” (tradução própria).

A ênfase dada por Pierson (2004) à definição de *path dependence* e de *feedback* evidencia o interesse do autor, que se encontra mais focado na persistência das instituições num mesmo caminho, ao longo do tempo.

Em contraste, essas noções aparecem nos trabalhos de Skocpol associadas a uma perspectiva mais dinâmica das instituições, que foca mais centralmente numa trajetória percorrida por uma determinada instituição, que se forma e se transforma ao longo de um intervalo relativamente longo de tempo.

Assim, as noções de *path dependence* e de *feedback*, consideradas conjuntamente, aparecem no ensaio metodológico de Skocpol (1984) vinculadas ao espaço dado aos *processes over time* nos estudos de sociologia histórica²³. Segundo a autora,

For them [historical sociological studies], the world's past is not seen as a unified developmental story or as a set of standardized sequences. Instead, it is understood that groups or organizations have chosen, or stumbled into, varying paths in the past. Earlier 'choices' in turn, both limit and open up alternative possibilities for further change, leading toward no predetermined end.²⁴ (SKOCPOL, 1984, p.1-2)

Num trabalho posterior, já no campo da Ciência Política, Skocpol (1992) emprega a noção de *policy feedback* para a análise do desenvolvimento da política nacional de previdência social nos Estados Unidos. Nesse contexto, a idéia de *feedback* usada pela autora se expressa na consideração de que "policies, once enacted, restructure subsequent political processes"²⁵ (SKOCPOL, 1992, p.58)

²³ Segundo o estudo de Théret (2003), observa-se que a sociologia histórica é o correlato, na sociologia, do neo-institucionalismo histórico, na ciência política. Os aspectos metodológicos destacados por Skocpol (1984) na sociologia histórica assemelham-se aos destacados pela autora, no neo-institucionalismo histórico (Skocpol, 1995).

²⁴ "Para eles (estudos de sociologia histórica), o passado do mundo não é visto como uma história unificada do desenvolvimento, ou como um conjunto de seqüências padronizadas. Ao invés disso, entende-se que grupos ou organizações têm selecionado, ou caído em, diferentes trajetórias no passado. 'Escolhas' iniciais, por sua vez, tanto limitam como abrem possibilidades alternativas para mudança ulterior, levando para um final não predeterminado." (tradução própria).

²⁵ "Políticas, uma vez ordenadas, reestruturam processos políticos subseqüentes". (tradução própria).

Ainda no mesmo trabalho, a noção de *feedback* é empregada quando Skocpol (1992) fala da importância de não se trabalhar apenas com determinantes sincrônicos nos estudos de *policy processes*. Nesse sentido, a autora afirma que:

we must examine patterns unfolding over time (and not only long-term macroscopic processes of social change and polity reorganization). We must make social policies the starting points as well as the end points of analysis: As politics creates policies, policies also remake politics²⁶. (SKOCPOL, 1992, p.58)

Por fim, num artigo também metodológico, o emprego conjunto das noções de *path dependence* e de *feedback* pelos neo-institucionalistas históricos, em comparação com as demais vertentes, é evidenciado por Skocpol (1995) da seguinte forma:

Historical institutionalists are more likely to trace sequences of outcomes over time, showing how earlier outcomes change the parameter for subsequent developments²⁷. (SKOCPOL, 1995, p.106).

Com isso, pretende-se destacar a perspectiva diferenciada do uso das noções de *path dependence* e de *feedback*, adotada por Skocpol (1995; 1992; 1984), em comparação com outros autores, e enfatizar a nossa adesão a tal perspectiva na forma de considerar o desdobramento das ações do Estado, conforme os objetivos do nosso trabalho.

Considerando, agora, os aspectos conceituais e metodológicos dos estudos neo-institucionalistas históricos, destacam-se os elementos considerados de crucial importância para o nosso trabalho: a definição de “instituição”, a partir da qual, definiremos os elementos da dimensão político-institucional, selecionados para o nosso estudo; a noção de *State-society interactions*; a noção de *critical junctures*, e a importância do ponto inicial da análise.

²⁶ “Devemos examinar padrões desdobrados ao longo do tempo (e não apenas processos macroscópicos, de longo período, de mudança social e reorganização política). Devemos considerar políticas sociais nos pontos iniciais bem como nos pontos finais da análise: como a política cria políticas, políticas também reproduzem a política.” (tradução própria).

²⁷ “Institucionalistas históricos são mais propensos a traçar seqüências de resultados ao longo do tempo, mostrando como resultados iniciais mudam os parâmetros para desenvolvimentos subseqüentes.” (tradução própria).

Hall & Taylor (2003) colocam que o ponto inicial de qualquer análise institucional é a definição de “instituição”. De fato, tal definição mostra-se necessária para o desenvolvimento da pesquisa, e ela é importante não somente pela definição em si, mas por que, no nosso ponto de vista, ela influenciará a forma de se elaborar a “interação Estado-sociedade”.

Assim, pretende-se que a nossa definição de “instituição” seja constituída de dois aspectos, considerados a partir das definições dadas ao termo por Hall & Taylor (2003) e Jepperson (1991).

Nesse sentido, Hall & Taylor (2003) afirmam que os neo-institucionalistas históricos tendem a associar instituições a regras ou convenções e as definem, de modo geral, como

os procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política. (HALL & TAYLOR, 2003, p.196)

Por sua vez, as considerações de Jepperson (1991)²⁸ podem complementar essa definição ao se referirem à instituição como “a social pattern that reveals a particular reproduction process”²⁹ (JEPPERSON, 1991, p.145). Com isso, o autor destaca que

institutions are those social patterns that, when chronically reproduced, owe their survival to relatively self-activating social processes. Their persistence is not dependent, notably, upon recurrent collective mobilization, mobilization repetitively reengineered and reactivated in order to secure the reproduction of a pattern. That is, institutions are not reproduced by ‘action’, in this strict sense of collective intervention in a social convention. Rather, routine reproductive procedures support and sustain the pattern, furthering its reproduction – unless collective action blocks, or environmental shock disrupts, the reproductive process.³⁰ (JEPPERSON, 1991, p.145)

²⁸ Jepperson aproxima-se mais da vertente sociológica (ou organizacional) do neo-institucionalismo.

²⁹ “Um padrão social que revela um processo particular de reprodução”. (tradução própria).

³⁰ “Instituições são aqueles padrões sociais que, quando cronicamente reproduzidos, devem sua sobrevivência a processos sociais relativamente auto-ativados. Sua persistência não é dependente, notavelmente, da mobilização coletiva recorrente, mobilização repetitivamente engendrada e reativada de forma a assegurar a reprodução de um padrão. Isto é, instituições não

Por sua vez, a partir da abordagem de Skocpol (1995) que, segundo a autora, representa “an organizational realist approach to institutions”³¹ (SKOCPOL, 1995, p.105), as “instituições” seriam consideradas como

actual patterns of communication and activity, rather than seeing them primarily as values, norms, ideas, or official rules.³² (SKOCPOL, 1995, p.105)

A autora complementa afirmando que “instituições” são

sets of relationships that persist, although in an inherently conflictual and tension filled way. Institutions may be formal organizations or informal networks. (...).³³ (SKOCPOL, 1995, p.105)

Com isso, observa-se que a autora enfatiza o aspecto comunicativo e o da relação – conflituosa e tensa – entre as partes que atuam na configuração de uma determinada instituição. Ao mesmo tempo, deduz-se, do artigo de Skocpol, que os tais “padrões de comunicação e atividade” e as “relações persistentes”, destacados nesta definição de instituição, referem-se à forma como a autora aborda a interação Estado-sociedade na sua análise.

Assim, a “instituição” será considerada, no nosso trabalho, a partir, por um lado, da sua dimensão concreta, mais facilmente visível e palpável, expressa pelas normas, leis e decretos oficiais de organizações governamentais (Hall & Taylor, 2003), que, uma vez instituída, possuem uma capacidade própria de se manter e se reproduzir (Jepperson, 1991). Por outro lado, da sua dimensão dialética, consubstanciada na interlocução, tensa e conflituosa (Skocpol, 1995), entre os atores na defesa de seus interesses.

são reproduzidas pela “ação”, em seu sentido estrito de intervenção coletiva numa convenção social. Ao invés disso, procedimentos reprodutivos de rotina apóiam e sustentam o padrão, favorecendo sua reprodução – no mínimo, a ação coletiva bloqueia, ou choques ambientais interrompem, o processo reprodutivo.” (tradução própria).

³¹ “Uma abordagem organizacional realista das instituições.” (tradução própria).

³² “Padrões atuais de comunicação e atividade, em vez de considera-las basicamente como valores, normas, idéias ou papéis oficiais.” (tradução própria).

³³ “Conjuntos de relacionamentos que persistem, embora numa forma inerentemente conflitual e tensa. Instituições podem ser organizações formais ou redes de relacionamento informais. (...)” (tradução própria)

Diante disso, coloca-se que, para os propósitos do nosso estudo, em consonância com a “dimensão concreta”, a atuação do Estado a partir do qual entende-se que se verificaria a articulação entre a reorganização da população e a dimensão político-institucional é representada pela “organização territorial”, entendida como uma competência do governo municipal, definida constitucionalmente, de organizar seu território para fins administrativos e de governo.

Por sua vez, a partir da dimensão comunicativa, dialética, tensa e conflituosa, define-se como elementos político-institucionais da análise as relações intergovernamentais e a “interação Estado-sociedade”³⁴, que serão objetos de discussão na próxima seção deste capítulo.

Em segundo lugar, a noção de *State-society interactions*, presente em Skocpol (1995), não se encontra claramente definida. Sendo assim, uma forma de captar seu significado seria através da consideração das análises empreendidas pela autora.

Nesse sentido, a partir dos estudos de Skocpol (1995; 1992), é possível discernir o seguinte movimento daquilo que ela denominou de *State-society interactions*: o Estado, através da tomada de decisão numa determinada política pública, num dado momento, influencia a sociedade de forma a desencadear, num momento posterior, a mobilização de certos segmentos sociais, que se organizarão com o objetivo de influenciar o Estado no sentido de alterar ou estender a atuação daquela mesma política pública que iniciou esse movimento.

Nesses casos, *State* corresponderia a “the overall pattern of U.S. governmental institutions”³⁵, e *society* corresponderia a diferentes grupos sociais, aos quais se dirigiram a política pública, implementada pelo *State*³⁶.

³⁴ Essa noção de interação Estado-sociedade decorre da noção de “State-society interactions”, presente em Skocpol (1995), e, por isso, será apresentada, nesta seção da forma como aparece na literatura. Na seção seguinte, apresentaremos como definimos essa noção, chamada de “interação Estado-sociedade”, para a realização do nosso estudo.

³⁵ “o padrão global de instituições governamentais dos Estados Unidos da América.” (tradução própria).

³⁶ Nos estudos de Skocpol (1995; 1992), esses grupos sociais correspondiam aos veteranos de guerra e os grupos de mães e organizações de defesa da criança, considerados, pela autora, na análise da expansão da política de seguro e previdência social, nos Estados Unidos.

Diante disso, no nosso estudo, essa noção assume a forma de “interação Estado-sociedade”, sendo que o termo “Estado”, entendido como “um complexo de instituições”, com capacidade para arbitrar os conflitos entre grupos sociais com interesses diferentes, será considerado numa dimensão político-institucional mais ampla, através, por um lado, da definição das relações intergovernamentais, e, por outro, da definição da participação política, expresso pela extensão do direito de voto e da direito de organização e representação social. Por sua vez, a “sociedade” corresponderia à população, em geral, classificada nos diferentes grupos sociais³⁷.

Por sua vez, a noção de *critical junctures*, de acordo com Pierson (2004), estaria relacionada com a possibilidade de mudança no desdobramento do *path dependence*. Nesse sentido, o autor destaca que

There are brief moments in which opportunities for major institutional reforms appears, followed by long stretches of institutional stability.³⁸
(PIERSON, 2004, p.134-135)

No caso, esses “brief moments” corresponderiam aos *critical junctures*. O autor complementa, ainda, destacando que “institutions are often seen as stable until the next critical juncture arrive”³⁹, o que nos levaria a concluir que o *critical juncture* representaria um momento de interrupção momentânea do *path dependence*, surgindo a oportunidade de uma alteração no *path*, o que levaria a uma forma de mudança institucional.

Para o nosso estudo, o “critical juncture” assume a forma de “ponto crítico”, o qual será discutido numa discussão conceitual complementar, na próxima seção.

Por fim, o quarto elemento metodológico do neo-institucionalismo histórico corresponde à importância dada, nessas análises, ao ponto inicial do processo em estudo, pois seria nesse momento que se definiria o *path dependence* do processo social a ser estudado. No nosso caso, o ponto inicial do processo de

³⁷ A definição da interação Estado-sociedade, para o nosso estudo, será retomado mais adiante.

³⁸ “Existem breves momentos durante os quais surgem oportunidades para reformas institucionais importantes, seguidos por longos períodos de estabilidade institucional.” (tradução própria).

³⁹ “Instituições são freqüentemente vistas como estáveis até que o próximo ponto crítico chegue”. (tradução própria).

articulação entre e a reorganização da população no espaço e a dimensão político-institucional corresponde ao período 1850-1900, quando se elabora e se define a política de terras e de colonização no país, o que será retomado ao longo do desenvolvimento do estudo.

Para finalizarmos a discussão sobre o neo-institucionalismo histórico, resta-nos fazermos algumas observações quanto aos desafios colocados por esta perspectiva analítica ao empreendimento analítico proposto aqui.

Primeiramente, trata-se de uma teoria de “médio-alcance”, que não tem a pretensão de elaborar generalizações aplicáveis a qualquer realidade, e, como coloca Frey (2000), foi construída pensando-se na realidade institucional norte-americana, em comparação com países da Europa ocidental⁴⁰.

Em segundo lugar, a maioria dos estudos nessa perspectiva analisou processos políticos nacionais, seja no interior de um único país, seja em estudos comparativos entre diversos países.

Assim, observa-se que os desafios colocados pelo neo-institucionalismo histórico na implementação de nossa proposta de estudo são de duas naturezas: 1) aplicar tal arcabouço teórico-metodológico a uma realidade tão díspar como a do Brasil, em comparação à realidade onde esta teoria se desenvolveu; e 2) aplicar esse instrumental analítico numa escala sub-nacional e sub-regional de atuação do Estado.

Diante disso, por considerar que se trata de uma perspectiva analítica de rico instrumental e potencialmente profícua, pretende-se transformar tais desafios em estímulos, colocando em prática o presente estudo nos moldes propostos aqui, de forma a enriquecer a análise do processo de reorganização da população no espaço e, com isso, ramificar e expandir a aplicabilidade do neo-institucionalismo histórico.

Posto isso, temos em mãos, agora, elementos suficientes para elaborar a hipótese que norteará o desenvolvimento do nosso trabalho.

⁴⁰ Vale ressaltar que, apesar disso, é cada vez mais significativo o número de pesquisas realizadas no Brasil na perspectiva neo-institucionalista histórica. Entre eles, pode-se citar Arretche (2000); Coelho (1998); e Souza (2003a).

Assim, as diferenças identificadas nas formas atuais de reorganização da população nos diversos espaços intra-urbanos, situados numa mesma sub-região, expressariam as diferentes trajetórias percorridas, ao longo do tempo (*path dependence*), por cada interação Estado-sociedade, nos respectivos espaços intra-urbanos.

Assim, decisões políticas de intervenção direta no espaço urbano, tomadas num momento do passado, tenderiam a definir a trajetória subsequente percorrida pela interação Estado-sociedade na estruturação do espaço intra-urbano correspondente, de forma que a alocação, reorganização e concentração da população nos diversos espaços intra-urbanos corresponderiam a diferentes formas de *path dependence* percorridas.

I.2 – Dimensão político-institucional, formas de configuração do espaço e escalas de análise: uma discussão conceitual complementar

Nessa parte do capítulo, pretendemos desenvolver uma discussão conceitual complementar que, por um lado, está relacionada com a dimensão política institucional e com a perspectiva neo-institucionalista histórica, apresentadas no capítulo anterior, e, por outro, fornece subsídios para a análise da transformação do espaço e reorganização da população, que será desenvolvida nos próximos capítulos.

Esta discussão conceitual será dividida em quatro subseções, sendo que na primeira serão tratados os elementos da dimensão político-institucional selecionados para a nossa análise – relações intergovernamentais e interação Estado-sociedade – e os dois conceitos neo-institucionalistas históricos que conformam a argumentação do nosso estudo, ou seja, a idéia de *path dependence* e de “pontos críticos”.

Na segunda subseção, será elaborada uma discussão que servirá de base para a análise desenvolvida nos próximos capítulos voltada especificamente para

as transformações do espaço, com destaque para os debates sobre o conceito de *hinterlândia* e sobre uso e ocupação do solo urbano.

Na terceira subseção, será apresentada uma discussão sobre a definição de escalas espaciais nas análises urbana e regional. A partir dessa discussão, serão apresentadas as escalas definidas para a realização do nosso estudo.

Na última subseção, será apresentada a idéia de tridimensionalidade do processo emancipatório, cuja lógica de funcionamento não será considerada restritamente com relação à criação de municípios, mas sim estendida a outros processos de transformações do espaço.

1.2.1 – Elementos político-institucionais e neo-institucionalistas históricos

Primeiramente, vamos apresentar uma discussão conceitual dos elementos da dimensão político-institucional selecionados para a nossa análise. Nesse sentido, destaca-se que tais elementos correspondem às relações intergovernamentais e à "interação Estado-sociedade".

Começando nossa análise pelo primeiro elemento, tem-se que, segundo Costa (2006), relações intergovernamentais referem-se à

Interação entre entes com algum nível de autonomia política, mas não soberania, dentro de um mesmo país (...) (COSTA, 2006, p.2)

Baseando-se numa literatura complementar⁴¹, poderia se destacar, ainda, que relações intergovernamentais referem-se ao relacionamento entre as esferas de governo estabelecido, basicamente, em função das competências definidas para cada esfera e dos recursos colocados à sua disposição para atender a essas competências.

⁴¹ Elaborou-se essa noção simplificada dessas "relações" a partir da leitura de alguns estudos selecionados, ficando qualquer equívoco ou incorreção sob a responsabilidade da interpretação que fiz de tais estudos. A bibliografia considerada foi: Abrucio (1998) Abrucio & Costa (1998), Almeida (2005; 1995) e Kugelmas & Sola (2000).

Por sua vez, de acordo com Abrucio (1998), num contexto federativo, como o brasileiro, essas relações intergovernamentais deveriam ser definidas levando-se em conta o “princípio da autonomia”⁴² e o “princípio da interdependência”⁴³.

Explicando melhor o que tudo isso significa, toma-se o artigo de Almeida (1995), no qual a autora define o federalismo como sendo

Um sistema baseado na distribuição territorial – constitucionalmente definida e assegurada – de poder e autoridade entre instâncias de governo, de tal forma que os governos nacional e subnacionais são independentes em sua esfera própria de ação. (ALMEIDA, 1995, p.89)

Com isso, segundo a autora, o federalismo se caracterizaria pela “não-centralização”, ou seja, “pela difusão dos poderes do governo entre muitos centros, nos quais a autoridade não resulta da delegação de um poder central, mas é conferida por sufrágio universal” (ALMEIDA, 1995, p.89).

Segundo a leitura feita por Abrucio (1998), essa “não-centralização” corresponderia ao próprio “princípio de autonomia”, a partir do qual uma federação democrática teria que buscar

(...) garantir a autonomia de todos os entes federativos e no plano intergovernamental criar mecanismos institucionais de controle de uma esfera de poder sobre a(s) outra(s)⁴⁴ (...)” (ABRUCIO, 1998, p.27)

Porém, segundo o autor, a autonomia e a competição entre entes federativos por meio do controle mútuo não seriam suficientes para o sucesso do arranjo federativo, fazendo-se necessário também

(...) assegurar o princípio da interdependência, que por sua vez depende da adoção da negociação permanente entre as instâncias

⁴² Refere-se ao “maior grau possível de autogoverno” (ABRUCIO, 1998, p.27)

⁴³ Refere-se a “um relacionamento intergovernamental que permita a compatibilização entre os direitos de cada ente federativo e a soma dos interesses presentes na Federação” (ABRUCIO, 1998, p.27).

⁴⁴ Segundo Abrucio, trata-se dos mecanismos de *checks and balances*, estabelecidos pelos autores d'O Federalista, com o objetivo de se “evitar a tirania de um nível de governo sobre os demais” (MADISON, HAMILTON & JAY, 1984 apud ABRUCIO, 1998, p.27).

de governo e da busca da cooperação como mecanismos de resolução dos conflitos. (ABRUCIO, 1998, p.27)

Com isso, observa-se que, devido à lógica dos princípios da autonomia e da interdependência⁴⁵, o federalismo acabaria por apresentar elementos de cooperação e de competição, os quais contribuem para a moldagem de relações intergovernamentais, constitutivamente competitivas e cooperativas⁴⁶.

De acordo com os autores, seria da natureza do federalismo a convivência com a tensão proveniente da coexistência desses dois elementos, sendo que, para ser bem sucedido, todo o sistema federativo deveria “desenvolver um equilíbrio adequado entre cooperação e competição, e entre o governo nacional e seus componentes” (ELAZAR, 1993⁴⁷ *apud* ABRUCIO, 1998, p.27).

Buscou-se, com isso, apresentar um quadro geral que forneça os elementos necessários para se pensar as relações intergovernamentais num contexto federativo. Não se pretende aprofundar a análise dessas relações e nem esgotar todas as possibilidades da sua relação com processos estudados aqui, mas tão-somente manter em primeiro plano, na análise da articulação entre a dimensão político-institucional e a reorganização espacial da população, esse duplo caráter das relações intergovernamentais e da tensão inerente a elas.

Com relação ao segundo elemento político-institucional selecionado – as interações Estado-sociedade –, a definição utilizada neste estudo baseia-se na literatura⁴⁸ que analisou os diferentes contextos político-institucionais e já cunhou algumas definições da relação entre Estado e sociedade para cada contexto. Nesse sentido, esse estudo considerará as diferentes formas de *autoritarismo* próprio de cada contexto político-institucional⁴⁹.

Nesse sentido, tem-se, segundo Bobbio (1992), que regimes autoritários seriam aqueles que

⁴⁵ Baseado em Abrucio (1998).

⁴⁶ Baseado em Almeida (1995, p.89).

⁴⁷ ELAZAR, D. International and comparative federalism. **Political Science and Politics**, vol.XXVI, no2, Washington. D.C., 1993.

⁴⁸ Refiro-me basicamente a: Kowarick & Ant (1982), Weffort (1989), Almeida (2005) e Abrucio (1998).

⁴⁹ Com exceção do período mais recente, que não se caracteriza pelo autoritarismo, mas sim pela participação democrática.

(...) privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas. (BOBBIO, 1992, p.94)

A partir dessa definição, considera-se que uma interação Estado-sociedade *autoritária* seria aquela na qual a tomada de decisão em relação às questões gerais da sociedade seria feita levando em conta os interesses dos grupos sociais dominantes ou mais influentes, ou seja, daqueles mais próximos às autoridades governamentais, não sendo considerados os interesses das classes populares. Em contrapartida, uma interação Estado-sociedade baseada na participação democrática consideraria o envolvimento de todos os grupos sociais, incluindo as classes populares, na tomada de decisão política.

Isso não significa que, em contextos autoritários, as classes populares ou trabalhadoras não estivessem presentes no cenário político nacional, estadual ou local. Pelo contrário. Diversos estudos⁵⁰ destacam a atuação desses grupos sociais em diferentes contextos da história do país. Destacam também que, em contextos sociais autoritários, como suas reivindicações não circulavam pelos caminhos oficiais do sistema político, suas mobilizações sociais foram, muitas vezes, reprimidas com violência pelo poder público.

Assim, a partir da literatura consultada, a interação Estado-sociedade de cada período considerado na análise será referenciada a formas específicas de autoritarismo, na maior parte dos períodos analisados, e, no período final, à forma democrática participativa, destacando-se a forma pela qual essa interação contribui para a configuração dos processos de organização territorial e de reorganização espacial da população, no caso específico das diferenciações político-territoriais no espaço selecionado para o estudo.

Com relação à segunda parte da discussão conceitual desenvolvida nesta subseção, considera-se que os elementos da perspectiva analítica neo-

⁵⁰ Entre eles, destacam-se: Carvalho (1996), Gabriel (1995), Carvalho (1991), Fausto (2000), Penna (1999).

institucionalista histórica que mais se aproximam do tipo de análise empreendida nesta tese seriam as noções de *path dependence*⁵¹ e de “ponto crítico”.

Nesse sentido, tem-se que, enquanto a noção de *path dependence* expressaria uma idéia de “trajetória condicionada” nos processos de transformação do espaço, no sentido de que uma determinada decisão, no momento inicial do processo, seja ela político-institucional, populacional ou econômica, influenciaria todo o seu desdobramento posterior, a idéia de “ponto crítico”⁵² estaria relacionada ao surgimento daqueles momentos em que se colocaria a possibilidade de interromper o *path dependence* e, com isso, o processo de transformação do espaço poderia assumir um caminho diferente.

Resta-nos, agora, partir para a definição daquilo que melhor se enquadraria nesse papel de “ponto crítico” no processo de transformação espacial em estudo. Nesse sentido, destaca-se, primeiramente, que esse “ponto crítico”, devido ao aporte teórico do presente estudo, deverá se vincular, ao mesmo, aos dois elementos da dimensão político-institucional selecionados para a análise, ou seja, as relações intergovernamentais e a interação Estado-sociedade. Isso nos coloca um desafio adicional, pois cada elemento, isoladamente, fornece uma gama ampla de outros elementos a partir dos quais poder-se-ia definir os “pontos críticos” do processo em análise⁵³.

⁵¹ A noção de *path dependence* já foi apresentada no primeiro capítulo, na elaboração do aporte teórico deste estudo. Ela será retomada aqui para melhor compreensão da idéia de “ponto crítico”.

⁵² Essa definição de “ponto crítico” baseia-se, por um lado, na discussão feita por Pierson (2004) sobre *critical juncture*, apresentada na seção anterior, e no trabalho de Souza (2003a), no qual fica clara a concepção de que o *critical juncture* corresponderia a uma oportunidade de mudança institucional, uma vez que se trata de um momento de interrupção do *path dependence*.

⁵³ Não caberia nos limites deste estudo, embora sua importância seja inegável, uma discussão da bibliografia especializada sobre as relações intergovernamentais no sistema federativo de governo e da literatura que aborda as interações Estado-sociedade, ou as relações entre Estado e sociedade civil. No desenvolvimento do presente capítulo, destacaremos apenas aspectos mais gerais desses dois elementos, os quais estejam mais diretamente relacionados com os nossos objetivos, nos detendo no aprofundamento de alguns aspectos quando for necessário. Porém, vale destacar alguns estudos considerados no levantamento bibliográfico, importantes para uma discussão mais ampla. Assim, a respeito das relações intergovernamentais federativas, destacam-se três trabalhos importantes que abordam o debate internacional e nacional: Abrucio & Costa (1998), Kugelmas & Sola (2000) e Almeida (2005). Além desses, destacam-se alguns outros estudos importantes, mas que, obviamente, não esgotam toda a produção sobre o tema: Abrucio (1998), Affonso (2000; 1996), Almeida (1995), Arretche (2000), Gomes & Mac Dowell (2000), Melo (1996), Rezende (1999), Serra & Afonso (1999), Silva (1995), Souza (1996). Por sua vez, considerou-se como estudos que não abordam diretamente o tema ou que empregam exatamente o termo, mas que tangenciam a questão da interação Estado-sociedade, ou, pelo menos, foi dessa

Além disso, o “ponto crítico” deveria necessariamente possuir também uma dimensão populacional. Diante disso, decidiu-se que o elemento, para que viesse a constituir os “pontos críticos” do desdobramento, no tempo, do “processo de diferenciações político-territoriais”⁵⁴, deveria, por um lado, estar diretamente vinculado à organização territorial e à reorganização da população no espaço, por outro, ser sensível à influência tanto das relações intergovernamentais como da interação Estado-sociedade.

Esses dois aspectos nos levaram a escolher o processo de desmembramento municipal como o elemento que melhor representaria os “pontos críticos” da análise, pois está intrínseca a esse processo a alteração na organização do território e na reorganização da população no espaço e, ao mesmo tempo, a sua ocorrência seria influenciada tanto pela margem de atuação e autonomia proporcionada à esfera municipal que, por sua vez, são condicionadas pelas relações intergovernamentais, em cada contexto político-institucional, como pela interação entre Estado e sociedade, uma vez que a criação de municípios sempre decorreu da iniciativa de um determinado grupo de indivíduos de uma dada localidade⁵⁵ reivindicando sua emancipação política-administrativa⁵⁶.

forma que eu os li, como subsídio para se pensar a interação Estado-sociedade: Leal (1949), Carvalho (1987), Kowarick & Ant (1982), Weffort (1980), Sader (1988), Gohn (1991), Felicíssimo (1994), Sales (1994), Dagnino (2002), Lavallo (2003), Lavallo et al (2004).

⁵⁴ Esse processo será desenvolvido no quarto capítulo desta tese. No momento, basta dizer que é através dele que se analisará o processo de transformação na organização territorial e na reorganização da população no espaço.

⁵⁵ Destaca-se que, ao longo dos diferentes contextos político-institucionais, o que variou nesse aspecto do processo de criação de municípios foi a composição social desse grupo de indivíduos, sendo que é possível considerar que esse grupo tendia a ser mais elitizado em contextos onde o direito político era menos estendido, enquanto em contextos com mais extensão de direitos políticos, esse grupo tendia a incorporar as camadas populares.

⁵⁶ Baseado em estudo anterior sobre o processo de emancipação municipal no estado de São Paulo. (Siqueira, 2003).

I.2.2 – Definição de *hinterlândia* e uso e ocupação do solo urbano

Construiremos nossa discussão conceitual sobre *hinterlândia* não pretendendo abarcar todos os autores que trabalharam com o conceito em questão, mas tão-somente evidenciar o emprego do conceito de *hinterlândia* em dois autores selecionados: Correa (1998; 1994) e Singer (1968).

Assim, iniciaremos com as colocações de Correa (1994), onde, ao analisar as proposições de Christaller (1933)⁵⁷ sobre as *localidades centrais*, o termo *hinterlândia* aparece como sinônimo de *região complementar* de *localidades centrais*, sendo estas últimas aquelas

dotadas de *funções centrais*, isto é, atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa, residente na *região complementar* (...), em relação à qual a localidade central tem uma posição central. (CORREA, 1994, p.21)

Em função das localidades centrais, a *região complementar* seria definida como a área onde

os consumidores efetivamente deslocam-se para a localidade central visando a obtenção de bens e serviços. (CORREA, 1994, p.21)

Assim, sendo tomado inicialmente como sinônimo de região complementar de uma localidade central, o termo *hinterlândia* acabaria por se aproximar da idéia de “área de influência” de um centro urbano, e é nesse sentido que, em estudo posterior, Correa (1998) definiria literalmente *hinterlândia* como sendo uma

área subordinada economicamente a um centro urbano. Emprega-se a palavra referindo-se a áreas de influência de uma cidade. (CORREA, 1998, p.86)

Definido dessa forma, o termo *hinterlândia* acaba assumindo uma conotação estritamente econômica, estando ausente qualquer referência à

⁵⁷ CHRISTALLER, W. (1933) **Central places in southern Germany**. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966.

natureza dos espaços envolvidos na definição e ao tipo de relação existente entre eles. Porém, seria ainda no primeiro estudo do geógrafo considerado que iríamos encontrar indicações para um emprego alternativo do termo *hinterlândia*.

Assim, Correa (1994) coloca que na geografia européia, especialmente a francesa, a partir da década de 1970, têm sido empreendidos estudos da relação cidade-região. Tal tema constitui-se, segundo o autor, em “uma transformação da clássica temática cidade-campo”, que constituiu, durante longo período, o interesse de historiadores, sociólogos, antropólogos, economistas e geógrafos (CORREA, 1994, p.40).

De acordo com Correa (1994), na abordagem geográfica ao tema, as relações entre cidade e região seriam consideradas como relações entre

uma grande cidade e sua hinterlândia constituída por centros urbanos menores e áreas rurais, em muitos casos diferenciadas em termos de estruturas e paisagens agrárias. (CORREA, 1994, p.41)

Assim, observa-se que, a partir das colocações do autor, *hinterlândia* estaria associada à idéia da *região* que se subordina a um grande centro urbano, composta não somente pelas áreas rurais, mas também por núcleos urbanos menores.

O autor complementa ainda essa imagem da relação cidade-região destacando a relação de complementaridade, ou interdependência, entre os dois elementos. Nesse sentido, o autor afirma que, com o capitalismo, “as relações econômicas e sociais são ampliadas” e, por isso, passam a ser realizadas em amplos territórios, que são incorporados diferentemente ao sistema capitalista (CORREA, 1994, p.53).

Correa (1994) destaca que na expansão do sistema capitalista verifica-se, por um lado, “a ampliação da divisão territorial do trabalho” e, por outro, “a necessária articulação entre as diversas unidades territoriais especializadas” (CORREA, 1994, p.53). O autor complementa afirmando que

Esta divisão e articulação só é viável através de uma ampla rede urbana, abrangendo vários tipos de centros localizados em vários territórios.(CORREA, 1994, p.53)

Assim, é baseado no escopo alcançado pela divisão territorial do trabalho no capitalismo que Correa (1994) justifica a substituição que faz da expressão cidade-campo pela expressão cidade-região. Nesse sentido, ele afirma

Estamos longe, portanto, de uma relação cidade e campo tal como se processava no século XIII, entre um burgo e sua restrita hinterlândia constituída por aldeias e suas áreas agrícolas: cidade e campo completavam um universo onde a vida econômica e social plenamente podia ser realizada. É por essa razão que adotamos a expressão cidade e região: trata-se da grande cidade, um centro metropolitano, criação do próprio capitalismo, e de áreas agrícolas diversas e numerosos centros urbanos menores, todos subordinados à metrópole. (CORREA, 1994, p.54)

A relação de complementaridade entre a cidade, de um lado, e a região, de outro, é vista pelo autor como se constituindo de dois ciclos de troca de bens e serviços:

No primeiro ciclo, a grande cidade, cabeça da rede urbana, *extrai* do campo e das cidades menores, via migrações, força de trabalho. Extrai também produtos alimentares, matérias-primas, lucros comerciais e renda fundiária. No segundo ciclo, que realimenta o primeiro, tratando-se, portanto, do mesmo processo, a cidade *exporta* – para o campo e centros menores – capitais, bens e serviços, idéias e valores. (CORREA, 1994, p.56)

Com isso, temos em Correa (1998; 1994), por um lado, a noção de *hinterlândia* associada à idéia de “área de influência” de um determinado centro urbano, e, por outro, em decorrência do escopo que a divisão territorial do trabalho assume no capitalismo, a noção de *hinterlândia* aparece como o elemento contraposto e complementar ao centro urbano no binômio cidade-região, onde a ênfase é colocada na dimensão econômica da relação entre as duas espacialidades.

Com essas colocações, temos uma conceituação ampla do termo *hinterlândia*, o que nos auxilia a ter uma visão geral sobre ele. Porém, como

Correa (1998; 1994) não se baseou em estudos de caso, não é nos seus escritos que encontraremos referências à maneira como ocorre a formação histórica de *hinterlândias* específicas e nem a outros elementos, além dos econômicos, constitutivos da relação entre um centro urbano e sua respectiva hinterlândia.

Essa dimensão histórica da formação da hinterlândia e da relação com o centro urbano ao qual está subordinado pode ser entendida a partir do estudo prévio que Singer (1968) realizou sobre o desenvolvimento econômico sob a perspectiva da formação e evolução das cidades⁵⁸.

Assim, objetivando analisar o processo de desenvolvimento econômico a partir do prisma da evolução das cidades, Singer (1968) enfatiza, primeiramente, que “a economia urbana jamais é auto-suficiente” (SINGER, 1968, p.7). Nesse sentido, o autor coloca que a economia citadina como objeto de investigação

pressupõe o exame de uma área mais ampla, dentro da qual se dá a divisão do trabalho entre a agricultura e os setores produtivos que se localizam na cidade. (SINGER, 1968, p.7)

Tomada de tal forma, de acordo com a exposição de Singer (1968), a análise da economia citadina acabaria por pressupor a consideração da relação entre campo e cidade na investigação que, segundo o autor, assumiria a seguinte forma:

Este metabolismo entre campo e cidade faz com que a análise tenha que abranger um conjunto maior que a cidade propriamente dita. Este conjunto se compõe do centro urbano e de suas regiões tributárias, que são definidas como o *hinterlândia* econômico da cidade. (SINGER, 1968, p.7)

Com isso, chegamos a uma definição da *hinterlândia* de uma cidade que, de acordo com Singer (1968), “se compõem do centro urbano e de suas regiões tributárias” (SINGER, 1968, p.7). Ou seja, o *hinterlândia* refere-se a

Todas aquelas áreas agrícolas que cedem à cidade (sob a forma de vendas de mercadorias, pagamento de impostos, oferendas

⁵⁸ As cidades selecionadas por Singer (1968) neste estudo são: São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte.

religiosas, etc) parte de seu excedente e consomem, em alguma medida, bens ou serviços da cidade. (SINGER, 1968, p.7)

Assim, de acordo com as palavras do autor, seria possível observar que o termo *hinterlândia* refere-se a uma relação e interação baseada na interdependência entre dois tipos de espacialidades – o centro urbano e demais os núcleos secundários –, que se baseia na esfera econômica, mas vai além dela, incluindo elementos culturais, sociais e político-institucionais.

A visão da *hinterlândia* além dos seus aspectos econômicos é possível em Singer (1968) devido à própria metodologia empregada pelo autor que, no exame do processo de desenvolvimento feito a partir do acompanhamento da evolução econômica de cada uma das cinco cidades e seus respectivos *hinterlândia*, foram analisadas não somente os aspectos econômicos, mas também os aspectos políticos, sociais e históricos desse desenvolvimento⁵⁹.

Posto isso, o que vale destacar dessa discussão para o desenvolvimento da nossa análise refere-se à ênfase dada pelos dois autores à interdependência entre dois tipos de espacialidades: centro urbano e regiões tributárias (Singer, 1968), ou grande cidade e centros urbanos menores (Correa, 1994). No nosso estudo, esta interdependência se traduzirá na inter-relação entre um distrito-sede e os diversos povoados ou entre o distrito-sede e os diversos distritos secundários, localizados no espaço intra-municipal.

Uma segunda característica da *hinterlândia*, relevante para o desenvolvimento da nossa análise, que foi possível destacar a partir, especificamente, da discussão empreendida por Singer, refere-se à consideração de que a *hinterlândia* não se define apenas pelos seus aspectos econômicos.

Diante disso, em consonância com os propósitos deste estudo, considera-se que a *hinterlândia* é uma forma de espaço que se configura a partir de várias dimensões, entre as quais destaca-se, no nosso caso, a dimensão econômica e a

⁵⁹ Na análise das cinco cidades selecionadas, Singer (1968) considera os aspectos geográficos, políticos e sociais do histórico de formação econômica do estado e da sub-região em que se situa cada cidade, focando, inclusive, na formação dos núcleos urbanos que compõem a *hinterlândia* de cada cidade, a ação do governo imperial e o papel da colonização estrangeira. Não caberia, neste estudo, uma abordagem aprofundada sobre cada caso estudado. Serão destacados apenas os elementos que contemplem os propósitos do presente estudo, focado na cidade de Campinas.

dimensão político-institucional. Considera-se, também, que essas duas dimensões não se configuram ao mesmo tempo, nem no mesmo ritmo e nem sob os mesmos condicionantes. Essa desconexão entre essas duas dimensões na formação da hinterlândia é um fator caracterizará o processo de transformação do espaço em estudo.

O segundo tópico desta subseção refere-se ao debate nacional sobre uso e ocupação do solo urbano. Para os propósitos do presente estudo, a discussão conceitual será construída a partir das contribuições ao tema feitas por Singer (1982), Ribeiro (1982) e Vetter & Massena (1982), buscando focar, especificamente, os principais aspectos no processo de valorização do espaço urbano⁶⁰.

Assim, começaremos nossa exposição conceitual pelo estudo realizado por Singer. Nesse sentido, o autor destaca, primeiramente, que, nas sociedades capitalistas, a geração de valor do solo urbano estaria relacionada com o seu caráter de propriedade privada⁶¹.

Quanto à especificidade do capital imobiliário, o autor destaca que, enquanto o capital [em geral] gera lucro por presidir, orientar e dominar o processo social de produção, o capital imobiliário não participaria dessa lógica

na medida em que o espaço é apenas uma condição necessária à realização de qualquer atividade, portanto, também da produção, mas não constitui em si meio de produção, entendido como emanção do trabalho humano que o potencia. (SINGER, 1982, p.21)

Colocadas as especificidades da renda do solo urbano e do capital imobiliário, Singer (1982) destaca o uso do solo urbano também seria regulado pelos mecanismos de mercado, no qual se formaria seu preço. Porém, trata-se de

⁶⁰ Desde já, enfatiza-se que não se pretende fazer uma consideração profunda dos estudos selecionados, o que excederia os limites deste estudo. Pretende-se, tão-somente, destacar, de forma breve, os pontos mais importantes em cada estudo.

⁶¹ O que faria com que o capital imobiliário se constitua num “falso capital”, uma vez que a sua valorização não é a atividade produtiva, mas sim a monopolização do acesso à propriedade privada, que é a condição indispensável para a realização da atividade produtiva. (SINGER, 1982, p.22).

uma mercadoria *sui generis*, pois sua aquisição representaria o acesso à utilização do espaço (SINGER, 1982, p.23).

Assim, de acordo com o autor, os preços do solo urbano tenderiam a ser determinados pela quantia que a demanda existente estiver disposta a pagar. Sendo essa demanda freqüentemente mutável em decorrência do processo de expansão e ocupação urbanas, os preços desta mercadoria poderiam oscilar de forma desmesurada – tornando o mercado imobiliário essencialmente especulativo (SINGER, 1982, p.23).

Por sua vez, essa oscilação nos preços ocorreria porque o acesso ao solo urbano⁶² seria disputado por diferentes agentes sociais para a realização de variados usos desse espaço⁶³, para os quais, a *localização* dentro do espaço urbano se constituiria em importante fator na definição de sua escolha e, por conseqüência, se tornaria um fator poderoso na determinação dos preços no mercado imobiliário (SINGER, 1982, p.22).

Por último, de acordo com Singer (1982), a criação de *localizações* diferenciais se daria em função da disputa entre diferentes agentes sociais que, por sua vez, se basearia na potencialidade que determinadas *localizações* teria de otimizar o acesso à utilização do espaço. Com isso, tem-se que uma melhor localização estaria relacionada com uma maior acessibilidade a determinados bens e serviços, os quais variam conforme os agentes sociais e o uso que se busca fazer do solo urbano⁶⁴.

Feitas as considerações a respeito dos elementos básicos de formação do valor do solo urbano, chega-se num ponto da discussão realizada por Singer que nos interessa mais no desenvolvimento do nosso estudo, que está relacionado com a forma de estruturação do solo urbano.

⁶² Através da compra de um direito de propriedade ou do pagamento de aluguel.

⁶³ Segundo o autor, esses agentes sociais se dividiriam em três grupos: as empresas objetivariam a ocupação do espaço para a realização de atividades produtivas; os diferentes grupos de indivíduos buscariam suprir suas necessidades habitacionais; e as entidades que buscariam atender as necessidades de consumo coletivo. (SINGER, 1982, p.24).

⁶⁴ Segundo Singer, as empresas buscariam melhor acesso a externalidades positivas; os indivíduos que disputam o solo urbano para fins de habitação, buscam localizações que proporcionam melhor acesso a serviços urbanos (transporte, saneamento, escola, saúde, comércio). (SINGER, 1982, p.24-27).

Nesse sentido, segundo Singer (1982), as cidades brasileiras, de um modo geral, se estruturariam a partir de um *centro principal*, ou seja, uma área onde se localizaria um conjunto diversificado de serviços e equipamentos urbanos e onde se concentrariam, em alto grau, infra-estrutura de circulação e saneamento básico.

Por sua vez, os serviços urbanos se irradiariam do centro à periferia, tendendo a se tornar mais escassos na medida que aumenta a distância em relação ao centro. Disso resultaria, segundo o autor, um “gradiente” de valores do solo urbano, que se iniciaria no ponto máximo no centro principal e diminuiria até o ponto mínimo, nos limites da cidade, sendo que as classes sociais mais abastadas tenderiam a se localizar nas áreas mais próximas do centro principal e as classes mais pobres, nas porções mais distantes (SINGER, 1982, p.29-30).

De acordo com o autor, com o crescimento urbano, surgiriam novos centros, que contribuiriam para a reestruturação do uso do solo das áreas já ocupadas e, com isso, para a atuação de diferentes “gradientes” de valores do solo, num mesmo espaço contíguo.

Nesse processo, o Estado, de acordo com Singer, desempenharia um papel importante na determinação das demandas pelo uso de cada porção do solo urbano e, portanto, na determinação do seu preço, uma vez que se constitui no principal responsável no provimento de boa parte dos serviços urbanos.

Assim, mesmo não sendo o objetivo da atuação do Estado, qualquer inversão realizada pelo poder público no solo urbano, que resulte na melhoria da acessibilidade de algum bem ou serviço, seria incorporada ao valor do imóvel aí localizado, contribuindo para a elevação do seu preço. Por sua vez, isso contribuiria para fazer da atuação do Estado, em função da instituição da propriedade privada e da lógica de funcionamento do mercado imobiliário, um dos principais fatores na produção de diferenciais na renda fundiária urbana (SINGER, 1982, p.33).

Essa tendência da atuação do Estado na produção de diferenciais no espaço urbano é reforçada pelo estudo de Vetter & Massena (1982)⁶⁵, no qual

⁶⁵ O estudo de Vetter & Massena (1982) é baseado na análise dos investimentos em infra-estrutura e impostos locais no município do Rio de Janeiro, no período 1975-1977.

observaram que o aumento das inversões do Estado nas diferentes áreas teria contribuído para uma crescente politização da alocação de recursos nas grandes cidades, através da apropriação diferenciada dos *benefícios líquidos*⁶⁶, provenientes da ação do Estado, entre os diferentes segmentos da população.

Segundo os autores, a apropriação desses *benefícios líquidos* se constituiria num elemento importante na determinação dos níveis de condição de vida dos diferentes grupos socioeconômicos residentes nas cidades (VETTER & MASSENA, 1982, p.51).

Especificamente, com relação à atuação do Estado no espaço urbano, baseando-se na teoria da causação circular, Vetter & Massena enfatizam que haveria uma tendência, em função da criação de diferenciais, a reforçar uma “segregação residencial” dentro do espaço urbano.

Isso porque, no argumento dos autores, os investimentos públicos realizados numa determinada área, num determinado período, tenderiam a condicionar os investimentos futuros, de forma que estes recaíssem, preponderantemente, em áreas já ocupadas por grupos sociais com maior poder econômico e, portanto, com maior poder político para influenciar as ações futuras do Estado (VETTER & MASSENA, 1982, p.59).

No entanto, os autores sinalizam para a possibilidade de interrupção, ou, ao menos, de reversão ou amenização, desse processo de *causação circular*, destacando dois caminhos nesse sentido: por um lado, através da mobilização política e de reivindicação da população de baixo rendimento nas áreas menos favorecidas; e, por outro, através de medidas, provenientes do poder público, que favoreçam a redistribuição de renda e o acesso mais eqüitativo ao capital financeiro para construção residencial (VETTER & MASSENA, 1982, p.60).

Com isso, as principais contribuições que se depreendem dos estudos de Singer (1982) e de Vetter & Massena (1982), para o desenvolvimento da análise que se objetiva empreender no presente estudo, referem-se, por um lado, à forma

⁶⁶ Por *benefícios líquidos* deve-se entender “a diferença entre os *benefícios* produzidos pelos investimentos feitos pelo Estado – melhorias dos níveis de consumo coletivo, de poluição ambiental etc. – e os *custos* gerados na forma de tarifas, impostos locais ou outros fatores que produzem a qualidade de vida no local ou afetam determinados grupos sociais”. (VETTER & MASSENA, 1982, p.51)

de estruturação do espaço urbano a partir de um centro principal, a partir do qual surgiria um “gradiente” de valor do solo urbano na medida que se avança para as áreas periféricas, e a configuração de novos centros, funcionando com a mesma lógica, na medida em que ocorre o crescimento das cidades.

Por outro lado, os impactos na configuração das diferentes espacialidades que compõem o espaço urbano em estudo em função: da atuação do Estado na produção de diferenciais no espaço urbano, da tendência presente nessa atuação a beneficiar os grupos sociais com maior poder político e das mudanças na forma de uso do solo a partir da interação dos grupos sociais com menor poder político com o poder público, nas diferentes escalas de tomadas de decisão.

Ribeiro (1982), por sua vez, complementa esse quadro a partir da consideração da existência de “racionalidades diferenciadas” nas formas de valorização da propriedade de terras. Isso significa que, na análise da estruturação do espaço urbano, se deveria levar em conta a atuação de diferentes lógicas de apropriação e produção do espaço pelos diferentes agentes sociais⁶⁷, que contribuiriam para a formação de preços no mercado de terras.

Para a realização do nosso estudo, considera-se que a existência de “racionalidades diferenciadas” na forma de uso e ocupação do espaço urbano estaria na base dos conflitos de interesses entre os diferentes grupos sociais que se distribuem no espaço e constitui-se num importante fator que leva a transformações na forma de organização territorial e de reorganização da população no espaço.

1.2.3 – Escalas espaciais nas análises urbana e regional

Diante da consideração da necessidade de se definir a escala em que esse estudo será empreendido, decidiu-se que essa definição se basearia na discussão

⁶⁷ Nesse sentido, o autor destaca a existência de três tipos de lógicas de apropriação e produção do espaço: a lógica da produção não-capitalista, a lógica rentista e a lógica do incorporador imobiliário.

sobre a questão escalas, nos estudos regionais e urbanos, encaminhada por Brandão (2007).

Neste estudo, numa crítica ao que o autor denominou por “pensamento único localista”, Brandão (2007) procura demonstrar porque a temática regional e urbana nunca deveria ter abandonado o campo da economia política do desenvolvimento. Assim, o foco da sua crítica a essas abordagens “localistas” se centraria no abandono da perspectiva crítica da sociedade, que o fazem

(...) retornando ao conceito de comunidade, constituída por atores e agentes, e não classes sociais, que orientariam suas ações pelo compartilhamento de valores da auto-identidade e do pertencimento a comunas, mais do que por interesses de classe. (BRANDÃO, 2007, p.16)

Complementa ainda que

Abandonando qualquer perspectiva de luta de classes sociais, estes autores colocam toda ênfase nas relações estabelecidas pela ‘comunidade cívica’, destacadas nas abordagens do papel do capital social, a partir do trabalho seminal de Putnam (1993). (BRANDÃO, 2007, p.16)

Brandão (2007) aguça a sua crítica afirmando que o aspecto mais grave dessa literatura em relação ao desenvolvimento local e regional é que “ela negligencia totalmente a questão fundamental da hegemonia e do poder político” (BRANDÃO, 2007, p.21).

Alternativamente, e sob inspiração gramsciana, o autor sugere que

(...) devemos pesquisar os processos assimétricos em que um agente privilegiado (os centros de decisão) detém o poder de ditar, (re) desenhar, delimitar e negar domínio de ação e raio de manobra a outrem. (BRANDÃO, 2007, p.21)

Diante disso, após a avaliação, de um lado, de uma literatura internacional selecionada, a partir da qual o autor discute as principais determinações da

dimensão espacial do desenvolvimento capitalista⁶⁸, e de outro, de uma literatura nacional⁶⁹, com a qual ele discute as heterogeneidades estruturais e a construção da unidade nacional, Brandão (2007) apresenta o que ele definiria como novos “recortes escalares” nos estudos urbano-regionais.

Assim, para a definição desses recortes escalares, o autor parte da consideração da *cidade* como

(...) a sede e o ambiente da reprodução das classes, da atividade de produção, distribuição, troca e consumo. Atrai massas populacionais, mas não tem, geralmente, capacidade suficiente de geração de postos de trabalho e de absorção, nos circuitos modernos da economia, dessas pessoas. (BRANDÃO, 2007, p.160)

[...]

Assim, o urbano é também *locus* da geração de demandas e o espaço de lutas políticas dos estratos sociais que reivindicam acesso aos meios de consumo coletivo e inserção no mercado de trabalho. É o espaço dos fluxos emanados de diversas frações do capital. (BRANDÃO, 2007, p.161)

Ou seja, nessas passagens, destacadas do estudo de Brandão, seria possível perceber o urbano como o ambiente privilegiado do confronto de interesses dos diferentes grupos sociais, e onde os problemas daí decorrentes possuem uma dimensão interescalar, tanto em termos de causas como de consequências.

A partir das suas colocações, o autor aponta como novos recortes escalares o urbano (que inclui outras escalas intra-urbanas) e a rede urbana, sendo esta última a privilegiada pelo autor. Nesse sentido, o autor afirma que

⁶⁸ Neste tópico, o autor selecionou uma gama variada de autores, tais como Christaller (1936), Gottdiener (1985), Lefebvre (1970, 1972), Castells (1972), Harvey (1973), Lipietz (1977), Coraggio (1988), Markusen (1980), entre outros, a partir dos quais ele discute a *homogeneização, integração, polarização e hegemonia* como “as quatro forças que moldam a dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista” (Brandão, 2007, p.3). Trata-se de uma discussão importante para o desenvolvimento do argumento do autor, mas que no momento não será abordado com maior profundidade, optando-se por focar exclusivamente na questão da definição do recorte escalar.

⁶⁹ Neste tópico, o diálogo é estabelecido com Milton Santos (1994), Wilson Cano (1975, 1981), Vilmar Faria (1976), Kageyama (1993), entre outros.

Especialmente em um país continental, o estudo não conservador da estrutura e da dinâmica de sua rede urbana é decisivo para que se entendam a reprodução social e as diferentes escalas espaciais em que se processa o desenvolvimento de suas forças produtivas. (BRANDÃO, 2007, p.164)

Para finalizar essa discussão, retoma-se a consideração inicial do autor onde ele afirma que “nenhum recorte espacial é natural”, destacando que

As escalas são construções históricas, econômicas, culturais, políticas e sociais e, desse modo, devem ser vistas na formulação de políticas. (...). (BRANDÃO, 2007, p.5)

Complementa-se essas considerações com o destaque dado pelo autor ao fato de que “cada problema tem a sua escala espacial específica” e que é preciso “enfrenta-lo a partir da articulação dos níveis de governo e das esferas de poder pertinentes àquela problemática específica” (BRANDÃO, 2007, p.178).

Vale a pena destacar, ainda, duas referências empregadas por Brandão (2007) na sua reflexão teórica sobre a questão das escalas. Nesse sentido, analisando o trabalho de Swyngedouw (1997)⁷⁰, o autor destaca a possibilidade de eventos ocorridos em um escala terem implicações e conseqüências em outras

Muitas vezes, independentemente de qual é o sítio em que ocorre um evento, seus efeitos são sentidos em diferentes níveis escalares. Esse autor contribuiu também para definir que as escalas são produzidas e não dadas. Sustenta [Swyngedouw] que ‘a escala não está ontologicamente dada, nem constitui um território geograficamente definível a priori’. São configurações ‘cujos conteúdos e relações são fluidos, contestados e perpetuamente transgredidos. (BRANDÃO, 2007, p.179)

Por fim, Brandão (2007) enfatiza que “a escala é central e decisiva, material e politicamente, para estruturar processos” e, citando Vainer (2002)⁷¹, conclui que

⁷⁰ SWYNGEDOUW, S. Neither global nor local: glocalization and the politics of scale. In: COX, K. (org.). **Spaces of globalization: reasserting the power of local**. New York/London: The Guilford Press, 1997.

⁷¹ VAINER, C. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: IPPUR. **Planejamento e território: Ensaio sobre a desigualdade**. Cadernos IPPUR (número especial), ano XVI, no.1, jan-jul, 2002.

Escolher uma escala é também, quase sempre, escolher um determinado sujeito, tanto quanto um determinado modo e campo de confrontação (...) qualquer projeto (estratégia?) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos. (VAINER *apud* BRANDÃO, 2007, p.180).

Assim, em conformidade com a discussão apresentada, considerando que o recorte espacial, além de construção histórica, constitui-se também como construção econômica, cultural, política, social e, porque não, populacional, e que escolher uma escala é escolher um determinado sujeito e um determinado tipo de problema, no desenvolvimento do presente estudo, caracterizado por uma análise histórica do processo de transformação da articulação entre a dimensão político-institucional e a organização territorial e a reorganização populacional, foram definidas quatro escalas espaciais de análise: o *espaço intra-municipal*, o *espaço inter-distrital*, o *espaço inter-municipal* e o *espaço metropolizado*.

Uma vez que o *espaço intra-municipal*, na nossa análise, seria expresso pela *hinterlândia*, que já foi definida na primeira subseção desta discussão, passaremos à definição das demais escalas.

Nesse sentido, com relação ao *espaço inter-distrital*, considera-se que se trataria de uma determinada territorialidade composta por diferentes espacialidades, que, no nosso caso, seriam os distritos, onde uma espacialidade principal polarizaria as relações entre as demais espacialidades – o que, neste ponto, não o diferenciaria, essencialmente, de uma *hinterlândia*.

No entanto, o *espaço inter-distrital* seria mais complexo que a *hinterlândia* na medida em que suas espacialidades polarizadas pelo distrito principal seriam mais do que simples “regiões tributárias” de um centro urbano principal. Assim, elas continuariam sendo fornecedoras de bens para o centro urbano, mas em decorrência de um adensamento populacional e de uma complexificação de sua estrutura social, essas espacialidades passariam a ter uma dinâmica de desenvolvimento própria e seus interesses, divergentes em relação aos interesses do distrito principal, passariam a se explicitar mais no cenário municipal.

Por outro lado, esse *espaço inter-distrital* estaria aquém de um *espaço inter-municipal* no sentido de que, embora suas espacialidades secundárias já

apresentassem uma dinâmica própria de desenvolvimento e explicitassem interesses divergentes, ainda não se constituíam em unidades autônomas política, financeira e administrativamente, permanecendo ainda circunscritas à jurisdição do domínio exercido a partir do distrito principal.

Com isso, define-se o *espaço inter-distrital* como sendo aquele no qual as diferentes espacialidades, por um lado, já apresentariam uma expressão mais significativa no cenário público municipal, embora não apresentassem ainda força política suficiente para fazer com que seus interesses definissem a tomada de decisão municipal e, por outro, não se constituíam ainda em unidades autônomas, o que pressupõe a existência de uma instância acima dessas espacialidades, que as articula e que exerce o papel de coordenação política, financeira e administrativa, representada pelo governo municipal, cuja sede se localizaria no distrito principal.

Por sua vez, o *espaço inter-municipal*, como já foi adiantado, refere-se ao espaço constituído por espacialidades, representadas pelos municípios, que, por um lado, apresentam uma dinâmica própria de desenvolvimento, e, por outro, constituem-se em unidades autônomas política, financeira e administrativamente.

A especificidade do *espaço inter-municipal*, no nosso caso, seria representada pelo fato de que estas espacialidades possuem em comum uma matriz histórica de formação, caracterizada por uma distribuição desigual de poder político e pela não identidade política e social entre as espacialidades – característica esta que se formou e se consolidou nas fases *intra-municipal* e *inter-distrital* do processo de transformação do espaço estudado, e que permanecerá na configuração do *espaço metropolizado*.

Por fim, a nossa definição de *espaço metropolizado*⁷² se baseará no estudo de Semeghini (2006), sobre os diferentes conceitos de “metrópole”. Assim, tem-se que o nosso *espaço metropolizado* seria aquele caracterizado, por um lado, por uma “grande conurbação” espacial e, por outro, por constituir-se numa “região

⁷² Apesar de o nosso estudo não aprofundar a articulação entre a dimensão político-institucional e a reorganização da população, no contexto do espaço metropolizado, ele é considerado aqui porque o processo estudado, aqui, acaba desembocando nele e a discussão sobre fragmentação do espaço a pressupõe.

urbana”, baseada no reconhecimento das diferenças, ou seja, o reconhecimento da existência de comunidades distintas e da legitimidade de distintas autoridades governamentais (SEMEGHINI, 2006, p.8)⁷³.

Assim, nossa definição de espaço metropolizado compreende tanto os aspectos demográfico e espacial como o aspecto político e institucional dos conceitos de “metrópole” discutidos por Semeghini.

Destaca-se, ainda, que se denominou *espaço metropolizado*, ao invés de “espaço metropolitano”, para evitar que ele fosse confundido com “região metropolitana”, pois o nosso recorte espacial compreende alguns municípios selecionados da região metropolitana de Campinas, e não a sua totalidade.

I.2.4 – Tridimensionalidade do processo emancipatório

Para finalizar essa discussão conceitual complementar, apresentaremos o mecanismo teórico através do qual será compreendida determinadas transformações no espaço, expressas pela passagem do espaço intra-municipal para o inter-municipal, e deste para o inter-municipal.

Trata-se da “tridimensionalidade do processo emancipatório”, desenvolvido em estudo anterior⁷⁴, sobre o processo de criação de município, cuja idéia central refere-se à consideração de que o processo de criação de municípios que, por sua vez, corresponde à efetivação dos processos de consolidação do domínio territorial e de expansão territorial da população, decorre da atuação de três dimensões: a demográfica, a econômica e a político-institucional (SIQUEIRA, 2003, p.203).

Embora desenvolvida para entender o processo de criação de municípios, a lógica da tridimensionalidade do processo emancipatório pode ser estendido para

⁷³ Segundo o autor, a existência dessas diferenças, de acordo com o autor, seria a fonte de tensão entre a integração econômica e a diferenciação social, e seria de onde derivariam os conflitos entre autoridades governamentais, característicos das áreas metropolitanas (SEMEGHINI, 2006, p.9).

⁷⁴ Siqueira (2003).

se entender o “processo de diferenciações político-territoriais intra-municipais”⁷⁵, através do qual surgiriam distritos secundários no espaço em estudo.

Por fim, considera-se que, em determinados processos possa haver o predomínio de uma ou outra dimensão, as dimensões demográfica, econômica e político-institucional, agiriam conjuntamente nos resultados finais do processo em estudo, sendo que a determinação de qual dimensão constitui-se como predominante, como se mostrará no decorrer desse estudo, dependerá da escala espacial em que se considere o fenômeno e os elementos demográficos, político-institucionais ou econômicas que servirão para analisar o fenômeno.

I.3 – Recorte geográfico do estudo e periodização

Uma vez definidos a escala espacial de análise e o aspecto da dimensão política a partir dos quais será analisada a articulação entre espaço intra-urbano, reorganização populacional e dimensão político-institucional, cabe agora discutir o recorte geográfico do estudo.

Nesse sentido, definiu-se o município de Campinas como unidade espacial de análise.

Considerando a posição estratégica assumida pelo município de Campinas nos diferentes períodos do desenvolvimento econômico paulista, essa institucionalização reflete a função de centralidade⁷⁶ desempenhada por Campinas, fruto de um processo histórico que possibilitou que, atualmente, a região metropolitana campineira se constitua numa das áreas mais dinâmicas do estado.

Quanto à dimensão política da análise, o município de Campinas constitui um recorte geográfico interessante para a perspectiva neo-institucionalista

⁷⁵ Esse processo será apresentado no terceiro capítulo.

⁷⁶ Essa centralidade de Campinas inicia-se com a economia açucareira; consolida-se com o complexo cafeeiro na região, em fins do século XIX; e reforça-se, em momentos posteriores, nas diferentes etapas da industrialização, vivenciadas pelo país (restringida, pesada, desconcentração industrial e reestruturação produtiva). Baseado em Cano (1998; 1985; 1977); Baeninger (1992); e Semeghini (1991).

empregada aqui por que é possível identificar, pelo menos, três momentos onde a atuação da dimensão político-institucional – expressa pelas relações intergovernamentais e a forma como se constituiu a interação Estado-sociedade, por um lado, e a composição social da população, nas diferentes espacialidades de Campinas, por outro, foram cruciais para o desenvolvimento de suas características atuais.

Assim, tem-se, por um lado, a posição estratégica de Campinas – e da oligarquia cafeeira estabelecida aí – no desenvolvimento da cafeicultura no estado, constituindo o “epicentro”⁷⁷ das principais mudanças na economia cafeeira da década de 1860, que vão propiciar os elementos para a formação, a partir de 1886, do complexo cafeeiro capitalista⁷⁸ – a base da acumulação de capital da industrialização paulista.

Isso vai contribuir para a especificidade do posicionamento de Campinas frente às políticas imperiais de terra e de colonização, influenciando, com isso, a forma de organização territorial e reorganização da população no espaço.

Por outro lado, os outros dois momentos referem-se aos “pontos críticos” da análise, constituídos pelos dois processos de desmembramento do seu território – primeiramente, durante a Segunda República, entre final de 1940 e início dos 50, e depois, após a abertura política e Constituição de 1988 – que refletem os momentos no qual os processos de diferenciação interna do território municipal, alcançaram um nível tal, levando-o a essa forma radical de transformação do espaço, contribuindo, assim, para a diversidade presente hoje na região metropolitana de Campinas.

No que se refere à periodização deste estudo, torna-se um desafio a definição de uma periodização para o estudo da articulação entre reorganização da população no espaço e dimensão político-institucional, que envolve desenvolvimento econômico, processos gerais de redistribuição populacional e dimensão político-institucional.

⁷⁷ De acordo com Semeghini, 1991, p.34.

⁷⁸ Cano (1977) *apud* Semeghini (1991).

Poderíamos construir nossa periodização baseando-nos nos estudos de Cano (1998; 1985; 1977), nos quais o autor analisa o desenvolvimento econômico brasileiro a partir de uma periodização do desenvolvimento da agricultura e das diferentes etapas da industrialização do país.

Ou então, poderíamos tomar como referência o estudo de Abrucio (1998), no qual o autor periodiza os diferentes momentos de formação do federalismo brasileiro a partir das formas assumidas pelas relações intergovernamentais, nos diferentes contextos constitucionais do país. Numa terceira alternativa, ainda, poderíamos traçar uma periodização, baseada na literatura especializada já produzida no Brasil, dos diferentes processos migratórios e de distribuição espacial da população ocorridos no país e, a partir dela, empreender o estudo do nosso fenômeno.

Porém, mostra-se insuficiente basearmos nosso estudo, exclusivamente, em uma ou outra forma de periodização.

Torna-se necessário a escolha de um fenômeno social que possa representar o elo entre os três vértices do aporte teórico desenvolvido aqui, um elemento que conecte essas três dimensões. Considera-se que o desmembramento municipal, a partir da “tridimensionalidade do fenômeno emancipatório”, constitui esse elemento.

De acordo com essa idéia, os desmembramentos municipais constituiriam processos resultantes da atuação de três dimensões: a demográfica, a econômica e a político-institucional (Siqueira, 2003).

Embora desenvolvida para entender o processo de criação de municípios, a lógica da tridimensionalidade do processo emancipatório pode ser estendido para se entender o “processo de diferenciações político-territoriais intra-municipais”, através do qual surgiriam distritos secundários no espaço em estudo.

Assim, a periodização deste estudo será baseada na criação de distritos secundários e nos desmembramentos municipais mais importantes para a configuração final da área estudada.

Diante disso, definiu-se a seguinte periodização para o caso do município de Campinas:

- 1) 1850-1870 → período em que o “espaço campineiro” era formado pelo distrito-sede e diferentes povoados e que o poder político municipal estava concentrado no distrito-sede. Período de crescimento econômico e populacional, que corresponde ao início da formação de *hinterlândia* campineira, ao final do qual ocorre a primeira diferenciação intra-municipal;
- 2) 1870-1896 → período decorrente da primeira diferenciação intra-municipal, formado pelo distrito-sede, pelo primeiro distrito secundário e por povoados, no qual se verifica um nível equilibrado de poder político entre os distritos ao final. Período em Campinas torna-se “capital agrícola” da província e a imigração européia representa importante papel no crescimento e na diversificação populacional;
- 3) 1896-1900 → período decorrente da segunda diferenciação intra-municipal, através do qual surgiriam os primeiros distritos secundários com nível desigual de poder político em relação ao distrito-sede. Trata-se do período marcado pela recuperação urbana, populacional e econômica, após o surtos de febre amarela, no final do século XIX.
- 4) 1900-1955 → período em que o espaço campineiro passa da *hinterlândia* consolidada para o espaço inter-distrital. Período caracterizado pela presença dos núcleos coloniais, no território municipal, a partir dos quais ocorre o processo de diferenciação político-territorial, por meio do qual surgem distritos secundários com nível desigual de poder político em relação ao distrito-sede.
- 5) 1956-2000 → período caracterizado pela passagem do novo “espaço inter-distrital” para os espaços inter-municipal e metropolizado. Período caracterizado por intensos fluxos migratórios inter-estaduais, intra-estaduais e intra-regionais, por um lado, e pelo intenso processo de industrialização do município e região de Campinas. Contexto no qual ocorre novo processo de diferenciação político-territorial, através do qual surge um novo distrito secundário com nível desigual de poder político em relação ao distrito-sede.

CAPITULO II: PONTO INICIAL DA ANÁLISE NEO-INSTITUCIONALISTA HISTÓRICA: CAMPINAS NO CONTEXTO DA POLITICA DE TERRAS E DE COLONIZAÇÃO DO IMPÉRIO

II.1 – Sistema político imperial e a política de terras e de colonização

II.1.1 – Relações intergovernamentais e interação Estado-sociedade

Em termos gerais, o sistema político imperial apresentava como traços mais marcantes “a monarquia, a unidade, a centralização, a baixa representatividade” (CARVALHO, 1996, p.229). O Estado imperial assim definido produziu uma elite que, segundo Carvalho (1996), foi “eficiente na tarefa de fortalecê-lo [Estado], sobretudo em sua capacidade de controle da sociedade”.

Essa visão sobre o Estado imperial brasileiro é corroborada pela interpretação de Abrucio (1998) que afirma que a solução unitária e imperial, principalmente no Segundo Reinado, permitiu “a formação de um Poder Central forte” e evitou que “o Brasil seguisse o caminho fragmentador da América hispânica” (CARVALHO, 1996, p.229). Complementando, o autor destaca que

O legado do Império foi, neste sentido, a manutenção da unidade territorial, a busca da constituição de um sentimento de nacionalidade e, acima de tudo, a criação de um duradouro consenso entre as elites a respeito da necessidade de uma efetiva autoridade central. (MERQUIOR, 1992 *apud* ABRUCIO, 1998, p.32)

Assim, é tendo como quadro geral a formação do Estado nacional e, conseqüentemente, o processo de fortalecimento do governo central que as relações intergovernamentais, por um lado, e a interação Estado-sociedade⁷⁹, por outro, na fase imperial, devem ser consideradas.

Nesse contexto, foi elaborada e colocada em prática a política de terras e de colonização do Governo Central, frente a qual, segundo nosso argumento, o

⁷⁹ Trata-se dos elementos político-institucionais a partir dos quais empreenderemos nossa análise. Ver discussão conceitual no primeiro capítulo.

posicionamento das classes dirigentes de Campinas teria constituído um determinante fundamental da fase inicial da formação e configuração do espaço intra-municipal.

Diante disso, mostra-se importante conhecer como se estruturaram as relações intergovernamentais e a interação Estado-sociedade para, a partir disso, destacar como atuou Campinas frente a uma política imperial específica e, com isso, chegarmos às características principais da configuração inicial do espaço campineiro.

Começaremos essa parte do estudo com a análise das relações intergovernamentais estruturadas durante o Império e, em seguida, afunilaremos nosso foco para a organização político-institucional do governo municipal.

Nesse sentido, com a Constituição de 1824, o governo, no plano nacional, era constituído pelo Imperador, como chefe do Poder Executivo, sendo o Poder Legislativo sendo representado pela Assembléia Geral que era composta de duas casas – o Senado e a Câmara dos Deputados⁸⁰. Por sua vez, preconizava-se um Poder Judicial independente, sendo que os Juizes de Direito eram nomeados pelo Imperador e seu exercício era perpétuo⁸¹.

No plano provincial, definiu-se que para a administração de cada Província um Presidente, que seria nomeado pelo Imperador, o qual poderia ser removido como conviesse aos interesses do Imperador e do Estado⁸².

Por sua vez, as Assembléias Legislativas Provinciais não foram previstas pela Constituição de 1824; elas foram criadas pelo Ato Adicional de 1834, sendo que seus deputados eram eleitos pelo voto indireto e, entre suas atribuições, destacavam-se o gerenciamento dos recursos provinciais e municipais e a deliberação sobre todos os assuntos municipais⁸³.

⁸⁰ A forma de composição dessas duas casas era diferenciada: enquanto o Senado era composto por membros nomeados pelo imperador, com caráter vitalício (Fausto, 2000), a Câmara dos Deputados era composta através de eleições indiretas por meio de duas etapas de votação (Klein, 1995).

⁸¹ Destacam-se, entre esses, os Juizes de Paz, que eram eleitos da mesma forma e no mesmo pleito que os vereadores das Câmaras municipais (Constituição Política do Império do Brasil de 1824, artigos 151, 153 e 162).

⁸² Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Artigo 165.

⁸³ Baseado em Klein (1995) e ALESP (2000).

No plano local, as Câmaras municipais eram os órgãos responsáveis pelo “governo econômico e municipal”⁸⁴ das cidades e vilas. Os cargos dos vereadores eram eletivos e estes eram responsáveis pelas funções municipais, pela formação das posturas policiais e pela aplicação de suas rendas⁸⁵.

Feitas estas considerações gerais sobre a estruturação das três esferas de governo no período imperial⁸⁶, passaremos ao tratamento das duas instituições a partir das quais a forma como se estruturaram as relações intergovernamentais tornou-se mais visíveis: a burocracia estatal e o sistema tributário.

Nesse sentido, com relação à burocracia do Estado imperial, Carvalho (1996) destaca sua característica “macrocefálica”, ou seja, ela “tinha cabeça grande mas braços muito curtos”. Com relação a essa burocracia, que dava suporte ao Império, o autor enfatiza que ela

Agigantava-se na Corte mas não alcançava as municipalidades e mal atingia as províncias. Todos viam a cabeça luzindo no alto e não atentavam para a atrofia dos braços. (CARVALHO, 1996, p.384)

O recurso a imagens de um corpo humano desproporcional para representar o peso da burocracia central no sistema político imperial foi empregado por importante representante da política nacional⁸⁷ a época para embasar crítica a centralização excessiva do governo central, principalmente a partir das reformas de 1840 (CARVALHO, 1996, p.137).

De fato, essa centralização burocrática, que implicou uma centralização política e administrativa na Corte, existiu e ela foi importante na tarefa de formação do Estado nacional, unificação política e controle da sociedade (Carvalho, 1996). Porém, Carvalho (1996) sublinha que a referida “macrocefalia” não era absoluta, pois ela variava de acordo com as tarefas a serem executadas⁸⁸.

⁸⁴ Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Artigo 167.

⁸⁵ Idem. Artigos 168 e 169.

⁸⁶ A figura 1, no anexo, ilustra a estruturação das três esferas de governo durante o Império.

⁸⁷ O representante ilustre da política imperial, citado por Carvalho (1996), é o Visconde do Uruguai, que fez parte do Conselho de Estado.

⁸⁸ O quadro 1, no anexo, fornece os dados gerais sobre a divisão das principais “burocracias” do regime imperial.

Para os propósitos deste estudo, focaremos nossa análise nas duas burocracias que consideramos mais importantes: a burocracia política e a burocracia diretorial⁸⁹.

Assim, tem-se que, enquanto a burocracia política⁹⁰ correspondia ao “topo da pirâmide” da administração do Império, a burocracia diretorial representava a “antecâmara do topo da pirâmide” (CARVALHO, 1996, p.136).

Segundo Carvalho (1996), esses dois principais estratos burocráticos concentravam os cargos públicos mais cobiçados, e se revestiam de um caráter fortemente político, uma vez que, para ocupá-los, seus membros deveriam ser nomeados diretamente pela figura do Imperador.

Os estratos burocráticos apresentados por Carvalho (1996) podiam ainda ser subdivididos em três tipos de burocracias, de acordo com a atividade desempenhada. Os dados do quadro 2.1 ilustram essa subdivisão:

Quadro 2.1: Burocracias imperiais, segundo tarefas desempenhadas

Brasil - Período Imperial

Burocracia coercitiva	Burocracia Extrativa	Burocracia Distributiva
Poder de dar buscas, prender, formar culpa, pronunciar e conceder fianças, entre outras tarefas	Captação de recursos fiscais	Tarefas ligadas ao desenvolvimento social, à promoção da educação e da saúde
		Tarefas de desenvolvimento econômico, como a construção de obras públicas, assistência técnica e creditícia, incluindo serviços de correios e construção de estradas de ferro

Fonte: CARVALHO, 1996, p. 137-141

Retomando a questão da “macrocefalia” da burocracia imperial, Carvalho (1996) destaca que ela era menor na execução de tarefas de controle e de extração de recursos (atividades coercitiva e extrativa), sendo que as tarefas de

⁸⁹ Ver quadro 1, no anexo.

⁹⁰ Nota-se que era nesse estrato que se situavam os presidentes de província, cargo situado entre aqueles que eram de nomeação direta do imperador. A função política dos presidentes de província, segundo Leal (1949) constituía em “(...) garantir a vitória eleitoral dos candidatos apoiados pelo governo.” (LEAL, 1949, p.78).

controle concentravam-se nos Ministérios de Justiça e do Império e as tarefas de extração de recursos concentravam-se no Ministério da Fazenda.

Por outro lado, a “macrocefalia” burocrática era maior nas tarefas de redistribuição (atividades distributivas), que se concentravam nos Ministérios do Império e no Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas (CARVALHO, 1996, p.137).

Isso significa que na execução de ações coercitivas e de arrecadação de impostos, não se verificava a tal “macrocefalia” burocrática porque os “braços” do governo central alcançavam as províncias e as municipalidades⁹¹.

Por sua vez, a burocracia extrativa apresentava uma desenvolvida rede de captação de recursos fiscais, a qual correspondia maior desenvolvimento profissional dos funcionários do Ministério da Fazenda (CARVALHO, 1996, p.138). Essa rede alcançava províncias e municípios, mas se fazia mais presente nas alfândegas, onde eram arrecadados impostos de exportação e importação – os principais componentes da receita do governo imperial.

Já na burocracia distributiva, a “macrocefalia” imperial se verificava com grande intensidade. Segundo Carvalho (1996), no desempenho de ações de desenvolvimento social e econômico⁹², “a ação do governo central parava nas capitais das províncias, com as únicas exceções dos serviços de correios e das incipientes estradas de ferro”⁹³.

Com isso, temos as dimensões política e administrativa das relações intergovernamentais do Império, através das quais já se antevê os seus aspectos gerais. Assim, tem-se que a principal característica dessas relações era a sua centralização política e administrativa.

A partir do que foi exposto acima, pôde-se observar que a centralização administrativa do Império apresentava uma certa relatividade. Nesse sentido, destaca-se que, enquanto as ações de controle e de taxaço de impostos, a

⁹¹ Carvalho (1996) fornece dois quadros nos quais ele apresenta a estrutura da atuação dessas diferentes burocracias, nas páginas 139 e 141.

⁹² Ver quadro 2.1.

⁹³ Carvalho (1996) destaca que os únicos agentes do governo central dessa esfera burocrática no nível local eram os párocos, cuja tarefa se limitava ao registro de nascimentos, casamentos e óbitos. (CARVALHO, 1996, p.138)

burocracia imperial, embora concentrada no distrito federal, ela se fazia bastante presente nas esferas subnacionais, as ações distributivas, que se referem aos investimentos feitos pelo Estado imperial, se concentravam, sobremaneira, na capital do Império e, em menor, medida, na capital das províncias.

Esse quadro era complementado com a centralização política do sistema, caracterizada pela nomeação, pelo Imperador, dos cargos mais importantes e pela interferência imperial nos assuntos legislativos e provinciais, através do Poder Moderador⁹⁴.

É fácil perceber que tal estrutura de funcionamento do sistema político tendia, a longo prazo, a gerar conflitos e tensões entre as esferas de governo, principalmente as províncias que se viam prejudicadas pelas medidas imperiais, como foi o caso de São Paulo, a partir do último quartel do século XIX.

Por sua vez, a dimensão financeira dessa centralização do regime imperial é fornecida pela análise do sistema tributário desenvolvido no Império. De acordo com Carvalho (1996), através do sistema tributário é possível perceber o funcionamento das relações intergovernamentais, pois ele se constitui num excelente indicador da distribuição de poder em um sistema político (CARVALHO, 1996, p.241).

Segundo o autor, a questão do orçamento do governo, definido pelo sistema tributário, constituiu-se fator constante de conflito, tanto entre o Executivo e o Legislativo (cuja competência constituía na aprovação da lei do orçamento), quanto entre a máquina do Estado e os grupos sociais dominantes, de quem se extraíam os recursos (CARVALHO, 1996, p.241-242).

Lima (1986) complementa essa discussão, destacando que esse conflito, ou dissensão, entre a burocracia imperial e os grupos economicamente dominantes do país, em torno do orçamento imperial, ou melhor, em torno do quanto e como o governo arrecadava impostos e de como o governo empregava esses recursos, manteve-se constante durante todo o período imperial, tendo se

⁹⁴ Baseado em Carvalho (1996).

constituído, na fase final do Império, fonte de insatisfação constante dos cafeicultores paulistas com relação às ações do governo⁹⁵.

Esse aspecto, destacado pela autora, da insatisfação de determinadas oligarquias em relação às políticas imperiais está diretamente relacionado com nosso estudo, na medida que a província de São Paulo e, particularmente Campinas, passam a expressar explicitamente a divergência de interesses em relação ao Império. Voltaremos a esse aspecto posteriormente.

Retomando a questão do sistema tributário do Império⁹⁶, destaca-se, primeiramente, que, após a outorga da Constituição de 1824, houve quatro alterações no plano político-institucional, que contribuíram para a definição das relações entre as três esferas de governo durante o Império: trata-se da lei de 1828; o Ato Adicional de 1834; a lei de 1835; e o “regresso” e reação centralizadora de 1840 (Leal, 1949).

Nesse sentido, destaca-se, primeiramente, que a Carta de 1824 representaria uma centralização financeira⁹⁷ na burocracia imperial e nas mãos do Imperador, sob a qual as unidades subnacionais de governo – províncias e municipalidades – estiveram submetidas durante a maior parte do tempo em que perdurou o regime imperial.

Por sua vez, a lei de 1828, de acordo com Leal (1949), representaria uma diminuição da autonomia municipal, que se efetivou, basicamente, através de duas medidas: 1) a separação do exercício das atribuições administrativas e judiciais; e 2) a submissão das câmaras municipais a um rígido controle exercido pelos conselhos gerais, presidentes de província e pelo Governo Geral (LEAL, 1949, p.74).

Segundo o autor, a lei de 1828 limitaria ainda mais a margem de ação das câmaras municipais, pois, a partir dela, essas câmaras seriam colocadas sob a tutela administrativa e financeira das autoridades provinciais e centrais. Com isso,

⁹⁵ Esse tema será retomado e discutido posteriormente.

⁹⁶ Para a apreciação das medidas implementadas no sistema tributário imperial, é importante ter como referência os diferentes períodos pelos quais passou o regime imperial. Assim, segundo Carvalho (1996), cinco períodos no sistema político imperial: 1) Primeiro Reinado, 1822-1831; 2) Regência, 1831-1840; 3) Consolidação, 1840-1853; Apogeu, 1853-1871; Declínio e queda, 1871-1889. (CARVALHO, 1996, p.51).

⁹⁷ Além da centralização política e administrativa.

as câmaras foram transformadas em órgãos exclusivamente administrativos sem autonomia para tomadas de decisão⁹⁸.

Com o Ato Adicional de 1834 que, segundo Leal (1949), refletiria “uma tendência bastante descentralizadora do ponto de vista das províncias” (LEAL, 1949, p.76), a tutela exercida sobre as câmaras municipais passaria para as Assembléias Legislativas Provinciais que o Ato, então, criara.

A partir dessa alteração, as assembléias provinciais passariam a controlar a legislação sobre receita e despesa dos municípios, fiscalização financeira e prestação de contas municipais, além de criação, supressão, provimento e remuneração dos empregos municipais (Leal, 1949).

Segundo Leal (1949), mesmo permanecendo inalterada a nomeação imperial para o cargo de presidente de província, o Ato Adicional de 1834, através da criação das assembléias provinciais, objetivou fortalecer as províncias perante o Governo Geral (LEAL, 1949, p.77).

Nessa mesma direção, a lei de 1835 representaria mais uma etapa no processo de fortalecimento das províncias. Através dela, buscou-se pela primeira vez efetuar uma repartição entre as rendas provinciais e centrais. Ou seja, por essa lei, seriam enumeradas as rendas do governo central, deixando às províncias o poder tributário remanescente⁹⁹.

Segundo Leal (1949), isso significaria reservar ao erário nacional quase todas as fontes de receita existentes¹⁰⁰. No entanto, por esta lei, previa-se que os impostos remanescentes seriam de domínio das províncias, não sendo contempladas as municipalidades (LEAL, 1949, p.138).

Com a reação centralizadora de 1840¹⁰¹, todas as mudanças institucionais foram no sentido de recentralizar o aparelho administrativo e judiciário do Estado¹⁰². Mais especificamente, Carvalho (1996) explicita que a obra política do

⁹⁸ Baseado em Leal (1949) e Sadek (1991).

⁹⁹ Baseado em Leal (1949).

¹⁰⁰ As quais se distribuíam em 58 rubricas, incluindo os principais impostos, representados pelas exportações e importações.

¹⁰¹ Também chamado de “regresso” e que teve início com o golpe da maioria de D. Pedro II, marcando o fim da fase regencial do Império. (Carvalho, 1996; Fausto, 2000).

¹⁰² Para uma abordagem mais detalhada do período regencial e da passagem para o Segundo Reinado, ver, entre outros, Leal (1949), Carvalho (1996) e Fausto (2000).

“regresso” consistiu em “(...) devolver ao governo central os poderes que perdera com a legislação descentralizadora da Regência” , o que representou, na prática, que

(...) as assembleias estaduais deixaram de ter jurisdição sobre funcionários do governo central; todo o funcionalismo da Justiça e da polícia passou a ser controlado pelo ministro da Justiça; o único juiz eleito, o juiz de paz, perdeu boa parte de suas atribuições em benefício dos delegados e subdelegados de polícia. O ministro de Justiça ganhou o poder de nomear e demitir, por meios diretos ou indiretos, desde o desembargador até o guarda da prisão. Com a maioria de 1840, voltou também a funcionar o Poder Moderador, e foi restabelecido o Conselho de estado, extinto pelo Ato Adicional. (CARVALHO, 1996, p.235).

Com isso, o que se buscou com a reação centralizadora foi esboçar um sistema de dominação mais sólido, centrado, segundo Carvalho (1996), “(...) na aliança, entre, de um lado, o rei e alta magistratura, e, de outro, o grande comércio e a grande propriedade, sobretudo a cafeicultura fluminense.” (CARVALHO, 1996, p.229). Tratou-se, no fundo, de um processo de legitimação da Coroa perante as forças dominantes do país, o qual, embora já estivesse basicamente definido em 1850, permaneceu tenso até o final do Império. (Carvalho, 1996)

No plano subnacional, essa reação centralizadora representou um maior enquadramento do governo provincial – tanto o Executivo como o Legislativo – pelo governo central. No que tange à questão tributária, apesar das discordâncias e das vozes que se levantaram em favor das províncias, não houve mudanças nas repartições das rendas entre o governo central e as províncias. (Leal, 1949)

Assim, grande parte dos impostos arrecadados permaneceu na esfera central, continuando sem clareza os impostos que competiam às províncias, sendo apenas enunciado que a cobrança de impostos pelas províncias deveria ser feita sem prejuízo das “imposições gerais do Estado” (LEAL, 1949, p.140).

Diante da escassez de recursos sob controle das autoridades provinciais, decorrente do processo de centralização política do Segundo Reinado, as províncias acabavam por incorrer na inconstitucionalidade ao cobrarem tributos, principalmente sobre a atividade exportadora. Por várias vezes, os impostos

decretados pelas províncias foram impugnados, mas, com o passar do tempo, a sua legitimidade foi sendo admitida¹⁰³.

Com relação às municipalidades, apesar do movimento de “regresso” ter retirado algumas prerrogativas das assembléias provinciais, principalmente as que se referiam a assuntos econômicos e administrativos, as câmaras municipais continuariam sob o seu controle, especialmente no que se referia à organização municipal. Assim, os municípios continuariam não sendo contemplados com autonomia para arrecadação de impostos, dependendo das autoridades provinciais e gerais para a definição de suas receitas¹⁰⁴.

Por fim, Leal (1949) destaca que essa situação se manteria, praticamente, inalterada até o final do Império¹⁰⁵.

Com isso, destaca-se que as relações intergovernamentais do regime imperial, embora tivessem vivenciado um certo nível de descentralização, na Regência, durante a maior parte do tempo, permaneceriam, centralizadas na burocracia imperial e na figura do imperador. Assim, as autoridades provinciais dependiam do governo geral, em termos financeiros, jurídicos e políticos, para o desempenho de suas atribuições e consecução de seus interesses. Por sua vez, as municipalidades sofriam o mesmo tipo de dependência, tanto do governo geral como do governo provincial¹⁰⁶.

No entanto, esse sistema começaria a apresentar sinais de desgaste, principalmente, a partir da década de 1870, quando algumas oligarquias provinciais passariam a registrar uma maior insatisfação em relação às políticas

¹⁰³ Leal destaca que a situação tributária do Império, que desfavorecia as finanças das províncias, foi tema discutido por importantes homens públicos da época, como Tavares Bastos, Visconde de Ouro Preto e Visconde de Paranaguá, os quais defendiam uma repartição de finanças mais favorável às províncias. Nesse sentido, entre 1882 e 1883, Visconde de Paranaguá, então Ministro da Fazenda, elaborou projeto que previa uma repartição das rendas mais favorável às províncias, porém ele não chegou a ser aprovado, pois foi impugnado pelo Conselho de Estado Pleno, que o julgou prejudicial ao erário geral. (LEAL, 1949, p.141-142)

¹⁰⁴ Baseado em Leal (1949) e Sadek (1991).

¹⁰⁵ Nesse sentido, o autor observa que, no último orçamento do Império, a discriminação da receita geral não diferia muito da enumeração de 1835, permanecendo em poder do governo central os impostos de importação, exportação, transmissão de propriedade, indústrias e profissões e o predial. (LEAL, 1949, p.143).

¹⁰⁶ Baseado em Leal (1949) e Carvalho (1996).

imperiais de caráter distributivo e de investimentos¹⁰⁷, na medida em que elas não atenderiam adequadamente os interesses daquelas oligarquias, como seria o caso de São Paulo e a sua economia cafeeira¹⁰⁸.

Argumenta-se que essa insatisfação diante da política imperial, especialmente da política de terras e de colonização, contribuiria, no plano local, para a configuração da organização territorial e da reorganização populacional, cuja especificidade do caso de Campinas será abordada na próxima seção.

Por sua vez, a forma assumida pela interação Estado-sociedade durante o Império será avaliada, aqui, a partir da definição da participação política, no regime imperial.

Nesse sentido, destaca-se que o voto era indireto e censitário. Indireto porque os votantes votavam em um corpo eleitoral, em eleições primárias, e, numa segunda rodada, esse corpo eleitoral elegia os deputados. Era censitário porque havia o requisito de uma renda mínima para ser votante, eleitor e para ser candidato a algum cargo, seja no plano nacional, seja no provincial e municipal¹⁰⁹.

Complementarmente, Klein (1995), no seu estudo sobre a participação política na província de São Paulo, durante a década de 1880, fornece uma clara descrição de como se processavam os pleitos eleitorais no período eleitoral antes da reforma de 1881¹¹⁰.

Nesse sentido, o autor destaca que, de acordo com lei eleitoral de 1846, para ser “votante” exigia-se uma renda anual mínima de 100 mil-réis, e como esse valor era baixo, até trabalhadores desqualificados podiam ser “votantes”. Por sua vez, para ser “eleitor” exigia-se uma renda mínima anual de 400 mil-réis ou mais e que não fossem ex-escravos (KLEIN, 1995, p.527). O processo eleitoral, descrito pelo autor, enfatiza que

(...) “votantes” de primeiro grau podiam votar diretamente para vereadores municipais, juiz de paz local e “eleitores”, que elegiam os

¹⁰⁷ Ver quadro 2.1.

¹⁰⁸ Baseado em Carvalho (1996) e Lima (1986).

¹⁰⁹ Baseado em Fausto (2000).

¹¹⁰ Segundo a literatura especializada, a reforma de 1881 representaria uma inflexão na expansão da participação política, durante o regime imperial. Baseado em Carvalho (1996) e Magalhães (1992).

ocupantes dos cargos mais altos. Mas eram somente os eleitores de segundo grau, com qualificações de propriedade de 400 mil-réis ou mais e que não fossem ex-escravos (chamados “libertos”) que podiam votar para os cargos provinciais ou imperiais. Aqueles qualificados para votar para o nível mais alto (os “eleitores”) compunham um grupo muito mais restrito, perfazendo menos da metade do grupo de votantes, do qual eles também faziam parte. (KLEIN, 1995, p.527-528)

Com isso, observa-se que, embora esse sistema eleitoral possibilitasse a participação de trabalhadores desqualificados e de renda relativamente baixa, ela restringia-se ao âmbito local, onde os cargos elegíveis possuíam menor margem de atuação e menor poder de decisão, em comparação com as demais esferas de governo, e onde o processo eleitoral encontrava-se sujeito, em grau mais elevado, aos chefes políticos locais.

Considerando que, grande parcela dessa população vivesse em municípios de menor porte populacional e em áreas rurais¹¹¹, pode-se afirmar que as interações Estado-sociedade, nessa escala espacial e envolvendo esse grupo populacional, fossem baseadas por uma espécie de “autoritarismo privatista”, uma vez que, por um lado, os chefes locais ainda mantinham resquícios do poder incontrastável, característico do período colonial, e por outro, não existiam entidades representativas dos interesses dos grupos sociais mais populares que pudessem fazer frente à elite dirigente local.

Por sua vez, tomando a segunda etapa das eleições, descrita por Klein (1995), que se referem às eleições provinciais e imperiais, observa-se que, nestas esferas, a participação política se restringia às classes mais abastadas, de maior poder aquisitivo. Isso significa que nas escalas onde os recursos disponíveis e o poder de decisões eram maiores e as questões nacionais mais importantes eram resolvidas, a participação na tomada de decisões envolviam apenas as classes sociais mais altas, alijando as camadas inferiores desse processo.

No entanto, o fato de envolver as classes mais abastadas, tanto no plano provincial como no nacional, não significa que a interação Estado-sociedade era menos tensa. Ao contrário. Pode-se afirmar, baseado em Carvalho (1996), que a

¹¹¹ De acordo com Magalhães (1992), esse tipo de informação talvez possa ser obtido através dos registros eleitorais da época, o que não pôde ser consultado para o presente estudo.

forma de interação assumida nessas escalas e envolvendo tais parcelas da população era caracterizada pelo o que o autor denominou por “dialética da ambigüidade”¹¹².

Com essa idéia, o autor buscou destacar que se, por um lado, o caráter centralizado do sistema político imperial tenha sido constituído de forma a garantir uma maior margem de atuação do governo central e um maior poder de decisão para implementar suas políticas, por outro, o governo central, uma vez que dependia dos recursos provenientes das províncias para manter sua burocracia, acabava, em relação a algumas questões, vendo suas políticas frustradas devido a não adesão das províncias e, em outras, tendo que atender aos interesses das oligarquias provinciais.

No nosso caso, a política de terras e de colonização do governo central constitui-se numa adequada ilustração da atuação das diferentes escalas de interação Estado-sociedade na implementação de uma determinada política.

Assim, destaca-se que a política de terras e de colonização, no regime imperial, constituiu-se uma questão primordial de interesse nacional e que, portanto, as escalas onde se processaram o debate e a tomada de decisões foram a provincial e a nacional, envolvendo, com isso, as classes sociais de maior renda.

Porém, o posicionamento das oligarquias provinciais frente a essa política causaria impactos na organização territorial e na reorganização da população, no âmbito local, que afetariam diretamente o modo de vida e os interesses de todos os grupos sociais, inclusive as camadas populares, sendo que estas estariam

¹¹² Carvalho (1996) recorre a uma expressão de Guerreiro Ramos – *dialética da ambigüidade* – para caracterizar a dinâmica das relações entre a burocracia imperial e os proprietários rurais. Segundo o autor, as questões referentes aos orçamentos, a política de terras e a abolição explicitariam “as relações ambíguas entre o Estado e os proprietários, entre o rei e os barões.” (CARVALHO, 1996, p.383). Essa ambigüidade seria evidenciada, por um lado, pelo caráter “macrocefálico” do Estado imperial, decorrente da centralização burocrática e financeira, cuja base de sustentação era o apoio econômico e político dos grandes proprietários rurais, principalmente os cafeicultores. Por outro lado, pela não correspondência entre a ação desse Estado centralizado e os interesses dos próprios cafeicultores em relação a questões importantes referentes à mão-de-obra, à reforma fundiária e ao crédito à lavoura cafeeira. Essa relação ambígua e, por isso, tensa, entre os dois principais pólos do sistema político imperial é o que levaria ao paulatino enfraquecimento da legitimidade da figura do Imperador e a queda definitiva do Império brasileiro. (Carvalho, 1996)

alijadas do processo de decisão, ficando sujeitos às determinações feitas “de cima para baixo”.

Considera-se que isso foi particularmente significativo no caso da província de São Paulo e do município de Campinas, que será abordado em seção específica. Passaremos agora a abordar exclusivamente as esferas subnacionais de governo no contexto das relações intergovernamentais e da interação Estado-sociedade para, daí, destacarmos a especificidade de Campinas no cenário provincial e nacional.

II.1.2 – Esferas sub-nacionais de governo no contexto das relações intergovernamentais e da interação Estado-sociedade

Neste tópico, uma vez discutidas as relações intergovernamentais e a interação Estado-sociedade, prevalentes durante o regime imperial, focaremos nossa análise nas esferas sub-nacionais de governo, buscando destacar a forma como aqueles elementos político-institucionais atuaram na configuração do domínio territorial e da reorganização da população no âmbito local, para, na seção seguinte nos determos na nossa referência empírica, representada pelo município de Campinas.

Assim, inicialmente, partindo da concepção do Estado como sendo “uma organização que, legitimamente, controla um dado território e um conjunto demográfico”¹¹³ e que sua “autonomia”¹¹⁴ está relacionada com a capacidade de “formular e perseguir objetivos que não são simplesmente o reflexo das demandas de grupos de interesse ou de determinadas classes sociais”¹¹⁵, pode-se afirmar que o Estado nacional, identificado, no período imperial, com o governo central –

¹¹³ Souza & Blumm, 1999, p.62.

¹¹⁴ A definição de autonomia desenvolvida pelas autoras baseia-se em Skocpol (1995) – o qual foi discutido no primeiro capítulo e encontra-se referenciado na parte bibliográfica. Assim, em Souza & Blumm (1999), a definição de autonomia de Skocpol (1995) relaciona-se à “capacidade dos Estados de implementar objetivos oficiais, especialmente em oposição aos interesses de grupos sociais poderosos ou quando circunstâncias socioeconômicas recalcitrantes assim exigiam.” (SOUZA & BLUMM, 1999, p.62)

¹¹⁵ SOUZA & BLUMM, 1999, p.62.

composto pelo Imperador e sua burocracia – possuía relativa autonomia frente às unidades subnacionais de governo e aos grupos dominantes da sociedade, com os quais estabeleceu aliança¹¹⁶.

No caso das relações com as unidades subnacionais, o sistema político construído pelo Imperador e sua burocracia teria sido estruturado de tal forma que possibilitou, ao governo central, o exercício de grande controle sobre as autoridades provinciais e municipais, seja através da nomeação de cargos-chave da administração pública, seja através das redes coercitiva e tributária, que enredavam as províncias e alcançavam as municipalidades. Tal estrutura garantiu uma relativa autonomia à esfera central¹¹⁷, que correspondeu a uma grande margem de atuação e de tomada de decisão por parte dos *policy-makers*

Quanto aos governos provinciais e municipais, discutiremos o grau de autonomia que desfrutavam a partir do estudo desenvolvido por Sadek (1991)¹¹⁸.

Assim, segundo a autora, autonomia [municipal] implicaria dois fatores: 1) pleno exercício do direito de eleger seus governantes; e 2) liberdade na organização de seus serviços e nos atos de sua administração, que se relaciona com liberdade de desempenho de suas atribuições e de poder decisório (SADEK, 1991, p.12). Sadek (1991) ressalta ainda, que, para a autonomia existir de fato, esses dois fatores têm que agir simultaneamente.

Contrastando a margem de atuação delegada às províncias e municipalidades durante o Império com a definição anterior de “autonomia” tem-se que essas estâncias de governo eram pouco autônomas, uma vez que sua liberdade de ação e sua capacidade decisória estavam limitadas tanto em termos políticos como em termos financeiros e administrativos.

Limitadas em termos políticos porque, embora fossem regulares as eleições para os cargos legislativos nos três níveis de governo, essas estâncias ficavam à

¹¹⁶ Esse aspecto será retomado adiante.

¹¹⁷ Vale lembrar que, segundo Carvalho (1996), foi através dessa estrutura política, que favorecia grandemente o governo central, que o Império garantiu a unidade territorial e política do país, e é em função desse papel exercido pela monarquia no país que os grupos sociais dominantes das diversas províncias consentiram com o domínio e controle exercido pelo governo central sobre as respectivas autoridades provinciais.

¹¹⁸ Em seu artigo, Sadek (1991) refere-se à “autonomia municipal”, porém, considera-se que sua discussão pode ser estendida para outras esferas de governo, além da municipal. É o que se fará aqui, para se avaliar a autonomia dos municípios e províncias.

mercê da intervenção do Conselho de Estado e do Poder Moderador sempre que suas atividades prejudicassem os interesses do governo central¹¹⁹. Além disso, o executivo provincial ficava a cargo da nomeação do Imperador, que poderia ser substituído a qualquer momento, se julgado necessário. (Carvalho, 1996)

Limitadas em termos financeiros e administrativos porque a margem de arrecadação de impostos era limitada, ficando relegados os impostos remanescentes, no caso das províncias, e sendo quase inexistentes, no caso das municipalidades¹²⁰. Por sua vez, as restrições financeiras limitavam grandemente as esferas sub-nacionais no cumprimento de suas atribuições (Carvalho, 1996).

Com isso, destaca-se que as relações intergovernamentais durante o Império se estruturaram de forma a manter, preponderantemente, a submissão e a dependência das esferas sub-nacionais em relação à esfera central de governo¹²¹.

Porém, seria a partir da interação Estado-sociedade, principalmente nas escalas provinciais e nacional, caracterizado pela “dialética da ambigüidade”, que teríamos a percepção de que, embora as relações intergovernamentais atuassem de forma a manter, homogeneamente, a dependência das unidades sub-nacionais em relação ao governo central, determinadas províncias e municipalidades, em função de sua importância econômica e política, principalmente, a partir de 1870, passariam a conquistar uma margem cada vez maior de ação, através da exploração de “brechas” no sistema político imperial.

Assim, justamente pelo fato de o Império brasileiro ter assumido o caráter constitucional, o que fazia com que todas as decisões do governo central tivessem que passar pela aprovação da Assembléia Geral; ter se embasado na aliança com os grandes proprietários de terra, principalmente com os cafeicultores; pelo fato de sua principal fonte de renda provir das exportações e, especialmente, das exportações de café, é que se poderia afirmar a existência de momentos em que a autonomia do governo central foi relativa, variando de acordo com os temas e as questões de política nacional¹²².

¹¹⁹ Baseado em Carvalho (1996).

¹²⁰ Ver a discussão sobre o tema apresentada anteriormente, nesse mesmo capítulo.

¹²¹ O que já foi destacado no tópico anterior.

¹²² Baseado em Carvalho (1996) e Leal (1949).

Ou seja, embora as relações intergovernamentais proporcionassem ao governo central uma certa preeminência em relação aos governos provinciais e municipais, seria em função da interação Estado-sociedade que se manteria tensa, durante todo Império, a interação entre o núcleo central do Império e os grupos socioeconômicos, das províncias, que lhe davam sustentação.

Foi em função dessa relação tensa entre o governo geral e sua base que medidas reformistas iniciadas no centro do sistema político, ou demorassem a serem aprovadas e implementadas, como foi o caso do processo abolicionista, ou, embora sendo aprovadas pela Assembléia Geral, não tivessem a adesão dos grandes proprietários de terra, como foi o caso da Lei de Terras de 1850. (Carvalho, 1996)

Por outro lado, pode-se considerar que, em função da crescente importância da economia cafeeira na composição das finanças imperiais, no decorrer da segunda metade do século XIX, é que autoridades provinciais foram conquistando espaço nas “brechas” do sistema político, como é o caso, por exemplo, do caráter de legitimidade que assumiu a cobrança de impostos sobre exportação, executada pelas províncias, embora ela não fosse legalizada na repartição oficial das rendas nacionais. (Leal, 1949)

Com isso, poder-se-ia argumentar que, apesar da centralizada estrutura político-institucional, províncias economicamente mais importantes, especialmente aquelas onde a cafeicultura prosperou, tiveram condições de estabelecer relações diferenciadas com o governo central, em comparações com outras províncias¹²³, seja pressionado o Estado imperial no atendimento de seus interesses, seja dificultando o governo central na implementação de medidas que contrariavam os interesses dos barões.

O mesmo poder-se-ia afirmar com relação ao governo municipal. Assim, embora as limitações político-institucional, administrativa e financeira fossem a regra para todas as municipalidades, poder-se-ia supor que aquelas mais

¹²³ Em seu estudo, Carvalho (1996) destaca a atuação das diferentes províncias frente às diferentes reformas políticas iniciadas pelo Imperador e sua burocracia, assim como os diferentes posicionamentos, no interior das províncias, referentes aos diferentes estratos da classe dominante, expressos através da filiação aos dois partidos monárquicos – Conservador e Liberal –, e, a partir da década de 1870, ao Partido Republicano.

estritamente vinculadas à economia cafeeira teriam tido possibilidade de conquistar maior margem de atuação e de decisão política frente às autoridades provinciais e centrais.

Isso significa que, em relação a algumas municipalidades do período imperial, poderia se supor a existência de um certo grau de autonomia¹²⁴ na consecução de suas atribuições e interesses e na tomada de decisões, seja através de uma maior verba compondo seu orçamento municipal, seja através de investimentos privados nas atividades urbanas de suporte à economia cafeeira.

Nesses dois casos, pressupõe-se a existência, no âmbito local, de uma elite econômica e política que seria, por um lado, capaz de exercer influência no legislativo e executivo provinciais¹²⁵, e, por outro, interessada em reverter o capital excedente da economia cafeeira para realização de melhoramentos na infraestrutura dos núcleos urbanos¹²⁶.

Considera-se ser este o caso do município de Campinas, o qual passaremos a abordar na seção seguinte.

II.2 – Campinas na definição frente à política de terras

Como foi destacado, anteriormente, argumenta-se que o município de Campinas, devido ao papel desempenhado no interior da economia cafeeira durante o período de 1870 a 1900 (Semeghini, 1991; Baeninger, 1996; Lapa, 1995), situa-se entre essas municipalidades que puderam estabelecer relações intergovernamentais diferenciadas, em comparação a outros municípios fora do circuito cafeeiro, em decorrência, principalmente, das características assumidas pela interação Estado-sociedade, a partir do último quartel do século XIX.

¹²⁴ Considera-se aqui a definição de “autonomia” de Skocpol (1995), apresentada anteriormente.

¹²⁵ A referência sobre essa influência exercida pelas municipalidades na esfera provincial baseou-se em Lima (1986) e Magalhães (1992).

¹²⁶ A referência sobre o investimento do excedente da cafeicultura em atividades urbanas de suporte à economia cafeeira baseou-se em Semeghini (1991), Baeninger (1996), Lapa (1995) e Bilac (2001).

O objetivo desta seção é analisar a forma como as relações intergovernamentais e a interação Estado-sociedade, gestadas na escalas político-institucionais mais amplas, tendo como referência a política de terras e de colonização do governo central, influenciaram, no âmbito local, o processo de configuração inicial da organização territorial e da reorganização populacional no espaço campineiro.

Busca-se, com isso, destacar os principais elementos que vão particularizar essa fase inicial de configuração territorial e populacional de Campinas, caracterizada pelo momento de formação da *hinterlândia* campineira, principalmente na sua dimensão econômica¹²⁷, para, a partir deles dar continuidade à análise neo-institucionalista histórica, construindo uma tipologia das formas de articulação entre a dimensão político-institucional e a reorganização da população no espaço, que será feita no capítulo seguinte.

Uma vez que se decidiu considerar a lógica da tridimensionalidade do processo emancipatório para a análise das transformações na organização territorial e na reorganização da população no espaço¹²⁸, a análise da articulação entre a dimensão político-institucional e a reorganização territorial e populacional se baseará na abordagem dos aspectos econômicos, demográficos e político-institucionais que caracterizaram a sociedade campineira no período considerado, pois se entende que será da atuação conjunta dessas dimensões, nas suas diferentes escalas, que se resultará a configuração territorial e populacional que caracterizará o espaço campineiro, neste momento inicial.

Nesse sentido, destaca-se que o recorte temporal, tratado aqui, compreende o período entre os anos de 1870 a 1900, por se considerar que, nessa fase, além da consolidação da dimensão econômica da *hinterlândia* campineira, foram gestados os elementos que, no período seguinte, atuarão na consolidação da dimensão político-institucional dessa *hinterlândia*.

Vale observar que se optou por abordar um período não compreendido em toda a sua extensão pelo quadro político-institucional do Império, incorporando os

¹²⁷ Ver discussão conceitual feita no primeiro capítulo.

¹²⁸ Ver discussão conceitual no primeiro capítulo.

anos iniciais da República, em função das fases do desenvolvimento da economia cafeeira no estado e, particularmente, em Campinas, onde medidas tomadas ao final do Império vão ter repercussão em momentos imediatamente posteriores.

Já com relação ao recorte espacial, a discussão empreendida neste capítulo refere-se ao que denominamos de “espaço campineiro”, que neste recorte temporal assume a seguinte forma:

Figura 1: Espaço campineiro – período 1850-1900



II.2.1 – Desenvolvimento econômico e dinâmica populacional antecedendo a política de imigração e a estruturação do espaço urbano

Primeiramente, no processo de desenvolvimento econômico de Campinas, de acordo com o estudo de Semeghini (1991), identificam-se duas fases distintas

entre 1870 e 1900: primeiramente, o período de 1870 a 1886, que corresponderia à fase em que Campinas passou a ser considerada a “capital agrícola” da província de São Paulo e constituiu-se como pólo de expansão da cafeicultura para o Oeste paulista¹²⁹.

A segunda fase refere-se aos anos de 1886 a 1897, que corresponderiam ao auge da primeira fase do complexo cafeeiro capitalista, durante a qual Campinas perderia a primazia na produção cafeeira para as novas áreas pioneiras do estado, em função da segunda grande expansão da cafeicultura e, ao mesmo tempo, assistiria à ampliação e diversificação das suas atividades urbanas, como comércio e serviços (Semeghini, 1991).

A cultura cafeeira, proveniente da região do Vale do Paraíba, alcançou as grandes propriedades da região de Campinas na década de 1840¹³⁰, mas foi durante os anos de 1850 que se verificou crescimento significativo do plantio do café na região e se realizaram as primeiras tentativas de emprego de mão-de-obra européia na cafeicultura, baseado no sistema de parceria¹³¹ (Semeghini, 1991).

Durante o período de 1860-1870, Campinas já se tornava o principal produtor de café do estado – posição reforçada na década seguinte e mantida até 1886 (Semeghini, 1991). Os dados dos quadros 2.2 e 2.3 e da tabela 2.1 contribuem para ilustrar esse processo.

¹²⁹ Baeninger (1996) e Lapa (1995) também destacam essa característica de Campinas no contexto paulista. No estudo de Ianni (1984), essa porção do território paulista constitui o que ele denominaria por “primeiro Oeste paulista”.

¹³⁰ Segundo Semeghini (1991), em 1840, Campinas constitui-se num importante centro de dispersão de caminhos. Essa característica vai marcar as fases seguintes do seu desenvolvimento econômico e urbano, a partir da qual Campinas desempenhará importante papel de entroncamento viário, ferroviário e de comunicações, sendo importante pólo dispersor da cafeicultura no oeste do estado.

¹³¹ Não se pretende, aqui, abordar todas as etapas do desenvolvimento econômico do município de Campinas. Para tal, Semeghini (1991) constitui-se numa ótima referência sobre o histórico do desenvolvimento econômico e populacional do município de Campinas, desde o final do século XVIII, quando da sua elevação à categoria de vila, tendo a economia baseada na atividade canavieira, até os dias atuais.

Quadro 2.2: Produção de café, em arrobas
Província de São Paulo, segundo regiões
1836-1886

Regiões	1836	1854	1886
Zona Norte (1)	510.406	2.737.639	2.074.267
Zona Central (2)	70.378	491.397	3.008.350
Zona Paulista	8.461	223.470	2.458.134
Zona Mogiana	821	81.750	2.262.599
Zona Araraquarense	-	-	-
Zona Noroeste	-	-	-
Zona Alta Sorocabana	-	-	151.000

Fonte: SILVA, 1982¹³² *apud* SEMEGHINI, 1991, p.21

(1) Corresponde à região do Vale do Paraíba, com exceção do litoral.

(2) Corresponde ao Oeste paulista antigo, incluindo Campinas e região.

De acordo com os dados do quadro 2.2, observa-se, de um modo geral, um grande crescimento da cafeicultura na maioria das regiões da província de São Paulo, ao longo do século XIX, sendo que, na região Norte, enquanto a produção, em 1836, era de 510.406 arrobas, em 1886, a região produziu 2.074.267 arrobas. Já a região Central, que, em 1836, produziu bem abaixo da região Norte – 70.378 arrobas, em 1886, a ultrapassaria, alcançando uma produção de 3.008.350 arrobas.

Com isso, observa-se que, durante a primeira metade do século XIX, houve um predomínio marcante da região do Vale do Paraíba, na produção cafeeira, e, na segunda metade, a produção se equilibra entre as regiões, mas com uma participação maior do Oeste paulista antigo, que inclui o município de Campinas.

Esse movimento da cafeicultura através do território paulista, da região do Vale do Paraíba em direção ao então Oeste Paulista, esteve relacionado, por um lado, pela maior aceitação do produto no mercado internacional que estimulava a expansão do seu plantio e, por outro, e em decorrência, pela busca de terras mais férteis para a aumentar a sua produtividade. (Semeghini, 1991).

Por sua vez, os dados do quadro 2.3 ilustram o desempenho da produção cafeeira entre os municípios da região de Campinas:

¹³² SILVA, S.M.C. **Roteiro do café e outros ensaios**. São Paulo: Hucitec/INL, 1982.

Quadro 2.3: Produção de café (em mil arrobas)

Campinas e região – 1836-1886

Municípios	1836	1854	1860	1872	1886
Campinas	8.08	335.5	700	1.300	1.500
Amparo	-	-	-	-	933.3
Mogi-Mirim	-	80.0	-	-	-
S.J.Boa Vista	-	-	-	-	150
E.S. Pinhal	-	-	-	-	150.6
Rio Claro	-	99.6	-	-	600
Araras	-	-	-	-	500
Limeira	-	121.8	-	-	200
Piracicaba	-	-	-	-	300
Província de São Paulo	-	-	-	-	10.374

Fontes: CAMARGO, 1952¹³³; ZALUAR, 1976¹³⁴; PESTANA, 1927¹³⁵ *apud* SEMEGHINI, 1991, p.31

De acordo com o quadro 2.3, é possível observar que a produção cafeeira no município de Campinas cresceu aos saltos desde a década de 1830, com importante destaque para o período inicial, de 1836 a 1854, e, em seguida, o registro da duplicação da produção a intervalos decenais, até 1872.

Já os dados da tabela 2.1 evidenciam a importância do café na composição das exportações nacionais ao longo do século XIX:

Tabela 2.1: Exportação de mercadorias - produtos selecionados (em %)

Brasil - 1821-1900

Decênio	Café	Açúcar	Algodão	Outros	Total
1821-1830	18,4	30,1	20,6	30,9	100,0
1831-1840	43,8	24,0	10,8	21,4	100,0
1841-1850	41,4	26,7	7,5	24,4	100,0
1851-1860	48,8	21,2	6,2	23,8	100,0
1861-1870	45,5	12,3	18,3	23,9	100,0
1871-1880	56,6	11,8	9,5	22,1	100,0
1881-1890	61,5	9,9	4,2	24,4	100,0
1891-1900	64,5	6,6	2,7	26,2	100,0

Fonte: Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, in: SILVA, 1953¹³⁶ *apud* FAUSTO, 2000, p.191

¹³³ CAMARGO, J.F. **Crescimento da população do estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. São Paulo, FFCL, USP, 1952. (3 vols.)

¹³⁴ ZALUAR, E.A. **Peregrinação pela província de São Paulo**. São Paulo: Biblioteca Histórica Paulista, 1976.

¹³⁵ PESTANA, P.R. **O café em São Paulo (notas históricas)**. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo, 1927.

Assim, de acordo com esses dados, constata-se a importância assumida pelo café entre as exportações nacionais, no decorrer do século XIX, principalmente, a partir da década de 1850, quando se vê uma participação crescente do café¹³⁷, ao longo das décadas, passando de 49% das exportações, na década de 1850, para 65%, na década de 1890, acompanhada de um declínio também constante na participação do açúcar, entre os produtos exportados pelo país que, no mesmo período, passou de 21% para 6%.

Considerando conjuntamente os dados referentes à cafeicultura, nos planos nacional e regional, expostos anteriormente, constata-se que o papel de principal produto de exportação do país, assumido pelo café, principalmente a partir da década de 1870, foi simultâneo à importância adquirida pela cafeicultura, tanto no Oeste paulista, quanto no município de Campinas.

À luz do que já foi apresentado, anteriormente, a respeito do arranjo político-institucional do Império, mais especificamente da importância das exportações de café para a sustentação da estrutura burocrática e do sistema político-administrativo imperial, pode-se afirmar que os cafeicultores do Oeste paulista, ao longo do século XIX, devido à importância de sua economia, tiveram condições para se constituírem num dos estratos, dentre o grupo dominante dos proprietários, senão de maior pressão política, pelo menos de maior oposição a determinadas decisões políticas tomadas no âmbito do governo central (Lima, 1986). Voltaremos a esse ponto posteriormente.

Assim, retomando a consideração do período 1860-1870, temos a esse tempo, segundo Semeghini (1991), a ocorrência de importantes transformações no município de Campinas que contribuiriam para que, no período 1870-1886, ele fizesse jus ao epíteto de “capital agrícola” da província.

¹³⁶ SILVA, H.S. Tendências e características gerais do comércio exterior no século XIX. **Revista de Historia da Economia Brasileira**, ano 1, 1953.

¹³⁷ Movimento interrompido somente na década de 1860 devido ao aumento da participação do algodão nas exportações do país. Nota-se que nessa época instala-se nos domínios territoriais do município de Campinas uma colônia de norte-americanos que se voltou para o cultivo e beneficiamento do algodão, cuja produção, segundo Semeghini (1991), contribuiu a acumulação de capital na região. Essa região, posteriormente, tornou-se distrito de Campinas, como o nome de Vila Americana e, em 1924, desmembrou-se de Campinas, elevando-se à categoria de município, com o nome de Americana.

Nesse sentido, Semeghini (1991) destaca que, durante a década de 1860, começaram a ser gestadas, no município de Campinas, as transformações que contribuiriam, posteriormente, para a consolidação do complexo cafeeiro capitalista.

Essas transformações são de quatro ordens: 1) a estruturação da diferenciação regional, tanto em nível nacional quanto em nível provincial; 2) a fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1868, com apoio dos fazendeiros¹³⁸; 3) a instalação, na cidade, da empresa Lidgerwood, em 1868, voltada para a fabricação de máquinas de beneficiamento de café; e 4) a formação da Associação Auxiliadora da Colonização, por grandes fazendeiros e capitalistas do Oeste (SEMEGHINI, 1991, p.37).

Iniciadas tais transformações, o período 1870-1886 pôde assistir ao primeiro grande avanço da cafeicultura no território paulista, que se baseou na expansão das ferrovias, no emprego intensivo das máquinas de beneficiamento e na utilização da mão-de-obra imigrante, sob o sistema de colonato¹³⁹. (SEMEGHINI, 1991, p.38)

Neste período, Campinas era “o principal centro agrícola da província e o pólo da expansão para o oeste.” (SEMEGHINI, 1991, p.45). De acordo com o estudo de Semeghini (1991), pode-se afirmar que o fato de Campinas ter se tornado, durante 1870 e 1886, a “capital agrícola” da província estaria relacionado com o fato do mesmo município ter se constituído na “base territorial do processo de transformação do complexo cafeeiro” (SEMEGHINI, 1991, p.40).

Assim, estimulado por esses fatores, a década de 1870 e a primeira metade da de 1880 assistiriam a uma produção cafeeira crescente, tanto na região como no município de Campinas, que possibilitou importante acumulação de capital, o qual pôde ser aplicado de forma diversificada. Nesse sentido, Semeghini (1991), destaca que, a partir de meados de 1870,

¹³⁸ Vale registrar que, em 1867, foi inaugurada a Estrada de Ferro Santos/Jundiaí (São Paulo Railway) (Semeghini, 1991). Em 1872, inicia-se, a partir de Campinas, o funcionamento da Companhia Paulista e, em 1875, inaugura-se, no município, a estrada de ferro da Companhia Mogiana (Lapa, 1995).

¹³⁹ Ressalta-se que, nesse período, o emprego da mão-de-obra imigrante deu-se simultaneamente à utilização do trabalho escravo. (CANO, 1977 *apud* SEMEGHINI, 1991, p.21)

o capital acumulado no café começa a diversificar-se, com os investimentos nas ferrovias, nas empresas de serviços públicos, na indústria e nos bancos. Em paralelo, vão sendo constituídos os demais segmentos componentes do complexo capitalista. (SEMEGHINI, 1991, p.40)

Diante disso, o município de Campinas constituiria a principal base dessas transformações na economia cafeeira, evidenciadas no fato de ser nele que se estabeleceram, já na década de 1870, as sedes das Companhias ferroviárias Paulista e Mogiana¹⁴⁰, dos bancos agrícola e comercial, em 1872, de indústrias¹⁴¹ e empresas de serviços públicos¹⁴² (Semeghini, 1991).

Por sua vez, devido aos lucros do café em ascensão, na década de 1870, em função do aumento da produção e dos preços, esse capital acumulado pôde ser investido tanto na expansão do plantio quanto em novas atividades, principalmente no meio urbano (SEMEGHINI, 1991, p.41). Em decorrência, se verificaria em Campinas, na década de 1880, o crescimento de novas companhias de serviços públicos¹⁴³, de companhias industriais e agrícolas¹⁴⁴.

Com relação aos estabelecimentos industriais existentes em Campinas, em 1886, paralela ao setor metal/mecânico (máquinas agrícolas, fundições, caldeirarias), voltado à produção de máquinas e equipamentos agrícolas, Semeghini (1991) destaca a variedade de estabelecimentos ligados à expansão da renda e do mercado interno no período, voltados para a produção de alimentos, bebidas, vestuários, calçados, chapéus, móveis olarias, entre outros (SEMEGHINI, 1991, p.46).

O autor destaca, ainda, que esse setor industrial voltado para bens de consumo teve pouca participação direta do capital cafeeiro. A quase totalidade

¹⁴⁰ A operação dessas duas estradas de ferro sediada no município contribuiu para a configuração de uma importante diversificação da atividade cafeeira e da rede de cidades a partir de Campinas. (Baseado em Semeghini, 1991).

¹⁴¹ Como, por exemplo, a tecelagem Carioba, em Americana, estabelecida em 1875; e a Companhia McHardy, de máquinas de beneficiamento, fundada em 1875. (Semeghini, 1991).

¹⁴² Como a Companhia Campineira de iluminação à gás, encarregada da iluminação pública, estabelecida em 1872. (Semeghini, 1991)

¹⁴³ Semeghini (1991) destaca: a Companhia Paulista de Carris de Ferro, em 1881; a Companhia telefônica Campineira, em 1884; a Companhia de Água e Esgotos, em 1887; e, no início da década de 1890, as Companhias de Estrada de Ferro Funilense e o Ramal Férreo Campineiro.

¹⁴⁴ Semeghini (1991) destaca: a Companhia Industrial Campineira; a Companhia de Avicultura; a Companhia Pastoril Campineira (gado); e a Companhia Construtora Campineira.

dessas indústrias era de propriedade de imigrantes (italianos, ingleses, suíços, franceses, portugueses e alemães), sendo a mão-de-obra empregada também era predominantemente estrangeira. (SEMEGHINI, 1991, p.47)

Em termos populacionais, observa-se que o município de Campinas teria chegado, em 1886, a uma população total de 41.253 habitantes, dos quais 9.986 correspondiam à população escrava (tabela 2.2).

No quadro 2.4, tem-se a participação da população de Campinas, tanto no contexto regional como no provincial, entre 1836 e 1886.

A partir desses dados, é possível observar que a participação da população campineira apresentou um crescimento constante a partir de 1836, alcançando ponto máximo em 1874, quando Campinas concentrava cerca de 41% da população regional e cerca de 3,7% da população provincial.

Quadro 2.4: Participação regional e provincial da população total do município de Campinas 1836-1886

População Total	1836	1854	1874	1886
Município de Campinas	6.689	14.201	31.397	41.253
Região de Campinas	26.657	50.841	76.518	161.264
Província de São Paulo	284.312	417.149	837.754	1.221.380
Participação da população de Campinas no contexto regional e provincial (%)				
Campinas/ região Campinas	25,09	27,93	41,03	25,58
Campinas/ Prov. S.Paulo	2,35	3,40	3,75	3,38

Fonte: Camargo (1981; 1952) *apud* Baeninger, 1996; Semeghini, 1991. Elaborado a partir da tabela 2

Entre 1874 e 1886, observa-se uma mudança de tendência, quando reduz para, aproximadamente, 25,5% a participação da população campineira, no contexto regional, e para menos de 3,5%, no contexto paulista. Essa redução condiz com a desaceleração no ritmo de crescimento populacional de Campinas, no período, evidenciada pelos dados da tabela 2.2.

Tabela 2.2: População total e escrava

Província de São Paulo, região e município de Campinas: 1836-1886

Anos	População Total	Taxa de cresc. Total (% a.a.)	População Escrava	Taxa de cresc. Escrava (% a.a.)	Pop.Escrava/Pop.Total (%)
Província São Paulo					
1836	284.312		78.013		27,44
		2,15		2,31	
1854	417.149		117.731		28,22
		3,55		1,44	
1874	837.754		156.612		18,69
		3,19		0,21	
1886	1.221.380		160.665		13,15
Região de Campinas (*)					
1836	26.657		8.686		32,58
		3,65		4,83	
1854	50.841		20.315		39,96
		2,07		3,05	
1874	76.518		37.055		48,43
		6,41		-1,92	
1886	161.264		29.356		18,20
Campinas					
1836	6.689		3.917		58,56
		4,27		4,18	
1854	14.201		8.190		57,67
		4,05		2,60	
1874	31.397		13.685		43,59
		2,30		-2,59	
1886	41.253		9.986		24,21

Fonte: CAMARGO, 1981¹⁴⁵ *apud* BAENINGER, 1996, p.24 (província de São Paulo e município de Campinas); CAMARGO, 1952¹⁴⁶ *apud* SEMEGHINI, 1991, p.29 (região de Campinas)

(*) Inclui os municípios de Campinas, Amparo, Pedreira, Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista, Vargem Grande do Sul, Águas da Prata, Mogi-Mirim, Piracicaba, Rio das Pedras, Rio Claro, Analândia, Itapira, Limeira e Araras.

A partir da tabela 2.2, observa-se que o município de Campinas, nos dois primeiros períodos, embora apresentasse taxas decrescentes de crescimento da população total (4,27% e 4,05% a.a., respectivamente), elas se mantiveram acima das taxas provinciais (2,15% e 3,55% a.a., respectivamente) e regionais (3,65% e 2,07% a.a., respectivamente).

¹⁴⁵ CAMARGO, J.F. Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. **Estudos Econômicos** n.14, IPE-USP, 1981.

¹⁴⁶ CAMARGO, J.F. **Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. São Paulo, FFCL, USP, 1952 (3 vols.).

Porém, no período de 1874-1886, assumiria valor inferior à taxa de crescimento da população da província e da região. Assim, no período considerado, enquanto a província e a região de Campinas cresceram a uma taxa de 3,19% a.a. e 4,05% a.a., respectivamente, o município de Campinas cresceu a uma taxa de 2,30% a.a.

Como esse período corresponde à fase da economia cafeeira, identificada com a primeira grande expansão cafeeira (Semeghini, 1991), baseada na expansão férrea e na da mão-de-obra imigrante, pode-se afirmar que essa redução no ritmo de crescimento populacional e na participação da população de Campinas constitua reflexo do próprio processo de interiorização da cafeicultura, que foi acompanhada da expansão da população e do surgimento de novos municípios¹⁴⁷, o que seria expresso também pela diminuição da sua população escrava, no período.

Assim, nos períodos de 1836-1854 e de 1854-1874, enquanto a população escrava da província de São Paulo cresceu a uma taxa anual de 2,31% e 1,44%, respectivamente, a região de Campinas cresceu a 4,83% e 3,05%, respectivamente, e o município de Campinas, a 4,18% e 2,60%, respectivamente.

Por sua vez, no período 1874-1886, a população escrava do município e da região de Campinas apresentou um crescimento anual negativo de 2,59% e 1,92%, respectivamente, a população da província de São Paulo ainda apresentou um crescimento anual baixo, mas positivo, de 0,21%, indicando o deslocamento da economia cafeeira para outras regiões do estado.

Destaca-se, ainda, que, no crescimento populacional, tanto no estado de São Paulo como no município de Campinas, durante o período 1870-1900, não se pode deixar de destacar o importante papel desempenhado pela imigração européia, podendo ser dividida, no caso de Campinas, em duas fases distintas: a primeira, que compreende os anos de 1882 a 1886, e a segunda, compreendendo os anos de 1887-1900 (Baeninger, 1996).

¹⁴⁷ Voltaremos à questão da criação de municípios e à questão da organização político-administrativa do território adiante.

Com relação ao perfil demográfico da população imigrante, essas duas fases da imigração europeia para Campinas possuem características distintas. Nesse sentido, Baeninger (1996) destaca que

Campinas foi grande centro receptor da mão-de-obra estrangeira introduzida em São Paulo, particularmente nas últimas duas décadas do século passado. (...) A imigração do tipo individual foi predominante até 1886 para as principais nacionalidades, porém a imigração familiar acabou sendo responsável por 73% do total do movimento imigratório ocorrido entre 1882 e 1900. (BAENINGER, 1996, p.31)

A tabela 2.3 reproduz os dados referentes à imigração europeia para Campinas, sobre os quais Baeninger (1996) fundamentou suas considerações¹⁴⁸:

Tabela 2.3: Movimento imigratório europeu segundo nacionalidade e tipo de imigração
Campinas – 1882-1900

Tipo movimento imigratório	Nacionalidades					Total
	Portuguesa	Italiana	Espanhol	Alemã	Outras	
1882-1886						
Total	423	1.928	132	41	20	2.544
% Individual	79,43	61,51	91,67	46,34	40,00	65,64
% Familiar	20,57	38,49	8,33	53,66	60,00	34,36
1887-1900						
Total	778	6.063	704	370	172	8.087
% Individual	40,87	11,27	16,76	13,78	27,33	15,05
% Familiar	59,13	88,73	83,24	86,22	72,67	84,95
TOTAL GERAL						
Total	1.201	7.991	836	411	192	10.631
% Individual	54,45	23,39	28,59	17,03	28,64	27,16
% Familiar	45,54	76,61	71,41	82,97	71,36	72,84

Fonte: Livros de registros da Hospedaria dos Imigrantes do Estado de São Paulo, 1882 a 1900. *Apud* BAENINGER, 1996, p.31

Para além do impacto quantitativo dessa entrada de imigrantes sobre a população de Campinas, argumenta-se que, as características específicas dessas duas fases da imigração refletiriam, tanto na sua dimensão quantitativa como na dimensão qualitativa, diferentes tomadas de decisões políticas com relação à

¹⁴⁸ Vale destacar os dados sobre a entrada de imigrantes no Brasil, apresentados por Bassanezi (1996). Segundo a autora, entre 1872 e 1899, entraram no Brasil mais de 1.800.000 imigrantes, sendo que, no período 1872-1879, entraram 176.337, no período 1880-1889, 448.622 imigrantes, e, no período 1890-1899, 1.198.327 imigrantes. (BASSANEZI, 1996, p.8).

empresa colonizadora¹⁴⁹, feitas pelos principais *decision-makers* naquele momento, diante das alternativas abertas pelo arranjo político-institucional atuante em cada fase.

Com o objetivo de compreender as divergências entre governo central e governo provincial com relação à empresa colonizadora, vale a pena retomar o estudo de Silva (1996) sobre os debates político, os desafios de implementação e os desdobramentos da Lei de Terras, de 1850.

Segundo a autora, a Lei de 1850 consubstanciava-se, por um lado, na união de dois problemas – a imigração e a regulamentação da propriedade da terra, e, por outro, no papel primordial que o governo deveria desempenhar na importação de trabalhadores livres (SILVA, 1996, p.141). Com isso, os dois objetivos fundamentais da Lei de Terras voltavam-se para a implementação da colonização e para a resolução do problema da propriedade territorial (SILVA, 1996, p.178).

Com relação à colonização, a Lei de 1850 contemplava duas formas: a colonização oficial (ou espontânea), que visava o assentamento do imigrante em pequenas propriedades, a partir da venda de lotes, e a colonização regular (ou particular), que era subvencionada e visava atender as necessidades de mão-de-obra para as fazendas (Silva, 1996).

Sobre essa Lei, Silva destaca que ela “condensava a visão Saquarema”¹⁵⁰ de todo o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e de consolidação do Estado imperial” (SILVA, 1996, p.125).

Com relação à imigração, a “visão saquarema”, segundo a autora, defendia a idéia de povoamento do amplo território nacional, enfatizando a necessidade de

¹⁴⁹ Baseado na discussão feita por Lima (1986) sobre as diferentes soluções buscadas pelos cafeicultores do Oeste Paulista e os cafeicultores do Vale do Paraíba aos principais obstáculos vivenciados pela empresa cafeeira. Segundo a autora, os três principais obstáculos ao avanço da cafeicultura, e sobre os quais ela desenvolve seu estudo, são: transporte, crédito e mão-de-obra. (LIMA, 1986, p.34)

¹⁵⁰ Ao falar dos Saquaremas, Silva (1996) refere-se à “hegemonia saquarema” que, segundo a autora, tratava-se da base política e ideológica do Estado imperial, concentrada, sobretudo, no Partido Conservador, organizada nos anos 1840. Compreendia, basicamente, fazendeiros fluminenses escravistas, ligados à atividade cafeeira (SILVA, 1996, p.88). Segundo Carvalho (1996), os conservadores, e em especial os “saquaremas”, defendiam o fortalecimento do poder central, e nas décadas de 1830 e 1840, compunham o núcleo dos construtores do Estado imperial. (CARVALHO, 1996, p.186 e 199)

“branqueamento” da população através da imigração europeia e a difusão da pequena propriedade a partir do loteamento e venda de terras nas áreas devolutas da Coroa. Era sensível também às reivindicações da grande lavoura cafeeira, prevendo a introdução do trabalho livre do imigrante nas fazendas (SILVA, 1996, p.128).

Dessa forma, para os “Saquaremas”, a colonização oficial e a colonização regular estariam relacionadas entre si e as duas vias de imigração, por sua vez, dependeriam, de certa forma, da regularização das terras devolutas. Nesse sentido, Silva (1996) destaca que

No centro de toda a solução Saquarema para o problema da mão-de-obra e do povoamento estava a questão da demarcação das terras devolutas. Uma vez demarcadas elas seriam vendidas a nacionais ou estrangeiros que quisessem comprá-las. O dinheiro arrecadado seria utilizado no financiamento da imigração regular. (SILVA, 1996, p.129)

Porém, apesar de o governo central prever a possibilidade das duas vias de imigração, na prática ele tendeu a fornecer mais incentivo à imigração oficial, ou seja, aquela voltada para a atração de imigrantes na condição de pequenos proprietários¹⁵¹.

Segundo Silva (1996), essa posição do governo imperial com relação à colonização teria se constituído numa das questões de divergência entre o governo central e o governo provincial paulista, que defendia a importação de trabalhadores para as fazendas de café.

Essa divergência de interesses, por sua vez, teria se tornado evidente, de acordo com Lima (1986), em dois momentos: em 1871, quando foi fundada, em São Paulo, a Associação de Colonização e Imigração, que visava estimular a imigração espontânea e intermediar as relações entre fazendeiros e os trabalhadores, visando a proteção do imigrante. Essa Associação contou com o apoio do governo provincial, mas o sistema centralizador do Império acabou limitando sobremaneira a ação da província (LIMA, 1986, p.76).

¹⁵¹ Baseado em Silva (1996) e Carvalho (1996).

O segundo momento de divergência entre as duas esferas de governo foi em 1881, quando foi fundada a Sociedade Central da Imigração. Sob a atuação dessa Sociedade, o governo central buscou priorizar a imigração oficial, enquanto os paulistas reivindicavam maior apoio à imigração para as lavouras de café (LIMA, 1986, p.76).

Aproveitamos esse ponto da discussão para destacar a atuação da interação Estado-sociedade, caracterizada pela “dialética da ambigüidade”¹⁵², entre o Governo Central e as oligarquias paulistas no sentido de flexibilizar o efeito das relações intergovernamentais na tomada de decisão frente à questão da imigração como solução do problema da insuficiência de mão-de-obra na cafeicultura paulista.

Assim, observa-se que, em 1871, quando o Império encontrava-se no seu apogeu, a iniciativa paulista de incentivar a imigração foi coibida pela interferência do Governo Central na definição do processo. Já, em 1881, quando o regime imperial vivenciava seu declínio, na criação de uma empresa colonizadora, financiada pelo Governo Central, tornou-se mais evidente a divergência entre o Império e a oligarquia paulista, através das diferentes vias imigratórias que cada grupo pretendia priorizar com a empresa colonizadora recém-criada, o que apontaria para o fortalecimento da atuação da oligarquia paulista no cenário nacional, a partir da década de 1870.

Esse fortalecimento paulista frente ao Governo Central assumiria novas proporções, em 1886, quando da criação da Sociedade Promotora de Imigração, financiada exclusivamente com capital dos cafeicultores paulistas¹⁵³.

Continuando nossa discussão, seria tendo em vista a criação destas duas instituições voltadas para estimular a imigração, que se poderia afirmar que, no período 1870-1886, os governos central e provincial subsidiaram a imigração (Semeghini, 1991).

Porém, tendo em vista, por outro lado, as divergências entre as duas esferas de governo quanto ao caminho da imigração a ser incentivado, é que se

¹⁵² Discussão feita na seção anterior.

¹⁵³ Tema que será retomado adiante.

poderia justificar a menor concentração de imigrantes para Campinas na fase compreendida pelos anos de 1882 e 1886¹⁵⁴, quando chegariam ao município 2.544 imigrantes, correspondendo a cerca de 24% do total de imigrantes que entraram em Campinas, no período 1882-1900¹⁵⁵. (Baeninger, 1996)

A segunda fase de imigração européia para Campinas, o período de 1887-1900, quando chegaram ao município cerca de 76% do total dos imigrantes, na última década do século XIX, corresponderia a um período peculiar do desenvolvimento da economia cafeeira paulista, com importantes repercussões para o desenvolvimento econômico de Campinas e região.

Assim, segundo Semeghini (1991), o período 1886-1897 corresponderia ao segundo grande surto expansivo da cafeicultura, que se baseou inteiramente no trabalho livre. Esse segundo surto cafeeiro contou com a imigração em larga escala, a continuidade da expansão das ferrovias para o interior paulista¹⁵⁶ e o emprego intensivo das máquinas de beneficiamento. Tais fatores marcariam a emergência plena do complexo cafeeiro capitalista (SEMEGHINI, 1991, p.51).

Neste período, Campinas perderia a primazia na produção cafeeira para as novas áreas pioneiras do estado e, ao mesmo tempo, assistiria à ampliação e à diversificação das suas atividades urbanas, como comércio e serviços. Nesse sentido, Semeghini (1991) destaca que, após 1886

com a enorme expansão do plantio, Campinas perde a primazia, que detivera por mais de vinte anos, de principal município cafeeiro do estado. O município entrava na fase de estabilização da produção, que se estenderia até o final dos anos vinte. Apesar disso, (...), não

¹⁵⁴ Semeghini (1991) apresenta números da imigração para a província de São Paulo. Assim, o autor destaca que, entre 1874 e 1880, entram em São Paulo cerca de 6 mil imigrantes, e, no período de 1880 a 1886, entram cerca de 36 mil imigrantes. Destaca também que, a partir de 1886, o número de imigrantes que chegam em São Paulo cresce de forma impressionante: em 1887, entram 32 mil imigrantes; em 1888, 92 mil imigrantes; e, de 1888 a 1900, mais de 800 mil imigrantes. (SEMEGHINI, 1991, p.39)

¹⁵⁵ Ver dados da tabela 2.3.

¹⁵⁶ Nesse período, a Estrada de Ferro Mogiana alcança Ribeirão Preto e segue em direção ao rio Grande e ao Triângulo Mineiro; a Paulista avança lentamente, chegando em Araraquara, em 1885, e em Jaboticabal, em 1892. A Paulista articula-se também à Araraquarense e margeia a região da Sorocabana. Em Campinas, inaugura-se o Ramal Férreo Campineiro em 1894, passando pelo bairro das cabras, Souza e Joaquim Egidio; e o Ramal Funilense, em 1899, ligando a sede de Campinas às atuais áreas de Barão Geraldo, Cosmópolis, Paulínia e Artur Nogueira (Semeghini, 1991).

houve involução ou decadência populacional e econômica.
(SEMEGHINI, 1991, p.63)

Assim, segundo Semeghini (1991), no período entre 1886 e 1897, Campinas “deixaria de ser, ao mesmo tempo, a capital agrícola do estado e o centro de convergência do processo de expansão territorial.” (SEMEGHINI, 1991, p.56). Na prática, isso significa que, nesse período, por um lado, as funções urbanas da economia cafeeira, até então importantes em Campinas, deslocaram-se definitivamente para São Paulo, e, por outro, a ocupação do território desloca a fronteira de acumulação cada vez mais para Oeste, definindo novos centros regionais (Ribeirão Preto, Bauru entre outros).

Apesar dessas mudanças no interior da economia cafeeira, Campinas assistiu a um importante desenvolvimento urbano que contou, por um lado, com a ampliação e a diversificação do comércio e do setor de serviços, em função do crescimento populacional no período e à conjuntura da expansão cafeeira, e, por outro, com o aumento de estabelecimentos bancários e com um movimento de diversificação do capital cafeeiro voltado para o setor metal/mecânico¹⁵⁷, que continuou sendo o mais significativo do município, e para a constituição, em âmbito local, de empresas ferroviárias¹⁵⁸. (SEMEGHINI, 1991, p.62-63)

Além disso, Semeghini (1991) destaca que, nesse momento, desenhavam-se, no entorno da cidade de Campinas, duas regiões, colocadas sob sua influência, estruturadas a partir dos eixos das estradas de ferro (Paulista e Mogiana), cuja evolução causaria impactos no desenvolvimento econômico e urbano da cidade.

Com relação a essas duas regiões estruturadas a partir de Campinas, o estudo de Gabriel (1995) sobre os núcleos coloniais estabelecidos no município, no final do século XIX e início do século XX, corroboraria as previsões anteriores de Semeghini (1991), a respeito dos impactos sobre o desenvolvimento urbano das distintas regiões definidas em Campinas.

¹⁵⁷ O movimento mais importante refere-se à transformação da Companhia McHardy em Sociedade Anônima, destacando-se ainda a instalação das oficinas da Mogiana (Semeghini, 1991).

¹⁵⁸ Trata-se do Ramal Férreo Campineiro, incorporado em 1889, e da Companhia Carril Agrícola Funilense, incorporada em 1890. (Semeghini, 1991).

Segundo a autora, as distintas trajetórias da cafeicultura nessas duas regiões contribuiriam para a configuração posterior de diferentes formas de ocupação do solo, distinguindo duas zonas bem específicas no município de Campinas: a 1^a.) localizada ao sul, com propriedades rurais, cujas áreas médias são mais baixas, e com maior concentração de imigrante¹⁵⁹; e a 2^a.) localizada ao norte, com áreas médias mais elevadas, e com menor presença de imigrantes¹⁶⁰ (GABRIEL, 1995, p.156)¹⁶¹.

Um fato de grande importância para a empresa colonizadora, tanto para a província de São Paulo, como para o município de Campinas, a partir da segunda metade da década de 1880, foi a criação da Sociedade Promotora de Imigração, em 1886, financiada pelos capitalistas e cafeicultores de São Paulo (Carvalho, 1996; Baeninger, 1996; Gabriel, 1995; Semeghini, 1991).

Em comparação com as instituições criadas em 1871 e 1881, as quais influenciaram a intensidade e o perfil da imigração para Campinas no período 1882 a 1886, essa Sociedade distinguia-se em dois aspectos importantes: em primeiro lugar, tratava-se de uma iniciativa do governo provincial paulista associado aos fazendeiros e empresários ligados à cafeicultura de São Paulo, não tendo a participação direta do governo central (Carvalho, 1996). Em segundo lugar, essa empresa visava atrair para São Paulo imigrantes subsidiados (colonização regular), para atender a demanda das fazendas de café (Gabriel, 1995).

Fatores econômicos e políticos deram condições para a constituição dessa Sociedade e manutenção do seu funcionamento. Em termos econômicos, basta ressaltar a expansão e a diversificação da economia cafeeira e, conseqüentemente, a grande acumulação de capital que pôde ser investida em outras atividades, entre elas a colonização, principalmente a partir de 1870,

¹⁵⁹ Segundo a autora, essa zona sul compreende as regiões da Vila Industrial, Rebouças (atual Sumaré) e Valinhos (GABRIEL, 1995, p.156). Ou seja, a área estruturada a partir da Paulista.

¹⁶⁰ De acordo com Gabriel (1995), essa área compreende os distritos de Santa Cruz (Castelo, Barão Geraldo e Amarais), Conceição e Souza (GABRIEL, 1995, p.156). Ou seja, área estruturada a partir da Mogiana.

¹⁶¹ Posteriormente, esse estudo de Gabriel (1995) será retomado, quando serão considerados, mais detidamente, os núcleos de colonização criados em Campinas, entre 1897 e 1910.

quando assumem a liderança da atividade cafeeira as fazendas e centros urbanos do Oeste paulista (Lima, 1986; Semeghini, 1991).

Em termos políticos, pode-se identificar duas ordens de fatores distintos, mas que são complementares entre si. Em primeiro lugar, quando a Sociedade Promotora da Imigração foi formada, em 1886, embora ela fosse inteiramente custeada pelo capital da cafeicultura paulista, ela dependia da concessão do governo central¹⁶², pois as províncias não possuíam autonomia para esse tipo de iniciativa¹⁶³.

Considerando, por um lado, que, em 1886, São Paulo tinha na presidência da província o Barão de Parnaíba e, na pasta da Agricultura¹⁶⁴, Antonio Prado¹⁶⁵, ambos representantes da lavoura de exportação paulista, e, por outro, que os objetivos da Sociedade visavam exclusivamente a imigração de trabalhadores para as fazendas de café, tem-se que, na década de 1880, São Paulo conquistou certa importância política no cenário nacional, a qual possibilitou à elite política paulista, na sua interação com o governo central, fazer prevalecer seus interesses com relação à empresa colonizadora¹⁶⁶.

A segunda ordem de fatores políticos que deram condições para a constituição e manutenção dessa Sociedade será tratada na subseção seguinte

¹⁶² Baseado em Lima (1986) e Semeghini (1991).

¹⁶³ O mesmo acontecia com as atividades voltadas para a construção de estradas de ferro (Lima, 1986).

¹⁶⁴ SEMEGHINI, 1991, p.39.

¹⁶⁵ Antonio Prado foi um dos principais representantes do Partido Conservador de São Paulo (Carvalho, 1996). Em 1885, quando era deputado por São Paulo, foi nomeado para o cargo de Ministro da Agricultura, quando retomou a questão da demarcação de terras públicas, defendendo a imigração para a pequena propriedade. (LIMA, 1986, p.80).

¹⁶⁶ Esse fato assume contornos mais expressivos quando se considera o próprio arranjo político-institucional vigente, apresentado na parte inicial do capítulo, que era extremamente centralizador, e a falta de autonomia política das províncias, cujo cargo de presidente de província era de nomeação direta do Imperador (Carvalho, 1996).

II.2.2 – Mudança política-eleitoral e política de imigração antecedendo a dinâmica populacional, a dinâmica econômica e a estruturação do espaço urbano

A segunda ordem de fatores políticos que condicionaram a formação da empresa colonizadora em São Paulo, em 1886, pode ser representada pelas mudanças político-eleitorais implementadas pela Lei Saraiva, em 1881, contribuíram para a configuração de um ambiente político mais favorável aos cafeicultores do Oeste Paulista (Magalhães, 1992). Nesse sentido, vale retomar aqui o sistema eleitoral vigente no Império para entender o significado das mudanças que a lei eleitoral de 1881 implementou.

Assim, o sistema eleitoral que vigorou até 1881, foi o sistema indireto implementado pela lei eleitoral de 1846¹⁶⁷. Segundo Klein (1995), de acordo com essa lei, existiam dois tipos de eleitores: os “votantes” (eleitores de primeiro grau) e os “eleitores” (eleitores de segundo grau)¹⁶⁸. O requisito para ser “votante” era a posse de uma renda de 100 mil-réis por ano e, para ser “eleitor”, exigia-se uma renda de 400 mil-réis ou mais e que não fossem ex-escravos¹⁶⁹.

Além disso, as eleições eram feitas em duas etapas: na primeira, os “votantes” votavam diretamente para vereadores municipais, juiz de paz local e “eleitores”. Na segunda etapa: os “eleitores” elegiam os ocupantes dos cargos mais altos, em níveis provincial e nacional (Klein, 1995).

Na avaliação de Klein (1995), o sistema eleitoral pré-1881, apesar das restrições para compor o eleitorado de segundo grau, possuía uma base

¹⁶⁷ Lei no. 387 de 19 de agosto de 1846. (Magalhães, 1992; Klein, 1995).

¹⁶⁸ O sistema eleitoral do Império já foi abordado na parte inicial deste capítulo, quando foi abordado o arranjo político-institucional imperial.

¹⁶⁹ Magalhães (1992) ressalta ainda que, para ser candidato a deputado, exigia-se uma renda mínima de 800\$000, e, para senador, uma renda mínima de 1:600\$000 (um conto e seiscentos mil réis) (MAGALHÃES, 1992, p.94)

populacional bastante significativa¹⁷⁰, uma vez que na categoria de “votantes” podiam ser incluídos trabalhadores desqualificados, ex-escravos e analfabetos¹⁷¹.

Numa outra perspectiva, Magalhães (1992) observa que grande parte da população era marginalizada do sistema eleitoral, uma vez que, nas eleições de primeiro grau, não votavam as mulheres, escravos, os filhos-família¹⁷², criados de servir, administradores de fazendas e fábricas e religiosos de comunidade claustral. Por sua vez, nas eleições de segundo grau, estavam excluídos, além desses, os libertos e criminosos¹⁷³. (MAGALHÃES, 1992, p.94)

Enfim, diante dessas características do sistema eleitoral, a partir de 1870, acentuaram-se as pressões para que fossem instituídas eleições diretas. As discussões que então se travaram incluíam desde a questão da extensão do voto ao analfabeto até à possibilidade do término do critério censitário para o alistamento eleitoral (Magalhães, 1992)¹⁷⁴.

Depois de muitos debates, em 1881, é instituída a Lei Saraiva que estabelecia as seguintes mudanças no sistema eleitoral: eleições diretas¹⁷⁵; aumento da renda para definição do eleitorado; condição de alfabetizado; admissão dos naturalizados, ingênuos¹⁷⁶ e libertos à condição de eleitor; elegibilidade dos naturalizados há mais de seis anos; título eleitoral permanente; e estabelecimento de distritos de um só deputado. (MAGALHÃES, 1992, p.96)

O impacto imediato da Lei Saraiva teria sido a enorme redução no número de registros eleitorais em todo Império. Assim, se, em 1874, a população eleitoral

¹⁷⁰ Em 1872, a população de eleitores correspondia a 10% da população nacional, o que equivalia à metade dos homens em idade de votar (KLEIN, 1995, p.527).

¹⁷¹ Caberia uma ressalva aqui, baseada no que já foi discutido na seção anterior. Nesse sentido, destaca-se que a participação política da população de renda mais baixas restringia-se ao nível local, onde o poder de decisão seria menor e o “mandonismo” dos chefes locais seriam mais fortes.

¹⁷² Filhos que viviam na companhia dos pais. (MAGALHÃES, 1992, p.94).

¹⁷³ Magalhães (1992) destaca também aqueles que eram inelegíveis: estrangeiros (incluindo os naturalizados), os presidentes de província e seus secretários, os comandantes de armas e generais em chefe, os inspetores de fazenda geral e provincial, os chefes de polícia, os delegados e subdelegados, os juízes de direito e municipais. (MAGALHÃES, 1992, p.94).

¹⁷⁴ Magalhães (1992) fornece maiores detalhes sobre o debate que precedeu a instituição da Lei Saraiva, de 1881.

¹⁷⁵ O que eliminou a figura do “votante”, existente até então.

¹⁷⁶ Filhos de escravos nascidos depois da Lei do Ventre Livre, em 1871.

do país era de 1.114.066 indivíduos¹⁷⁷, em 1881, essa população foi reduzida a 145.296 eleitores. Isto correspondia a oitava parte do antigo eleitorado e menos de 1,5% do total da população do Brasil, estimada em 9.941.471 habitantes, em 1881 (MAGALHÃES, 1992, p.102).

Os dados da tabela 2.4 ilustram a redução do eleitorado causado pela lei de 1881 e a sua permanência durante a República¹⁷⁸:

Tabela 2.4: População eleitoral
Brasil – 1872-1945

Ano	Votantes	% sobre a população total
1872	1.097.698	10,8 (13,0)*
1886	117.022	0,8
1894	290.883	2,2
1906	294.401	1,4
1922	833.270	2,9
1930	1.890.524	5,6
1945	6.200.805	13,4

Fonte: Censo de 1872; Organizações e Programas Ministeriais; RAMOS (1961)¹⁷⁹ *apud* CARVALHO, 1996, p.361.

* Excluindo a população escrava.

Observa-se a grande redução do eleitorado entre 1872 e 1886, cujo peso sobre a população total passou de mais de 10% para abaixo de 1% em 14 anos, indicando o impacto restritivo da Lei Saraiva, a partir de 1881. Como observa Carvalho (1996), a baixa participação política ultrapassou o Império e permaneceu durante toda o período da República Velha.

Para ilustrar o que representou a instituição da Lei Saraiva para o conjunto da sociedade, baseada nas palavras de Beiguelman, Magalhães (1992) destaca que

Ao instituir a eleição direta, a lei Saraiva a restringe aos que já são eleitores, ou seja, possuem a referida renda líquida de 200\$000. Assim uma enorme massa (a dos votantes) sem a capacidade econômica requerida para integrar o corpo de eleitores, é simplesmente excluída do processo eleitoral, sob a alegação de sua

¹⁷⁷ Magalhães (1992) baseou-se nos dados do relatório da Diretoria Geral de Estatística do Império de 1874.

¹⁷⁸ Vale destacar que, com o advento da República, o critério censitário foi eliminado, mas o requisito de alfabetização foi mantido.

¹⁷⁹ RAMOS, G. **A crise do poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

escassa independência. (BEIGUELMAN, 1982 *apud* MAGALHÃES, 1992, p.103)

Baseada nas análises da literatura que tratou da Lei Saraiva, Magalhães (1992) avalia, ainda, que, mais do que o requisito de alfabetização e o aumento do critério censitário, o verdadeiro funil eleitoral instituído em 1881 teria sido o maior rigor exigido com relação às provas de renda. Nesse sentido, Magalhães (1992) enfatiza que

Foi eliminada a possibilidade de comprovação da renda através de uma simples justificação judicial, dada perante o juiz municipal. Multiplicaram-se as certidões exigidas. As novas exigências giravam em torno de uma série de documentos dificilmente possuídos pela população pobre dos campos. (MAGALHÃES, 1992, p.105)

Diante disso, Magalhães (1992) conclui sua avaliação a respeito da Lei Saraiva a partir de uma perspectiva que considera que, entre as motivações para as mudanças implementadas por esta lei, as principais seriam as que estavam estreitamente relacionadas com o processo gradual de emancipação dos escravos.

A autora enfatiza que as reivindicações liberais nas décadas finais do Império contribuíram para que a possibilidade dos ex-escravos virem a participar politicamente na sociedade fosse vista como uma ameaça. Diante disso, teria se tornado urgente a elaboração de uma legislação eleitoral que conciliasse, de um lado, a existência cada vez maior de ex-escravos, e, por outro, a manutenção da dominação política de seus antigos e atuais proprietários (MAGALHÃES, 1992, p.106).

Considerando essas motivações para a instituição da Lei Saraiva nos moldes em que ela foi elaborada, Magalhães (1992) destaca, por fim, que

Na verdade, a lei de 1881 não excluía apenas os analfabetos; excluía, como vimos, numerosos outros grupos sociais, pela dificuldade de exibição da prova de renda. (...) excluía classes inteiras que estavam há muito tempo no gozo do direito de voto. A eliminação do analfabeto era a eliminação, na sua quase totalidade, do escravo liberto. Permitia-se, pela lei de 1881, que o liberto

votasse, desde que soubesse ler e escrever e tivesse determinada renda, cuja prova não era facilmente exibida. (RODRIGUES¹⁸⁰ *apud* MAGALHÃES, 1992, p.106)

Feitas as considerações sobre os impactos políticos e sociais da instituição da Lei Saraiva para o conjunto do país, passaremos a abordar as mudanças acarretadas por essa lei eleitoral no interior da província de São Paulo, com destaque para o município de Campinas.

Assim, inicia-se essa abordagem destacando o descompasso econômico e político que o município de Campinas, vivenciava na década de 1870, em comparação com municípios do Vale do Paraíba – primeira região onde o café se desenvolveu em São Paulo, na primeira metade do século XIX, cuja elite econômica estava ideologicamente ligada aos Conservadores fluminenses¹⁸¹.

Os dados dos quadros 2.5 e 2.6 ilustram as diferenças demográficas e econômicas dessas duas regiões:

Quadro 2.5: Municípios mais populosos em 1874 – Província de São Paulo

Município	População Total	Região
Campinas	31.397	Oeste
São Paulo (capital)	31.385	Capital
Itapetininga	21.426	Oeste
Franca	21.419	Oeste
Taubaté	20.847	Vale Paraíba
Guaratinguetá	20.837	Vale Paraíba
Bragança	19.495	Oeste
Botucatu	16.979	Oeste
Mogi das Cruzes	16.579	Vale Paraíba
Iguape	16.005	Litoral
Total da Província	837.754	

Fonte: CAMARGO, 1981¹⁸² *apud* MAGALHÃES, 1992, p.49

Com base nos dados do quadro 2.5, observa-se que, entre os dez municípios paulistas mais populosos, em 1874, enquanto três situavam-se no Vale

¹⁸⁰ RODRIGUES, J.H. **Conciliação e reforma no Brasil**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

¹⁸¹ Baseado em Carvalho (1996).

¹⁸² CAMARGO, J.F. **Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. IPE/USP, 1981.

do Paraíba¹⁸³, cinco situavam-se na região do Oeste Paulista, tendo Campinas, nesse momento, a maior população municipal.

Quadro 2.6: Maiores populações escravas, em 1874, e maiores orçamentos municipais, em 1870, Província de São Paulo

Maiores populações escravas			Maiores orçamentos municipais		
Municípios	1874	Região	Municípios	1870	Região
Campinas	13.685	Oeste	Santos	32:229\$000	Litoral
Bananal	8.281	Vale Paraíba	São Paulo	31:840\$000	Capital
Piracicaba	5.142	Oeste	Campinas	29:725\$281	Oeste
Mogi-Mirim	5.006	Oeste	Bananal	25:993\$748	Vale Paraíba
Guaratinguetá	4.352	Vale Paraíba	Mogi-Mirim	14:640\$676	Oeste
Taubaté	4.122	Vale Paraíba	Itu	12:435\$048	Oeste
Rio Claro	3.935	Oeste	Guaratinguetá	10:534\$359	Vale Paraíba
São Paulo	3.828	Capital			
Pindamonhangaba	3.718	Vale Paraíba			
Itu	3.498	Oeste			
Total da Província	156.612				

Fonte: CAMARGO, 1981; TAUNAY, 1945¹⁸⁴ apud MAGALHÃES, 1992, p.50-51

Por sua vez, a partir do quadro 2.6, nota-se um relativo equilíbrio entre o Vale do Paraíba e o Oeste paulista, com uma maior vantagem para a região Oeste, quanto ao plantel de escravos e ao orçamento municipal, destacando Campinas como o possuidor de escravaria mais populosa, em 1874¹⁸⁵, e como um dos maiores orçamentos municipais, em 1870¹⁸⁶.

Tais dados indicam um maior poderio econômico dos municípios da região do Oeste, particularmente de Campinas, na década de 1870, correspondendo à

¹⁸³ Para contrastar, destaca-se que, em 1854, entre os dez municípios paulistas mais populosos, quatro situavam-se no Vale do Paraíba, e quatro situavam-se no Oeste paulista, sendo que Campinas ocupava a sexta posição, com 14.201 habitantes, ficando atrás de São Paulo (31.569 hab), Itapetininga (19.836 hab), Taubaté (17.700 hab), Iguape (15.211 hab) e Pindamonhangaba (14.645 hab). (MAGALHÃES, 1992, p.47).

¹⁸⁴ TAUNAY, A.E. **Pequena história do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

¹⁸⁵ Em 1854, Campinas já era detentora da maior escravaria da província de São Paulo, com uma população de 8.190 escravos. (MAGALHÃES, 1992, p.48)

¹⁸⁶ Por sua vez, com relação aos orçamentos municipais, entre 1851 e 1870, Campinas foi subindo no ranking dos municípios com maiores orçamentos municipais: em 1851, o município ocupava a 7ª. posição, ficando atrás de São Paulo, Bananal, Ubatuba, Santos, São Sebastião e Limeira. Em 1860, Campinas assumiu a 4ª. posição, ficando atrás de São Paulo, Bananal e Ubatuba. Finalmente, em 1870, assume a 3ª. posição. (MAGALHÃES, 1992, p.51)

fase de maior importância econômica deste município no cenário provincial, justamente quando ele se tornaria a “capital agrícola” da província¹⁸⁷.

Porém, se em termos econômicos, o Oeste paulista assumia a dianteira e um maior destaque, na década de 1870, em comparação como Vale do Paraíba, em termos político-eleitorais a situação se invertia, tendo a região do Vale um maior peso político em comparação com o Oeste (Magalhães, 1992).

Além das mudanças no sistema eleitoral, instituídas em 1881, a Lei Saraiva teria contribuído também para alterar a dinâmica política regional entre as duas regiões cafeeiras mais importantes de São Paulo. É a forma como se processou essa alteração que passamos, agora, a abordar.

Assim, considerando a importância das eleições para o funcionamento do sistema político, com relação ao Império, Magalhães (1992) destaca que “a pedra angular do sistema de compromissos que fundamentava o mandonismo durante o Império eram as eleições”, pois seriam através delas que “os chefes políticos locais adquiriam respaldo para suas negociações com o poder central”. (MAGALHÃES, 1992, p.56)

Diante disso, o que acabava se constituindo peça fundamental para o resultado das eleições eram as divisões administrativas do território¹⁸⁸. Segundo Magalhães (1992), o decreto de 1855¹⁸⁹, conhecido como a Lei do Círculo¹⁹⁰, instituiu a primeira divisão da província em distritos eleitorais para fins de eleições de deputados. A partir dele, a província de São Paulo teria sido dividida em nove distritos:

¹⁸⁷ Baseado em Semeghini (1991), Baeninger (1996), Lima (1986), Lapa (1995).

¹⁸⁸ Magalhães (1992) apresenta uma interessante discussão acerca das divisões administrativas e eleitorais de São Paulo, que não será exposto aqui na sua integridade, ressaltando apenas os aspectos mais diretamente relacionados com os propósitos deste trabalho.

¹⁸⁹ Coleção de leis do Império, 1856 – Decreto no.842, de 19 de setembro de 1855 (Magalhães, 1992).

¹⁹⁰ Com a Lei do Círculo, “ficava estabelecida a divisão das províncias em tantos distritos eleitorais quantos fossem os seus deputados à Assembléia Geral. A divisão dos distritos se fazia segundo critérios populacionais mas também políticos, já que os interesses locais dos municípios cabeças de distritos tinham mais possibilidades de serem atendidos”. (MAGALHÃES, 1992, p.57)

Quadro 2.7: Circunscrições eleitorais em 1855

Província de São Paulo

Distrito	Colégio	Região
1º.	São Paulo	Capital
2º.	Paraibuna	Vale Paraíba
3º.	Taubaté	Vale Paraíba
4º.	Areias	Vale Paraíba
5º.	Itu	Oeste
6º.	Itapetininga	Oeste
7º.	Santos	Litoral
8º.	Rio Claro	Oeste
9º.	Mogi-Mirim	Oeste

Fonte: Relatório do Presidente de Província, 1856 *apud* MAGALHÃES, 1992, p.58

Baseando-se no estudo de Faoro (1984)¹⁹¹, sobre a formação política do Brasil, Magalhães (1992) destaca que a lei de 1855 poderia ter sido considerada a primeira “fissura na centralização”, pois ela teria permitido a ascensão dos políticos de prestígio local, já que a área eleitoral era circunscrita por lei.

Segundo a autora, em 1860, um decreto¹⁹² teria alterado esse círculo eleitoral. Através desta lei, o círculo foi alargado, passando a fornecer cada um deles três deputados e não apenas um. Além disso, a província de São Paulo teria sido novamente dividida, mas agora em 34 colégios eleitorais, agrupados em três distritos:

Quadro 2.8: Circunscrições eleitorais em 1860

Província de São Paulo

Distrito	Colégio	Região
1º.	São Paulo	Capital
2º.	Taubaté	Vale Paraíba
3º.	Mogi-Mirim	Oeste

Fonte: Relatório da Repartição dos Negócios do Império, 1860 *apud* MAGALHÃES, 1992, p.59

Considerando as circunscrições eleitorais de 1855 e 1860, observa-se o estabelecimento de um equilíbrio de forças entre as duas regiões cafeeiras paulistas, nos dois momentos, pelo menos, no que diz respeito à divisão eleitoral do território (Magalhães, 1992).

¹⁹¹ FAORO, R. **Os donos do poder**. 6ª.ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Globo, 1984.

¹⁹² Coleção de leis do Império. Decreto no. 1.082, de 18 de agosto de 1860 (Magalhães, 1992).

No entanto, quando se toma a distribuição regional da população eleitoral, evidencia-se o desequilíbrio político entre as regiões da província, principalmente entre o Vale do Paraíba e o Oeste paulista:

Quadro2. 9: População eleitoral por regiões em 1868

Província de São Paulo

Região	Eleitores	% sobre total província	Votantes	% sobre total província
Vale	476	40,0	23.184	43,0
Oeste	254	21,0	10.208	18,0
Outras	313	26,0	14.478	26,0
Capital	83	7,0	3.460	6,0
Portos	63	6,0	3.822	7,0
Total Província	1.189	100,0	55.152	100,0

Fonte: Relatório da Repartição dos Negócios do Império, 1870 *apud* MAGALHÃES, 1992, p.60

Observa-se que, embora a distribuição eqüitativa dos distritos eleitorais entre as regiões paulistas, em 1868, o Vale do Paraíba possuía a maior concentração de votantes e de eleitores da província, enquanto o Oeste paulista era a terceira concentração de votantes (18%) e de eleitores paulistas (21%).

Os dados do quadro 2.10 ilustram esse desequilíbrio da distribuição eleitoral na província de São Paulo através da enumeração dos municípios com maiores populações eleitorais, em 1868:

Quadro 2.10: Maiores populações eleitorais em 1868

Província de São Paulo

Município	Eleitores	Votantes	Região
São Paulo	83	3.460	Capital
Taubaté	39	1.411	Vale Paraíba
Guaratinguetá	37	1.864	Vale Paraíba
Bananal	30	1.792	Vale Paraíba
Lorena	28	1.214	Vale Paraíba
Pindamonhangaba	24	1.156	Vale Paraíba
Campinas	23	1.010	Oeste
Mogi das Cruzes	23	1.004	Vale Paraíba

Fonte: Relatório da Repartição dos Negócios do Império, 1870 *apud* MAGALHÃES, 1992, p.61

Com os dados anteriores, constata-se que entre os oito municípios paulistas com as maiores populações eleitorais, em 1868, seis localizavam-se no

Vale do Paraíba, enquanto apenas Campinas, ocupando a penúltima posição, representava o Oeste paulista.

Assim, a partir dos dados econômicos, demográficos e políticos, apresentados até então para embasar este trecho da discussão, observa-se o descompasso entre o poder econômico e o poder político vivenciado pelo Oeste paulista, no contexto provincial, com especial destaque para o município de Campinas.

Com relação a esse descompasso, parafraseando Holanda (1977), Magalhães (1992) observa que, a partir da década de 1870,

A região do Oeste Paulista projetou-se do ponto de vista econômico, não só no interior da província, mas no contexto do Império. Isso acarretou um descompasso entre as esferas do poder econômico e político. Assim como os novos grupos urbanos, surgidos no processo de diversificação econômica, característico da segunda metade do século XIX, os fazendeiros das áreas mais novas também não se sentiam representados pelas estruturas políticas do Império. (HOLANDA, 1977 *apud* MAGALHÃES, 1992, p.62)

Esse descompasso entre as esferas econômicas e políticas, verificado dentro da província de São Paulo, durante a década de 1870, reproduzia-se também em nível nacional. Nesse sentido, Magalhães (1992) destaca que a representação da província de São Paulo como um todo, no Parlamento e nas funções executivas, era insignificante face ao seu peso econômico¹⁹³. (MAGALHÃES, 1992, p.62)

Diante disso, embora não tenha sido o objetivo principal, ou o objetivo manifestamente pretendido, a lei eleitoral de 1881 teria representado uma alteração na dinâmica das forças políticas entre as regiões da província de São Paulo. A primeira evidência disso residiu na nova circunscrição eleitoral, implementada em 1881:

¹⁹³ Vale ressaltar que foi essa pouca representatividade política da província em nível nacional que despertou, a partir da década de 1870, a simpatia por parte dos paulistas às idéias republicanas, principalmente entre os proprietários rurais do Oeste, que se sentiam minimizados politicamente. Esse descontentamento favoreceu inúmeros debates na Assembléia sobre temas relativos à abolição, imigração, descentralização administrativa e sistema eleitoral. Entre os mais polêmicos, encontrava-se a Lei Saraiva, de 1881 (MAGALHÃES, 1992, p.62-64)

Quadro 2.11: Circunscrições eleitorais em 1881

Província de São Paulo

Distrito	Colégio	Região
1 ^o .	São Paulo	Capital
2 ^o .	Taubaté	Vale Paraíba
3 ^o .	Lorena	Vale Paraíba
4 ^o .	Itu	Oeste
5 ^o .	Itapetininga	Oeste
6 ^o .	Santos	Litoral
7 ^o .	Campinas	Oeste
8 ^o .	São João do Rio Claro	Oeste
9 ^o .	Casa Branca	Oeste

Fonte: Coleção de Leis do Império, decreto no.8.113 de 21/5/1881 *apud* MAGALHÃES, 1992, p.65

Observa-se que a circunscrição eleitoral de 1881 não estabeleceu um equilíbrio, em termos da divisão eleitoral do território, entre o Vale do Paraíba, que passou a ter dois distritos eleitorais, e o Oeste paulista, compreendendo cinco distritos eleitorais.

Segundo Magalhães (1992), a nova circunscrição eleitoral passaria a espelhar a importância das áreas de cafeicultura recente em São Paulo (MAGALHÃES, 1992, p.65). Nota-se, ainda, que seria o primeiro momento em que Campinas apareceria como sede de distrito eleitoral, o que é um indicador de sua força política na província.

Uma segunda forma de evidenciar a alteração na dinâmica política em São Paulo é através da distribuição regional da população eleitoral. Essa distribuição regional é ilustrada pelos dados do quadro 2.12:

Quadro 2.12: População eleitoral por regiões em 1881

Província de São Paulo

Regiões	Eleitores	%
Oeste	4.863	33,0
Vale	3.266	22,0
Outras	3.509	24,0
Capital	1.668	11,0
Portos	1.401	10,0
Total Província	14.707	100,0

Fonte: Relatório da Repartição dos Negócios do Império, 1882 *apud* MAGALHÃES, 1992, p.66

Com os dados do quadro 2.12, constata-se que a região Oeste inverteria a situação em relação ao final da década de 1860, quando era a terceira região em

número de eleitores e de votantes, tornando-se, em 1881, a primeira região em população eleitoral, concentrando 33% do eleitorado. Em contrapartida, o Vale do Paraíba, a primeira região em concentração do eleitorado, em 1868, passou a ocupar a terceira posição, em 1881, concentrando 22% dos eleitores paulistas.

Por fim, a terceira evidência da alteração da correlação de forças políticas em São Paulo é fornecida pelos dados do quadro 2.13:

Quadro 2.13: Maiores populações eleitorais em 1881
Província de São Paulo

Município	Eleitores	Região
São Paulo	1.008	Capital
Campinas	589	Oeste
Guaratinguetá	412	Vale Paraíba
Santos	371	Litoral
Bananal	326	Vale Paraíba
Amparo	318	Oeste
Franca	317	Oeste
Taubaté	292	Vale Paraíba
Piracicaba	283	Oeste
Mogi-Mirim	274	Oeste
Total Província	14.707	

Fonte: Relatório da Repartição dos Negócios do Império, 1882 *apud* MAGALHÃES, 1992, p.67

A partir dos dados do quadro 2.13, nota-se que, entre os dez municípios paulistas com maior população eleitoral, em 1881, cinco situavam-se no Oeste paulista, sendo que Campinas era o município que possuía o segundo maior eleitorado da província, ficando atrás somente da capital. Em contraste, apenas três municípios, em 1881, situavam-se no Vale do Paraíba. Tal situação diferenciava-se bastante da de 1868, quando seis municípios do Vale do Paraíba estavam entre os oito municípios com maior eleitorado em São Paulo.

Contrastando esses dados eleitorais com dados demográficos e econômicos de 1886, observa-se que, com as alterações implementadas pela Lei Saraiva, não se verificaria mais o descompasso entre o poder econômico e o poder político, com relação ao Oeste Paulista, detectado na década de 1870.

Quadro 2.14: Municípios mais populosos em 1886

Província de São Paulo

Município	População	Região
São Paulo	47.697	Capital
Campinas	41.253	Oeste
Jaboticabal	26.224	Oeste
Guaratinguetá	25.632	Vale Paraíba
Tatuí	24.936	Oeste
Silveiras	24.590	Oeste
Piracicaba	22.150	Oeste
Sorocaba	20.166	Oeste
Rio Claro	20.133	Oeste
Batatais	19.915	Oeste
Total Província	1.221.380	

Fonte: CAMARGO, 1981¹⁹⁴ *apud* MAGALHÃES, 1992, p.54

Com relação aos dados do quadro 2.14, observa-se que, em 1886, entre os dez municípios paulistas mais populosos, oito localizavam-se na região do Oeste Paulista, dentre os quais Campinas era o maior, enquanto apenas um município do Vale do Paraíba figurava entre os municípios de maior população.

Quadro 2.15: Maiores produções cafeeiras em 1886

Província de São Paulo

Município	Produção (em arrobas)	Região
Campinas	1.500.000	Oeste
Amparo e Capivari	933.333	Oeste
Rio Claro	600.000	Oeste
Araras	500.000	Oeste
Descalvado	416.667	Oeste
Itatiba	373.333	Oeste
Guaratinguetá	350.000	Vale Paraíba
Casa Branca, Piracicaba e Taubaté	300.000	Oeste e Vale Paraíba
Total Província	10.374.350	

Fonte: CAMARGO, 1981¹⁹⁵ *apud* MAGALHÃES, 1992, p.53

Assim, comparando os dados do quadro 2.15 com os dados da cafeicultura, na década de 1880, constata-se o predomínio dos municípios do Oeste Paulista, em 1886, entre as maiores produções cafeeiras da província de São Paulo.

¹⁹⁴ CAMARGO, J.F. **Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. IPE/USP, 1981.

¹⁹⁵ CAMARGO, J.F. **Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. IPE/USP, 1981.

Especificamente com relação a Campinas, observa-se que, de certa forma, a Lei Saraiva assim como corrigiu o descompasso, existente até 1881, entre a esfera econômica e a esfera política, vivenciado pelo Oeste Paulista, também teria corrigido o mesmo descompasso identificado em relação ao município de Campinas.

A partir dos dados apresentados anteriormente, referentes à década de 1870, Campinas era o município mais populoso, em 1874, com 31.397 habitantes, e possuía a maior escravaria da província, com 13.685 escravos, sendo que, em 1870, detinha o terceiro maior orçamento municipal. Porém, em 1868, apresentava a sétima maior população eleitoral, com 23 eleitores e 1.010 votantes.

Em 1886, quando Campinas consolidou-se como “capital agrícola” paulista, constituindo-se como o segundo município mais populoso, com 41.253 habitantes e o primeiro em produção cafeeira, ele já se encontrava em uma situação de equilíbrio econômico e político, desde 1881, quando Campinas passou a ser uma das nove sedes distritais eleitorais e compreendia a segunda maior população eleitoral da província de São Paulo, com 589 eleitores.

Os dados do quadro 2.16 ilustram a evolução da população eleitoral do município de Campinas entre 1850 e 1890:

Quadro 2.16: População eleitoral – 1850-1890
Município de Campinas

Ano	Votantes
1850	611
1857	692
1866	981
1870	993
1876	2.690
1881	589
1890	1.906

Fonte: Censos Eleitorais – AESP *apud* MAGALHÃES, 1992, p.98

Desde 1850, quando possuía 611 eleitores, Campinas apresentou um crescimento constante no número de votantes, em termos absolutos, chegando a atingir, em 1876, seu ponto mais alto durante o Império, com uma população eleitoral de 2.690 eleitores. Em 1881, já sob a Lei Saraiva, a queda é abrupta, registrando Campinas, nesse ano, 589 eleitores.

Em termos relativos, a partir dos dados demográficos e eleitorais apresentados anteriormente, embora não haja correspondência com relação aos anos para os quais os dados foram selecionados, é possível considerar que o peso do eleitorado na população total do município, em Campinas, aproxima-se do quadro nacional, ou seja, na década de 1870, o eleitorado correspondia aproximadamente a 10% da população, e, na década de 1880, o eleitorado aproximava-se a 1% da população total do município.

Com as considerações feitas a respeito das mudanças implementadas pela lei eleitoral de 1881, tanto nas principais regiões cafeeiras da província como no município de Campinas, tem-se os elementos para fundamentar a argumentação de que a Lei Saraiva teria contribuído para a configuração de um clima político mais favorável aos cafeicultores do Oeste Paulista.

Esse novo clima político, sob o qual pôde predominar os interesses dos cafeicultores do Oeste Paulista, por sua vez, teria favorecido a formação, em 1886, da Sociedade Promotora de Imigração, cuja especificidade era a de constituir-se numa empresa colonizadora financiada pelo capital de cafeicultura paulista, aliado ao governo provincial, com o objetivo exclusivo de atrair imigrantes subsidiados para a lavoura cafeeira (Carvalho, 1996; Gabriel, 1995).

Caberia fazer, aqui, um novo parêntese para destacar um outro momento onde poderia ser evidenciada a atuação da interação Estado-sociedade, caracterizada pela “dialética da ambigüidade”, no sentido de flexibilizar ainda mais o efeito das relações intergovernamentais entre o Governo Central e a oligarquia paulista. Trata-se do próprio momento de fundação da Sociedade pelos cafeicultores e capitalistas paulistas, cujo objetivo era fomentar a vinda de imigrantes europeus para as plantações de café.

Assim, destaca-se que a importância econômica da cafeicultura do Oeste paulista e o seu maior peso político, alcançado pela lei eleitoral de 1881, teriam se constituído nos condicionantes de um maior fortalecimento paulista frente ao Governo Central.

Por outro lado, a força dessa empresa colonizadora se refletiria nos números da imigração para São Paulo no pós-1886, já destacado anteriormente,

quando, no período entre 1888 e 1900, chegaram em São Paulo mais de 800 mil imigrantes (SEMEGHINI, 1991, p.39). Para Campinas, conforme a tabela 2.3, entre 1887 e 1900, entraram 8.087 imigrantes, dos quais cerca de 85% eram do tipo familiar. Destaca-se ainda que, do total desses imigrantes, 6.063 eram italianos.

Essa grande onda imigratória para São Paulo constituiu um importante elemento do crescimento populacional no período pós-1886, tanto para o estado de São Paulo como para o município de Campinas:

Tabela 2.5: População total e participação da população de Campinas (%)

Estado de São Paulo, região e município de Campinas: 1886-1900

População	1886	1900	Taxa cresc. 1886-1900 (% a.a.)
Município de Campinas	41.253	67.694	3,6
Região de Campinas (*)	161.264	286.642	4,2
Estado de São Paulo	1.221.380	2.225.968	4,4
Participação da população de Campinas no contexto regional e estadual (%)			
Campinas/ região de Campinas	25,58	23,62	
Campinas/ estado de São Paulo	3,38	3,04	

Fonte: CAMARGO, 1952 *apud* SEMEGHINI, 1991, p.29 (município e região de Campinas); *apud* BAENINGER, 1996, p.24 e 34 (estado de São Paulo)

(*) Inclui os municípios de Campinas, Amparo, Pedreira, Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista, Vargem Grande do Sul, Águas da Prata, Mogi-Mirim, Piracicaba, Rio das Pedras, Rio Claro, Analândia, Itapira, Limeira e Araras.

Comparando os dados da tabela 2.5 com os dados da tabela 2.2, observa-se que, no período 1886-1900, as taxas de crescimento populacional do estado de São Paulo (4,4%a.a.) e de Campinas (3,6% a.a.) foram maiores que as taxas registradas entre 1874-1886, quando a população paulista apresentou um crescimento anual em torno de 3,2% e a população campineira, em torno de 2,3%.

Por outro lado, observa-se que, embora o afluxo de imigrantes para Campinas e seu maior crescimento populacional no pós-1886, em comparação com o período anterior, sua participação no contexto regional e estadual diminuiu entre 1886 e 1900. Isso se deve, principalmente, ao fato de se registrar importante crescimento populacional em outros municípios da região de Campinas – consequência do próprio avanço da cafeicultura no interior paulista, acompanhado pelo avanço populacional para outros municípios.

Em termos qualitativos, a “grande imigração”, iniciada em 1886, teria representado a vinda de grande quantidade de “italianos pobres”¹⁹⁶ para Campinas, tornando-se um marco de mudanças, tanto nas relações entre a sociedade local e os estrangeiros, como nas feições do urbano campineiro (Gabriel, 1995).

Segundo Gabriel (1995), haveria uma diferença entre os imigrantes, principalmente os italianos, que chegaram a Campinas antes de 1886 e aqueles que chegaram a partir de 1886, através da imigração subsidiada.

Assim, aqueles que se estabeleceram no município até 1886, na sua maioria, teriam vindo por conta própria, sem compromisso com os fazendeiros. Dirigiam-se diretamente ao núcleo urbano, dedicando-se às atividades ligadas ao comércio e à indústria. Seria o caso daqueles imigrantes que a literatura¹⁹⁷ identifica como sendo aqueles que, a partir da década de 1870, contribuiriam para o dinamismo urbano e o desenvolvimento da cidade de Campinas¹⁹⁸. Além disso, possuíam grau de escolaridade mais elevado que os imigrantes do pós-1886¹⁹⁹. (GABRIEL, 1995, p.115-116)

Por sua vez, os italianos que chegaram a partir de 1886 não apresentariam similaridades com os imigrantes do período pré-1886. Tratava-se, segundo Gabriel (1995), de imigração de “famílias italianas pobres”, sem escolaridade e destinados a trabalhar nas plantações de café, embora, para preocupação dos campineiros, principalmente dos fazendeiros, esses italianos acabavam por deixar as fazendas e se dirigiam para a cidade, com objetivo de se estabelecer em atividades urbanas (Gabriel, 1995).

¹⁹⁶ Gabriel (1995) utiliza esse termo para se referir à grande parcela dos imigrantes que vieram para Campinas, a partir de 1886.

¹⁹⁷ Semeghini (1991); Lapa (1995).

¹⁹⁸ Nas suas descrições sobre Campinas na segunda metade do século XIX, quando fala da presença e da atuação de europeus de diversas nacionalidades em atividades de comércio e serviços sofisticados, existentes em Campinas, desde o final da década de 1860, Lapa (1995) está se referindo, na verdade, aos imigrantes que se estabeleceram em Campinas, na sua maioria, antes de 1886. Ou seja, imigrantes com recursos próprios que vieram para Campinas com o objetivo de se investirem em atividades urbanas.

¹⁹⁹ Vale ressaltar que apesar de, em alguns momentos da sua análise, Gabriel (1995) falar dos imigrantes de um modo geral, seu estudo baseia-se nos imigrantes italianos estabelecidos em Campinas.

Segundo a historiadora, as relações da sociedade local com os italianos, até 1886, teriam sido relativamente amistosas, pois, apesar da ocorrência de uma certa animosidade e até de episódios de discriminação com relação à imigração italiana, que culminariam com as manifestações dos italianos, em 1881, tratavam-se de indivíduos voltados para atividades urbanas, cuja importância para o dinamismo urbano era reconhecida pela sociedade local, o que teria contribuído para sua maior inserção social (Gabriel, 1995).

A partir de 1886, no entanto, os italianos vindos para Campinas através da imigração subsidiada não teriam tido a mesma inserção social que os italianos pré-1886, pois eram vistos, pela sociedade local, como “meros trabalhadores do campo” (GABRIEL, 1995, p.136-137). Uma vez que se viam atraídos pela vida urbana, esses italianos tiveram que enfrentar maiores obstáculos para se estabelecer na cidade, o que teria feito com que as relações com sociedade local fossem marcadas pela tensão e pela violência (Gabriel, 1995).

O estudo de Gabriel (1995) capta bem a diferença entre esses dois momentos da imigração italiana para Campinas e seu impacto para o desenvolvimento urbano. Nesse sentido, com relação aos italianos da “grande imigração” a autora destaca que

Não eram mais proprietários de bancos, de grandes casas comerciais ou professores dos ginásios. Tratava-se agora de italianos que, em sua maioria, tinham em comum a necessidade de lutar por melhores salários, por melhores condições de vida, por tratamentos médicos etc. A competição pelo estabelecimento em Campinas era, nesse segundo momento, muito maior. (GABRIEL, 1995, p.136)

Para avaliar o que representou o impacto dessa segunda imigração para a cidade de Campinas, vale retomar o que era o urbano campineiro antes da chegada desses imigrantes, o que passaremos a tratar a subseção seguinte.

II.2.3 – Espaço urbano de Campinas

Com relação ao urbano campineiro antes da “grande imigração”, Lapa (1995) destaca, inicialmente, que, em 1870, Campinas teria deixado de ser uma “cidade senhorial”, aquela surgida com a economia açucareira, e teria se constituído numa “cidade burguesa”, fruto da economia cafeeira (LAPA, 1995, p.42).

Tratou-se, segundo o autor, do momento em que a aristocracia transferiu sua residência para o urbano, estabelecendo seus sobrados no centro da cidade, sendo acompanhado, nesse movimento, pela alta burguesia.

Numa outra perspectiva, Bergó (1952), no seu estudo sobre Campinas, expressaria bem o significado dessa transição para a configuração do urbano campineiro. Nesse sentido, a autora destaca:

dos engenhos e das fazendas para a cidade trouxeram os poderosos uma vida social que se mantinha nos sobrados, e a cidade exigiu água, bondes, calçamento, melhor comércio, medicina e hospitais, (...) e casas luxuosas que, de simples casas de fins-de-semana e festas religiosas, passaram a ser os lares amplos (...) para a permanência da família, em permuta com as fazendas, que passaram a ser o refúgio para o descanso e férias. (BERGÓ, 1952²⁰⁰ *apud* MAGALHÃES, 1992, p.80)

Assim, a partir das palavras de Bergó (1952) é possível perceber que o estabelecimento da aristocracia e da alta burguesia no meio urbano teria sido acompanhado pelos melhoramentos urbanos, os quais, segundo outros autores que retrataram esse período²⁰¹, foram importantes tanto para a adequada vivência das classes dominantes na cidade, como para o funcionamento da economia cafeeira.

Por sua vez, retomando o estudo de Lapa (1995), destaca-se que, a partir da década de 1850, quando se inicia o ciclo cafeeiro em Campinas, multiplicaram-

²⁰⁰ BERGÓ, M.S.A. Estudo geográfico da história de Campinas. X Congresso Brasileiro de Geografia. **Anais...** Rio de Janeiro, 1952.

²⁰¹ Semeghini (1991) e Lapa (1995).

se os “sobradões” pela cidade, distribuídos por todo o seu centro histórico²⁰², avançando em seguida pelas ruas que se estendiam até os bairros (LAPA, 1995, p.104).

O autor destaca, ainda, que, entre 1850 e 1900, a distribuição espacial das classes sociais pelo espaço urbano campineiro foi indiscriminada²⁰³, não havendo, naquele momento, a priorização de uma determinada área pela aristocracia²⁰⁴, convivendo lado a lado, com frequência, os grandes casarões e as habitações populares (Lapa, 1995).

Como destacado anteriormente, o estabelecimento das classes dominantes na cidade implicou o investimento em diversos serviços públicos²⁰⁵, que atendiam o conforto dos habitantes²⁰⁶ e o funcionamento da economia cafeeira. A produção desses melhoramentos urbanos e a criação da infra-estrutura urbana teriam sido financiadas pelo capital privado, proveniente da economia cafeeira, aliado aos recursos do poder público local (Lapa, 1995).

Por sua vez, a grande quantia de capital acumulado a partir da atividade cafeeira, aliada à fraqueza do governo municipal²⁰⁷, teria contribuído para que ficasse nas mãos na iniciativa privada, particularmente a cafeeira, o controle do

²⁰² Lapa (1995) destaca que o centro histórico de Campinas compreende a região estruturada pelos três largos que deram origem à cidade e a partir da qual ela, posteriormente, cresceu. São os largos da Matriz Velha, do Rosário e da Matriz Nova. (LAPA, 1995, p.104)

²⁰³ Nesse ponto, Lapa (1995) baseia-se no estudo de Carvalho (1991), sobre a habitação popular em Campinas, entre 1870 e 1956. Referência consta na parte bibliográfica.

²⁰⁴ Segundo Carvalho (1991), essa situação perdurará até a década de 1920. (Apud Lapa, 1995, p.105).

²⁰⁵ Durante as décadas de 1870 e 1880, foram realizados na cidade de Campinas: estabelecimento das companhias de estrada de ferro Paulista e Mogiana, de bondes elétricos, dos serviços de água e esgoto, de empresa telefônica; alargamento de ruas e construção de calçadas para pedestres; criação de estabelecimentos escolares, hospitais e serviços de saúde (Lapa, 1995).

²⁰⁶ Vale destacar o estabelecimento, no centro de Campinas, de importantes atividades de comércio e serviços, voltados para atender as classes dominantes. Essas atividades não eram financiadas pelo capital cafeeiro, mas sim pelos imigrantes europeus que se estabeleceram na cidade, principalmente a partir da década de 1860, e que se dirigiram para as atividades urbanas, do comércio e da indústria. (Lapa, 1995).

²⁰⁷ Retomando a parte inicial deste capítulo, tem-se que as relações intergovernamentais, durante o Império, foram estruturadas de forma tal que o governo municipal ficou caracterizado por uma limitada autonomia financeira, política e administrativa, contando, para a efetivação de suas atribuições, com a atuação da iniciativa privada. Assim, pode-se afirmar que os municípios que possuem classe dominante capitalizada são os municípios passíveis de se verificar importante investimento em melhoramentos urbanos. No caso de São Paulo, trata-se dos municípios diretamente vinculados, em maior ou menor grau, à atividade cafeeira. (Baseado em Semeghini, 1991; Lapa, 1995; Bilac, 2001).

processo de investimento nos melhoramentos urbanos da cidade, no qual, conseqüentemente, acabariam sendo priorizados os interesses privados desse grupo dominante (Bilac, 2001)²⁰⁸.

Assim, essa situação de controle, tanto sobre poder público local, como sobre a iniciativa de investimentos em serviços públicos, exercido pelos estratos da classe dominante, vinculados à economia cafeeira, contribuiu para o sentimento, entre esses estratos dominantes, de que as cidades eram “suas” (BILAC, 2001, p.44-45). Ou seja, neste contexto, as cidades não eram vistas como fruto de uma ampla construção social, mas sim como obra da iniciativa privada da classe econômica dominante que, por isso, a tratavam como uma extensão de seu patrimônio particular.

Devido a esse sentimento de posse das classes dominantes em relação à cidade, o processo de modernização do espaço urbano exerceu, sobre os pobres (nacionais e estrangeiros) e escravos maior controle social e disciplinar no modo como ocupar e circular no espaço urbano (Lapa, 1995).

Assim, todas as formas de normatização e racionalidade da vida urbana teriam atingido com maior rigor as classes populares, principalmente no que diz respeito à salubridade dos espaços públicos e habitações coletivas (Lapa, 1995)

Essa postura se tornaria mais rígida a partir da última década do século XIX, quando passariam a afluir para o centro da cidade imigrantes saídos das fazendas, passando a disputar os empregos e espaços urbanos com outros grupos populares, com os nacionais e ex-escravos. Nesse momento, Campinas assistiria ao que se denominou por um “inchaço” urbano²⁰⁹, expresso pelo aumento no fluxo de população, principalmente os italianos, para a cidade, que passaram, na sua maioria, a residir em cortiços, em precárias condições sanitárias.

Estudando a habitação popular em Campinas, no final do século XIX, Carvalho (1991) afirma que, nesse momento, o município teria vivenciado a sua

²⁰⁸ Este estudo baseia-se nas elites políticas de Rio Claro, porém suas observações sobre o domínio das classes dominantes do período cafeeiro na construção do urbano podem ser estendidas para outros municípios, cuja história vincula-se à cafeicultura, como Campinas.

²⁰⁹ Termo utilizado por Gabriel (1995) para se referir à entrada de grande fluxo de pessoas no urbano de Campinas no final do século XIX e início do XX. (GABRIEL, 1995, p.151)

primeira crise urbana²¹⁰, cuja intensidade seria expressa pela própria epidemia de febre amarela que grassou pelo município, entre 1889 e 1897, atingindo mais diretamente os habitantes pobres do urbano campineiro.

Segundo o autor, esses surtos de febre amarela, do final do século XIX, sugerem uma crise urbana “na medida em que a epidemia impôs sérios obstáculos ao desenvolvimento urbano de Campinas, impedindo-a de desempenhar seu importante papel na rede urbana montada pelo complexo cafeeiro, inclusive ameaçando os investimentos realizados pela economia cafeeira nesta cidade” (CARVALHO, 1991, p.5). A hipótese de que esses surtos epidêmicos são manifestações de uma crise urbana sustenta-se

na idéia de que a febre amarela conduziu a este trágico desfecho porque o espaço urbano chamado Campinas dava conta apenas de propiciar as condições gerais e necessárias à reprodução do modelo primário-exportador, regido pelo café. A força de trabalho urbana pouco significava frente ao capital cafeeiro, ficando à mercê da própria sorte. A epidemia colocou a nu as miseráveis condições a que estava submetida esta força de trabalho urbana em formação. (CARVALHO, 1991, p.5)

Com isso, tem-se uma outra perspectiva sobre os investimentos feitos pela iniciativa privada nos melhoramentos urbanos da cidade, a partir de 1870, os quais refletiriam uma fusão constante entre o público e o privado e o “desempenho omissivo do Estado em relação à força de trabalho urbana” (CARVALHO, 1991, p.28).

Segundo o autor, esses vultosos investimentos privados no urbano campineiro visariam atender as condições gerais necessárias à reprodução dos capitais investidos no complexo cafeeiro, o qual teria sido realizado em detrimento das condições gerais necessárias à reprodução da força de trabalho (CARVALHO, 1991, p.28).

Em decorrência disso, as populações urbanas, por sua vez, teriam sido forçadas a “conviver com as mais precárias condições de vida referentes à

²¹⁰ Segundo Carvalho (1991), a segunda crise urbana de Campinas compreende o período de 1930 a 1945. (CARVALHO, 1991, p.6).

situação salarial, habitacional, de higiene e sanitária e aquelas diretamente relacionadas com o trabalho”. (CARVALHO, 1991, p.28)

Com isso, pretendeu-se dar visibilidade às contradições presentes no urbano de Campinas, nas décadas finais do século XIX, quando o grande crescimento econômico, em função da economia cafeeira, e o importante desenvolvimento urbano, vivenciado pela cidade, contrastaram com as condições sociais precárias vividas por parcelas significativas da população.

De acordo com autores que trataram da formação e crescimento da cidade de Campinas (Lapa, 1995; Gabriel, 1995; Carvalho, 1991), constata-se que, durante 1850 e 1900, tanto a sua população urbana como os investimentos em melhoramentos urbanos tenderam a se concentrar no distrito-sede do município²¹¹, apesar de já existirem alguns povoados²¹² e distritos²¹³, em diferentes pontos no território campineiro.

Para os propósitos do nosso estudo, considera-se que essas contradições presentes no espaço campineiro entre, por um lado, as diferentes condições de vida dos diferentes grupos sociais, e, por outro, as diferentes espacialidades que o compõem, constituem-se os fatores que, na escala local, contribuíram para o processo de transformação do espaço intra-municipal, abordado no próximo capítulo.

²¹¹ Ressalta-se que, desde a sua fundação até 1870, Campinas contou apenas com a Paróquia da Nossa Senhora da Conceição (atualmente, Paróquia da Catedral), que se constituía numa circunscrição religiosa, civil e jurídica, que atendia a toda população do município (Toledo, 1995). Em 1870, é criada a Freguesia e Paróquia de Santa Cruz (atual Paróquia do Carmo). Segundo Gabriel (1995), a partir de 1870, o distrito (paróquia) de Conceição passou a abranger as áreas próximas ao centro campineiro, como os bairros do Bosque e Cambuí, e o distrito (paróquia) de Santa Cruz abrangia a região do Castelo, Barão Geraldo e Amarais. A circunscrição de Santa Cruz incluía também a região do bairro de Rebouças (atual município de Sumaré). (Toledo, 1995).

²¹² Pelo menos, desde a década de 1870, em função da expansão da Estrada de Ferro da Paulista, já existiam os povoados na região de Vila de Valinhos (atual Valinhos), de Rebouças (atual Sumaré) e de Vila Americana (atual Americana). Na década de 1880, há referências ao povoado de “Campo das Palmeiras” (atual Cosmópolis). Dados sobre Rebouças extraídos de Toledo (1995); sobre Valinhos: <http://www.valinhos.sp.gov.br>, acessado em: 07/11/2007; sobre Americana: <http://www.americana.sp.gov.br>, acessado em: 11/09/2007; sobre Cosmópolis: www.cosmopolis.sp.gov.br, acessado em: 11/09/2007.

²¹³ Em 1896, foram criadas as freguesias (distritos) de Valinhos e Sousas. A freguesia (distrito) de Santa Cruz, criada em 1870, compunha o distrito-sede de Campinas, sendo que, em 1938, ela se torna a 2ª. zona distrital de Campinas e, em 1944, o 2º. subdistrito de Campinas. (Fundação Seade, 2001).

CAPITULO III: DIFERENCIAÇÕES POLÍTICO-TERRITORIAIS INTRA-MUNICIPAIS: UMA TIPOLOGIA DA ARTICULAÇÃO ENTRE A DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL E A REORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NO ESPAÇO

III.1 – Construção da tipologia de análise

Para se compreender a dimensão política do processo de organização político-jurídica do território, torna-se necessário, primeiramente, captar os processos político-sociais embutidos nas etapas de desenvolvimento pelas quais passam um núcleo urbano: *povoado*, *distrito* e *município*²¹⁴.

Assim, conforme definição oficial²¹⁵, *povoado* refere-se aos “aglomerados que se encontram submetidos territorial e administrativamente a outros núcleos, não dispendo, assim, de autonomia e jurisdição própria”, por sua vez, *distrito* (ou *freguesia*) refere-se à “denominação da área correspondente a uma circunscrição que contém um núcleo urbano (anterior povoado), porém dependente da administração municipal”; e por fim, *município* (ou *vila*) constitui a “categoria em que o núcleo urbano e respectivo território, originalmente denominado termo, passam a ter autonomia territorial e administrativa, caracterizada pela existência de poder político, representado pelo poder público local”. (SEP, 1995a, p.11)

Para complementar, pode-se considerar que o espaço de um município pode ser formado por um ou mais distritos, sendo o núcleo urbano central do município denominado de “distrito-sede”, podendo existir também diversos povoados. Isso significa que, num determinado território, sob a jurisdição de um

²¹⁴ Ressalta-se que até o final do Império, os termos utilizados, nas documentações municipais, eram *povoado*, *freguesia*, *vila* e *cidade*, sendo *freguesia* equivalente ao atual termo *distrito*, e os termos *vila* e *cidade* equivalém ao que se denomina, atualmente, *município* (Baseado em SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento – SEP, 1995a e 1995b). Para facilitar a leitura, serão utilizados apenas os termos *povoado*, *distrito* e *município*, considerando as devidas ressalvas quando se tratar do período colonial e imperial.

²¹⁵ Importante destacar que, na bibliografia consultada para a realização deste estudo, não se encontrou estudo, na Ciência Política, na Demografia, na Economia ou na Geografia, que tratasse especificamente como problema a questão da formação de povoados e criação de distritos. Por esta razão, a discussão desenvolvida aqui se baseia em estudo anterior sobre emancipação municipal (Siqueira, 2003), nos estudos da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (SEP, 1995a e 1995b) e nos estudos historiográficos de Toledo (1995) e Lapa (1995).

mesmo governo municipal, podem estar submetidos diferentes distritos e povoados²¹⁶.

A partir disso, o que se pretende argumentar é que, na circunscrição territorial, sob um mesmo governo municipal, a diferença entre distrito-sede, distritos secundários e povoados corresponderia a uma diferença de nível de poder político conferido a cada uma dessas categorias político-jurídicas do território, e as suas respectivas populações.

Para melhor compreender o significado desse “poder político” conferido a essas categorias territoriais (distrito-sede, distritos secundários e povoados), vale retomar a discussão sobre “autonomia política municipal”, feita por Souza & Blumm (1999) e complementada por Sadek (1991).

Assim, da análise de Souza & Blumm (1999), retoma-se a concepção do Estado como uma organização que exerce controle sobre um dado território e um conjunto populacional e a consideração de que sua autonomia está relacionada com a capacidade de formular e perseguir objetivos próprios (SOUZA & BLUMM, 1999, p.62). Do estudo de Sadek (1991), retoma-se que a autonomia municipal está relacionada com atuação conjunta de dois fatores: 1) o direito de eleger seus governantes; e 2) liberdade de desempenho de suas atribuições e de poder decisório (SADEK, 1991, p.12).

Os dois estudos foram desenvolvidos visando refletir sobre a autonomia do governo municipal, cuja atuação refere-se ao território municipal como um todo, e, em nenhum deles, por não ser seu objetivo, visualizou as diferentes porções territoriais, e suas respectivas populações, que compõem o município.

Apesar disso, é possível utilizar essas duas discussões conceituais sobre autonomia municipal para se pensar sobre a distribuição de poder político entre as diferentes categorias territoriais intra-municipais, nas quais se distribui a população de um município.

Primeiramente, deve-se considerar que, dentro de um município, o distrito-sede²¹⁷ e os distritos secundários (quando eles existem) possuem jurisdição sobre

²¹⁶ Baseado em SEP (1995a; 1995b) e nos processos de criação de municípios, ocorridos no estado de São Paulo, na década de 1990, levantados em estudo anterior (Siqueira, 2003).

porções do território do município, específicas para cada um, abarcando diferentes núcleos urbanos e povoados dispersos, com suas respectivas populações²¹⁸. Essa jurisdição é expressa claramente pela regionalização dos serviços de registros civis, eleitorais e de imóveis²¹⁹.

Considerando-se apenas uma situação onde, no município, só haja o distrito-sede, à luz da discussão conceitual sobre autonomia municipal selecionada, argumenta-se que o distrito-sede concentraria o aparelho do governo municipal e canalizaria toda a participação política da população, desde as eleições aos cargos do executivo e legislativo²²⁰, passando pelos debates políticos e chegando até à definição de agenda de prioridades e tomadas de decisão.

Ou seja, o distrito-sede é o espaço onde se concentraria a participação política e a tomada de decisões das elites políticas e os demais atores políticos, pois seria nessa porção do território municipal, que corresponde ao centro urbano principal, onde se daria a definição do papel, no jogo político municipal, de todos os atores políticos, e para onde estes acorreriam para desempenhar esse papel.

Quando povoados são elevados à categoria de distritos secundários, eles não são autônomos politicamente em relação ao distrito-sede, pois eles não passariam a eleger representantes exclusivos e a definir objetivos separados do distrito-sede. Eles continuariam sob a jurisdição política e administrativa do governo municipal, situado no distrito-sede, e continuariam participando do jogo político aí estabelecido.

A novidade dos distritos secundários residiria no fato deles se constituírem em novos espaços de definição de papéis dos atores políticos que passariam a

²¹⁷ Quando existe apenas o distrito-sede, sua jurisdição compreende todos os núcleos urbanos e povoados existentes em todo o território municipal.

²¹⁸ Baseado em Toledo (1995).

²¹⁹ Deve-se considerar que, até o final do Império, os registros civis, eleitorais e de imóveis competiam às paróquias eclesiais. Com a República, tornaram-se competência dos cartórios civis. Baseado em Carvalho (1996) e Toledo (1995).

²²⁰ Importante lembrar que, a cada contexto político-institucional corresponde um sistema eleitoral, que define o funcionamento das eleições e os requisitos para participar delas. Durante o Império, vale lembrar que, da década de 1840 até 1881, as eleições eram feitas em dois turnos, havendo o critério censitário para definir os votantes, eleitores e elegíveis (ver discussão sobre esse aspecto, feita anteriormente). A partir de 1881, as eleições passam a ser diretas, aumenta-se o critério de renda e é incluído o critério de alfabetização. Com a República, desaparece o critério censitário e mantém-se o de alfabetização. Baseado em Carvalho (1996) e Magalhães (1992).

pertencer a uma nova circunscrição territorial no interior do espaço municipal. Com isso, esses atores políticos passariam a ter de enfrentar o desafio de incorporar seu “novo” papel político ao jogo político já existente e atuante no distrito-sede do município.

Em geral, em torno do distrito-sede, por este corresponder ao núcleo de povoamento inicial do município, gravitariam as frações da elite econômica e política mais importante do município, ou com maior poder político, e os demais atores políticos, ligados às atividades urbanas ou rurais.

Os distritos secundários corresponderiam a “subcentros”²²¹ de definição e participação política, em torno do qual passariam a gravitar “novos” atores políticos, constituindo um novo espaço de debate e definição de agendas políticas. Porém continuariam, hierarquicamente, submetidos à dinâmica política já estruturada no distrito-sede.

Toda tensão, então, residiria na capacidade dos atores políticos, cujo papel foi definido em função da lógica política atuante nos distritos secundários, em manter seu poder político – poder de fazer com que sua agenda de prioridades seja total ou parcialmente atendida ou então inserida numa agenda mais ampla – no interior da dinâmica política atuante no distrito-sede, que corresponderia à dinâmica política do município como um todo.

Considerando que os distritos secundários são criados por ação do governo municipal²²², sediado no distrito-sede, eles representariam a desconcentração administrativa e, em certo grau, política do poder local no espaço intra-municipal. Em função disso, o nível de poder político compreendido pelos grupos sociais circunscritos aos respectivos distritos secundários, onde são definidos seus papéis

²²¹ A noção de “subcentro” empregada aqui se baseia em Singer (1982), cuja discussão conceitual foi feita no segundo capítulo. Porém, destaca-se que, neste caso, não se utiliza o termo na exatidão de sua definição, pois esta leva em conta a formação de um espaço que, a partir do estabelecimento de um mercado, do aparelho do Estado e de melhoramentos urbanos, passa a constituir-se num “gradiente” de valor fundiário. Um subcentro de participação política não geraria esse tipo de “gradiente”, mas sim um “gradiente” de poder político.

²²² Destaca-se que, tanto no Império quanto na República, a criação de distritos era uma iniciativa dos municípios, mas o processo era regulamentado por legislação estadual (provincial, no Império). Com a Constituição de 1988, o processo de criação ou supressão de distritos torna-se atribuição dos municípios. (SEP, 1995a, p.17).

políticos, seriam definidos a partir da relação estabelecida com a dinâmica política estruturada no distrito-sede e com a elite política que a controla.

Por sua vez, a forma assumida pela relação entre o distrito-sede e os distritos secundários seria grandemente condicionada, por um lado, pelo contexto político e social no qual são criados esses distritos e, por outro, pelas motivações, no âmbito local, que levaram à criação de distritos secundários, sejam elas relacionadas a fatores econômicos, políticos ou sociais.

Com isso, argumenta-se que o nível de poder político com que cada categoria política-jurídica do território, e suas respectivas populações, se reveste corresponderia à capacidade de participação nos debates e tomadas de decisões na política municipal.

Uma vez discutido o processo através do qual define-se o poder político da população distribuídas nas diferentes porções do território municipal, voltamos à consideração geral das categorias político-territoriais.

Assim, tem-se que o distrito-sede, por corresponder ao núcleo urbano central e por ser onde se concentra o aparato do governo municipal, acabaria por se confundir com o próprio município do qual faz parte. Em decorrência disso, seria nesse espaço delimitado que se constituiria o espaço de debate político e de tomadas de decisões pelo grupo dominante local; seria nesse espaço que se concentrariam os investimentos em serviços públicos e melhoramentos urbanos; seria onde se verificaria o exercício de maior controle do poder público sobre a população²²³.

Por sua vez, de acordo com esse argumento, um determinado povoado, situado no território de um município, numa área relativamente distante do distrito-sede, ao ser elevado à categoria de distrito, por ação do governo municipal, tornando-se um distrito secundário, se revestiria com um certo nível de poder político, ou seja, se tornaria um outro espaço de decisões políticas, no mesmo município, porém não com o mesmo nível de poder de decisão que o distrito-sede. Seria nesse ponto que o povoado se diferenciaria do distrito secundário: ou seja, o

²²³ As considerações sobre as ações em relação ao “distrito-sede” tiveram como referência o histórico da formação dos municípios de Campinas (Lapa, 1995) e Sumaré (Toledo, 1995), e também nos estudos sobre o município de São Paulo (Rolnik, 1999; Villaça, 1998).

povoado se constituiria num aglomerado de população sem autonomia política, que ainda não se constituiu num espaço de tomada de decisões políticas²²⁴.

Voltando ao distrito secundário recém-criado, o novo status político assumido por ele se traduziria, na prática, pela instalação de sub-delegacia e de cadeia, no caso de ser distrito policial, e pela instalação de subprefeitura, no caso de distrito de paz²²⁵.

Essas duas etapas de configuração de distritos-secundários, por um lado, anunciariam a concretização da presença do Estado em determinado território e, por outro lado, expressariam formas diferenciadas dessa presença. Ou seja, no caso, considerando o arranjo político-institucional do Império, ao ser elevado a distrito policial, esse, até então, povoado, torna-se, em última instância, a base local da burocracia coercitiva²²⁶, construída a partir do governo central²²⁷.

Por sua vez, ao se tornar distrito de paz, além do aparato coercitivo, o distrito secundário passa a contar com o aparato político-administrativo do governo municipal²²⁸, transformando-se, com isso, segundo nosso argumento, num novo espaço, dentro do território municipal, de discussão e de tomada de

²²⁴ À luz de discussão desenvolvida em estudo anterior (Siqueira, 2003), vale destacar que esse processo, que denomino, a partir de agora, de “diferenciações político-territoriais intra-municipais” (que será desenvolvido mais adiante), vai apresentar significados diferentes conforme o momento de ocupação territorial (com suas respectivas dinâmicas demográfica e econômica) considerado e o arranjo político-institucional vigente.

²²⁵ Considerando os estudos sobre a ocupação territorial do estado de São Paulo (SEP, 1995a, 1995b) e o estudo historiográfico de Toledo (1995), observa-se que as categorias “distrito policial” e “distrito de paz” são etapas diferentes no processo de “diferenciação político-territorial” de um município, exigindo diferentes aparatos político-institucionais para a sua efetivação e possuindo, portanto, significados políticos diferentes.

²²⁶ O mesmo é válido para os momentos posteriores, sob arranjos institucionais republicanos, onde o distrito policial e a figura do delegado e do subdelegado continuarão sendo a expressão local do poder coercitivo do Estado. Baseado em Carvalho (1996; 1987) e Fausto (2000).

²²⁷ Não são todos os distritos de paz que foram, numa etapa anterior, distrito policial. Analisando o quadro do desmembramento territorial do estado de São Paulo (SEP, 1995a e 1995b), vê-se uma variedade de situações. Há casos em que um povoado passa pelas duas fases (distrito policial e, posteriormente, distrito de paz); há outros, em que um povoado torna-se distrito de paz sem ter sido distrito policial anteriormente; e, há outros, em que o povoado permanece como distrito policial, sem chegar a distrito de paz.

²²⁸ Destaca-se que, nos processos de desmembramentos municipais, são os núcleos urbanos com status de distrito de paz que se desmembram do município de origem, tornando-se novas municipalidades. Nos estudos da SEP (1995a; 1995b), observa-se que, nos distritos secundários instituídos, a partir de 1889, já no contexto republicano, mantém-se ainda a denominação “distrito policial”. De acordo com SEP (1995a), a terminologia “distrito de paz” cai em desuso ainda no século XIX, sendo simplificada “distrito”. (SEP, 1995a, p.17)

decisões políticas²²⁹. Com isso, afirma-se que essas diferentes espacialidades no interior do território de um município são resultado de um processo que passamos a denominar de “diferenciações político-territoriais intra-municipais”.

A partir desse processo, diferentes porções do território de um município, onde se situam aglomerações populacionais e povoados, ao serem diferenciadas em distrito-sede e distritos secundários (ou seja, categorias político-jurídicas do território municipal) passariam a constituir diferentes espaços de participação e de tomada de decisão políticas, correspondendo a diferentes níveis de poder político no espaço municipal.

Fazendo uma ponte ao estudo de Singer (1982), é como se houvesse diferentes “gradientes” de poder político no espaço municipal²³⁰. Assim, embora o interesse do autor estivesse voltado para a formação do valor do solo urbano, a idéia de se pensar a formação de gradientes de valor a partir de um certo tipo de intervenção no território, no nosso caso, municipal, é válida para o caso do poder político, embora neste caso, a formação de tal “gradiente” não seja *pari passu* com o processo descrito pelo economista²³¹.

Nesse sentido, considera-se que a organização do território municipal a partir de distrito-sede, distritos secundários e povoados corresponderia à formação de diferentes “gradientes” de poder político dentro do espaço municipal, sendo que no distrito-sede se concentraria o ponto máximo deste gradiente; nos distritos secundários, pontos intermediários deste gradiente; e, no povoados, seu ponto mínimo.

Isso nos permitiria considerar que a organização do território municipal, e da sua respectiva população, em categorias político-jurídicas – distrito-sede,

²²⁹ Vale ressaltar que, ao se instalar a subprefeitura no recém-criado distrito de paz, o cargo de subprefeito é ocupado por uma pessoa escolhida pela câmara dos vereadores do município. Baseado em Toledo (1995).

²³⁰ Discussão desenvolvida no primeiro capítulo.

²³¹ Isso significa que, no nosso caso, não se está considerando que o “gradiente” de poder político não passa do maior para o menor, ou do centro para a periferia, de uma forma linear, nem que, dentro dos distritos, as populações tornam-se com mais ou menos poder político, dependendo do lugar que se situam no território. Significa apenas que, dentro do território municipal, podem existir diferentes espaços de definição e debate políticos (que correspondem a distrito-sede, distritos secundários e povoados), que podem corresponder a diferentes níveis de poder político – ou “gradientes” de poder político.

distritos secundários e povoados – seria o resultado de um “processo de diferenciação político-territorial intra-municipal”, através do qual se criariam diferenciais de poder político no território municipal, constituindo-se, com isso, uma forma de qualificação do território municipal²³².

Argumenta-se, ainda, que, sob a lógica da tridimensionalidade do processo emancipatório²³³, a decisão do governo municipal em instituir distritos secundários, seria condicionada por fatores de ordem demográfica, política-institucional e econômica.

Assim, na sua dimensão político-institucional, uma vez que, com o processo de diferenciações político-territoriais intra-municipais, novas porções do território municipal se tornariam espaços de definição e participação políticas, representando, por sua vez a desconcentração, em certa medida, do poder político sediado no distrito-sede para diferentes espaços do território do município, argumenta-se que a elevação de povoados à categoria de distritos ocorreria em duas situações:

- 1) Numa situação de identidade política e social entre as populações das diferentes espacialidades, a elevação à categoria de distrito ocorreria a partir de fatores internos, relacionados à dinâmica social, política e econômica da escala local;
- 2) Numa situação de não identidade política e social entre as populações das diferentes espacialidades, mesmo mediante às pressões dos diferentes grupos sociais, a elevação à categoria de distrito ocorreria somente a partir da influência de algum fator externo à dinâmica local, proveniente de escalas situadas acima da esfera municipal.

Com isso, tem-se os elementos através dos quais a dimensão político-institucional desse processo de diferenciação político-territorial se vincularia a sua dimensão demográfica. Nesse sentido, destaca-se que a identidade ou não

²³² Por sua vez, esse processo estaria relacionado com os aspectos político-institucionais da formação da *hinterlândia*, cuja discussão será retomada adiante, quando for abordado o caso específico da formação da *hinterlândia* campineira.

²³³ Ver discussão conceitual realizada no primeiro capítulo.

identidade entre as populações das diferentes espacialidades seria reconhecida através da sua composição social.

Por sua vez, a composição social das diferentes populações seria fruto de processos gerais de redistribuição espacial da população, em momentos anteriores, que, por sua vez, resultariam da distribuição das atividades econômicas no território nacional.

Assim, para se chegar ao reconhecimento da identidade ou não entre as diferentes espacialidades, deve-se considerar, primeiramente, os processo de redistribuição populacional que contribuíram para a composição social de determinadas populações.

Já no contexto intra-municipal, por sua vez, a reorganização da população no espaço se daria em função, por um lado, da identidade social e política ou não entre os diferentes grupos sociais, e, por outro, da forma como se constituíram as diferentes espacialidades no território municipal.

Dessa forma é que se reconhece o funcionamento da lógica da tridimensionalidade do processo emancipatório no processo de diferenciações político-territoriais intra-municipais e é dessa forma que ela será considerada nas análises posteriores sobre as transformações no espaço campineiro.

Feita essa discussão, apresentamos uma tipologia dos possíveis casos de diferenciações político-territoriais a partir dos quais será possível considerar a distribuição de poder político no espaço intra-municipal²³⁴:

²³⁴ Vale destacar mais uma vez que essas diferenciações político-territoriais vão apresentar significados diferentes conforme o contexto histórico de ocupação territorial ao qual são aplicadas.

Quadro 3.1: Tipos de diferenciações político-territoriais intra-municipais

TIPO	CATEGORIAS TERRITORIAIS PRESENTES	DISTRIBUIÇÃO DE PODER POLITICO
1	Distrito-Sede	Poder político concentrado no Distrito-Sede
2	Distrito-Sede + povoado (s)	Poder político concentrado no Distrito-Sede
3	Distrito-Sede + Distrito Secundário (s) + povoado (s)	Níveis equilibrados de poder político entre Distrito-Sede e Distrito Secundário
4	Distrito-Sede + Distrito Secundário (s) + povoado (s)	Níveis desiguais de poder político entre Distrito-Sede e Distrito Secundário, com concentração maior no Distrito-Sede
5	Distrito-Sede + Distrito Secundário (s)	Níveis equilibrados de poder político entre Distrito-Sede e Distrito Secundário
6	Distrito-Sede + Distrito Secundário (s)	Níveis desiguais de poder político entre Distrito-Sede e Distrito Secundário, com concentração maior no Distrito-Sede

Feita a tipologia das diferenciações político-territoriais intra-municipais, retomaremos a discussão do estudo de Singer (1968)²³⁵ sobre a formação de uma *hinterlândia*, para começarmos a refletir sobre o caso campineiro. Nesse sentido, retoma-se que, segundo o autor, o termo *hinterlândia* refere-se a uma interação peculiar entre um determinado centro urbano e suas regiões tributárias.

Como já foi destacada anteriormente²³⁶, a especificidade do estudo de Singer (1968) reside em dois aspectos: em primeiro lugar, a sua definição de *hinterlândia* enfatiza uma relação baseada na interdependência entre dois tipos de espacialidades – o centro urbano e os núcleos secundários; em segundo lugar, a visão que o autor de *hinterlândia* vai além de seus aspectos econômicos, incluindo dimensões culturais, sociais e político-institucionais, apesar de sua análise privilegiar os aspectos econômicos do processo de formação da *hinterlândia*.

Assim, tendo em vista a formação da *hinterlândia* campineira tem-se que, sob os aspectos econômicos, ela guarda similaridades com o processo descrito

²³⁵ A discussão do conceito de *hinterlândia* elaborado por Singer (1968) foi feita de forma mais completa no capítulo 1. Aqui, reteremos somente alguns aspectos desta discussão.

²³⁶ Ver discussão feita no primeiro capítulo.

por Singer (1968), a partir do qual estabelece-se uma troca de serviços entre o centro urbano e os núcleos secundários²³⁷ – no nosso caso, entre distrito-sede, distritos secundários e povoados – onde o distrito-sede centraliza e controla esse processo de troca de serviços entre as diferentes espacialidades.

A dimensão político-institucional da formação da *hinterlândia* seria constituída pelo processo de diferenciações político-territoriais intra-municipais, descrito anteriormente, através do qual o poder político municipal é distribuído entre as populações, situadas nas diferentes espacialidades no território municipal, sendo que as situações possíveis dessas diferenciações estão expostas no quadro 3.1.

Antes de abordarmos os tipos de diferenciações político-territoriais do momento de formação da *hinterlândia* campineira, torna-se necessário destacar novos pontos incorporados ao argumento deste estudo.

Assim, argumenta-se, primeiramente, à luz dos processos econômicos, populacionais e político-institucionais, vivenciados por Campinas na segunda metade do século XIX²³⁸, que é nesse momento que se estruturariam os elementos econômicos e políticos que vão contribuir para a formação da *hinterlândia* campineira.

Em segundo lugar, a dimensão político-institucional – expressa pelos tipos de diferenciações político-territoriais – assumida pela *hinterlândia* campineira, no momento inicial de sua formação, estaria relacionada com o posicionamento que a elite campineira assumiu em relação à política imperial de terras e de colonização²³⁹.

Por fim, os tipos de diferenciações político-territoriais assumidos pelo território campineiro²⁴⁰, no momento inicial de formação da sua *hinterlândia*,

²³⁷ Não é objetivo deste estudo focar sobre a dimensão econômica da formação da *hinterlândia*, avaliando em que grau se aproxima ou se distancia dos casos analisados por Singer (1968). Considera-se apenas que os mecanismos gerais relacionados a *hinterlândia* desenvolvidos pelo autor são válidos para se pensar o caso da *hinterlândia* de Campinas.

²³⁸ Processos abordados no capítulo anterior.

²³⁹ Discussão apresentada no segundo capítulo.

²⁴⁰ Vale lembrar que o que se denomina por território campineiro, no século XIX, equivale ao espaço compreendido pelos atuais territórios dos municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana, Paulínia, Cosmópolis e Valinhos.

constituíram um caso de *path dependence*²⁴¹, ou seja, influenciariam, nos momentos posteriores, as formas como se deram as transformações na reordenação territorial e na reorganização da sua respectiva população.

Com isso, para dar continuidade ao estudo da dimensão político-institucional da formação da *hinterlândia* campineira, à luz dos processos econômicos e políticos em curso na província de São Paulo e no município de Campinas, abordados no capítulo anterior, e da discussão desenvolvida até então neste capítulo, considera-se que:

- 1) Os tipos de diferenciações político-territoriais intra-municipais assumidos em Campinas seriam três: o tipo 2, que corresponde à presença de distrito-sede e povoados; e os tipos 3 e 4, que correspondem à presença de distrito-sede, distrito secundário e povoado, com diferentes níveis de poder político entre eles;
- 2) Em função das diferenciações político-institucionais assumidas em Campinas, o município apresentou, em comparação a outros municípios, uma espécie de “coesão territorial” que permitiu que ele se mantivesse íntegro até a década de 1920.

Esses dois aspectos vão caracterizar a organização territorial do município de Campinas, no período 1850 e 1900 – momento que corresponde à formação da *hinterlândia* campineira e, como já destacado anteriormente, funcionarão como *path dependence* dos desdobramentos posteriores vivenciados pelo território campineiro. Cada um desses aspectos será abordado individualmente.

²⁴¹ Conceito vinculado ao neo-institucionalismo histórico, apresentado no primeiro capítulo.

III.2 – Diferenciações Político-Territoriais Intra-Municipais em Campinas

III.2.1 – Período 1850-1870

Assim, começaremos a abordar o primeiro aspecto, tendo em vista os elementos que fundamentaram a classificação da *hinterlândia* campineira na tipologia das diferenciações político-territoriais, apresentada acima.

Nesse sentido, considera-se que, durante o período entre 1850 e 1870, o município de Campinas enquadrava-se no tipo 2 da tipologia das diferenciações político-territoriais intra-municipais, ou seja, o tipo que se refere à presença de distrito-sede e povoados²⁴² e que o poder político municipal estava concentrado no distrito-sede. Os dados do quadro 3.2a, que se referem a populações e distritos de municípios paulistas selecionados²⁴³, para o ano de 1854, contribuem para fundamentar esse argumento²⁴⁴:

²⁴² Esses povoados referem-se a, pelo menos, três aglomerações populacionais a respeito das quais se tem informação desde o final do século XVIII, quando ainda vigorava o sistema sesmarial de regularização fundiária. Trata-se de povoados que, posteriormente, se constituíram nos distritos de Vila Americana, Rebouças e Vila de Valinhos. Baseado em Toledo (1995) e em informação contida no histórico dos municípios, disponibilizado pelos sites da prefeitura municipal de Americana e de Valinhos.

²⁴³ Para fins de comparação, baseado no estudo de Semeghini (1991) e complementado por Bilac (2001), Oliveira (1985), optou-se por selecionar municípios localizados no Oeste Pioneiro e que estivessem na mesma fase de expansão da cafeicultura no estado. Além disso, selecionou-se a capital por se tratar de um caso peculiar de diferenciações político-territoriais.

²⁴⁴ Vale ressaltar que se considerou para o cálculo da área dos municípios selecionados, para o ano de 1854, a reconstituição dos desmembramentos territoriais (somente os casos que resultaram em criação de municípios) ocorridos entre 1850 e 1995 e, em seguida, somou-se a área atual desses municípios. No caso de Campinas, a área, em 1854, é a soma das áreas atuais dos municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana, Paulínia, Cosmópolis e Valinhos. A área de Mogi-Mirim corresponde à soma das áreas atuais de Mogi-Mirim, Aguaí, Águas da Prata, Artur Nogueira, Conchal, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Itapira, Jaguariúna, Mogi-Guaçu, Santo Antonio de Posse, Santo Antonio do Jardim, São João da Boa Vista e Serra Negra. A área de Piracicaba corresponde à área atual de Piracicaba, Águas de São Pedro, Charqueada, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Maria da Serra e São Pedro. A área de Rio Claro corresponde à soma das áreas atuais de Rio Claro, Analândia, Corumbataí, Descalvado, Ipeúna, Itirapina e Santa Gertrudes. A área do município de São Paulo corresponde à soma das áreas atuais de São Paulo, Caieiras, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Mairiporã, Mauá, Osasco, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Sul, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

Quadro 3.2a: Número de distritos, população total e densidade populacional
Cidades e vilas selecionadas - Província de São Paulo – 1854

Cidades e Vilas	Distritos Existentes em 1854 (*)	População Total	Área (km2) (**)	Dist/ Área (por 1000Km2)	Pop/Distrito	Pop/Área (por km2)
Campinas	1	14.201	1.741,0	0,6	14.201	8,2
Mogi-Mirim	5	24.934	4.037,8	1,2	4.987	6,2
Piracicaba	2	6.228	3.025,4	0,7	3.114	2,1
Rio Claro	4	10.848	2.218,2	1,8	2.712	4,9
São Paulo	12	32.588	4.379,1	2,7	2.716	7,4
Província São Paulo	111	418.532	248.226,0	0,4	3.771	1,7

Fonte: Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo recenseada no ano de 1854. *Apud* BASSANEZZI, 1998; Fundação Seade; IBGE, *Cidades e Vilas*, 1998.

(*) Referem-se a Freguesias e Capela Curadas existentes em 1854. (**) A área da província (estado) de São Paulo corresponde à extensão atual, cujo valor refere-se ao ano de 2000, obtido nos dados disponibilizados pela Fundação Seade. Para as áreas dos municípios selecionados, foram considerados os desmembramentos ocorridos até a década de 1990 e o valor das áreas corresponde à soma das áreas atuais dos municípios de origem e os desmembrados, obtidos em *Cidades e Vilas*, IBGE, 1998.

Com relação aos dados do quadro 3.2a, a primeira observação é que, dentre os distritos existentes em cada cidade ou vila, um constitui o distrito-sede do município. Com isso, observa-se que Campinas que, em 1854, compreendia a nona maior população total da província de São Paulo²⁴⁵, possuía apenas o distrito-sede, que correspondia à cidade de Campinas²⁴⁶, enquanto os demais municípios selecionados apresentam dois ou mais distritos em seu território, com destaque para São Paulo (12 distritos), Mogi-Mirim (5 distritos) e Rio Claro (4 distritos).

Contrastando Campinas, que possuía a maior densidade populacional entre os municípios (8,2 hab/km2), com os outros dois municípios, com maiores densidades populacionais – São Paulo (7,4 hab/km2) e Mogi-Mirim (6,2 hab/km2) – observa-se que Campinas é o que registrava a menor média de distritos por área (0,6 distritos a cada mil km2), enquanto São Paulo registrava 2,7 distritos a

²⁴⁵ Em 1854, a província de São Paulo possuía 49 cidades e vilas. Em termos populacionais, Campinas ficava atrás dos municípios de São Paulo, Mogi-Mirim, Itapetininga, Sorocaba, Casa Branca, Iguape, Pindamonhangaba e Bragança Paulista. Baseado em Bassanezi (1998).

²⁴⁶ Quanto ao histórico do quadro territorial de Campinas, ressalta-se que, na segunda metade do século XVIII, a cidade constituía apenas o antigo povoado de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, situado em Jundiaí. Em 1774, o povoado transforma-se em uma freguesia, no município de Jundiaí; em 1797, é elevada à categoria de vila, com a denominação de São Carlos. Em 1842, recebe foros de cidade, com denominação de Campinas. (SEP, 1995a, 55). Destaca-se ainda que a única paróquia em Campinas, desde a sua elevação à categoria de vila, é a Nossa Senhora da Conceição, cuja circunscrição correspondia todo território e toda população residente em Campinas, seja no distrito-sede, seja nos povoados que ora existiam. Baseado em Lapa (1995) e Toledo (1995).

cada mil km², e Mogi-Mirim, 1,2 distritos a cada mil km². Destaca-se ainda Rio Claro, que apesar de apresentar um pouco mais que a metade da densidade populacional de Campinas (4,9 hab/km²), registrava uma média de 1,8 distritos a cada mil km².

Assim, a partir dos dados do quadro 3.2a, constata-se que municípios, tanto com densidade populacional próxima a de Campinas (São Paulo e Mogi-Mirim), como com densidade menor que a Campinas (Rio Claro e Piracicaba), registraram ocorrências de dois ou mais distritos em seu território. O mesmo acontece quando os municípios são considerados em função de sua população total: municípios com população superior e outros com população inferior a Campinas apresentaram mais distritos além do distrito-sede.

Com isso, pode-se afirmar que nem o tamanho da população e nem a densidade populacional, nesses casos, influenciam o processo de diferenciação político-territoriais intra-municipais.

Por outro lado, tomando-se outro dado disponível no quadro 3.2a – área dos municípios –, poderia se argumentar que a extensão territorial é um fator que influencia a decisão de criar novos distritos nos municípios, pois Campinas, que é o único município com apenas um distrito, é o que possui menor extensão territorial, em comparação com os demais.

Diante disso, poder-se-ia afirmar que o número de diferenciações político-territoriais é diretamente proporcional à extensão territorial do município. Porém, a consideração do número de distritos criados em outros municípios selecionados, nos permite afirmar que somente a extensão territorial é insuficiente para determinar a criação de novos distritos no espaço intra-municipal. Os dados do quadro 3.2b fundamentam essa afirmação:

Quadro 3.2b: Número de distritos, população total e densidade populacional e distrital
Cidades e vilas selecionadas - Província de São Paulo
1854

Cidades e Vilas	Distritos Existentes em 1854 (*)	População Total	Área (km2) (**)	Dist/ Área (por 1000Km2)	Pop/Distrito	Pop/Área (por km2)
Areias	2	8.916	879,4	2,3	4.458	10,1
Atibaia	2	4.238	687,4	2,9	2.119	6,2
Itu	4	7.353	1.791,3	2,2	1.838	4,1
Jacareí	2	9.861	736,8	2,7	4.931	13,4
Paraibuna	2	9.493	1.646,3	1,2	4.747	5,8
Pindamonhangaba	4	18.571	1.406,5	2,8	4.643	13,2
Taubaté	3	4.657	1.685,1	1,8	1.552	2,8
Eldorado	1	3.820	2.823,0	0,4	3.820	1,4
Tatui	1	8.016	1.932,4	0,5	8.016	4,1

Fonte: Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo recenseada no ano de 1854. *Apud* BASSANEZZI, 1998; Fundação Seade; IBGE, *Cidades e Vilas*, 1998.

(*) Referem-se a Freguesias e Capela Curadas existentes em 1854.

(**) Para as áreas dos municípios selecionados, foram considerados os desmembramentos ocorridos até a década de 1990 e o valor da extensão territorial das áreas corresponde à soma das áreas atuais dos municípios de origem e os desmembrados, obtidos em *Cidades e Vilas*, IBGE, 1998.

A partir dos dados do quadro 3.2b, ressalta-se a existência de alguns municípios, em 1854, que possuíam extensão territorial próxima ou abaixo da área de Campinas, mas que registraram a ocorrência de mais de um distrito no território municipal. Dentre estes, destacam-se os municípios de Atibaia, Jacareí e Pindamonhangaba, que apresentaram as mais altas médias de diferenciações político-territoriais por área, respectivamente 2,9, 2,7 e 2,8 distritos a cada mil km².

Com relação aos dois primeiros municípios, observa-se que Atibaia e Jacareí possuíam, em comparação a Campinas, menor população total, menor densidade populacional e menor extensão territorial, porém apresentaram a maior média de distrito por mil km². Por sua vez, Pindamonhangaba, que compreendia a sétima população da província (18.571 habitantes) numa área pouco inferior a de Campinas (1.406,5 km²)²⁴⁷, possuía quatro diferenciações político-territoriais, numa média de 2,8 distritos a cada mil km².

²⁴⁷ Lembrando que Campinas possuía, em 1854, a nona população da província, com 14.201 habitantes e uma área de 1.741 km² (ver quadro 2a).

Com relação aos demais municípios selecionados que apresentaram uma média de distritos superior a de Campinas (0,6 distrito a cada mil km²), observa-se que eles apresentam população bem abaixo da população de Campinas – Areais, com 8.916 habitantes; Itu, com 7.353; Paraibuna, com 9.493; e Taubaté, com 4.657 habitantes –, e área municipal próxima a de Campinas, como Itu (1.791,3 km²), Paraibuna (1.646,3 km²) e Taubaté (1.685,1 km²), ou abaixo da de Campinas, como Areias (879,4 km²).

Por outro lado, destacam-se também municípios com área municipal superior a de Campinas, mas registrando apenas a existência do distrito-sede no território municipal. É o caso dos municípios de Eldorado, com 2.823 km², e de Tatuí, com 1.932,4 km², mas que apresentaram uma média de distritos por área de 0,4 e 0,5 distrito a cada mil km², respectivamente.

Com o contraste entre os dois conjuntos de municípios selecionados, buscou-se demonstrar que, apesar de alguns casos, como no quadro 3.2a, a quantidade de distritos existentes num município estar numa relação direta com a sua extensão territorial, a área do território municipal não constitui num fator suficiente para a criação de distritos secundários.

Tal afirmação se sustenta nos casos apresentados no quadro 3.2b, onde municípios menos extensos territorialmente apresentavam mais distritos que Campinas, e outros, mais extensos que Campinas, apresentavam, da mesma forma, apenas o distrito-sede.

Conforme o argumento deste estudo, o que se sustenta é que a criação de distritos secundários no município configura-se como produto de decisões políticas da elite local, cujo objetivo é a reordenação jurídica, administrativa e politicamente o território e, conseqüentemente, a sua respectiva população. Justamente por se tratar de uma decisão de natureza política, essa reordenação territorial e populacional é denominada, aqui, como um processo de diferenciação político-territorial, pois ele reordenaria também o poder político intra-municipal.

Com relação a Campinas, embora baseando-se apenas em informações secundárias²⁴⁸, extraídos de estudos que não tinham como foco as dinâmicas políticas, populacionais e econômicas intra-municipais²⁴⁹, argumenta-se que o tipo de diferenciação político-territorial assumido pelo município, do tipo 2²⁵⁰, entre 1850 e 1870, e do tipo 3 e 4²⁵¹, entre 1870 e 1900, está relacionado com o posicionamento da elite local frente à política de terras e de colonização, do governo central, expressas pela Lei de Terras, de 1850²⁵², e que começou a ser implementada a partir de 1854²⁵³.

Assim, para ilustrar o período 1850-1870, no qual o município foi caracterizado, aqui, por diferenciações político-territoriais, expressos pela presença de um distrito-sede que centralizava atividades administrativas, comerciais, políticas entre outras, de povoados dispersos pelo seu território, vale retomar alguns aspectos historiográficos sobre Campinas.

Nesse sentido, segundo Lapa (1995), em 1850, Campinas deixava de ser colonial e passava a ser senhorial. Com isso, o autor destaca que, a partir de 1850, a aristocracia campineira começava a se urbanizar e a se modernizar, deixando, aos poucos, o campo, passando a estabelecer residência fixa na cidade (LAPA, 1995, p.104).

²⁴⁸ Estudos como o de Magalhães (1992), sobre eleições e eleitores em Campinas, durante o Império, e o de Lima (1986), sobre o posicionamento político dos cafeicultores do Oeste Paulista e Vale do Paraíba, evidenciam a importância de se trabalhar com fontes primárias (como pronunciamentos oficiais, tanto das estâncias políticas do legislativo e do executivo, como de organizações de classe; posicionamentos publicados na imprensa; os debates anteriores à publicação de leis; registros eleitorais, entre outras) com o objetivo de analisar determinados processos sociais como resultante de posicionamento político de diferentes extratos do grupo social dominante. Porém, não foi possível explorar tais fontes para a elaboração desta parte do estudo, baseando-me em dados e informações extraídos da bibliografia levantada.

²⁴⁹ Para a elaboração do meu argumento, baseei-me, principalmente, em Magalhães (1992), Lima (1986), Lapa (1995), Toledo (1995), Carvalho (1996), Silva (1996) e Bilac (2001).

²⁵⁰ Tipo que corresponde à presença das seguintes diferenciações político-territoriais: Distrito-sede e povoados. Conforme a tipologia elaborada, trata-se do tipo em que o poder político está concentrado no distrito-sede. (Ver quadro 1)

²⁵¹ Os tipos 3 e 4 correspondem à presença das seguintes diferenciações político-territoriais: Distrito-sede + Distrito (s) secundário (s) + povoados, sendo que, no primeiro caso, o nível de poder político entre distrito-sede e distrito secundário é equilibrado e, no segundo, esse nível é desigual.

²⁵² Esse posicionamento foi reforçado a partir de 1870, com a influência do movimento republicano, tanto na capital federal, como na província de São Paulo e município de Campinas. Este tema será retomado adiante, quando for abordada a ideia de “coesão territorial”, relacionada a Campinas.

²⁵³ Sobre a implementação da Lei de Terras, baseou-se em Silva (1996).

Essa transição do campo para a cidade, em função do capital acumulado com a economia cafeeira²⁵⁴, segundo o historiador, foi feita sob o signo da *modernidade*, importada da Europa e adaptada às condições e aos interesses locais.

Nas palavras do autor, a idéia de *modernidade* que, originalmente, constitui uma “criação eminentemente cultural e burguesa, gerada no ventre da Revolução Industrial”, a qual identificava valores, estilos e maneiras de ser que, de certa forma, significava um rompimento com o passado, foi posta em prática, no Brasil,

(...) em correspondência com aquela racionalidade burguesa que se estende pelo econômico, pelo social, pelo político e pelo cultural, atingindo as mentalidades, os costumes e a criação estética, não necessariamente nessa ordem, com o atraso que se espera para um país do Terceiro Mundo e com as especificidades que uma sociedade escravista conserva. (LAPA, 1995, p.19)

Em Campinas, essa *modernidade* foi praticada, num movimento marcado por contrastes e contradições, através da importação, uso e assimilação de elementos modernos. Na prática, tais elementos

São produtos europeus, são formas de comportamento, linguagem, hábitos, visão do universo, símbolos e padrões, educação e disciplina dos sentidos, que os moradores da cidade, vale dizer, a aristocracia e a alta e a média burguesia, reproduzem e conferem à própria cidade. (LAPA, 1995, p.19)

Foi nesse ambiente moderno, cuja configuração, em Campinas, foi simultânea e, em certa medida, proporcionada pela economia cafeeira, que as relações sociais e as atividades econômicas, até então irradiadas a partir do campo, passaram a ser reorganizadas a partir da cidade²⁵⁵.

Esse movimento foi traduzido, concretamente, ao longo da segunda metade do século XIX, pela transferência da residência da aristocracia campineira para o

²⁵⁴ Os dados apresentados nos quadros 3 e 4, no capítulo 3, evidenciam o crescimento da produção cafeeira, tanto na região como no município de Campinas, entre 1854 e 1874.

²⁵⁵ Baseado em Lapa (1995).

centro da cidade e seus arredores. Nesse sentido, Lapa (1995) destaca que é no ciclo cafeeiro

(...) que se multiplicam pela cidade esses sobradões solarengos de largas fachadas ajaneladas, com dezenas de compartimentos, cuja localização, embora evite algumas áreas que já se mostram com qualidade social inferior pelo seu uso e frequência, aonde costumavam ir escravos, mendigos, marginais, vadios e prostitutas, na verdade se distribuem por toda a cidade no seu centro histórico²⁵⁶, avançando em seguida pelas ruas que se estendiam até os bairros. Sobrados houve que se localizavam contíguos a habitações populares e ao comércio. [Não parecendo haver, no século XIX] a priorização de um espaço urbano pela aristocracia. (LAPA, 1995, p.104)

Com isso, observa-se a concentração da aristocracia e da burguesia no centro urbano do distrito-sede do município de Campinas, cujo estabelecimento foi acompanhado dos melhoramentos urbanos e dos serviços públicos, implementados com o objetivo de atender ao conforto dos grupos sociais dominantes e às necessidades de manutenção e expansão da economia cafeeira.

Nesse espaço urbano, construído tendo como objetivo o interesse das classes dominantes e financiado, grandemente, pelo capital privado proveniente do café, os grupos sociais populares, incluindo livres, libertos e escravos, tão importantes, tanto para o sistema de produção escravista²⁵⁷ como para o modo capitalista de produção²⁵⁸, transitavam e ocupavam as áreas delegadas pelos

²⁵⁶ Já foi destacado, no capítulo 2, que o centro histórico de Campinas compreendia os três largos próximos: Matriz Velha, Rosário e Matriz Nova (Lapa, 1995). A partir do estudo de Toledo (1995), depreende-se que esse espaço corresponde à sede da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, a qual se tornou freguesia em 1774, e a sede da vila, em 1797. Baseado nos dois historiadores, conclui-se que tal espaço, a partir de 1842, torna-se o centro do que se constitui o distrito-sede de Campinas.

²⁵⁷ Semeghini (1991) destaca que, entre 1850 e 1870, a produção cafeeira no Oeste Paulista baseou-se tanto na exploração escravista como no emprego da mão-de-obra livre (no regime de parceria); entre 1870 e 1886, houve predomínio da mão-de-obra livre; e a partir de 1886, a produção cafeeira baseou-se totalmente na mão-de-obra livre. (SEMEGHINI, 1991, p.21)

²⁵⁸ Destaca-se, ainda, a importância dos grupos populares livres para as atividades complementares da produção cafeeira ou açucareira, seja no sistema escravista ou no misto, desempenhando atividades de artesanato, manufatura, comércio, transporte e outros tipos de serviços. Baseado em Semeghini (1991).

grupos sociais superiores e pelas atividades de suporte à economia cafeeira, constituindo-se no alvo principal da ação disciplinadora do poder público²⁵⁹.

Por sua vez, na bibliografia levantada, pouco se menciona sobre os aspectos sociais e econômicos dos povoados existentes no espaço campineiro, entre 1850 e 1870²⁶⁰. Nesse sentido, em Semeghini (1991) destaca-se a referência à colônia de norte-americanos confederados estabelecida na área, na década de 1860, que passou a se denominar Vila Americana²⁶¹, cujos colonos se dedicaram, inicialmente, ao cultivo do algodão.

No estudo historiográfico de Toledo (1995), destacam-se as referências aos povoados existentes na região do Quilombo (ou bairro do Quilombo), que posteriormente tornou-se bairro de Rebouças²⁶², compreendendo alguns bairros rurais, dispersos pelo território.

Além desses dois conjuntos de povoados, destacam-se também a região da Vila de Valinhos, cujas primeiras referências datam do final do século XVIII²⁶³, e a região de “Campo das Palmeiras” (atual Cosmópolis)²⁶⁴ onde, no período 1850-1870, provavelmente já registrava a existência de povoado²⁶⁵.

²⁵⁹ Baseado em Lapa (1995). Esse aspecto do urbano campineiro, do século XIX, já foi abordado no capítulo 2.

²⁶⁰ O estudo historiográfico de Lapa (1995) concentra-se nas transformações ocorridas no distrito-sede de Campinas, não mencionada nada a respeito dos povoados, bairros rurais e distritos de Campinas.

²⁶¹ Nessa época, Vila Americana era um povoado pertencente ao município de Campinas. Somente no século XX, em 1904, ela torna-se distrito de Campinas e, 1924, o distrito emancipa-se de Campinas, tornando-se o município de Americana, interligado, atualmente, a Campinas, pela rodovia Anhanguera. Para se ter idéia da distância entre o distrito-sede de Campinas e o povoado de Vila Americana, vale destacar que, atualmente, a distância entre os limites dos dois municípios é de 41 Km, sendo que essa distância aumentaria se fossem considerados os núcleo urbano central de cada um. Dados sobre a distância rodoviária entre os municípios extraídos do site da AGEMCAMP (Agência Metropolitana de Campinas): <<http://www.agemcamp.sp.gov.br/mapas.php>> Acessado em: 30/10/2007.

²⁶² O bairro recebe esse nome com a instalação da estação ferroviária Rebouças, em 1875; em 1909, torna-se o distrito de Rebouças; e, em 1954, eleva-se à categoria de município, com o nome de Sumaré. A sua área de influência, principalmente a partir de 1875, compreendia bairros e povoados numa área que correspondem aos atuais municípios de Hortolândia, Sumaré e Nova Odessa (Toledo, 1995), interligados, atualmente, a Campinas, pela rodovia Anhanguera.

²⁶³ Sobre Valinhos: <http://www.valinhos.sp.gov.br>, acessado em: 07/11/2007.

²⁶⁴ Denominação extraída do histórico do município, disponibilizado pelo site da prefeitura municipal de Cosmópolis: www.cosmopolis.sp.gov.br, acessado em: 11/09/2007.

²⁶⁵ Baseado em Gabriel (1995).

Os dados da tabela 3.1 fornecem informações sobre a composição da população, de acordo com a condição social, em 1854, para Campinas e outros municípios selecionados:

Tabela 3.1: População total segundo condição social
Municípios selecionados – Província de São Paulo – 1854

Cidades	Freguesia	Total Livre	% Livre	Total Escrava	% Escrava	Total Estrang.	% Estrang.	TOTAL POPULAÇÃO	% Pop por Distrito
Campinas		5.725	40,3	8.149	57,4	327	2,3	14.201	100,0
Total Campinas		5.725	40,3	8.149	57,4	327	2,3	14.201	100,0
Mogi-Mirim		8.139	64,4	4.468	35,4	29	0,2	12.636	50,7
	Mogi-Guaçú	3.861	78,3	1.052	21,3	18	0,4	4.931	19,8
	N.S.da P.Mogi-Mirim	3.279	83,9	606	15,5	22	0,6	3.907	15,7
	S. J. Boa Vista	2.270	65,6	1.183	34,2	7	0,2	3.460	13,9
	Serra Negra (*)								
Total Mogi-Mirim		17.549	70,4	7.309	29,3	76	0,3	24.934	100,0
Piracicaba		3.735	73,3	1.345	26,4	15	0,3	5.095	81,8
	Santa Bárbara	1.104	97,4	25	2,2	4	0,4	1.133	18,2
Total Piracicaba		4.839	77,7	1.370	22,0	19	0,3	6.228	100,0
Rio Claro		4.506	68,6	1.814	27,6	244	3,7	6.564	60,5
	Itaqueri da Serra	1.711	92,3	141	7,6	2	0,1	1.854	17,1
	Brotas (*)								
	Descalvado	2.197	90,4	229	9,4	4	0,2	2.430	22,4
Total Rio Claro		8.414	77,6	2.184	20,1	250	2,3	10.848	100,0
São Paulo									
	Juqueri	2.010	90,7	203	9,2	2	0,1	2.215	6,8
	Guarulhos	1.718	82,0	375	17,9	2	0,1	2.095	6,4
	Penha de França	985	76,2	295	22,8	13	1,0	1.293	4,0
	Sé	4.727	63,3	2.241	30,0	496	6,6	7.464	22,9
	S. Bernardo	1.650	79,6	406	19,6	16	0,8	2.072	6,4
	N. S. do Ó	1.570	77,7	448	22,2	2	0,1	2.020	6,2
	N. S. do Brás	717	74,3	146	15,1	102	10,6	965	3,0
	Cotia	2.787	79,4	718	20,5	4	0,1	3.509	10,8
	S. Efigênia	2.557	70,6	939	25,9	125	3,5	3.621	11,1
	Santo Amaro	3.562	86,9	463	11,3	76	1,9	4.101	12,6
	Itapecerica da Serra	3.038	94,0	144	4,5	51	1,6	3.233	9,9
	Mboy (*)								
Total São Paulo		25.321	77,7	6.378	19,6	889	2,7	32.588	100,0
Província de São Paulo		294.784	70,4	116.991	28	6.757	1,6	418.532	

Fonte: Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo recenseada no anno de 1854. *Apud* Bassanezzi (1998)

Nota: (*) Municípios, Freguesias ou Capelas Curadas sem informação.

Com relação aos dados da tabela 3.1, uma primeira observação, considerando todos os municípios selecionados²⁶⁶, com exceção de Campinas, é que quanto maior o número de distritos, menor a concentração populacional no distrito-sede.

Isso é o que se verifica quando se considera Piracicaba, que possuía dois distritos, sendo que cerca de 81% se concentrava no distrito-sede; em seguida, toma-se Rio Claro, com 4 distritos, e Mogi-Mirim, com 5 distritos, registrando uma concentração populacional no distrito-sede na ordem de 60% e 51%, respectivamente. Por fim, o caso do município de São Paulo é bastante peculiar, possuindo 12 distritos e uma concentração populacional no distrito da Sé, na ordem de 23%.

Com relação a esses dados, argumenta-se que eles poderiam ser um indicador de uma característica do processo de diferenciações político-territoriais: a de que diferenciações político-territoriais, uma vez criadas, influenciariam processos posteriores, relacionados com reorganização populacional e redistribuição de poder político no espaço intra-municipal. Ou seja, nas diferenciações político-territoriais estaria intrínseca uma potencialidade para alterar as condições sociais e políticas presentes no espaço intra-municipal, a médio ou longo prazo.

Por sua vez, essa potencialidade se realizaria, em menor ou maior grau, em função da atuação de alguns fatores: por um lado, tem-se as relações intergovernamentais, que condicionam a organização do governo municipal, e a forma assumida pela interação Estado-sociedade, em cada contexto político-institucional; por outro lado, tem-se a própria composição social da população e os interesses políticos e econômicos da classe dirigente local.

Assim, para se entender os desdobramentos posteriores das diferenciações político-territoriais de um determinado espaço intra-municipal e sua contribuição para a formação da sua *hinterlândia*, deve-se considerar o contexto político-institucional e econômico em que foram criados os distritos secundários, no

²⁶⁶ Definiu-se, para fins de comparação com município de Campinas, selecionar aqueles municípios já considerados anteriormente, na análise da relação do número de distritos e extensão territorial, constantes do quadro 3.2a.

território municipal, e os fatores internos e externos que condicionaram sua criação.

Uma segunda observação com relação aos dados da tabela 3.1 refere-se à composição social da população dos municípios – o que, como foi apontado acima, pode constituir-se num fator que condiciona a criação de distritos secundários no espaço municipal.

Nesse sentido, destaca-se que, dentre os municípios selecionados, Campinas era o único no qual, em 1854²⁶⁷, a população escrava (cerca de 57% da população total) era superior à população livre. Embora não se tenha informação mais detalhada sobre as atividades nas quais estava empregada a população livre²⁶⁸, estudos²⁶⁹ destacam que, na década de 1820, Campinas registrou uma certa diversificação da estrutura social²⁷⁰, apresentando proporção maior da população atuando como artesões ou trabalhando nos serviços.

Porém, tamanha população escrava, aliada aos dados da produção cafeeira do município²⁷¹, poderia indicar, por um lado, a opção dos fazendeiros campineiros por uma determinada forma de estrutura fundiária e de emprego da mão-de-obra, o que, por sua vez, corresponderiam a decisões políticas desses fazendeiros em relação a política de terras e de colonização. Por outro lado, indicaria uma certa rigidez na composição social da população²⁷².

Esses dois aspectos, por sua vez, estariam relacionados com a ausência de decisão em se criar distritos secundários no território campineiro, contribuindo

²⁶⁷ Destaca-se que, em 1854, o município de Campinas possuía a maior população escrava da província de São Paulo e, dentre cinco municípios paulistas com proporção de escravos superior a proporção de população livre, Campinas ocupava a quarta posição, ficando atrás de Bananal (66,4% de população escrava), Capivari (62,0%) e Queluz (61,0%). Campinas ficava a frente de Areias (50,4% de população escrava). Baseado nos dados do Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo, organizados por Bassanezi (1998).

²⁶⁸ Nos dados populacionais referentes ao ano de 1854, organizados por Bassanezi (1998), não há informação sobre profissões. Tal informação aparece no recenseamento de 1872, disponibilizados por municípios e desagregados por distritos.

²⁶⁹ EISENBERG, P.L. Sugar and social change in Brazil: Campinas, São Paulo, 1767-1830. **Anais da V Reunião Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, São Paulo, 1986. Apud SEMEGHINI, 1991, p.19.

²⁷⁰ Em comparação com o ano de 1809. (EISENBERG, 1986 *apud* SEMEGHINI, 1991, p.19).

²⁷¹ Sobre a produção cafeeira no período, ver capítulo 2.

²⁷² Para melhor avaliar a influência da atuação desses dois fatores no processo de diferenciações político-territoriais, seria necessário estudo mais aprofundado, com dados mais detalhados sobre população e estrutura fundiária, comparando diferentes municípios. Porém, tal estudo não será possível neste momento, optando-se apenas por apontar a questão.

para uma polarização política e administrativa no distrito-sede, coibindo o surgimento, já naquele momento, como ocorreu em outros municípios selecionados, de novas espacialidades de formação e participação política no espaço intra-municipal.

Com isso, buscou-se, enfim, consubstanciar o tipo de diferenciações político-territoriais intra-municipais assumido por Campinas, entre 1850 e 1870, expresso pela polarização de um distrito-sede que concentrava o estabelecimento dos grupos dominantes locais e das atividades de suporte da economia cafeeira, acompanhado, pelos investimentos, também concentrados, em melhoramentos urbanos e serviços públicos e pelos empregos urbanos. Em torno deste distrito-sede, gravitavam diversos povoados, onde a atividade preponderante da população ligava-se à agricultura, principalmente o cultivo do café.

Trata-se do momento inicial de formação da *hinterlândia*, tanto da sua dimensão econômica como da sua dimensão política, onde o poder político estaria concentrado no distrito-sede, constituindo-se na única espacialidade de formação, debate e tomada de decisões políticas no município de Campinas.

Nesse contexto, os povoados, sem autonomia política e administrativa²⁷³ e não configurando um espaço de participação política, constituiriam-se em “regiões tributárias” de seu respectivo “centro urbano”²⁷⁴. A população dessas “regiões tributárias” precisaria se deslocar para o “centro urbano” para exercer todas as etapas de sua participação política, desde a definição de seu papel político até a inclusão de suas demandas nas agendas de tomadas de decisão política. Nesse movimento, os povoados demandariam poder político ao distrito-sede e, deles obteriam a possibilidade de atendimento de suas demandas.

Argumenta-se que essa situação perduraria até 1870, quando Campinas passa por um novo processo de diferenciação político-territorial, o qual ficaria em vigência até a década de 1890.

²⁷³ Nos termos colocados por Souza & Blumm (1999), apresentado no segundo capítulo.

²⁷⁴ Nos termos definidos por Singer (1968). Ver discussão desenvolvida no capítulo 1.

III.2.2 – Período 1870-1896

Nesse período, que se inicia em 1870 e vai até 1896, o tipo de diferenciação político-territorial assumido por Campinas é aquele que corresponde à presença de distrito-sede, de distrito secundário e de povoados, no qual se verifica nível equilibrado de poder político entre os distritos²⁷⁵. Por sua vez, o período seguinte, que começa em 1896, chega em 1900 e adentra o século XX²⁷⁶, Campinas passaria a apresentar outro tipo de diferenciações político-territoriais, que corresponderia à presença de distrito-sede, de distritos secundários e de povoados, porém com nível desigual de poder político entre os distritos²⁷⁷.

O período 1870-1896 é caracterizado, em termos de diferenciações político-territoriais, pela criação do distrito de N. S. Carmo e Santa Cruz, em 1870, passando a existir, a partir de então, no município de Campinas, dois distritos: o distrito-sede, identificado com a Paróquia de N.S. da Conceição, e um distrito secundário, identificado com a Paróquia do N.S. do Carmo e Santa Cruz.

Argumenta-se que a distribuição de poder político entre o distrito-sede e o distrito secundário era equilibrada, neste momento, em função, por um lado, dos fatores econômicos, sociais e políticos presentes, tanto no contexto no qual esse distrito é fundado como nos momentos posteriores, ao longo do período, e, por outro, do perfil dos grupos sociais que ocupavam a o centro urbano do distrito secundário criado.

Assim, a grande produção cafeeira registrada em Campinas, nas décadas de 1850 e 1860, permitiram que, a partir de 1870, o município se transformasse na

²⁷⁵ Trata-se do tipo 3, da tipologia de diferenciações político-territoriais intra-municipais, apresentada no quadro 3.1, neste capítulo.

²⁷⁶ A análise do período iniciado em 1896 será feita até 1900, embora já estejamos sob o contexto republicano. Considera-se que, logo após a proclamação da República, seguiu-se um período de transição, onde as relações intergovernamentais e a interação Estado-sociedade sofriam ainda a influência do Império. O ano de 1900 marca o início de um período diferente, embora algumas questões surgidas no Império ainda prevaleçam, caracterizado, de um lado, pelo estabelecimento da política dos governadores, implementada por Campos Sales, e, de outro, pela recuperação de Campinas de sua primeira crise urbana, decorrente da epidemia de febre amarela, ao final do século XIX, e pelo início da crise do primeiro ciclo longo do café (1886-1918). Baseado em Carvalho (1996; 1987); Fausto (2000); Carvalho (1991) e Semeghini (1991).

²⁷⁷ Trata-se do tipo 4, da tipologia de diferenciações político-territoriais intra-municipais.

“capital agrícola” da província²⁷⁸. Como já destacado em capítulo precedente, entre 1870 e 1886, a cidade de Campinas assistiu a um intenso desenvolvimento de seu espaço urbano, com a inauguração dos dois principais ramais da estrada de ferro, em 1872 e 1875²⁷⁹; com a instalação de serviços públicos e inovações tecnológicas²⁸⁰, financiadas, principalmente pelo capital cafeeiro; e com a realização de melhoramentos urbanos²⁸¹, tanto no distrito-sede como no distrito secundário.

Paralelo a isso, Campinas assistiria à instalação de diversos serviços urbanos e de sofisticado comércio, visando atender um público exigente com maior poder aquisitivo e cioso das novidades vindas da Europa. Comércio este estabelecido por imigrantes europeus, estabelecidos em Campinas através de recursos próprios, atraídos pela promissora rentabilidade que o município oferecia²⁸².

Nesse contexto, o centro urbano do que viria a ser, em 1870, o distrito de N.S. Carmo e Santa Cruz – área que corresponderia ao bairro de Santa Cruz, Taquaral e Guanabara²⁸³ –, segundo Lapa (1995), já vinha se configurando como local de residência de pessoas influentes de Campinas, pelo menos, desde a primeira metade da década de 1860.

Complementarmente, a partir de outros estudos, destaca-se que, com a criação do novo distrito, deu-se uma reorganização da circunscrição territorial do município. Nesse sentido, segundo Gabriel (1995), enquanto o distrito da Conceição (distrito-sede) compreendia, basicamente, as áreas próximas ao centro

²⁷⁸ Ver discussão no segundo 2.

²⁷⁹ A Paulista e a Mogiana, respectivamente (ver capítulo 2).

²⁸⁰ Luz elétrica, bonde elétrico, serviço de telefonia, iluminação a gás entre outros. Baseado em Lapa (1995) e Semeghini (1991).

²⁸¹ Incluem calçamento das vias e calçadas, normatização da construção no perímetro urbano, implantação de serviços de saneamento e higiene, canalização da água entre outros. Baseado em Lapa (1995) e Semeghini (1991).

²⁸² Trata-se dos imigrantes europeus chegados ao município antes da “grande imigração” (esta iniciada em 1886), cuja característica é de tratar-se de imigrantes com recursos próprios, com interesse nas atividades urbanas de comércio e prestação de serviços (ver capítulo 2). Baseado em Gabriel (1995) e Lapa (1995).

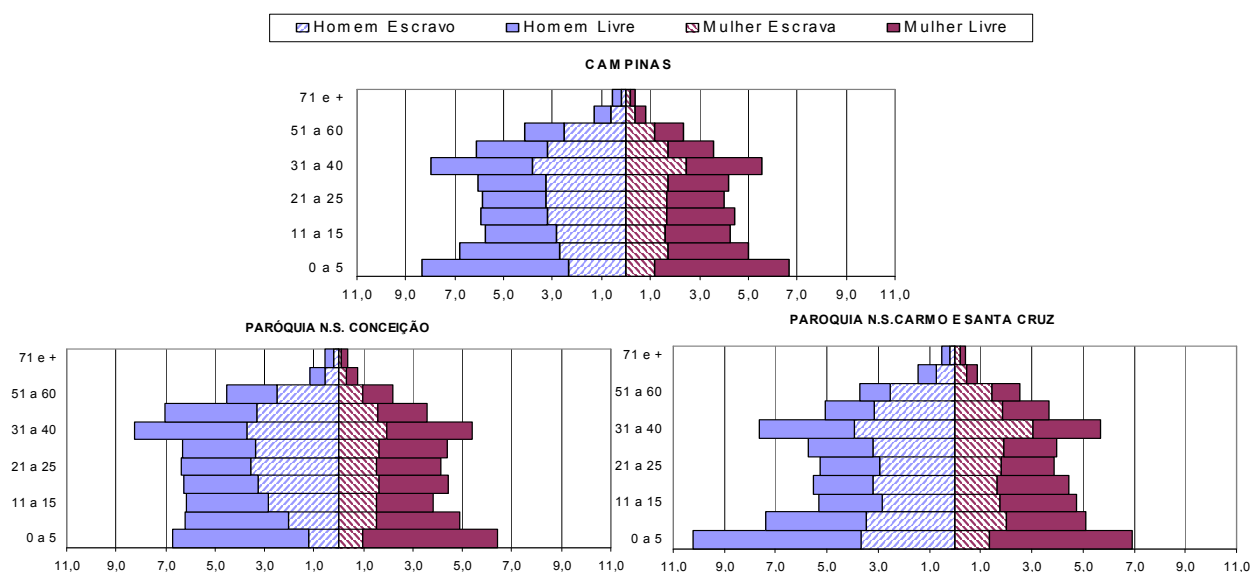
²⁸³ Não há uma menção explícita de que o núcleo urbano do distrito de N.S. Carmo e Santa Cruz corresponda exatamente aos bairros mencionados. Isso foi deduzido a partir das descrições da expansão do perímetro urbano de Campinas, no estudo historiográfico de Lapa (1995).

campineiro, como bairros do Bosque e Cambuí, o distrito do Carmo e Santa Cruz, compreendia, além das já citadas, as áreas do Castelo, Barão Geraldo e Amarais.

Além disso, Toledo (1995) destaca que a região do Quilombo²⁸⁴, que até 1870 pertencia à circunscrição do distrito-sede de Campinas, a partir desta data passaria a pertencer à circunscrição do distrito do Carmo e Santa Cruz. Em função disso, é possível concluir, devido à localização no espaço campineiro, que tanto os povoados localizados na região da Vila Americana como na região de Campo das Palmeiras²⁸⁵ também passariam à circunscrição do novo distrito²⁸⁶.

Esse redesenho das circunscrições distritais do espaço campineiro resultou numa reordenação da população neste espaço, cujas características passaremos a abordar. Nesse sentido, destaca-se, primeiramente, a estrutura etária da população livre e escrava de cada um dos distritos campineiros, para o ano de 1872²⁸⁷:

Gráfico 3.1: Pirâmides etárias, por sexo e condição social
Município de Campinas, por distritos - 1872



Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. *Apud* Bassanezi, 1998

²⁸⁴ Região que compreende a área dos atuais municípios de Hortolândia, Sumaré e Nova Odessa.

²⁸⁵ Atuais municípios de Americana e Cosmópolis, respectivamente.

²⁸⁶ Na bibliografia levantada, não há menção explícita a respeito disso. Também não há menção sobre as áreas rurais que passariam a pertencer à circunscrição do distrito de N.S. Conceição (distrito-sede) a partir da criação do distrito do Carmo e Santa Cruz.

²⁸⁷ Os dados brutos utilizados para a elaboração das pirâmides constam em anexo, no final do trabalho.

Primeiramente, destaca-se que, em 1872, a população escrava em Campinas já não era mais majoritária, como era em 1854. Entre esses dois anos, a população total do município, passou de 14.201 para 31.369 habitantes, representando crescimento anual de 4,05% (a.a.). Por sua vez, a população escrava passou de 8.190 para 13.685 indivíduos²⁸⁸, equivalendo a uma taxa de crescimento de 2,6% (a.a.)²⁸⁹.

Considerando a estrutura etária do município de Campinas, com relação à população total, observa-se uma base larga, indicando grande proporção de população infantil, sendo maior a masculina. Observa-se também proporção eqüitativa da população entre 11 e 30 anos e um peso mais destacado do grupo etário de 31 a 40 anos, principalmente da população masculina. Todos esses aspectos apontam para o perfil jovem da população campineira.

Por sua vez, com relação à população escrava do município, destaca-se, por um lado, a maior presença dos homens em todas as idades, com destaque também para as idades entre 31 e 40 anos, e, por outro, o estreitamento da base da pirâmide, provavelmente, indicando o efeito da Lei do Ventre Livre, de 1871.

Considerando, agora, a estrutura etária do distrito de Conceição e do distrito do Carmo e Santa Cruz, tem-se, com relação à população total, o predomínio da população masculina em todos os grupos etários nos dois distritos, com destaque para o grupo adulto de 31 a 40 anos. Observa-se também o maior predomínio da população infantil no distrito do Carmo e Santa Cruz, tanto da população total quanto da população escrava.

Com relação à população escrava, destaca-se que, em termos absolutos, ela era relativamente equilibrada nos dois distritos, com um peso maior no distrito secundário: o distrito de Conceição possuía 6.705 escravos e o distrito do Carmo e Santa Cruz, 6.980 escravos²⁹⁰.

Considerando o escravo como o principal instrumento da produção cafeeira e, em função disso, podendo a sua posse ser tomada como indicador do nível de

²⁸⁸ Campinas continuou sendo, em 1872, o município paulista com maior população escrava. Baseado em Bassanezi (1998).

²⁸⁹ Dados populacionais para o período 1836-1886, para população total e escrava de Campinas, apresentados no capítulo anterior.

²⁹⁰ Dados em anexo.

riqueza, pode-se afirmar que, de forma agregada, os dois distritos campineiros eram equilibrados em termos de poder econômico, pois cada um deles, isoladamente, possuía mais escravos que a quase totalidade dos municípios paulistas²⁹¹.

Ainda com relação à população escrava, destaca-se o maior predomínio da população masculina nos dois distritos, sendo que o distrito da Conceição apresentava baixa presença de crianças e, à medida que a idade avança, essa presença aumentou, destacando-se o maior predomínio de homens entre 21 e 40 anos. Por sua vez, o distrito do Carmo e Santa Cruz possuía, em comparação ao distrito-sede, uma população escrava masculina mais distribuída entre os grupos etários, destacando-se a maior presença de crianças neste distrito.

A partir das estruturas etárias, é possível conhecer como a população de cada distrito de Campinas se distribui em termos de idade, sexo e condição social, porém, elas não são suficientes para apreender a distribuição do poder político entre eles. Para isso, torna-se necessário considerar informações que nos forneça a composição social de cada distrito.

Diante disso, argumenta-se que seria em função da composição social dos dois distritos que se sustenta que, entre eles, o nível de poder político seria equilibrado, correspondendo, com isso, ao tipo 3 da tipologia de diferenciações político-territoriais. Os dados da tabela 3.2 contribuem para fundamentar este argumento:

²⁹¹ Em 1872, o único município que possuía uma população escrava superior a 6.000 escravos era Bananal, com 8.281 escravos. Baseado em Bassanezi (1998).

Tabela 3.2: População em Relação às Profissões
Município de Campinas, por distritos
1872

Profissões	N.S.Conceição		Carmo e Santa Cruz		Campinas	
	n	%	n	%	n	%
Profissionais Liberais	194	47,9	211	52,1	405	100,0
Juristas	25	48,1	27	51,9	52	100,0
Área Médica	27	41,5	38	58,5	65	100,0
Professores	32	35,2	59	64,8	91	100,0
Empregados Públicos	19	36,5	33	63,5	52	100,0
Artistas	91	62,8	54	37,2	145	100,0
Militares	0	0,0	29	100,0	29	100,0
Capitalistas e Proprietários	56	44,4	70	55,6	126	100,0
Profissões Industriais e Comerciais	246	46,7	281	53,3	527	100,0
Operários	966	53,6	836	46,4	1.802	100,0
Profissões Agrícolas	6.697	56,3	5.189	43,7	11.886	100,0
Serviços Domésticos	1.496	44,6	1.859	55,4	3.355	100,0
Outras profissões	1.006	54,0	857	46,0	1.863	100,0
Sem Profissão	5.986	52,5	5.418	47,5	11.404	100,0
Total	16.647	53,0	14.750	47,0	31.397	100,0

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. *Apud* Bassanezzi, 1998.

Com relação aos dados da tabela 3.2, primeiramente, observa-se que a população total de Campinas, em 1872, era de 31.397 habitantes²⁹², dos quais 53% localizavam-se na área de jurisdição do distrito-sede (Conceição), correspondendo a 16.647 habitantes, e 47%, na área do distrito recém-criado, o que equivalia a 14.750 habitantes.

Em segundo lugar, constata-se que, do total dos profissionais liberais, cerca de 52% localizavam-se no distrito do Carmo e Santa Cruz, dentre os quais, com a exceção da categoria dos artistas, todas as demais categorias encontravam-se majoritariamente no referido distrito secundário (categorias dos juristas, área médica, professores e empregados públicos) – o que indica que significativa parcela da população exercendo profissões urbanas e da administração pública residia no distrito secundário recém-criado.

²⁹² Campinas registrou, entre 1854 e 1872, um crescimento populacional de 4,05% ao ano – superior ao crescimento da província de São Paulo (3,55% ao ano) e ao crescimento da região de Campinas (2,07% ao ano).

Destaca-se, ainda, com relação a este distrito, a presença majoritária, tanto de capitalista e proprietários (55,6%), que estava relacionada com a área rural que ficou circunscrita a este distrito, mencionado acima, como de pessoas empregadas em atividades industriais e comerciais (53,3%), cujo segmento foi o que registrou diversificação significativa, principalmente, a partir de 1870²⁹³.

Por sua vez, destaca-se, no distrito de N. S. Conceição, a presença majoritária, tanto de operários (53,6%), que estaria relacionada com o estabelecimento concentrado das fábricas e oficinas no distrito-sede²⁹⁴, como de lavradores (56,3%), indicando que parcela significativa da área rural permaneceu na circunscrição do distrito-sede.

Um segundo aspecto que nos leva a sustentar o nível equilibrado de poder político entre o distrito-sede e o distrito secundário, em questão, refere-se ao nível de instrução da sua população.

No sistema eleitoral do Império, onde a participação como eleitor constituía mais uma “função social”²⁹⁵ do que um direito, prevalecia a exigência do requisito censitário e, a partir de 1881, com a Lei Saraiva, além de aumentar o montante da renda exigida, somou-se o requisito de alfabetização. Com isso, pode-se considerar que o grau de alfabetização constituiu-se num indicador do potencial de poder político, a partir do qual pode-se comparar distritos eleitorais, municípios e províncias.

Já foi destacado em outro trecho deste estudo que, após a reforma eleitoral de 1881, houve uma alteração de correlação de poder político das duas principais regiões paulistas: Vale do Paraíba e o Oeste Paulista. Com esta alteração, o

²⁹³ Ver discussão sobre Campinas, nesse período, no capítulo 2. Baseado em Lapa (1995) e Semeghini (1991).

²⁹⁴ Estudos indicam que, nesse período, as fábricas e oficinas, na sua maioria, eram estabelecidas no perímetro urbano do distrito-sede, geralmente, em áreas contíguas ao centro da cidade. Por sua vez, os trabalhadores destes estabelecimentos, geralmente, residiam próximos ao seu local de trabalho. Ver Lapa (1995) e Carvalho (1991).

²⁹⁵ Carvalho (1987) destaca que John Stuart Mill foi o autor mais influente sobre os proponentes da reforma eleitoral de 1881, que defendia a restrição à participação política do analfabeto. Sob esta influência, o direito político (expresso pelo voto) não era um direito natural; ele era “concedido pela sociedade àqueles que ela julga merecedores dele” (CARVALHO, 1987, p.44). Assim, “o voto, antes de ser direito, é uma função social, é um dever” (CARVALHO, 1987, p.44). Porém, Carvalho (1987) destaca, ainda, que, John Stuart Mill, embora excluísse o direito de voto do analfabeto, ele considerava como dever da sociedade o fornecimento dos meios de alfabetização a todos os cidadãos (CARVALHO, 1987, p.168).

Oeste Paulista passou a ter maior representação política, invertendo a situação até então prevalecente, quando o Vale era mais representativo, comparativamente²⁹⁶.

Nesse contexto, no qual, segundo Magalhães (1992), o poder político do Oeste Paulista passou a ser diretamente proporcional ao seu papel desempenhado no desenvolvimento da economia cafeeira na província de São Paulo, o mesmo movimento se verificou no município de Campinas que, em 1881, tornou-se sede de um dos nove distritos eleitorais da província²⁹⁷ e tornou-se o município paulista com a segunda maior população eleitoral, com 589 eleitores²⁹⁸.

Com isso, pode-se afirmar que uma das formas de se avaliar o grau de poder político de um município, a partir das reformas eleitorais de 1881, seria através da consideração da quantidade de pessoas aptas a votar. Tal informação poderia ser inferida através do nível de renda pessoal e do grau de alfabetização de sua população masculina e adulta²⁹⁹, em comparação com outros municípios. Considera-se que o mesmo procedimento pode ser feito em relação a diferentes distritos, pertencentes a um mesmo município.

Assim, no caso de Campinas, o grau de poder político de cada um dos distritos existentes poderia ser captado através da identificação da proporção dos seus eleitores em potencial. Utilizando os dados do recenseamento de 1872, essa identificação só é possível através da informação sobre o grau de instrução da população, que é apresentado nas tabelas 3.3 e 3.4:

²⁹⁶ Ver discussão feita no capítulo 2. Baseado em Magalhães (1992).

²⁹⁷ Até então, Campinas nunca havia sido distrito eleitoral no estado.

²⁹⁸ Em 1868, Campinas possuía a sétima população eleitoral da província de São Paulo. Em 1881, sua população eleitoral só era inferior à população eleitoral do município de São Paulo, que era de 1.008 eleitores. Ver discussão apresentada no capítulo anterior.

²⁹⁹ Através das informações de renda e de alfabetização é possível obter a população potencialmente apta a ser eleitor, ou então, a ser candidato. Magalhães (1992) destaca que a maior limitação implementada pelas reformas de 1881 refere-se à maior dificuldade em se fornecer comprovação da renda. Assim, a informação sobre renda e alfabetização nos fornece o potencial da população a ser eleitor, e não a população que realmente constituiu-se como eleitor. Para tal informação, a melhor fonte de dados refere-se aos próprios registros eleitorais – fonte explorada por Magalhães (1992), mas que no presente estudo não serão considerados.

Tabela 3.3: População total, segundo instrução e sexo
Município de Campinas, por paróquias (distritos)
1872

Paróquias (distritos)	Alfabetizada (1)				População Total	Pop Alfab/ Pop Total (%)
	Homens	Mulheres	Total	% Paroq/ munic		
N.S. da Conceição	1.244	811	2.055	36,7	16.647	12,3
N.S. do Carmo e Santa Cruz (2)	2.492	1.045	3.537	63,3	14.750	24,0
Total do Município	3.736	1.856	5.592	100,0	31.397	17,8

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. *Apud* BASSANEZI, 1998

(1) Inclui população livre e população escrava; (2) Nessa paróquia encontram-se os únicos registros de escravos que sabiam ler e escrever, sendo dois homens e três mulheres.

A primeira observação a ser destacada, na tabela 3.3, é que do total da população alfabetizada do município³⁰⁰, mais de 63% localizavam-se no distrito do Carmo e Santa Cruz, sendo que, neste caso, para essa maior proporção de pessoas alfabetizadas, poderia estar contribuindo a maior proporção de profissionais liberais, de capitalistas e proprietários e de militares residentes no distrito. Por sua vez, aproximadamente, 37% da população alfabetizada localizavam-se no distrito-sede.

Em segundo lugar, observa-se que, tomando a população alfabetizada de acordo com o sexo, o distrito do Carmo e Santa Cruz possuía ambos os sexos em maior proporção, sendo que a sua população masculina chegava a representar o dobro da população masculina alfabetizada do distrito-sede³⁰¹.

Por fim, constata-se que a proporção da população alfabetizada total sobre a população total era maior no distrito do Carmo e Santa Cruz (24%) do que no

³⁰⁰ Inclui população com 16 anos e mais e população em idade escolar (entre 6 e 15 anos).

³⁰¹ Essa maior proporção de população masculina alfabetizada no distrito secundário realça-se ainda mais quando se considera que o distrito-sede concentrava, em 1872, 57% população masculina livre total (5.500 homens), 60% da população livre masculina, com 16 anos e mais (3.324 homens) e 60% da população masculina livre, acima dos 20 anos (2.823 homens). O distrito secundário possuía 43% população livre total (4.118 homens), 40% da população livre masculina, com 16 anos ou mais (2.188 homens) e 40% da população masculina livre, acima dos 20 anos (1.850 homens). Baseado nos dados do recenseamento de 1872, organizados por Bassanezi (1998).

distrito da Conceição (12,3%), o que indicaria maior nível de escolaridade da população residente no distrito secundário do que no distrito-sede.

Novamente, aqui, essa diferença poderia estar relacionada com o perfil das duas populações. Ou seja, por um lado, a maior proporção de profissionais liberais no distrito secundário, exercendo, na sua maioria, atividades que exigiam curso superior, e, por outro, a maior presença de operários e lavradores, no distrito-sede, cujas atividades poderiam ser executadas por pessoas sem escolaridade.

Com os dados da tabela 3.4, pode-se avaliar a população eleitoral potencial, através do nível de alfabetização da população masculina dos dois distritos de Campinas, que é apresentado para a população total e para população acima de 15 anos³⁰², para o ano de 1872³⁰³.

³⁰² Para uma maior exatidão do potencial de eleitores, via alfabetização, deveríamos considerar apenas a população masculina, livre e com mais de 21 anos, segundo instrução, porém, para o ano de 1872, a forma mais desagregada dessa informação, por distritos, é disponibilizada por população total (todas as idades). Para se obter a população masculina, livre, alfabetizada, acima de 15 anos, subtraiu-se da população alfabetizada total a população de 6 a 15 anos que freqüenta escola (outro quesito que aparece no censo demográfico de 1872).

³⁰³ Considerar a alfabetização, para o ano de 1872, como indicador do potencial de eleitores possui, em si, um erro, pois a exigência da alfabetização para exercer o voto somente passou a vigorar com a Lei Saraiva, a partir de 1881. Essa informação não existe, para Campinas, em 1886 e só vai surgir novamente no recenseamento de 1890, já na República. Como se fez necessário ter esse tipo de informação, com relação a essa fase do Império, foram considerados os dados de 1872 – únicos existentes – como um indicador do perfil de cada um dos distritos campineiros. Devido à fase da economia cafeeira, vivenciada pelo município de Campinas, e ao desenvolvimento urbano em curso, considera-se que a distribuição da população alfabetizada entre os dois distritos, em 1872, tenha se mantido a mesma até 1886. A partir desta data, diversos fatores passaram promover mudanças no perfil da população, o que deve ter alterado também a distribuição da população alfabetizada no município.

Tabela 3.4: População livre alfabetizada, por sexo
Município de Campinas, por paróquias (distritos)
1872

Paróquias (distritos)	Homens		Mulheres		População alfabet.	Pop. Total	Pop Masc livre/ Pop Alfab (%)	Pop Masc livre/ Pop Total (%)
	n	%	n	%				
16 anos e mais								
N.S. Conceição	1.185	32,6	743	42,3	1.928	-	61,5	7,1
N.S. Carmo e Sta Cruz	2.452	67,4	1.013	57,7	3.465	-	70,8	16,6
Total								
N.S. Conceição	1.244	33,3	811	43,7	2.055	16.647	60,5	7,5
N.S. Carmo e Sta Cruz	2.490	66,7	1.042	56,3	3.532	14.750	70,5	16,9
Município – 16 e mais	3.637	100,0	1.756	100,0	5.393	-	67,4	11,6
Município – Total	3.734	100,0	1.853	100,0	5.587	31.397	66,8	11,9

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. *Apud* BASSANEZI, 1998

Com os dados da tabela 3.4, considerando o total da população masculina alfabetizada, em 1872, observa-se o predomínio desse segmento no distrito secundário³⁰⁴. Ou seja, 67% concentravam-se no distrito do Carmo e Santa Cruz (2.490 indivíduos), a qual representava 70% da população alfabetizada total e 17% da população total do distrito. Por sua vez, 33% da população masculina alfabetizada concentravam-se no distrito de Conceição (1.244 indivíduos), sendo que esta população representava 60% do total da população alfabetizada total e 7% da população total do distrito.

Considerando somente a população acima de 15 anos, observa-se um ligeiro aumento da participação da população masculina alfabetizada no distrito secundário, que continuou concentrando em torno de 67% desse segmento (2.452 homens), enquanto o distrito-sede, que passou por uma ligeira queda na

³⁰⁴ Deve-se considerar que esta população é composta por indivíduos acima de 15 anos e indivíduos entre 6 e 15 anos que freqüentavam escola. Quando se considera somente essa população que freqüentava escola, tem-se que, no município de Campinas, ela correspondia a um total de 97 indivíduos, dos quais 59 indivíduos situavam-se no distrito-sede (61%) e 38 indivíduos, no distrito secundário (39%). Baseado no recenseamento de 1872, organizado em Bassanezi (1998).

participação, mantendo seus 33% (1.185 homens) da população masculina e alfabetizada.

Assim, a partir da distribuição relativamente equilibrada da população, por profissões, entre os dois distritos campineiros, com uma participação majoritária de profissionais liberais, capitalistas e proprietários no distrito do Carmo e Santa Cruz, e da maior proporção de homens alfabetizados também neste distrito, pode-se argumentar que o distrito secundário possuía, entre 1870 e 1886, um nível de poder político equilibrado em relação ao distrito-sede, pelo menos, potencialmente.

Porém, alguns aspectos nos levam a considerar que o poder político compreendido pelo distrito do Carmo e Santa Cruz não se refere igualmente a toda circunscrição territorial do distrito e, conseqüentemente, a toda sua população. O mesmo pode-se dizer do distrito da Conceição (distrito-sede).

Assim, embora se verifique o maior peso de profissionais liberais (52%) e de capitalistas e proprietários (56%) no distrito secundário³⁰⁵, em comparação ao distrito sede, a proporção de lavradores (20,8%), operários (6,6%) e trabalhadores domésticos (11,0%) é bastante significativa, como mostram os dados da tabela 3.5:

Tabela 3.5: População Livre, em Relação às Profissões
Município de Campinas, por distritos
1872

Profissões	N.S.Conceição		Carmo e Santa Cruz		Campinas	
	n	%	n	%	n	%
Profissionais Liberais	194	2,0	211	2,7	405	2,3
Militares	0	0,0	29	0,4	29	0,2
Capitalistas e Proprietários	56	0,6	70	0,9	126	0,7
Profissões Industriais e Comerciais	246	2,5	281	3,6	527	3,0
Operários	694	7,0	512	6,6	1.206	6,8
Profissões Agrícolas	3.396	34,2	1.614	20,8	5.010	28,3
Serviços Domésticos	792	8,0	853	11,0	1.645	9,3
Outras profissões	519	5,2	548	7,1	1.067	6,0
Sem Profissão (*)	4.045	40,7	3.652	47,0	7.697	43,5
Total	9.942	100,0	7.770	100,0	17.712	100,0

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. *Apud* Bassanezzi (1998)

³⁰⁵ Ver tabela 3.4.

(*) Refere-se ao total da população, incluindo crianças, mulheres e idosos.

O mesmo pode-se dizer do distrito-sede (Conceição), que apresentava, em 1872, 34% da população formada por lavradores, 7%, por operários e 8% exercendo atividades domésticas.

Além disso, embora a população alfabetizada do distrito do Carmo e Santa Cruz represente 63% do total da população alfabetizada do município de Campinas, a proporção de analfabetos na população livre, acima de 15 anos³⁰⁶, do distrito secundário era de, aproximadamente, 21% (1.604 pessoas). Por sua vez, no distrito-sede, a proporção de livres analfabetos, com mais de 15 anos, era de 40% sobre o total da população livre, correspondendo a 3.998 pessoas.

Tabela 3.6: População livre analfabeta, maior de 15 anos
Município de Campinas, por paróquias (distritos)
1872

Paróquias (distritos)	População Livre Analfabeta			População Livre Total	Pop Livre Analfab/ Livre Total (%)
	Homens	Mulheres	Total		
N.S. da Conceição	2.156	1.842	3.998	9.942	40,2
N.S. do Carmo e Santa Cruz	688 (1)	916	1.604	7.770	20,6
Total do Município	2.844	2.758	5.602	17.712	31,6

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. *Apud* BASSANEZI, 1998

(1) Devido à incongruência, neste caso, só foi subtraída do total de analfabetos, a população de 0 a 5 anos.

Comparando os dados das tabelas 3.5 e 3.6, observa-se que o total da população analfabeta livre, nos dois distritos, aproxima-se do total de lavradores, podendo nos levar a concluir pela correspondência entre esses dois dados.

³⁰⁶ Para se obter um valor mais próximo do tamanho da população livre e analfabeta, em idade adulta, tomou-se o total de analfabetos livres e subtraiu-se a população infantil (0 a 5 anos) e a população de 6 a 15 anos, que freqüentavam escola. Esse cálculo somente apresentou incongruência para a população masculina do distrito do Carmo e Santa Cruz, resultando um valor negativo. Como não foi possível identificar as razões dessa incongruência a partir dos dados do recenseamento de 1872, no caso dos homens do distrito secundário, só foi subtraída da população analfabeta, as crianças de 0 a 5 anos.

Porém, nada nos permitiria optar por esta conclusão, uma vez que não se tem, para 1872, dados para profissões, classificadas de acordo com a alfabetização.

Apesar disso, pode-se considerar que os analfabetos estariam distribuídos entre aquelas profissões, cujo desempenho não exija, necessariamente, o domínio da escrita e da leitura, como pode ser o caso das atividades da lavoura, serviços domésticos e atividades mais simples no comércio, serviços e indústria.

O ponto no qual se quer chegar é o de destacar que a circunscrição de cada distrito incluía um centro urbano e adjacências e os povoados, compostos por bairros rurais e onde, possivelmente, ao longo do período 1870-1896, desenvolveram-se pequenos núcleos urbanos³⁰⁷.

Diante disso, argumenta-se que uma maior proporção da população desempenhando atividades urbanas, com maior poder aquisitivo e alfabetizada residiam nas áreas correspondentes ao centro urbano e adjacências dos distritos, sendo possível encontrar, em número reduzido, esses segmentos da população residindo nos povoados.

Assim, considerando-se a participação política³⁰⁸ como uma “função social”³⁰⁹, relacionada ao status econômico e social (renda e alfabetização), argumenta-se que o poder político correspondente ao distrito secundário se referia à população que se localizava no centro urbano ou nas suas adjacências, sendo que os povoados distantes não participariam da mesma forma desse poder.

Embora as estradas de ferro tenham alcançado alguns povoados no espaço campineiro, no primeiro quinquênio de 1870³¹⁰, e, conseqüentemente, estimulados a formação e desenvolvimento de núcleos urbanos no entorno das estações ferroviárias, com estabelecimento de oficinas, serviços e comércio, esses núcleos não foram elevados à categoria de distrito até o final do século XIX e início do século XX.

³⁰⁷ Baseado no estudo historiográfico de Toledo (1995).

³⁰⁸ Expressa pelo direito de voto, mas que vai além do seu exercício, referindo-se à capacidade de participar dos debates políticos e fazer reivindicações. Baseado em Carvalho (1996; 1987).

³⁰⁹ Nos termos apontados por Carvalho (1987) em relação às idéias de John Stuart Mill referentes à restrição à participação política do analfabeto, já destacadas anteriormente.

³¹⁰ Em 1872, foi inaugurada a estação da Vila de Valinhos (atual Valinhos); em 1875, a estação de Rebouças (atual Sumaré) e, em 1890, a linha de ferro Funilense, ligando Campinas ao Bairro do Funil (atual Cosmópolis). Baseado em Lapa (1995) e Toledo (1995).

Argumenta-se que essa relativa demora em se conferir um novo status político-institucional a esses povoados vai, posteriormente, marcar o papel desempenhado por esses núcleos e sua participação política no espaço campineiro, principalmente, tomando-se seu caráter de “regiões tributárias” da *hinterlândia* campineira, tanto na sua dimensão econômica, como política.

Com isso, de acordo com o argumento deste estudo, afirma-se que o tipo de diferenciação político-territorial assumido por Campinas, entre 1870 e 1896, caracterizado por um nível equilibrado de poder político entre distrito-sede e distrito secundário³¹¹, está relacionado com o contexto e com as motivações que levaram à criação deste distrito.

Nesse sentido, destaca-se que, em 1870, foi criado o distrito de N.S. do Carmo e Santa Cruz, exatamente no momento em que Campinas começou a ostentar o epíteto de “capital agrícola” da província, passou a assistir a uma inversão maior de investimentos nos serviços públicos e melhoramentos urbanos³¹².

Paralelo a isso, se pressupõe uma certa melhoria no poder aquisitivo de alguns grupos sociais, sendo que parte da população influente do município passou a residir nas áreas que correspondem aos bairros que passaram a compor o distrito secundário recém-criado³¹³.

Com isso, argumenta-se que os fatores que motivaram a criação do distrito secundário do Carmo e Santa Cruz estariam relacionados com a busca de maior poder político, no contexto municipal, pela população mais influente e de maior poder aquisitivo que já residia nesta região, no final da década de 1860. Pelas características dessa população, se poderia apontar para a existência de uma certa identidade política desta população com a do distrito-sede.

Assim, argumenta-se a criação deste distrito secundário teria ocorrido, possivelmente, mais em função da existência de uma maior comunidade de

³¹¹ Em torno dos quais gravitavam povoados sem autonomia política, mas que desempenhavam papel importante na geração de riqueza, presente nos distritos, pois eram os núcleos existentes próximos às fazendas de café.

³¹² Baseado em Lapa (1995), Semeghini (1991), Baeninger (1996).

³¹³ Baseado em Lapa (1995).

interesses entre os grupos sociais dominantes dos dois distritos, do que em função de conflitos de interesses.

Com isso, não se quer afirmar que não houvesse conflito de interesses entre os grupos sociais dominantes. Esse conflito existia³¹⁴. Porém, o que se sustenta, aqui, é que, devido ao contexto socioeconômico e político no qual surgiu o distrito do Carmo e Santa Cruz, sua criação poderia estar diretamente relacionada com a busca por uma ampliação do espaço da formação e participação política para atender a uma parcela da população que passou a deter poder aquisitivo maior e que, portanto, demandava uma maior participação política.

Isso explicaria também o fato dos citados povoados não terem sido elevados à categoria de distrito, embora o contexto sócio-econômico, entre 1870 e 1896, parecesse favorável a isso. Ou seja, os povoados não constituíam, para parcelas significativas do grupo dominante, o *lócus* privilegiado para sua residência e inversão de seus capitais em serviços urbanos. Sua população, provavelmente, correspondia a um reduzido poder político, expresso em termos de renda e alfabetização, e as poucas pessoas, com maior poder político, deveriam deslocar-se para um dos dois distritos para definição e desempenho de seu papel político.

A ausência de uma identidade social e econômica entre o distrito-sede e os povoados, da forma como se processava a identidade entre o distrito-sede e o distrito do Carmo e Santa Cruz, aliada a ausência de uma pressão extra-municipal, proveniente das relações intergovernamentais, poderia ter contribuído para a não decisão de constituição desses povoados em novos espaços de

³¹⁴ Estudos sobre Campinas destacam as várias frações do grupo social dominante e os diferentes interesses pertencentes a essas frações. Porém destacam também que essas diferentes frações do grupo dominante uniam forças na defesa de interesses específicos. Nesse sentido, enquanto o estudo de Gabriel (1995) destaca que diferentes fazendeiros de Campinas defendiam posições diferentes quanto à forma de emprego da mão-de-obra imigrante nas suas fazendas, o estudo de Lima (1986) enfatiza que os fazendeiros paulistas, especialmente os campineiros, concordavam quanto aos principais obstáculos à expansão da cafeicultura (transporte, mão-de-obra e crédito) e a forma de resolvê-los. Em Lapa (1995), o conflito entre as diferentes frações do grupo dominante é destacado através da referência à ideologia política deles: o autor enfatiza a atuação dos políticos republicanos no município e a existência dos fazendeiros monarquistas.

definição e participação políticas, através da sua transformações em distritos, num processo de diferenciações político-territoriais intra-municipais.

Isso reflete o conservadorismo próprio da sociedade brasileira, pouco aberta para a expansão da participação política a setores mais populares da sociedade, como ilustraram a própria Constituição de 1824, que estabeleceu o voto censitário, e as reformas eleitorais implementadas em 1881, que recrudesceram os requisitos para o exercício da participação política.

Reflete também o conservadorismo peculiar da sociedade campineira que, ao não transformar os povoados em distritos, naquele momento, evitou que se formassem, no seu território, precocemente, novos espaços de debate e participação política, distribuindo com isso, também precocemente, o poder político pelos diferentes pontos do espaço campineiro.

Esse aspecto pareceria contraditório quando se considera que, a partir de 1870³¹⁵, Campinas configurou-se, juntamente com Piracicaba, num dos grandes centros do republicanismo da província de São Paulo³¹⁶, e que, entre os pontos fundamentais do Manifesto Republicano, inspirado no pensamento liberal clássico, estavam a “verdade democrática, representação, direitos e liberdades individuais” (CARVALHO, 1996, p.188).

Porém, a partir do estudo de Carvalho (1996), destaca-se que os republicanos de São Paulo e os do Rio de Janeiro representavam interesses totalmente distintos. Assim, enquanto os representantes da capital “refletiam as preocupações de intelectuais e profissionais liberais urbanos, os paulistas refletiam preocupações de setores cafeicultores de sua província”. (CARVALHO, 1996, p.189).

Comparando os republicanos paulistas e os da capital federal, o autor acrescenta ainda que

³¹⁵ Em 1869, foi fundado em Campinas o jornal “Gazeta de Campinas”, o principal veículo de propaganda republicana no município, no qual trabalharam jornalistas importantes como Campos Sales, Francisco Glicério, Américo Brasiliense, os quais, posteriormente, desempenhariam papéis de destaque na política estadual e nacional. Em 1870, foi publicado, no Rio de Janeiro, o Manifesto Republicano, o qual recebeu adesão de políticos, profissionais liberais e fazendeiros de Campinas; nesse ano, foi fundado também o Partido Republicano. Em 1873, foi fundado o Partido Republicano Paulista. Baseado em Lima (1986) e Carvalho (1996).

³¹⁶ Além de Lima (1986), Magalhães (1992) e Bilac (2001) abordam o fato de Campinas constituir-se num dos centros de propagação republicana em São Paulo.

A principal preocupação dos paulistas não era o governo representativo ou direitos individuais, mas simplesmente a federação, isto é, a autonomia estadual. Eles pediam o que fora a prática do liberalismo no século XVII na Inglaterra, isto é, não a ausência do governo mas o governo a serviço dos seus interesses. E isto seria melhor conseguido mediante o fortalecimento e o controle pleno do governo estadual. (CARVALHO, 1996, p.189)

Considerando que, entre 1870 e 1889, a política local em Campinas tenha contado com a atuação marcante de representantes republicanos, seja nos órgãos de governo, seja nos órgãos de imprensa, e à luz da variante paulista do republicanismo vigente no Império, na qual a principal preocupação era com o fortalecimento da autonomia estadual, e não com a expansão de liberdades e direitos individuais, ter-se-iam as razões pelas quais o governo local, situado no distrito-sede, não tomou a decisão pela elevação dos então povoados à categoria de distritos.

Nesse sentido, argumenta-se que, para o grupo dominante local, cujos interesses vinculavam-se, diretamente ou indiretamente, à economia cafeeira, fez-se necessária a manutenção de uma certa coesão territorial³¹⁷ que, para tal, pressupunha um certo nível de coesão política interna.

Assim, não elevar à categoria de distrito os povoados que não possuíam uma forte identidade política e social com o distrito-sede, os quais já compunham a *hinterlândia* campineira, no momento de auge da economia cafeeira no município, poderia estar relacionado com a intenção de não favorecer possíveis interesses conflituosos em relação, tanto à intensificação da cafeicultura como à própria estrutura fundiária do município.

Pois, a partir do processo de diferenciação político-territorial, novos espaços de participação política passariam a existir, nos quais, possivelmente, novos interesses tomariam força, podendo se contrapor, até, aos interesses até então vigentes no distrito-sede. No limite, esse possível conflito de interesses poderia

³¹⁷ A idéia de que Campinas, durante o Império e além dele, apresentou uma certa “coesão territorial” complementa essa discussão do processo de diferenciação político-territorial no município. Ela será retomada e desenvolvida adiante.

levar ao extremo do desmembramento municipal, como possível reflexo da forma divergente de conceber a política de terras e a forma de ocupação do território.

Porém, a partir de 1886, mudanças de ordem econômica, social e política, intra e extra-municipal, começaram a gestar as condições que viriam a contribuir, a partir de 1896, para uma nova diferenciação político-territorial em Campinas. Argumenta-se, desde já, que o tipo assumido, nesse momento, pelo município, é o que vai, mais fortemente, caracterizar e influenciar os processos posteriores de reorganização político-territorial e populacional no espaço campineiro.

Assim, destaca-se que, a partir de 1886 até o final do século XIX, segundo Semeghini (1991), tem-se o segundo surto expansivo da cafeicultura no território paulista³¹⁸, totalmente baseado no trabalho livre, marcando a plena emergência do complexo cafeeiro paulista³¹⁹.

Trata-se também do segundo momento de diversificação do ciclo cafeeiro, durante o qual Campinas perde a primazia da produção cafeeira no estado e a partir do qual ampliaram-se os setores de comércio e serviços e a rede de serviços públicos em Campinas, que intensificou seu papel de centro ferroviário do estado de São Paulo³²⁰.

Por sua vez, de acordo com Baeninger (1996), entre 1887 e 1900, entraram em Campinas mais 8.087 imigrantes, correspondendo a 76% do total de imigrantes vindos para o município entre 1882 e 1900, dos quais 75% eram de origem italiana³²¹.

Em termos qualitativos, segundo Gabriel (1995), tratou-se do período da “grande imigração”, durante o qual, em função da atuação da Sociedade Promotora da Imigração, fundada em São Paulo, em 1886, aportaram em

³¹⁸ Autor destaca a grande produtividade cafeeira registrada nas regiões de Rio Claro, Limeira, Araras, Piracicaba e Descalvado. Destaca ainda que os grandes produtores da época atingiram, após 1886, as regiões de Araraquara e Ribeirão Preto. Outros produtores importantes eram Jaú-Brotas, São Manuel e Botucatu. (SEMEGHINI, 1991, p.57-58).

³¹⁹ Semeghini (1991) desenvolve mais detidamente a formação do complexo cafeeiro paulista.

³²⁰ Alguns desses aspectos foram abordados no terceiro capítulo. Baseado em Semeghini (1991) e Lapa (1995).

³²¹ Ver tabela 2.3, no segundo capítulo.

Campinas, grande quantidade de “italianos pobres”, vindos para cá através da imigração subsidiada, para servir de mão-de-obra nas lavouras de café³²².

Essa imigração, segundo a historiadora, representou um marco de mudanças nas relações da sociedade local com os imigrantes e nas feições do urbano campineiro, pois um novo elemento passou a caracterizar as relações sociais no município, ou seja, a violência³²³. (Gabriel, 1995).

A violência, por sua vez, não foi privilégio do município de Campinas, nesse período, principalmente após a proclamação da República. Segundo Carvalho (1987), o novo regime traria consigo a promessa de colocar o povo no centro da atividade política³²⁴, despertando, entre os excluídos do sistema anterior, um certo entusiasmo quanto às novas possibilidades de participação³²⁵.

Porém, à medida que o novo regime político se implantava, essa expectativa em relação à República foi sendo sistematicamente frustrada. Por um lado, a manutenção da alfabetização como quesito para o direito de voto limitou a participação política, mantendo em níveis baixíssimos o número de eleitores³²⁶. (Carvalho, 1987).

Por outro lado, o regime republicano coibiu as tentativas de organização das camadas populares, principalmente o proletariado, e intensificou a ação preventiva do poder público contra pobres, negros e grupos marginais, atuando,

³²² Aspecto abordado no segundo capítulo.

³²³ Isso não quer dizer que a violência não fosse significativa anteriormente, pois ela era intrínseca à própria escravidão. Além disso, não se pode desconsiderar os conflitos ocorridos entre sesmeiros, posseiros, autoridades, em decorrência da posse da terra, antes de 1850. Assim, a novidade em relação à violência, a partir da década de 1890, refere-se ao seu caráter urbano e a sua diversidade social.

³²⁴ Carvalho (1987), em seu estudo, refere-se à cidade do Rio de Janeiro, mas alguns acontecimentos referentes aos primeiros anos da República encontraram seus similares em outras cidades, embora com tonalidades distintas, como São Paulo e Campinas. Entre esses acontecimentos, destacam-se as tentativas de organização do operariado, a reação discriminatória contra os estrangeiros, maior prevenção do poder público contra pobres e negros, o agravamento das condições de vida das classes populares, epidemias de doenças.

³²⁵ CARVALHO, 1987, p.11-12. Nesse sentido, vale destacar as tentativas de organização de partidos operários, logo nos primeiros anos da República, que ocorreram em algumas cidades, como o Rio de Janeiro (Carvalho, 1987), São Paulo (Kowarick & Ant, 1982; Fausto, 2000) e Campinas (Lapa, 1995).

³²⁶ No segundo capítulo, foram apresentados dados referentes ao número de eleitores no país no Império e República.

principalmente, contra comportamento, modos de vida e habitação das camadas populares³²⁷.

No caso de Campinas, esse maior controle exercido pelo poder público refletia-se nas medidas mais rígidas tomadas em relação às habitações coletivas e seus habitantes. Segundo Lapa (1995), durante a década de 1890, houve uma multiplicação de cortiços na região central da cidade³²⁸, habitados, basicamente, pelo operariado que então se formava (LAPA, 1995, p.60).

Complementando esse quadro, Carvalho (1991) destaca a situação precária da população pobre que ocupava essa região da cidade, ressaltando os baixos salários, a miséria e os riscos de saúde aos quais estavam cotidianamente submetidos, constituindo-se nas principais vítimas da epidemia de febre amarela, ocorridas em Campinas, entre 1889 e 1897³²⁹. Nesse sentido, o autor destaca que

Os surtos epidêmicos colocaram a nu as precaríssimas condições de sobrevivência da maioria dos homens livres habitantes da cidade. Os jornais dessa última década do século passado davam grande destaque ao problema das condições de vida nos cortiços: “os quartos de cortiço, além de caros, constituíam-se em focos de epidemias, uma vez que, onde se devia admitir mais de 3 pessoas, eram colocadas 20 ou 30 por noite. (CARVALHO, 1991, p.48)

O autor complementa afirmando que

Os cortiços em Campinas proliferaram nesse final de século, ocupando construções baratas, construídas com a finalidade de abrigar a população mais pobre. Essas construções ocupavam terrenos de localização central ou próxima ao centro. Eram casebres de construção enfileirada num mesmo terreno, possuindo áreas comuns (banheiros, tanques de lavar roupa, vielas, etc.) próprias das

³²⁷ Autores destacam a maior preocupação com moralidade e higiene em relação às camadas populares, presente nos códigos de posturas e códigos sanitários do período. (Carvalho, 1987; Lapa, 1995).

³²⁸ Destaca-se que, no final do século XIX, a proliferação de cortiços na região central da cidade foi um fenômeno característico de centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, que contavam com uma significativa população urbana, desempenhando atividades nos setores de comércio, serviços e indústria. Baseado em Carvalho (1987), Kowarick & Ant (1982) e Lapa (1995).

³²⁹ No mesmo período, a cidade São Paulo também sofreu epidemias de febre amarela, tendo como maiores vítimas, as populações pobres que viviam precariamente no centro da cidade. O Rio de Janeiro também apresentou uma série de epidemias no mesmo período. Baseado em Kowarick & Ant (1982) e Carvalho (1987).

habitações coletivas. Existiam, também, os cortiços que ocupavam casarões antigos. (CARVALHO, 1991, p.48)

Depreende-se disso que, como já foi destacado anteriormente, a produção do urbano campineiro, com seus melhoramentos urbanos e implantação de serviços públicos, fez-se, nesse momento, tendo em vista o conforto das classes abastadas e o funcionamento da economia cafeeira. Nesse contexto, os pobres ocupavam os espaços preteridos pelos outros grupos sociais³³⁰.

Por sua vez, Gabriel (1995) salienta que os novos problemas sociais que Campinas passou a vivenciar, no final do século XIX, foram consequência da própria política imigratória, colocada em prática a partir de 1886³³¹.

A partir desta política, como já foi destacado, Campinas passou a receber grandes levas de imigrantes pobres, principalmente italianos, para trabalharem nas fazendas de café. Porém, de acordo com Gabriel (1995), logo após uma temporada de trabalho nas lavouras, parcela significativa de imigrantes passou a dirigir-se para a cidade, atraída pela vida urbana. Com isso, a cidade vivenciou o que a autora chamou de “inchaço” urbano, caracterizado pelo grande fluxo de pessoas para a cidade que ocupavam, principalmente, as suas regiões pobres, marcadas pelo grande número de cortiços (GABRIEL, 1995, p.151).

Segunda a autora, a violência que, neste período, passou a caracterizar as relações sociais tinha seu foco nos italianos da “grande imigração” e manifestava-se em dois contextos: primeiramente, na relação desses imigrantes com as demais frações das camadas populares, principalmente com os negros, na competição pelo mercado de trabalho urbano e pela moradia³³². Em segundo lugar, na sua relação com os segmentos superiores da sociedade local.

Aos olhos do grupo dominante local, em função da forma como se urbanizaram, os italianos da “grande imigração”, passaram a ser identificados com

³³⁰ Baseado em Lapa (1995) e Carvalho (1991).

³³¹ No segundo capítulo, foram apresentadas, com maiores detalhes, as mudanças ocorridas na política de imigração, a partir de 1886, com a criação da Sociedade Promotora da Imigração, em São Paulo.

³³² Gabriel (1995) destaca que a competição entre imigrantes e negros não se dava somente na cidade, mas também no campo, onde disputavam o trabalho nas lavouras. (GABRIEL, 1995, p.148)

a pobreza urbana e responsabilizados pelas epidemias de doenças, e, devido a isso, tornaram-se alvo de campanha nacionalista na cidade, passando a sofrer várias formas de discriminação³³³. A essas situações de conflito, a reação por parte dos italianos foi marcada pela tensão e pela violência. (Gabriel, 1995)

Com isso, pretende-se ressaltar que, a partir de 1886, a sociedade campineira passou por importantes mudanças, as quais, por um lado, levaram a uma alteração na sua estrutura social, em função de novos protagonistas no cenário urbano, principalmente adensando as camadas populares, como o proletariado, os imigrantes e os ex-escravos³³⁴.

Por outro lado, o próprio crescimento das camadas populares no meio urbano e as precárias condições de vida e habitabilidade a que estavam submetidas, levaram Campinas a vivenciar a sua primeira crise urbana³³⁵, decorrente das sucessivas epidemias de febre amarela, que contribuíram para um decréscimo populacional no período³³⁶ e para um recrudescimento do controle do poder público sobre o espaço urbano campineiro, especialmente sobre as parcelas pobres da população, que ocupavam as habitações precárias na região central da cidade³³⁷.

³³³ Carvalho (1987) destaca que, entre o governo de Floriano Peixoto (1891-1893) e 1898, perdurou, na cidade do Rio de Janeiro, o movimento jacobino, que se tratou de uma reação, caracterizada por grande ira e perseguição, contra os imigrantes, principalmente portugueses, surgida em decorrência do agravamento do custo de vida, a ampliação da oferta de mão-de-obra e a luta pelos escassos empregos disponíveis. Embora na literatura levantada não se denomine como movimento “jacobino” a discriminação em relação aos imigrantes em Campinas, é possível considerar que se trata de uma variante do mesmo processo identificado na capital federal.

³³⁴ Baseado em Lapa (1995), Gabriel (1995) e Carvalho (1991).

³³⁵ Carvalho (1991) destaca, no seu estudo sobre habitação popular em Campinas, a ocorrência de duas crises urbanas no município: a primeira, entre 1889 e 1897, estaria relacionada com os surtos epidêmicos de febre amarela; e a segunda, entre 1930 e 1945, estaria relacionada com a superação da organização territorial urbana, produzida pela economia cafeeira e marcaria o início da periferização da cidade e de renovação urbana. (CARVALHO, 1991, 5-6; 38)

³³⁶ Lapa (1995) destaca que esse decréscimo populacional, registrado no período, não decorre tanto da mortalidade por febre amarela, mas sim do fato de parcelas significativas da população terem deixado a cidade ou então deixado de vir para Campinas.

³³⁷ Lapa (1995) destaca que, na recuperação de Campinas, principalmente a partir de 1896, o Estado apareceu como novo parceiro na intervenção urbana do município, elaborando políticas públicas voltadas para saúde, saneamento e investimento pesado para recuperação da cidade. O historiador destaca o projeto de 1896, de Saturnino Brito (chefe do distrito de Campinas da Comissão Sanitária do Estado), cujo objetivo era a retificação, drenagem e canalização da rede hídrica de Campinas. (LAPA, 1995, p.262-266). Ainda com relação a esse ponto, Carvalho (1991) destaca que o empenho do poder público nessa primeira crise urbana visava restaurar a cidade de

No período entre 1886 e 1900, os únicos dados censitários disponíveis para Campinas, desagregados por distritos, são os do recenseamento de 1890. Para 1886, os poucos dados existentes estão organizados para o total do município, a partir dos quais torna-se difícil uma comparação com os dados de 1872³³⁸, apresentados anteriormente.

Assim, considerando-se os três anos, tem-se, na tabela 3.7, a evolução do crescimento da população total entre 1872 e 1890:

Tabela 3.7: População total e taxa de crescimento populacional (%a.a.)

Municípios selecionados – Estado de São Paulo

1872-1890

Municípios	Pop. 1872	Pop. 1886	Pop. 1890	Taxa 1872-1886	Taxa 1886-1890	Taxa 1872-1890
Campinas	31.397	41.253	33.921	1,97	-4,77	0,43
Jundiaí	7.805	10.254	12.051	1,97	4,12	2,44
Mogi-Mirim (*)	21.468	14.935	15.075	-2,56	0,23	-1,94
Piracicaba (*)	18.980	22.150	25.275	1,11	3,35	1,60
São Paulo (*)	31.385	51.060	64.934	3,54	6,19	4,12
Estado de São Paulo	837.354	1.209.425	1.384.753	2,66	3,44	2,83

Fonte: Directoria Geral de Estatística - Recenseamento de 1890. *Apud* Bassanezzi, 1998.

(*) Municípios que passaram por desmembramento municipal no período.

Primeiramente, destaca-se que, em 1872, Campinas era o município com maior população na província de São Paulo, com quase 31.400 habitantes, ficando pouco acima da cidade de São Paulo que, na época, possuía uma população de 31.385 habitantes. Em 1886, São Paulo, com cerca de 51.000 habitantes, ultrapassou Campinas, que passou a ser o segundo maior município paulista e registrou, nesse ano, uma população de 41.253 habitantes. Os dois municípios mantiveram a mesma posição, em 1890, apresentando São Paulo uma população de 64.934 habitantes, e Campinas, uma população de 33.921 habitantes.

Campinas para a economia cafeeira, não havendo maior preocupação com as condições de vida urbana das classes populares. (CARVALHO, 1991, p.57)

³³⁸ Os dados disponíveis para Campinas, no recenseamento de 1886, referem-se a população, número de nascimentos, óbitos e nupcialidade e, ainda, dados referentes à população escrava. Todos esses dados estão agregados para o total do município. Não há informações, para Campinas, sobre população por faixas etárias, instrução, profissão e nacionalidade.

Comparando as taxas de crescimento populacional, entre 1872 e 1890, de Campinas e municípios selecionados, observa-se que somente o município de São Paulo (4,12%a.a.) cresceu acima da taxa de crescimento do estado de São Paulo (2,83%a.a.). A taxa de crescimento dos demais ficou abaixo do crescimento estadual, sendo que as maiores taxas, entre eles, foram de Jundiaí (2,44%a.a.) e Piracicaba (1,60%a.a.). As mais baixas foram registradas em Campinas (0,43%a.a.) e Mogi-Mirim (-1,94%a.a.), que apresentou crescimento negativo em função dos desmembramentos municipais ocorridos no período.

Considerando-se somente o município de Campinas, tem-se um contraste entre os dois momentos que compõem o período. O primeiro momento, entre 1872 e 1886, representou a fase com maior dinamismo populacional, tendo a população de Campinas crescido a uma taxa de 1,97%a.a. No momento seguinte, entre 1886 e 1890, observa-se o impacto das epidemias de febre amarela no município, apresentando Campinas um crescimento populacional negativo (-4,77%a.a.), ocasionando a redução de sua população de 41.253 para 33.921 habitantes.

Complementando esse quadro, tem-se que, em 1886, Campinas continuou detendo a maior população escrava do estado de São Paulo, que compreendia 9.986 indivíduos³³⁹, equivalendo a 9,33% dos escravos do estado³⁴⁰.

A partir dos dados de 1890, embora não haja algumas informações constantes no recenseamento de 1872³⁴¹, é possível verificar algumas mudanças ocorridas no perfil da população dos dois distritos de Campinas. Nesse sentido, os dados da tabela 3.8 ilustram a distribuição da população campineira entre os dois distritos, em 1872 e 1890:

³³⁹ Em 1872, Campinas possuía um total de 13.685 escravos.

³⁴⁰ A segunda maior população escrava do estado de São Paulo, em 1886, era a de Bananal, com 4.182 escravos, equivalendo a 3,91% da escravaria do estado. Fonte de dados: Recenseamento de 1890 *apud* Bassanezi, 1998.

³⁴¹ Não há dados de população, segundo grupos etários e sexo, e de população, segundo profissões.

Tabela 3.8: População total, participação da população e taxa de crescimento (%a.a.)
Município de Campinas por paróquias (distritos)
1872-1890

Paróquias (distritos)	1872		1890		Taxa cresc. (%a.a.) 1872-1890
	Total	Pop. Paróquia/ Município (%)	Total	Pop. Paróquia/ Município (%)	
N. S. da Conceição	16.647	53,0	20.390	60,1	1,13
N. S. do Carmo e Santa Cruz	14.750	47,0	13.531	39,9	-0,48
Total do Município	31.397	100,0	33.921	100,0	0,43

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872; Directoria Geral de Estatística - Recenseamento de 1890. *Apud* BASSANEZI, 1998

Conforme os dados da tabela 3.8, observa-se uma alteração significativa na distribuição da população campineira entre os dois distritos existentes. Enquanto em 1872, o distrito-sede concentrava 53% da população, com 16.647 habitantes, e distrito secundário, com 47% da população e 14.750 habitantes, em 1890, o distrito-sede passou a concentrar 60% da população campineira, correspondendo a 20.390 habitantes e o distrito secundário, 40% da população e 13.531 habitantes.

Por sua vez, a taxa de crescimento populacional do município que, entre 1872 e 1890, foi de 0,43% ao ano, ela foi maior no distrito-sede, que cresceu a uma taxa de 1,13% ao ano, sendo que o distrito secundário apresentou um crescimento negativo de 0,48% ao ano. Isso poderia indicar que a perda populacional do município, entre 1886 e 1890, em função das epidemias foi mais proeminente no distrito secundário que no distrito-sede.

Melhor dizendo, a população que teria tido maiores condições de se mudar do município em função das epidemias foi, provavelmente, a que residia no distrito do Carmo e Santa Cruz, principalmente no seu centro urbano. Essa hipótese corresponde com o conhecimento sobre o perfil da população residente neste

distrito, na década de 1870, a partir tanto de estudo histórico como dos dados do censo demográfico de 1872, que apontam para um grupo social mais alfabetizado e exercendo profissões de maior rentabilidade, ou seja, população com maiores condições materiais de transferir-se da cidade.

Os dados sobre instrução da população total do município, para o ano de 1890, complementam esse quadro:

Tabela 3.9: População alfabetizada, por sexo
Município de Campinas, por distritos
1890

Distritos	Homens	Mulheres	População alfabetizada	% Pop distrito/ município	População Total	Pop Alfab/ Pop Total (%)
N.S. Conceição	2.731	1.813	4.544	94,0	20.390	22,3
N.S. Carmo e Santa Cruz	184	105	289	6,0	13.531	2,1
Total do Município	2.915	1.918	4.833	100,0	33.921	14,2

Fonte: Directoria Geral de Estatística - Recenseamento de 1890. *Apud* BASSANEZI, 1998

Comparando esses dados com os do período anterior³⁴², observa-se que a população alfabetizada do distrito da Conceição que, em 1872, correspondia a 37% do total do município, equivalendo a 2.055 indivíduos, em 1890, concentrava 94% desse total, correspondendo a 4.544 indivíduos. Por sua vez, o distrito secundário que, em 1872, concentrava 3.537 indivíduos alfabetizados (64%), em 1890, possuía apenas 289 pessoas alfabetizadas, correspondendo a 6% do total da população alfabetizada de Campinas.

Além disso, em 1890, o peso da população alfabetizada sobre a população total, no distrito-sede, era de 22,3%, enquanto no distrito secundário, esse peso era de 2,1%. Em 1872, esses valores eram 12,3% e 24%, respectivamente. Essa redução do peso da população alfabetizada no distrito do Carmo e Santa Cruz, em termos absolutos e relativos, estaria relacionada com a emigração do município em função das epidemias no período, indicando que a maioria desses emigrantes

³⁴² Ver tabela 3.3.

era composta por população alfabetizada e, provavelmente, residente no centro urbano do distrito.

Considerando-se que, na República, a alfabetização continuou sendo requisito para o exercício do voto e que, por isso, ela poderia continuar sendo considerada um indicador do poder político das diferentes espacialidades intra-municipais, tomou-se a população masculina alfabetizada, em 1890, dos dois distritos de Campinas para se avaliar as mudanças ocorridas em relação a 1872.

Tabela 3.10: População alfabetizada, por sexo
Município de Campinas, por distritos
1890

Distritos	Homens	%	Mulheres	%	População alfabetiz.	População Total	Pop Masc alfab/ Pop Alfab (%)	Pop Masc/ Pop Total (%)
N.S. da Conceição	2.731	93,7	1.813	94,5	4.544	20.390	60,1	13,4
N.S. do Carmo e Sta Cruz	184	6,3	105	5,5	289	13.531	63,7	1,4
Total do Município	2.915	100,0	1.918	100,0	4.833	33.921	60,3	8,6

Fonte: Directoria Geral de Estatística - Recenseamento de 1890. *Apud* BASSANEZI, 1998

Focando apenas sobre a população alfabetizada do distrito do Carmo e Santa Cruz, tem-se que, enquanto em 1872, ele concentrava 67% da população masculina (2.492 homens) e 56% da população feminina (1.045 mulheres)³⁴³, essa concentração reduziu drasticamente, em 1890, passando para 6,3% da população masculina (184 homens) e 5,5% da feminina (105 mulheres).

Por outro lado, embora em termos absolutos, a população masculina alfabetizada tenha se reduzido entre, 1872 e 1890, no distrito secundário, o seu peso sobre a total da população alfabetizada ficou em torno de 64%, em 1890, superior ao peso registrado no distrito-sede³⁴⁴. Porém, o seu peso sobre o total da população do distrito passou de 17%, em 1872, para 1,4%, em 1890.

³⁴³ Ver tabela 3.4.

³⁴⁴ Em 1872, o peso da população masculina alfabetizada sobre o total da população alfabetizada era de 70,5% no distrito do Carmo e Santa Cruz, e de 60,5% no distrito-sede. Ver tabela 3.4.

A partir desses números, poderia se argumentar que, entre 1872 e 1890, o distrito secundário perdeu poder político no contexto intra-municipal uma vez que seu potencial de eleitores sofreu grande diminuição, em termos absolutos e relativos, ficando bem abaixo do potencial de eleitores do distrito-sede.

Porém, não é o que se sustenta, pois apesar dessa incontestável redução, a população masculina alfabetizada representava 64% do total da população alfabetizada do distrito, mantendo-se acima do peso dessa população no distrito-sede, indicando a importância política desse distrito, apesar da redução numérica do potencial de eleitores³⁴⁵.

Quando se consideram os acontecimentos em curso no município de Campinas, ao longo da década de 1890, tem-se que, em decorrência das sucessivas epidemias de febre amarela, iniciadas em 1889, o espaço urbano do município foi alvo de intensa intervenção do poder público, das três esferas de governo, para sua recuperação, através de políticas públicas voltadas para as áreas de saneamento básico, higiene e saúde pública³⁴⁶.

De acordo com estudos sobre Campinas, nesse período, as obras de saneamento básico, que incluíam drenagem de pântanos e brejos, abastecimento de água, canalização de esgotos, arborização de ruas e praças, calçamento de vias públicas, asseio e conservação de ruas, remoção e incineração de lixo e fiscalização de habitações e fábricas, visavam todo espaço urbano da cidade³⁴⁷, que compreendiam as áreas dos dois distritos então existentes no município³⁴⁸.

Assim, tanto o distrito-sede como o distrito secundário foram alvos da ação do poder público e da iniciativa privada, durante a década de 1890. Segundo

³⁴⁵ Deve-se considerar que, no total da população alfabetizada, masculina e feminina, estão incluídos todos os grupos de idade. Os dados do recenseamento de 1890 não permitem desagregar a informação sobre alfabetização por faixas etárias, o que dificulta bastante esse ponto da análise, pois para se conhecer o potencial de eleitores, são necessários os dados de alfabetização para a população masculina maior de 21 anos.

³⁴⁶ Baseado em Lapa (1995) e Carvalho (1991).

³⁴⁷ Posteriormente, na primeira década do século XX, essas ações de saneamento foram estendidas para as áreas rurais, que incluíam povoados e colônias. Baseado em Lapa (1995).

³⁴⁸ Segundo Lapa (1995), essas ações eram as responsabilidades que competiam ao governo municipal no programa sanitário, orquestrado pelo governo estadual, principalmente, a partir de 1896. Por sua vez, o governo estadual era diretamente responsável pelas ações nas áreas de saúde e higiene, como o estabelecimento e funcionamento de hospitais (destacando, paralelamente, as iniciativas particulares no município), pesquisa e distribuição de equipamentos e vacinas (sendo o município o responsável pela aplicação das vacinas na população).

Carvalho (1991), essas ações de recuperação do espaço urbano campineiro foram planejadas e implementadas visando, principalmente, restaurar a cidade para a economia cafeeira e atender aos grupos sociais a ela diretamente vinculada, não havendo uma preocupação maior com as condições de vida de grande parcela da população urbana, que incluía os pobres (CARVALHO, 1991, p.57).

Com isso, tem-se que, nas intervenções e melhorias urbanas, colocadas em prática após as epidemias que atingiram Campinas nas últimas décadas do século XIX, manteve-se a mesma lógica de produção do espaço urbano, vigente, pelo menos, desde 1870, e que, em certa medida, pode-se dizer que contribuíram para a própria crise urbana gerada nesses surtos, sob a qual o espaço foi sendo ordenado e transformado com o objetivo de atender o conforto das classes mais abastadas e o funcionamento da economia cafeeira.

Pretende-se, com isso, argumentar que o distrito secundário do Carmo e Santa Cruz, embora tenha sofrido uma baixa considerável na sua população e, provavelmente, com maior força naquele segmento localizado no centro urbano e seus arredores, não perdeu poder político no contexto intra-municipal.

Sustenta-se esse argumento baseando-se na consideração de que o seu espaço urbanizado foi beneficiado com a intervenção intensiva, juntamente com a do distrito-sede³⁴⁹, da política sanitária do município e do estado de São Paulo, permitindo que, senão os mesmos moradores, ao menos habitantes do mesmo grupo social ou superior voltassem a ocupar e residir nessas áreas, que, de acordo com a lógica da ação do Estado no espaço urbano, expressa por estudos como o de Singer (1982) e o de Vetter & Massena (1982)³⁵⁰, provavelmente, acabaram se valorizando mais após essas ações de recuperação urbana.

³⁴⁹ Vale destacar que o distrito do Carmo e Santa Cruz (posteriormente, somente distrito de Santa Cruz), passou a compor, juntamente com o distrito-sede (da Conceição), o perímetro urbano de Campinas. De acordo com as informações sobre organização municipal, disponibilizados pela Fundação Seade, tem-se que, a partir da década de 1930, o distrito-sede do município de Campinas passou a ser composto por três subdistritos: o da Conceição que, em 1938, tornou-se a 1ª. zona distrital e, em 1944, o 1º. subdistrito de Campinas; o de Santa Cruz que, em 1938, tornou-se a 2ª. zona distrital e, em 1944, o 2º. subdistrito de Campinas; e a Vila Industrial que, em 1938, tornou-se a 3ª. zona distrital e, em 1944, o 3º. subdistrito de Campinas.

³⁵⁰ Esses dois estudos foram abordados no primeiro capítulo, quando foi apresentada a discussão sobre uso e ocupação do solo urbano, entre outras.

Um outro aspecto que aponta para as mudanças na sociedade campineira, entre 1872 e 1890, refere-se à alteração no peso da população estrangeira no município. Os dados da tabela 3.11 contribuem para ilustração essa mudança:

Tabela 3.11: População segundo nacionalidade e sexo
Município de Campinas, por paróquias (distritos)
1872-1890

Paróquias (distritos)	1872			1890		
	Estrangeiros (1)	Total População	Pop. Estrang/ Pop. Total (%)	Estrangeiros	Total População	Pop. Estrang/ Pop. Total (%)
N.S. da Conceição	1.256	16.647	7,5	4.196	20.390	20,6
N.S.do Carmo e Santa Cruz	588	14.750	4,0	2.849	13.531	21,1
Total do Município	1.844	31.397	5,9	7.045	33.921	20,8

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872; Directoria Geral de Estatística - Recenseamento de 1890. *Apud* BASSANEZI, 1998. (1) Não incluem africanos.

De acordo com os dados, observa-se que o peso da população estrangeira no município passou de 5,9%, em 1872³⁵¹, para cerca de 21%, em 1890, refletindo o impacto da política imigratória colocada em prática a partir de 1886.

Tomando-se os dois distritos, individualmente, tem-se como esse processo se apresentou no contexto intra-municipal de Campinas. Nesse sentido, em 1872, no distrito da Conceição cerca de 7,5% da população era constituída de estrangeiros³⁵², enquanto no distrito do Carmo e Santa Cruz, 4% eram estrangeiros³⁵³. Já em 1890, o distrito-sede apresentava mais de 20% de sua população constituída por estrangeiros, e o distrito secundário, cerca de 21% de estrangeiros na sua população.

³⁵¹ As nacionalidades mais representativas em Campinas, em 1872, eram a portuguesa, com 770 indivíduos; a alemã, com 493 indivíduos; a suíça, com 129 indivíduos; e a italiana, com 118 indivíduos. Baseado em Bassanezi (1998).

³⁵² No distrito-sede, destacavam-se os portugueses, com 572 indivíduos; os alemães, com 389 indivíduos; e os suíços, com 97 indivíduos. Baseado em Bassanezi (1998).

³⁵³ No distrito secundário, destacavam-se os portugueses, com 198 indivíduos; os alemães, com 104 indivíduos; e os italianos, com 75 indivíduos. Baseado em Bassanezi (1998).

Considerando os estudos que abordaram a imigração européia, nesse período³⁵⁴, tem-se que a imigração para Campinas teve um aumento significativo a partir de 1886, quando contou com a atuação da Sociedade Promotora da Imigração³⁵⁵, que representou, inclusive, de acordo com os dados levantados por Baeninger (1996), uma mudança no tipo de imigração, com o predomínio da imigração familiar, e de acordo com Gabriel (1995), a vinda de italianos subsidiados para Campinas.

Assim, o maior predomínio da população estrangeira, em 1872, no distrito da Conceição (7,5%), em comparação ao distrito do Carmo (4,0%), poderia estar relacionado com o perfil do imigrante, neste período, que, de acordo com estudos³⁵⁶, era caracterizado pelo imigrante que chegou a Campinas com recursos próprios e se estabeleceu no meio urbano, exercendo atividades nos setores de serviço e comércio.

Por sua vez, o maior predomínio da população estrangeira, em 1890, no distrito do Carmo e Santa Cruz (21,1%), em comparação tanto com o período anterior (4,0%) como com o distrito-sede (20,6%)³⁵⁷, poderia estar relacionado com o predomínio da imigração familiar subsidiada para as lavouras cafeeiras de Campinas.

Os dados da tabela 3.12 ilustram, por sua vez, o crescimento da população brasileira e estrangeira, nos dois distritos de Campinas, entre os anos de 1872 e 1890:

Tabela 3.12: População segundo nacionalidade e sexo
Município de Campinas, por distritos
1872-1890

Distritos	1872			1890		Taxa cresc. (%a.a.) - 1872-1890		
	Brasileiros (1)	Estrangeiros (2)	Pop. Total	Brasileiros Estrang.	Pop. Total	Brasileiros	Estrang.	Pop. Total

³⁵⁴ Trata-se dos estudos de Baeninger (1996), Gabriel (1995) e Lapa (1995).

³⁵⁵ Como já foi destacado anteriormente, neste capítulo e no segundo capítulo, esta Sociedade representou uma mudança em relação à política imigratória utilizada.

³⁵⁶ Trata-se dos estudos de Lapa (1995) e Gabriel (1995).

³⁵⁷ Nota-se que a diferença do peso da população estrangeira nos dois distritos, em 1890, é pequena, porém é mais significativo, no distrito secundário do que no distrito-sede, o peso de italianos, cuja presença é maior nas fazendas de café. Com relação a esse aspecto, ver Gabriel (1995).

N.S. da Conceição	14.706	1.256	16.647	16.194	4.196	20.390	0,54	6,93	1,13
N.S. do Carmo e Santa Cruz	13.520	588	14.750	10.682	2.849	13.531	-1,30	9,16	-0,48
Total do Município	28.226	1.844	31.397	26.876	7.045	33.921	-0,27	7,73	0,43

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872; Directoria Geral de Estatística - Recenseamento de 1890. *Apud* BASSANEZI, 1998

(1) Estão consideradas, conjuntamente, população livre e população escrava. (2) Não incluem africanos.

Considerando o total do município, observa-se que, entre 1872 e 1890, a população total cresceu 0,43% a.a., sendo que a população brasileira apresentou um crescimento negativo de 0,27% a.a., enquanto a estrangeira cresceu 7,73% a.a., corroborando as afirmações anteriores sobre o impacto da política imigratória a partir de 1886.

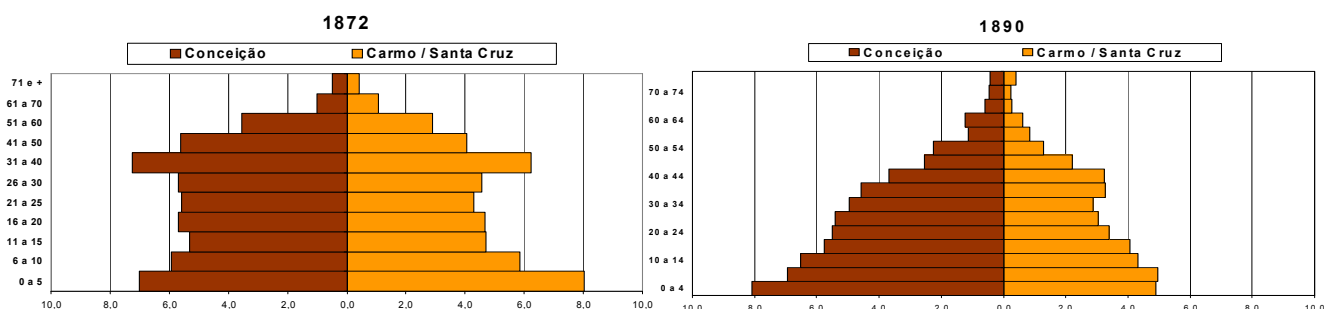
Por sua vez, quando se consideram os distritos, individualmente, observa-se que o crescimento da população estrangeira foi expressivo nos dois distritos, sendo que o distrito do Carmo e Santa Cruz apresentou uma situação interessante: enquanto a população brasileira decresceu 1,3% a.a., entre 1872 e 1890, a população estrangeira cresceu 9,16% a.a., contribuindo para que a população total do distrito apresentasse um crescimento negativo de 0,48% a.a.

Diante disso, pode-se argumentar que esses dados apontam para um movimento contrário e simultâneo, em Campinas, no período considerado, ou seja, enquanto tinha-se uma saída de brasileiros do município, tanto do centro urbano como da área rural, provavelmente, motivados pelas epidemias de febre amarela, por outro lado, era grande o ritmo em que se chegavam os imigrantes para as lavouras de café de Campinas.

Tal movimento, em termos absolutos, pode não ser tão significativo, no total do município, pois os brasileiros passaram de 28.226, em 1872, para 26.876, em 1890, enquanto os estrangeiros que, em 1872, contavam 1.844 pessoas, em 1890, passaram a contar 7.045. Porém, em termos relativos, esse incremento da população estrangeira, simultâneo à diminuição da população brasileira, representou um impacto qualitativo no perfil da sociedade campineira que ora se configurava.

Com o objetivo de se ilustrar as alterações na distribuição etária da população campineira nos distritos de Campinas, entre 1872 e 1890, construiu-se as seguintes pirâmides etárias, segundo os distritos³⁵⁸:

Gráfico 3.2: Pirâmides Etárias por Distritos
Município de Campinas, 1872 e 1890



Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872; Directoria Geral de Estatística - Recenseamento de 1890. *Apud* Bassanezi, 1998

Com base nas pirâmides etárias³⁵⁹, observa-se que, em 1872, excetuando-se a faixa da população infantil, de 0 a 5 anos, e a adulta, entre 31 e 40 anos, os dois distritos de Campinas apresentavam um padrão de distribuição populacional bastante similar, embora diferissem em nível em algumas faixa etárias.

Já em 1890, observa-se uma significativa diferença entre os dois distritos, tanto no padrão da distribuição populacional como de nível, em todas as faixas etárias. Essa pirâmide ilustra o impacto dos processos em curso no município de Campinas, expressos pelo êxodo em função das epidemias de febre amarela e pelo incremento em função da imigração européia, os quais executaram um

³⁵⁸ Optou-se por ilustrar a estrutura etária dessa forma, segundo a população dos dois distritos, ao invés da população por sexo, porque, para o ano de 1890, não há informação de faixas etárias da população por sexo.

³⁵⁹ Nota-se que, em função das diferenças entre os recenseamentos de 1872 e 1890, as faixas etárias a partir das quais se construiu as pirâmides etárias não são as mesmas para os dois períodos: para 1872, as faixas etárias eram quinquêneas, entre a faixa 0-5 e a faixa 26-30, e tornaram-se decenais a partir da 31-40. Para 1890, todas as faixas etárias quinquêneas, iniciando-se em 0-4 anos.

movimento compensatório, no período considerado, ocasionando impacto na estrutura etária da população dos dois distritos.

A exposição desses dados sobre o município de Campinas, referente ao ano de 1890, e dos principais acontecimentos em curso no município, a partir da metade da década de 1880, teve como objetivo apontar as mudanças ocorridas na sociedade campineira no momento que antecedeu uma nova etapa no processo de diferenciação político-territorial do espaço campineiro, em 1896, e que, de certa forma, a condicionaram.

III.2.3 – Diferenciações político-territoriais pós-1896

Assim, tem-se que, em 1896, os então povoados de Sousas e de Valinhos³⁶⁰ foram elevados à categoria de distrito. Na nossa perspectiva, a criação desses novos distritos secundários contribuiu para que o município de Campinas assumisse o tipo 4 da tipologia das diferenciações político-territoriais intra-municipais, apresentadas no início deste capítulo.

Segundo esta tipologia, então, o tipo 4 corresponderia à presença de distrito-sede, distritos secundários e povoados, sendo desigual o nível de poder político entre eles. De acordo com esse novo tipo de diferenciação político-territorial, entre o distrito-sede e esses distritos secundários recém-criados, o nível de poder político seria desigual, sendo maior o poder concentrado no distrito-sede. Por sua vez, permaneceria equilibrado o nível de poder político entre o distrito-sede e o distrito secundário do Carmo e Santa Cruz³⁶¹, pois esse equilíbrio estaria relacionado com o contexto no qual o distrito foi criado.

Diante disso, argumenta-se que, embora se considere que o seu poder político fosse desnivelado em relação ao distrito-sede, os distritos de Sousas e Valinhos surgiram como novas espacialidades de definição e participação política no contexto intra-municipal e, enquanto tais, contribuíram para, de um lado,

³⁶⁰ A partir do histórico do município de Valinhos, destaca-se que, em 1889, em função da epidemia de febre amarela, a sexta secção eleitoral de Campinas foi transferida para Valinhos, pois muitos dos campineiros se transferiram para lá, fugindo da doença. Em 1893, Valinhos torna-se distrito policial e, em 1896, é elevado a distrito de paz. Informações extraídas do site oficial da prefeitura de Valinhos: <<http://www.valinhos.sp.gov.br>>. Acessado em: 07/11/2007.

³⁶¹ Vale lembrar que o distrito do Carmo e Santa Cruz, na década de 1930, passou a fazer parte do distrito-sede de Campinas.

reorganizar novamente a circunscrição territorial do município e, de outro, alterar a dinâmica política e incrementar a tensão entre os diferentes atores políticos que passaram a compor a sociedade campineira no final do século XIX.

Da mesma forma, como destacado no caso do distrito do Carmo e Santa Cruz, o nível de poder político, no contexto intra-municipal, assumido pelos distritos de Sousas e de Valinhos, estaria relacionado, por um lado, com o contexto e as motivações que levaram a sua criação e, por outro, com a existência de uma identidade política ou não entre os principais grupos sociais do distrito-sede e os dos distritos secundários recém-criados.

Assim, argumenta-se que a elevação desses dois povoados à categoria de distrito, em 1896, estaria estreitamente relacionada com o contexto de restauração urbana de Campinas, que se instituiu em resposta à crise urbana decorrente das epidemias que grassaram pelo município ao longo da década de 1890.

Nesse contexto, Sousas e Valinhos teriam sido considerados num projeto mais amplo de saneamento básico do município de Campinas, sendo cogitada a captação de água em rios localizados no seu território³⁶², figurando, assim, entre as alternativas de solução de um entre os diversos problemas urbanos, trazidos à tona pelas epidemias de febre amarela³⁶³.

Dessa forma, sustenta-se que, nesse momento, esses povoados revestiram-se de especial interesse ao poder público de Campinas, situado no distrito-sede, como uma possível solução de problemas fortemente presentes nos centros urbanos, tanto do distrito-sede como do distrito do Carmo e Santa Cruz, onde as condições para o alastramento das epidemias eram maiores.

Porém, isso não teria sido o suficiente para gerar identidade social e política entre os principais grupos sociais situados, de um lado, no distrito-sede e no distrito do Carmo e Santa Cruz e, de outro, nos recém-criados distritos de Sousas e Valinhos.

³⁶² Baseado em Lapa (1995).

³⁶³ Destaca-se, novamente, o fato de Valinhos ter servido de local de fuga para muitos moradores de Campinas, na época do primeiro surto de febre amarela, em 1889. Baseado em material disponibilizado pelo site oficial da prefeitura de Valinhos: www.valinhos.sp.gov.br.

Argumenta-se que não haveria uma identidade social e política entre os distritos-sede e os distritos criados em 1896 porque se considera que os principais grupos sociais, localizados nos seus respectivos territórios, diferiam-se socialmente e, provavelmente, possuíam interesses conflitantes.

Segundo o estudo de Gabriel (1995), no final do século XIX, a população italiana se distribuía por todo o território do município de Campinas, sendo que a sua concentração era importante nas áreas correspondentes aos povoados de Sousas, Valinhos, Rebouças (Sumaré), Cosmópolis e Vila Americana que, nas palavras da autora, baseados, principalmente, na colonização espontânea³⁶⁴, chegaram a constituir verdadeiras “vilas italianas” (GABRIEL, 1995, p.156).

Nesse momento, enquanto a cafeicultura se expandia cada vez mais a oeste do estado de São Paulo, se desenvolvendo em grandes propriedades, o antigo Oeste Paulista passavam por processo de retalhamento de suas fazendas em lotes menores³⁶⁵, tendo em vista uma maior rentabilidade da produção cafeeira, através do estabelecimento de colonos próximos às plantações, e a diversificação do capital, através do emprego do capital obtido na vendas das fazendas em atividades urbanas ou na compra de fazendas de café nas atuais áreas de expansão do cultivo de café³⁶⁶.

Em Campinas, esse retalhamento das antigas fazendas de café deu-se com maior intensidade nas áreas dos povoados de Sousas, Valinhos, Rebouças, Cosmópolis e Vila Americana, onde, no final do século XIX, ocorreu a formação de colônias espontâneas³⁶⁷.

Segundo Gabriel (1995), esse retalhamento das fazendas na área dos povoados campineiros representou, principalmente para os colonos italianos, a

³⁶⁴ Nos primeiros anos do século XX, a colonização oficial, financiada pelo governo estadual e empresas de colonização, começou a se expandir no município, sendo que, já em 1897, foi fundado em Cosmópolis, o núcleo Campos Salles. Porém, Gabriel (1995) e Toledo (1995) destacam a ocorrência, no final do século XIX, de colonização espontâneas em Valinhos e Sumaré, apontando a simultaneidade dos dois tipos de colonização no território campineiro.

³⁶⁵ Essa medida, além de beneficiar a cafeicultura, permitindo que o trabalhador se estabelecesse mais próximo das plantações de café, favoreceu a diversificação da agricultura, através do cultivo de produtos para o consumo interno. Baseado em Semeghini (1991).

³⁶⁶ Baseado em Semeghini (1991) e Toledo (1995).

³⁶⁷ Baseado em Gabriel (1995) e Toledo (1995).

oportunidade de posse da terra³⁶⁸ e uma importante alternativa de urbanização e de exercício de atividades comércio e serviços nos núcleos dos povoados³⁶⁹.

Nesse sentido, a historiadora chega a destacar que se configurou, no município de Campinas, duas zonas com estruturas fundiárias distintas: a primeira zona, formada pelos então povoados, onde se concentraram as médias propriedades, com grande presença de italianos; e a segunda zona, formada pelos distritos de Santa Cruz e Conceição, onde se destacavam as grandes propriedades, com baixa presença de italianos (GABRIEL, 1995, p.156).

Com isso, argumenta-se que não havia uma identidade social e política entre, por um lado, os distritos de Conceição e Santa Cruz e, por outro, os povoados de Sousas, Valinhos, Rebouças, Cosmópolis e Americana, pois, nos primeiros, predominariam as classes urbanas mais abastadas e, nas decisões políticas, possuiriam mais força os interesses da oligarquia cafeeira. Nos segundos, os imigrantes da “grande imigração”, seja como pequenos proprietários rurais, seja como profissionais urbanos, representariam uma diversificação na estrutura social de Campinas, pois eles seriam responsáveis pela configuração de novos atores e interesses no cenário político do município.

Essa inexistência de uma identidade social e política entre o distrito-sede e os povoados é o que reforça o argumento de que a decisão de elevar à categoria de distritos, em 1896, de apenas dois povoados de Campinas – Sousas e Valinhos – foi fortemente influenciada pelo contexto de recuperação do município de Campinas, como já foi destacado anteriormente.

Com isso, argumenta-se que os demais povoados não foram elevados à categoria de distrito, naquele momento, porque não atenderiam a qualquer interesse imediato do distrito-sede. Isso reforçaria a argumentação de que não era

³⁶⁸ A autora destaca que, nas regiões de Sousas, Valinhos, Rebouças (Sumaré), Cosmópolis e Americana, era expressiva a presença de italianos como proprietários rurais. Por outro lado, nos distritos de Santa Cruz e de Conceição, onde as tradicionais famílias de cafeicultores, como Barão Geraldo de Rezende, Souza Aranha e Queiroz Aranha, dominavam a estrutura agrária local, o número de propriedades rurais em mãos de italianos era quase inexistente ainda na primeira década do século XX. (GABRIEL, 1995, p.156).

³⁶⁹ Já foi destacado o preocupante êxodo dos italianos da “grande imigração” para o meio urbano de Campinas, abandonando o trabalho nas plantações de café e passando a disputar com outros grupos populares, como os brasileiros livres e ex-escravos, o mercado de trabalho e as habitações. Disputa esta marcada pela violência e tensão constante. (Gabriel, 1995).

interessante politicamente para as classes dominantes locais, sediadas no distrito-sede, criar, no território municipal, outros distritos, outras espacialidades de definição e participação política e que, só o fez em 1896, devido, principalmente, a fatores externos, decorrentes da elaboração de um programa mais amplo de recuperação urbana de Campinas, e devido à presença de agentes políticos de outras esferas de governo na dinâmica local, representados por agentes do governo estadual.

Considerando o contexto político-institucional mais amplo, tem-se que, com a proclamação do regime republicano, sob o qual predominou a versão paulista do movimento republicano³⁷⁰, na qual a ênfase caía sobre a defesa do federalismo, a escala estadual de governo foi fortalecida, enquanto os municípios foram ainda mais enfraquecidos, continuando sob a tutela política, administrativa e financeira dos estados³⁷¹.

Assim, as relações intergovernamentais estruturadas pela República, em função das quais os municípios tiveram que se alinhar ainda mais fortemente à política estadual, podem ter contribuído para a manutenção, e até um recrudescimento, em Campinas, de uma postura política conservadora do grupo dominante local, presente desde o Império.

Com isso, pretende-se argumentar que, para se favorecer política e financeiramente dos benefícios de um alinhamento à política estadual, os grupos dominantes locais teriam decidido por uma coerência política interna, num contexto político caracterizado pela restrição à participação popular³⁷², obtida através do impedimento à criação de novas espacialidades de definição e participação política.

Nesse sentido, essa decisão explicaria a relutância dos grupos dominantes, sediados no distrito-sede de Campinas, em criar novos distritos no espaço campineiro, pois, com isso, estariam impedindo o fortalecimento de novos

³⁷⁰ Como já foi abordado anteriormente, Carvalho (1996) destaca a diferença assumida pelo movimento republicano no Rio de Janeiro e São Paulo. Enquanto na capital federal, as reivindicações republicanas referiam-se aos direitos individuais e à expansão da participação política, tanto na capital paulista como nas principais cidades de interior, defendia-se o fortalecimento dos estados, através da adoção do regime federalista de governo.

³⁷¹ Baseado em Leal (1949) e Sadek (1991).

³⁷² Baseado em Carvalho (1987).

interesses políticos que poderiam representar uma ameaça aos interesses dos grupos dominantes tradicionais, ligados, principalmente, à economia cafeeira.

Argumenta-se que essa postura conservadora do distrito-sede frente aos distritos secundários, criados em 1896, que não apresentavam uma identidade social e política com a sede, é o que caracterizaria, naquele momento, a relação entre essas diferentes espacialidades do território campineiro.

Considerando-se que os demais povoados existentes no espaço campineiro, assim como Sousas e Valinhos, também não possuiriam identidade social e política com o distrito-sede, a mesma postura política conservadora da sede do município continuaria caracterizando a interação entre os distritos e marcaria o desenvolvimento posterior da relação entre as diferentes espacialidades da *hinterlândia* campineira, o que será retomado no próximo capítulo.

Passaremos a abordar a idéia de que Campinas, em comparação com outros municípios, apresentou, na segunda metade do século XIX, uma espécie de “coesão territorial”, que representaria o outro lado da moeda do seu processo de diferenciação político-territorial intra-municipal.

III.3 – Coesão territorial do município de Campinas

Argumenta-se, neste estudo, que uma outra forma de se avaliar o processo de diferenciação político-territorial seria através da consideração da dimensão política do processo de desmembramento municipal de um determinado estado, região ou município.

Nesse sentido, argumentou-se, em estudo anterior³⁷³, que a criação de municípios poderia ser entendida como a efetivação de dois processos: a consolidação do domínio territorial e a expansão da população pelo território – o que nos permitiria considerar que o processo de criação de municípios assumiria

³⁷³ Siqueira (2003).

significados diferentes, de acordo com o local e o contexto político e social em que ocorre.

Essa percepção do processo de criação de municípios nos levou a destacar a tridimensionalidade do fenômeno emancipatório, ou seja, a consideração de que o surgimento de novos municípios resulta da atuação de três dimensões: a demográfica, a econômica e a político-institucional³⁷⁴. (SIQUEIRA, 2003, p.203)

Assim, considerando o contexto sócio-econômico e político do Império, no estudo de 2003, no qual o processo de criação de municípios foi avaliado em termos gerais, concluiu-se que as dimensões que exerceram maior influência no surgimento de novos municípios foram o dinamismo econômico e o crescimento populacional nas regiões, ao passo que o arranjo político-institucional não funcionou como fator restritivo desse processo (SIQUEIRA, 2003, p.79-80).

No presente estudo, porém, considerando uma escala espacial mais reduzida e apoiada no neo-institucionalismo histórico, tem-se uma diferente perspectiva da dimensão político-institucional do processo de criação de município, o qual, de acordo com a discussão teórica que vem sendo desenvolvida neste capítulo, configura-se como uma resultante do processo de diferenciação político-territorial intra-municipal.

Nesse sentido, argumenta-se que Campinas, no contexto do processo de criação de municípios, em comparação com outros municípios, teria apresentado, durante 1850 e 1900, uma “coesão territorial” em função de uma reduzida ocorrência de diferenciações político-territoriais intra-municipais e, conseqüentemente, da ausência de desmembramentos municipais no período³⁷⁵.

Por sua vez, essa “coesão territorial”, na perspectiva neo-institucionalista histórica, seria uma resultante do contexto político-institucional, no qual os grupos dominantes provinciais e locais teriam assumido uma postura discordante, frente ao governo central, em relação às políticas de terras e de colonização, cujo

³⁷⁴ Com isso, pretende-se enfatizar que é a **atuação conjunta** dessas três dimensões que resulta na criação de municípios, destacando que nenhuma dessas dimensões, isoladamente, causa o surgimento de municípios. (SIQUEIRA, 2003, p.79)

³⁷⁵ Destaca-se que, de acordo com nosso argumento, essa “coesão territorial” perdurará até 1920. Em 1924, Campinas passa pelo seu primeiro desmembramento territorial, quando Americana eleva-se à categoria de município, tendo a região de Nova Odessa tornado-se distrito de Americana.

conteúdo e cuja forma foram definidos por um debate em nível nacional³⁷⁶, durante o Império, e consubstanciadas na Lei de Terras de 1850³⁷⁷.

Serão abordados os esses dois aspectos, começando com a questão dos desmembramentos municipais ocorridos durante o Império.

Nesse sentido, os dados do quadro 3.3 indicam a quantidade de municípios criados nas diferentes regiões administrativas do estado de São Paulo³⁷⁸, durante o período 1850-1900³⁷⁹, sendo destacados o período compreendido pelo segundo reinado e a primeira década do regime republicano:

Quadro 3.3: Número de municípios criados
Estado de São Paulo, por Regiões Administrativas
1850-1900

Regiões Administrativas	1850-1889	1890-1900	Total 1850-1900
Araçatuba	0	0	0
Barretos	1	1	2
Bauru	3	6	9
Campinas	22	6	28
Araraquara (Central)	3	8	11
Franca	3	0	3
Marília	2	1	3
Presidente Prudente	0	0	0
RMSP	5	1	6
Registro	0	0	0
Ribeirão Preto	5	5	10
Santos	0	0	0
São José dos Campos	10	2	12
São José Rio Preto	0	1	1
Sorocaba	16	7	23
Total	70	38	108

Fonte: IBGE, *Cidades e Vilas*, 1998.

³⁷⁶ Baseado em Carvalho (1996) e Silva (1996).

³⁷⁷ Baseado em Silva (1996). Segundo a autora, apesar da lei de 1850 não ter surtido os efeitos esperados pelos seus idealizadores, ela se constituiu, até 1930, na principal referencia nos debates sobre a questão fundiária e a questão colonizadora, tanto no plano nacional como no plano estadual.

³⁷⁸ Optou-se por organizar esses dados de acordo com as atuais regiões administrativas do estado de São Paulo, destacando-se que, nesse período, alguns municípios, atualmente sedes de regiões administrativas, ainda não tinham sido criados no período 1850-1900. É o caso de Araçatuba e de Presidente Prudente, que se tornam município em 1921. Baseado em SEP (1995a).

³⁷⁹ De acordo com estudo anterior, durante todo o período imperial, foram criados 84 novos municípios no estado de São Paulo, sendo que sete municípios foram criados no período regencial (1831-1839) e 77, durante o segundo reinado (1840-1889). (SIQUEIRA, 2003, p.78)

Os dados foram divididos em dois períodos para destacar que a mudança de regime de governo não implicou uma diminuição no ritmo de criação de novos municípios no estado de São Paulo. Enquanto, entre 1850 e 1889³⁸⁰, foram criados 70 municípios, numa média de 1,8 município por ano, nos 10 primeiros anos republicanos, foram criados 38 municípios, numa média de 3,8 municípios por ano, indicando um aumento no número de ocorrência de desmembramento municipal. Por fim, considerando-se todo o período, de 1850 a 1900, com um total de 108 novos municípios, tem-se uma média de criação de 2 municípios por ano³⁸¹.

Tem-se uma noção mais completa da intensidade do processo de criação de municípios na segunda metade do século XIX quando se soma aos dados anteriores o número de municípios que foram criados no período considerado, mas que voltaram a condição de distritos³⁸²:

Quadro 3.4: Número de municípios que voltaram à condição de distrito
Estado de São Paulo, por Regiões Administrativas
1850-1900

Regiões Administrativas	Municípios criados entre 1850 e 1900 e que voltaram à condição de distrito³⁸³
Franca	1
Marília	2
RMSP	1
São José dos Campos	5
Sorocaba	5
Total	14

Fonte: SEP, *Municípios e distritos do estado de São Paulo*, 1995a.

³⁸⁰ Lembrando que o Império brasileiro possui 3 fases: o Primeiro Reinado (1822-1830), o Período Regencial (1831-1839) e o Segundo Reinado (1840-1889).

³⁸¹ Esse ritmo de criação de municípios é bastante significativo, principalmente quando se considera que no período colonial, foram criados, no estado de São Paulo, apenas 33 municípios. Baseado em Siqueira (2003).

³⁸² Esses municípios que voltaram à condição de distritos não são considerados no cômputo geral de municípios criados num determinado período. Caso eles venham a se tornar município posteriormente, essa segunda data é que aparece como sendo a data de criação destes municípios. Baseado em SEP (1995a).

³⁸³ Desses 14 municípios, apenas um permaneceu como distrito. Os outros 13 municípios voltaram à categoria de município durante a década de 1930, com exceção do único município da região de Franca, que voltou a ser município em 1909. Baseado em SEP (1995a).

Com esses dados, tem-se que, entre 1850 e 1900, foram criados 122 municípios no estado de São Paulo, resultando num ritmo de criação de 2,4 municípios por ano. Tal ritmo mostra-se bastante significativo quando se considera que nos 321 anos de período colonial foram criados no estado de São Paulo apenas 33 municípios, numa média de 1 município a cada 10 anos³⁸⁴.

Esse intenso processo de criação de municípios no estado de São Paulo está diretamente vinculado com a expansão da cafeicultura, principalmente a partir de 1870, quando se iniciou a expansão das estradas de ferro no estado e a estruturação do “complexo econômico cafeeiro”³⁸⁵, resultando numa reestruturação da rede de cidades no estado. Nesse sentido, Gonçalves (1998)³⁸⁶ destaca que

A expansão urbana motivada pelo café teve como ponto de partida a rede de vilas e povoados originada do avanço do povoamento baseado no sistema de relações preexistentes até então³⁸⁷. Esta base inicial se rearticulou sob a dinâmica presidida pela expansão cafeeira e a partir daí a rede de cidades foi se estendendo no território, articulada pelas novas relações derivadas da estruturação e desenvolvimento de um complexo econômico estruturado para a reprodução da cafeicultura paulista. (GONÇALVES, 1998, p.125)

Nesse contexto, como já foi apresentado no capítulo anterior, Campinas assumiu um papel de destaque, principalmente a partir de 1870, quando se tornou

³⁸⁴ Gonçalves (1998) destaca que, entre 1532 a 1799, a média de criação de municípios em São Paulo era de 1 município a cada 9,2 anos, sendo que o seu surgimento esteve relacionado com as bandeiras, economia de subsistência e o comércio de longa distância. Autora destaca que, entre 1850 e 1900, a média de criação de municípios era de 2 municípios por ano, sendo o seu surgimento estreitamente relacionado com a expansão da economia cafeeira no estado de São Paulo. (GONÇALVES, 1998, p.49)

³⁸⁵ Trata-se de um conceito elaborado por Cano (1977) no estudo do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo. Esse conceito é utilizado tanto por Gonçalves (1998), no estudo sobre a rede urbana paulista, como por Semeghini (1991), no seu estudo sobre Campinas.

³⁸⁶ Outros autores enfatizam o papel da economia cafeeira no surgimento de cidades no território paulista, dentre os quais, pode-se destacar Araújo Filho (1956), Cano (1977), Ianni (1984), Oliveira (1988).

³⁸⁷ Sergio Buarque de Holanda já destacava, em 19?, a importância da estrutura de cidades e do sistema viário surgidos durante a economia açucareira para o desenvolvimento posterior da cafeicultura no território paulista. Outros autores também destacam o desenvolvimento da economia cafeeira baseado na estrutura do açúcar, como Araújo Filho (1956), Cano (1977), Oliveira (1988), Semeghini (1991), Lapa (1995).

“capital agrícola”, como pólo irradiador dos surtos da economia cafeeira e de expansão da fronteira do Oeste Paulista³⁸⁸.

Retomando os dados do quadro 3.3, observa-se que, das cinco regiões com maior ocorrência de surgimento de novos municípios³⁸⁹, durante 1850 e 1900, três regiões correspondiam à expansão da economia cafeeira no território paulista: Campinas (28 novos municípios), Araraquara (11 novos municípios) e Ribeirão Preto (10 novos municípios).

Por sua vez, considerando os dados do quadro 3.4, observa-se que entre as regiões onde se verificou o retorno de municípios à categoria de distrito, encontravam-se aquelas de ocupação antiga do estado de São Paulo (Franca, RMSP, São José dos Campos e Sorocaba) e aquelas que não estavam diretamente vinculadas à expansão cafeeira no último quartel do século XIX³⁹⁰.

Com isso, pode-se argumentar que o Oeste paulista – tanto o “primeiro Oeste” como o “segundo Oeste”³⁹¹ – apresentavam ambiente propício, econômica e demograficamente³⁹², para a proliferação de novos municípios pelo seu território, na segunda metade do século XIX.

Quando se consideram, a partir do quadro 3.3, os dados referentes aos 39 anos de Império, observa-se o quanto esse argumento é significativo para a região

³⁸⁸ As regiões do estado de São Paulo, no período de expansão da cafeicultura, no final do século XIX e início do XX, apresentam diferentes denominações dependendo do autor considerado. Em Gonçalves (1998), por exemplo, a região que inclui a capital, o litoral, o Vale do Paraíba e a região de Sorocaba, é denominado como “porção leste” do estado; a região que inclui as sub-regiões de Jundiaí, Campinas, Mogi-Mirim, Piracicaba e Rio Claro é denominada de “antigo oeste paulista”; e, por fim, as regiões para além de Rio Claro são denominadas de “oeste pioneiro”. Já em Ianni (1984), o Oeste do estado de São Paulo era dividido em “primeiro Oeste paulista”, centrado em Campinas e que englobava Campinas, Itu, Limeira e outras, e o “segundo Oeste paulista”, centrado em Ribeirão Preto.

³⁸⁹ Por ordem decrescente de novos municípios criados: Campinas (28 municípios), Sorocaba (23 municípios), São José dos Campos (12 municípios), Araraquara (11 municípios) e Ribeirão Preto (10 municípios).

³⁹⁰ Compreendem as quatro regiões de ocupação antiga e Marília. Gonçalves (1998) destaca que o povoado de Marília surge no início da década de 1920 e que, em 1928, é alcançado pela estrada de ferro Alta Paulista e elevado à categoria de município. Segundo SEP (1995a), até 1926, Marília era distrito de Cafelândia, cujo histórico de configuração municipal está vinculado ao processo de desmembramento territorial do município de Bauru.

³⁹¹ De acordo com nomenclatura empregada por Ianni (1984).

³⁹² Baseando-se na literatura que destaca o dinamismo econômico e o dinamismo populacional que se registraram no Oeste paulista, decorrentes da expansão da economia cafeeira no estado de São Paulo. Dentre essa bibliografia, destacam-se Cano (1977), Ianni (1984), Oliveira (1988), Semeghini (1991), Baeninger (1996).

de Campinas, que registrou o surgimento de 22 novos municípios dos 28 que foram criados em todo o período.

Por sua vez, nos 10 primeiros anos republicanos, o argumento torna-se mais verdadeiro para região de Araraquara, que registrou, nesse período, 8 novos municípios dos 11 surgidos em toda segunda metade do século XIX, o mesmo podendo ser dito com relação à região de Bauru, que registrou 6 ocorrências num total de 9 novos municípios, e com relação à região de Ribeirão Preto, que registrou 5 casos, num total de 10 novos municípios, no mesmo período.

Como foi destacado anteriormente, em estudo prévio³⁹³, argumentou-se que, em função, principalmente, da expansão da economia cafeeira no estado de São Paulo, o processo de criação de municípios, em São Paulo, durante o Segundo Reinado e na primeira década do regime republicano, realizou-se com uma maior atuação da dimensão econômica e da dimensão demográfica, sendo o surgimento de municípios uma expressão direta de um maior dinamismo econômico e populacional do período.

Nesse contexto, a dimensão política-institucional não teria funcionado como um fator restritivo desse processo de desmembramento municipal³⁹⁴, cuja atuação teria se dado mais na formalização e regulamentação do processo, e não através do seu impedimento ou dificuldade.

Argumentou-se, porém, que tais colocações sobre a dimensão político-institucional do processo de criação de municípios são válidas para a consideração do processo numa escala espacial mais ampla e de determinados

³⁹³ Siqueira (2003).

³⁹⁴ No estudo de 2003, argumentou-se que o arranjo político-institucional não colocou restrições à criação de novos municípios tendo em vista a ausência de critérios rígidos para a criação de municípios (Siqueira, 2003). Posteriormente, baseando-se em estudos que abordam a questão da política de terras e colonização (Carvalho, 1996; Silva, 1996), considera-se que a criação de novos municípios, provavelmente, deveria cumprir um papel importante de efetivação do domínio territorial do país, o que era interessante para o governo imperial. Nesse sentido, dificultar a criação de municípios seria contrário aos objetivos do próprio governo central. Para se ter uma idéia da dimensão dessa questão, Silva (1996) destaca que, de acordo com o Censo de 1920, 79,4% do território nacional correspondiam às terras devolutas e 20,6% correspondiam às terras cultivadas, ou seja, efetivamente ocupadas. (SILVA, 1996, p.156). Isso nos permite considerar que, na segunda metade do século XIX, era bastante baixa a proporção do território nacional efetivamente ocupado, estando abaixo dos 20% e, conforme a forma de ocupação do território nacional, com grande concentração na faixa litorânea do país.

aspectos da dimensão político-institucional³⁹⁵. As considerações seriam outras dependendo da escala espacial e dos aspectos político-institucionais selecionados – é o que analisaremos no caso do município de Campinas.

Considerando, novamente, os dados do quadro 3.3, tem-se que 28 municípios foram criados na região administrativa de Campinas³⁹⁶, na segunda metade do século XIX. Os dados do quadro 3.5 referem-se à distribuição desses 28 novos municípios pelas regiões de governo³⁹⁷ que compõem a região administrativa de Campinas:

Quadro 3.5: Número de municípios criados
Região Administrativa de Campinas, dividida por regiões de governo
1850-1900

Regiões de Governo (Região Administrativa de Campinas)	Municípios criados 1850-1900
Bragança Paulista	6
Campinas	6
Jundiaí	2
Limeira	3
Piracicaba	2
Rio Claro	2
São João da Boa Vista	7
Total	28

Fonte: IBGE, *Cidades e Vilas*, 1998.

Com relação a esses dados, observa-se que as regiões de governo com maior ocorrência de criação de municípios, durante 1850 e 1900, foram, por um lado, Bragança Paulista e Campinas, com 6 municípios cada uma, que

³⁹⁵ No estudo de 2003, as escalas trabalhadas foram a regional, a estadual e a sub-regional; e os aspectos político-institucionais foram: a esfera de atuação do governo municipal conferida pelas diferentes constituições e as leis e requisitos para criação de municípios. (Siqueira, 2003).

³⁹⁶ Onze das 14 atuais regiões administrativas do estado de São Paulo foram criadas pelo governo estadual, durante a gestão de Abreu Sodré (1967-1971). Seu número passou para 14, a partir do Decreto no. 32.141, de 14/08/1990 (BAENINGER, 2000, p.175-176).

³⁹⁷ As 43 regiões de governo atualmente existentes no estado de São Paulo foram instituídas pelo governo estadual, na gestão de Franco Montoro (1983-1986), através do Decreto no. 22.970, de novembro de 1984 (BAENINGER, 2000, p.176). Segundo a Fundação Seade, a região administrativa de Campinas é composta pelas seguintes regiões de governo: Bragança Paulista, Campinas, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e São João da Boa Vista.

correspondem às regiões de ocupação mais antiga do “primeiro Oeste paulista”³⁹⁸, e, por outro, São João da Boa Vista, que compreende a região que se interligou ao município de Campinas a partir do ramal ferroviário da Mogiana³⁹⁹, e registrou 7 novos municípios.

Em contrapartida, as regiões com menor ocorrência de novos municípios, na segunda metade do século XIX, foram, por um lado, Jundiaí e Piracicaba, que também são regiões de ocupação mais antiga do “primeiro Oeste paulista”⁴⁰⁰, e, por outro lado, Limeira e Rio Claro, que são as regiões limítrofes dessa porção Oeste do estado, em direção ao denominado “segundo Oeste paulista”, que começa a se configurar a partir das regiões de Araraquara e Ribeirão Preto.

A partir disso, pode-se afirmar que, num nível sub-regional, o processo de criação de novos municípios não era *pari passu* com o dinamismo econômico e populacional ou, pelo menos, não era um simples reflexo imediato e necessário e se processava na mesma intensidade do desenvolvimento econômico e demográfico das sub-regiões. Embora isso possa constituir-se como verdadeiro numa escala espacial mais ampla, como a de regiões administrativas, ou então em termos estaduais e nacionais⁴⁰¹.

³⁹⁸ Segundo Semeghini (1991), municípios localizados nessas regiões, incluindo Jundiaí e Piracicaba, tiveram o início de sua ocupação e desenvolvimento econômico vinculado ao caminho para as Gerais e, principalmente, ao estabelecimento da economia açucareira. De acordo com o autor, formaram o que se denominou por “quadrilátero do açúcar”. (SEMEGHINI, 1991, p.15)

³⁹⁹ Semeghini (1991), ao abordar as duas regiões estruturadas a partir de Campinas, em funções dos ramais ferroviários, destaca a importância da região estruturada pela Mogiana. Os municípios produtores de café desta região fizeram de Campinas seu principal centro de transporte e distribuição do café.

⁴⁰⁰ Como já foi destacado, os municípios localizados nas regiões de Jundiaí, Piracicaba, Campinas e Bragança Paulista, formaram, no final do século XVIII e início do XIX, segundo Semeghini (1991), o “quadrilátero do açúcar”, indicando a ocupação mais antiga dessa porção do Oeste paulista.

⁴⁰¹ Em seu estudo, Gonçalves (1998) chega a considerar a criação de municípios, durante séculos XVIII, XIX e XX, como um processo que anda à reboque da expansão do desenvolvimento econômico, chegando a identificar as fases onde houve pouco ou nenhum surgimentos de novos municípios como consequência direta de um baixo desenvolvimento econômico. Porém, considera-se que essa é uma perspectiva parcial do processo de criação de municípios. Em Siqueira (2003), destacou-se a tridimensionalidade desse processo, a partir do qual o surgimento de novos municípios resultava da atuação das dimensões economia, demográfica e política-institucional. Essa perspectiva tridimensional é o que nos permite não considerar a criação de municípios como uma mera decorrência do desenvolvimento econômico e, em decorrência, explicar a não ocorrência de desmembramentos municipais num contexto favorável em termos econômicos e demográficos.

Considerando, a partir do quadro 3.5, apenas a região de governo de Campinas, tem-se que surgiram, nesta sub-região, seis municípios, sendo que nenhum desses novos municípios foi criado em função de desmembramento territorial ocorrido no município de Campinas⁴⁰².

Num primeiro momento, isso poderia parecer incoerente, uma vez que Campinas foi um dos municípios paulistas com maior dinamismo econômico e demográfico, durante a segunda metade do século XIX⁴⁰³, e não registrou nenhum desmembramento municipal no período.

Isso nos reforça a destacar a atuação de outros fatores nos resultados dos processos de criação de municípios, como, por um lado, o momento de ocupação territorial vivido pela região e a forma na qual se processou essa ocupação territorial e, por outro, a dimensão político-institucional, expressa pelas relações intergovernamentais e pela correspondente interação Estado-sociedade.

Primeiramente, visando buscar elementos explicativos para a situação, aparentemente, atípica de Campinas em relação ao processo de desmembramento municipal, na segunda metade do século XIX, serão tratadas as questões relativas ao momento e à forma de ocupação territorial do município, tendo como base as alterações no quadro territorial municipal, entre 1850 e 1900, para alguns municípios selecionados.

Quadro 3.6: Alterações no quadro territorial municipal
Municípios paulistas selecionados – 1850-1900

Municípios	1850-1870			1871-1900			1850-1900
	criação distrito	emancipação distrito	perda distrito	criação distrito	emancipação distrito	perda distrito	
Campinas	0	0	0	3	0	0	3
Mogi Mirim	1	3	0	0	2	0	6
Piracicaba	1	1	0	2	2	1	7
Rio Claro	2	2	0	2	1	0	7
São Paulo	2	2	0	5	3	0	12
Estado de São Paulo	32	36	5	54	47	6	180

Fonte: Fundação Seade, 2001

⁴⁰² De acordo com SEP (1995a), quatro municípios se desmembraram para originar esses seis novos municípios: a partir de Itu surgiram Indaiatuba e Monte Mor; a partir de Mogi-Mirim surgiram Itapira e Mogi-Guaçu; a partir de Amparo, originou-se Pedreira; e a partir de Piracicaba, originou-se Santa Bárbara D'Oeste.

⁴⁰³ Discussão apresentada no segundo capítulo.

Os dados do quadro 3.6 foram organizados de forma a expressar a quantidade de alterações sofridas no quadro territorial de municípios selecionados, durante o período 1850-1900, dividido em dois momentos: o primeiro que vai de 1850 a 1870 e o segundo, que vai de 1871 a 1900.

Recapitulando que, o período 1850-1870, correspondeu, por um lado, à consolidação e ao apogeu do Estado Imperial, com a hegemonia política da elite “saquarema”, no seio da qual foi elaborada e implementada a política de terras e de colonização, consubstanciada na Lei de Terras de 1850, que privilegiou a concepção do governo central⁴⁰⁴.

Por outro lado, esta fase assistiu à chegada e à expansão da cafeicultura no “antigo Oeste paulista”, em substituição às plantações de cana existentes, tendo Campinas como um dos municípios de maior importância na produção cafeeira, nesse momento, e possuidor da maior escravaria da província de São Paulo⁴⁰⁵.

O período 1871-1900, por sua vez, compreende a fase de declínio e queda do Império e a fase inicial de instalação do regime republicano. Em função dos surtos de expansão e diversificação da economia cafeeira, no Oeste paulista, os cafeicultores fluminenses e do Vale do Paraíba perderam peso econômico e político no contexto nacional, em detrimento do maior peso dos cafeicultores paulistas do Oeste⁴⁰⁶.

Campinas tornou-se o principal pólo de expansão da cafeicultura do estado de São Paulo, e, em função disso, o principal centro de diversificação do capital cafeeiro. Tornou-se o município do interior paulista com maior população, sendo um dos principais centros de atração de imigrantes europeus⁴⁰⁷.

Com essa breve caracterização dos dois períodos considerados, pretende-se destacar que, embora o contexto fosse marcado por um certo dinamismo econômico e demográfico no Oeste paulista, e tratasse de um momento propício a

⁴⁰⁴ Baseado em Carvalho (1996) e Silva (1996). Ver capítulo 2.

⁴⁰⁵ Baseado em Semeghini (1991) e Baeninger (1996). Ver capítulo 2.

⁴⁰⁶ Baseado em Carvalho (1996) e Magalhães (1992). Ver capítulo 2.

⁴⁰⁷ Baseado em Semeghini (1991). Ver capítulo 2.

tomada de decisões que viessem a influenciar a estruturação da organização fundiária e a forma de colonização dessa porção do territorial, Campinas registrou uma baixa ocorrência de diferenciações político-territoriais, em comparação com outros municípios da região e com a capital da província.

Nesse sentido, a partir dos dados do quadro 3.6, observa-se que, durante todo o período considerado, Campinas registrou apenas 3 alterações no seu quadro territorial – o que, neste estudo, denomina-se como diferenciações político-territoriais intra-municipais –, enquanto outros municípios da região apresentaram maior número de alterações, como é o caso de Mogi-Mirim, com 6 alterações, e Piracicaba e Rio Claro, com 7 alterações cada um. Por sua vez, a capital da província, São Paulo, foi o município com maior número de ocorrência, registrando 12 alterações no seu quadro territorial.

Considerando-se o período de 1850-1870 – como dito anteriormente, fase de consolidação do Estado imperial e de expansão da cafeicultura no Oeste paulista –, enquanto a maioria dos municípios selecionados registrou, no seu território, a criação ou emancipação de distritos, Campinas não apresentou nenhum caso.

No período 1871-1900, caracterizado pela queda do Império e início do regime republicano e pelos surtos de expansão da cafeicultura no Oeste paulista, em relação à fase anterior, enquanto Piracicaba e São Paulo registraram maior número de alterações territoriais (5 e 8, respectivamente), Mogi-Mirim e Rio Claro registraram um número menor de alterações (2 e 3, respectivamente).

Nesta fase é que se concentraram as alterações no quadro territorial de Campinas, que registrou 3 diferenciações político-territoriais, sendo que, em 1870, foi criado o distrito do Carmo e Santa Cruz e, em 1896, os distritos de Sousas e Valinhos⁴⁰⁸.

⁴⁰⁸ Na primeira década do século XX, Campinas registrou mais três diferenciações político-territoriais no seu território, a partir da elevação dos povoados, onde se criaram núcleos coloniais no município, à categoria de distrito: em 1904, Vila Americana tornou-se distrito; em 1906, Cosmópolis tornou-se distrito; e, em 1909, Rebouças (atual Sumaré) tornou-se distrito. A discussão sobre a criação desses núcleos será apresentada no próximo capítulo. Em 1944, ocorre a última elevação de povoado de Campinas à categoria de distrito – trata-se de Paulínia que, em 1964, elevou-se à categoria de município.

Destaca-se que, em todo o período de 1850 e 1900, ao contrário dos demais municípios selecionados, Campinas não sofreu nenhuma perda territorial, seja através da emancipação de distritos ou perda de distritos para outros municípios – o que contribuiu para que Campinas mantivesse um certa “coesão territorial”, que perdurou até a década de 1920, quando Campinas sofre seu primeiro desmembramento municipal em 70 anos⁴⁰⁹.

Na discussão desenvolvida na primeira parte deste capítulo, argumentou-se que a baixa ocorrência de alterações no quadro territorial de Campinas, que contribuiu para que o município assumisse, ao longo da maior parte da segunda metade do século XIX, os tipos 2 e 3⁴¹⁰ da tipologia das diferenciações político-territoriais e, a partir do final do século XIX, assumisse o tipo 4⁴¹¹, permitindo a Campinas a integridade do seu território, não estaria diretamente relacionada com a menor extensão territorial ou uma baixa densidade demográfica.

Argumenta-se que as alterações no quadro territorial, expressas pela criação ou emancipação de distritos secundários no município – considerado aqui como processo de diferenciação político-territorial intra-municipal –, configuram-se como produto de decisões políticas da elite local, com objetivo de reordenar jurídica, administrativa e politicamente o território e a sua respectiva população, através do qual o poder político intra-municipal também se reordenaria.

Esse processo de diferenciação político-territorial, por sua vez, se realizaria em função da atuação, por um lado, das relações intergovernamentais, que condicionam a organização do governo municipal, e da forma assumida pela interação Estado-sociedade, em cada contexto político-institucional; por outro lado, em função da própria composição social da população e os interesses políticos e econômicos da classe dirigente local.

⁴⁰⁹ Em 1924, o então distrito de Vila Americana eleva-se à categoria de município, com o nome de Americana.

⁴¹⁰ Segundo a tipologia de diferenciações político-territoriais, apresentada no quadro 1, o tipo 2 corresponde à existência de distrito-sede + povoado(s), com o poder político concentrado no distrito-sede. O tipo 3 corresponde à existência de distrito-sede + distrito(s) secundário(s) + povoado(s), com nível equilibrado de poder político entre distrito-sede e distrito secundário.

⁴¹¹ O tipo 4, por sua vez, corresponde à existência de distrito-sede + distrito(s) secundário(s) + povoado(s), com nível desigual de poder político entre distrito-sede e distrito secundário. Ver quadro 3.1.

Assim, uma das explicações para a baixa ocorrência de diferenciações político-territoriais em Campinas, em comparação com os demais municípios selecionados para análise, estaria relacionada com a composição social da população campineira. Os dados da tabela 3.13⁴¹² contribuem para ilustrar esse argumento:

Tabela 3.13: População livre, estrangeira e escrava (participação relativa %)
Municípios selecionados - Província de São Paulo
1854-1886

Municípios	1854			1872			1886	
	Livre	Estrang.	Escrava	Livre	Estrang.	Escrava	Livre (Bras + Estrang)*	Escrava
Campinas	40,3	2,3	57,4	50,1	6,3	43,6	75,8	24,2
Mogi-Mirim	70,4	0,3	29,3	73,9	2,8	23,3	84,6	15,4
Piracicaba	77,7	0,3	22,0	67,5	4,0	28,5	84,6	15,4
Rio Claro	77,6	2,3	20,1	68,4	5,4	26,2	83,6	16,4
São Paulo	77,7	2,7	19,6	80,8	7,0	12,2	99,0	1,0
Província de São Paulo	70,4	1,6	28,0	79,3	2,0	18,7	91,1	8,9

Fonte: Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo recenseada no ano de 1854; Recenseamento Geral do Império de 1872; Comissão Central de Estatística. São Paulo, 1888. *Apud* Bassanezi, 1998.

* Em 1886, não há informação sobre a população estrangeira para o município de Campinas. Neste caso, optou-se por considerar brasileiros e estrangeiros conjuntamente na população para todos os municípios selecionados.

Observa-se que, em 1854, Campinas era o único município no qual mais da metade da população era composta por escravos (57%), bem acima da média provincial (28%), da capital da província (19,6%) e dos demais municípios selecionados para estudo, onde também foi importante a expansão do cultivo do café na época⁴¹³, variando entre 20%, em Rio Claro, a 29%, em Mogi-Mirim.

No período seguinte, em 1872, quando Campinas já tinha se transformado em “capital agrícola”⁴¹⁴, embora tenha aumentado o peso relativo da população livre no município, passando de 40% para 50%, ela ainda estava bem abaixo da média da província (79%), da capital da província (81%) e dos demais municípios, que variou de 67%, em Piracicaba, a 74%, em Mogi-Mirim.

⁴¹² Em anexo, encontram-se os dados absolutos a partir dos quais foram calculados esses valores relativos.

⁴¹³ Baseado em Semeghini (1991).

⁴¹⁴ Ver discussão desenvolvida no segundo capítulo.

Por sua vez, entre 1854 e 1872, aumentou significativamente o peso da população estrangeira no município de Campinas, passando de 2,3% para 6,3%, ficando atrás somente do município de São Paulo, que apresentava 7% da sua população composta por estrangeiros.

Porém, Campinas continuou apresentando a maior participação de escravos na sua população, em torno de 44%, enquanto outros municípios da região apresentavam proporção menor de escravos, como Piracicaba, com 28%, Rio Claro, com 26%, e Mogi-Mirim, com 23% de escravos na sua população.

Em 1886, já às portas da abolição da escravatura, todos os municípios apresentaram uma grande redução na participação dos escravos na sua população. Porém, Campinas continuou apresentando o maior peso de escravos (25%), enquanto a média provincial foi de 9%, a da capital, 1%, e o peso dos escravos nos demais municípios variou entre 15%, em Mogi-Mirim e Piracicaba, e 16%, em Rio Claro.

Com isso, pretende-se destacar que, embora Campinas tenha sido o município mais populoso do interior paulista, durante quase toda a segunda metade do século XIX, foi onde a população escrava apresentou a maior participação, ao longo de todo período, em comparação aos demais municípios selecionados.

Esse aspecto populacional do município aliado, por um lado, ao fato de situarem-se em Campinas alguns dos principais representantes da cafeicultura paulista e, por outro, à baixa proporção de pessoas com direito à participação política (cerca de 1,9%)⁴¹⁵, nos permite apontar para uma certa rigidez na composição social do município, o que, por sua vez, influenciaria a questão fundiária e a concentração do poder político no município, através da ausência de decisões no sentido de favorecer o processo de diferenciações político-territoriais

⁴¹⁵ Campinas, em 1881, possuía a segunda maior população eleitoral da província de São Paulo, com 589 eleitores. Contrastando com a população de 1886, esses eleitores corresponderiam a 1,9% do total da população livre do município. Dentre os municípios que, em 1881, figuravam entre os 10 municípios paulistas com maior população eleitoral, cujo peso na população era superior a Campinas, destacam-se: Franca (3,6%), Santos (2,4%), Bananal (2,4%), Amparo (2,3%), Mogi-Mirim (2,2%) e São Paulo (2,1%). Ver discussão no segundo capítulo.

intra-municipais. Isso contribuiria, por fim, para a “coesão territorial” que o município apresentou durante toda a segunda metade do século XIX.

Uma segunda explicação para essa “coesão territorial” de Campinas e que, de certa forma, relaciona-se com esse aspecto da composição social do município, destacado acima, refere-se à dimensão político-institucional, expressa por alguns aspectos das relações intergovernamentais e da interação Estado-sociedade, os quais estariam relacionados com o posicionamento da classe dominante local frente à política de terras e de colonização, preconizada pelo governo central, através da Lei de Terras de 1850⁴¹⁶.

Isso se relaciona com o argumento de que a política de terras e a política de colonização, organizadas pela primeira vez, pelo governo brasileiro, através da lei de 1850, ao versarem sobre uma forma de estruturação fundiária e uma forma de ocupação dessas terras, em certa medida, constituem em si uma determinação primeira da reorganização da população no espaço⁴¹⁷.

Assim, o posicionamento de determinado agente, seja da esfera provincial, seja da esfera municipal, frente à lei de terras, representaria um posicionamento frente à decisão sobre qual forma de estruturação fundiária e de ocupação dessas terras priorizar. Isso, por fim, influenciaria a forma que reorganização da população assumiria em um determinado espaço.

A Lei de Terras de 1850, segundo Silva (1996)⁴¹⁸, visava promover o ordenamento jurídico da propriedade da terra. Além disso, estava implícita no corpo da lei a defesa do povoamento do território nacional através da introdução do imigrante europeu e da difusão da pequena propriedade, constituída por intermédio da venda de lotes de terras, recortados nas terras devolutas do Império. Por fim, com o dinheiro arrecadado com a venda dos lotes de terras,

⁴¹⁶ Com relação à política de terras e de colonização, baseia-se na discussão desenvolvida por Silva (1996) e Carvalho (1996).

⁴¹⁷ Esse argumento é válido mesmo se considerando que a colonização do território brasileiro começou em 1500. Como já foi destacado anteriormente, de acordo com o estudo de Silva (1996), na primeira metade do século XIX, mais de 80% do território nacional ainda não tinha sido ocupado, sendo que a ocupação se concentrava na faixa litorânea do país.

⁴¹⁸ A discussão da Lei de Terras de 1850 já foi melhor desenvolvida no terceiro capítulo.

pretendia-se financiar a imigração regular⁴¹⁹, atendendo, assim, a demanda por mão-de-obra da cafeicultura (SILVA, 1996, p.128-129).

Porém, para que esse sistema funcionasse tornava-se fundamental a demarcação das terras devolutas do Império. Diante disso, definidas as terras devolutas por exclusão – ou seja, aquelas que não estivessem sob domínio particular⁴²⁰ –, os objetivos da Lei de 1850 só seriam alcançados na medida em que os proprietários de terras regularizassem suas propriedades, através da medição fundiária e registro de sua propriedade em cartório⁴²¹.

Diante disso, considerando-se o momento de fortalecimento do Estado imperial, durante o qual o aparato burocrático e o arranjo político-institucional do governo central se sobrepuseram sobre a esfera provincial e local – o que explicaria a priorização da visão do governo central na política de terras – e o fato de que os contornos da ocupação territorial seriam definidos, a partir de 1850, em menor ou maior grau, em função da lei de 1850, argumenta-se que a forma da ocupação territorial em cada província, região ou município dependeria da interação Estado-sociedade assumida em cada contexto, ou seja, do posicionamento das classes dominantes locais frente à lei de 1850.

Voltando para nossa referência empírica, argumenta-se que os grupos sociais dominantes de Campinas, vinculadas à economia cafeeira, assumiram uma postura de contraposição à política de terras e de colonização estabelecida pelo governo central. Essa postura resultaria, por um lado, da existência mais ampla de interesses políticos conflitantes entre a oligarquia cafeeira paulista e o Império – o que levou a uma incompatibilização política entre eles no final do

⁴¹⁹ Imigração regular é aquela que era financiada pelo governo brasileiro e visava atrair imigrantes para trabalhar na lavoura cafeeira (SILVA, 1996, p.129).

⁴²⁰ De acordo com o Artigo 3º. da Lei no.601, de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras), são terras devolutas: “§ 1º. As terras que não se acharem applicadas (sic) a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal. § 2º. As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commissio (sic) por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura. § 3º. As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar (sic) de incursas em commissio (sic), forem revalidadas por esta lei. § 4º. As que não se acharem occupadas (sic) por posses, que apesar (sic) de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta lei”.

⁴²¹ Baseado em Silva (1996).

regime imperial⁴²² – e, por outro, do interesse dos cafeicultores do Oeste paulista em garantir condições mais propícias para maior expansão da cafeicultura no território paulista.

Nesse sentido, considera-se que o uso extensivo da terra – que implica o domínio sobre grandes extensões territoriais – característico do desenvolvimento das monoculturas no país, também caracterizou a agricultura campineira desde o seu ciclo açucareiro, mantendo-se com a chegada do café, mesmo na fase de emprego de mão-de-obra livre e de técnicas mais modernas de cultivo⁴²³. Com isso, os cafeicultores campineiros garantiriam uma alta produtividade cafeeira através do domínio de grande extensão territorial⁴²⁴.

Com isso, pretende-se argumentar que o interesse em manter a alta produtividade da cafeicultura do município de Campinas seria uma das razões para o grupo dominante local buscar manter a integridade do território, uma certa “coesão territorial”, através da decisão de não favorecer o processo de diferenciações político-territoriais intra-municipais, evitando, com isso, o surgimento de novas espacialidades de definição e participação política⁴²⁵ e, possivelmente, o surgimento de interesses conflitantes com os da oligarquia cafeeira do município.

Por outro lado, baseando-se nas observações de Carvalho (1996) sobre o fato de a política de terras permitir aprofundar a compreensão da relação entre governo central e proprietários rurais, uma vez que a Lei de 1850 atingia de

⁴²² Lima (1986) destaca que três questões principais, relacionadas à cafeicultura, evidenciaram a insatisfação da oligarquia cafeeira em relação à política imperial e levaram ao seu progressivo distanciamento político em relação ao governo central: o transporte café produzido, o crédito para financiar a expansão cafeeira e a mão-de-obra empregada nas lavouras.

⁴²³ Baseado em Semeghini (1991) e Silva (1996).

⁴²⁴ Os dados apresentados no terceiro capítulo sobre a produção cafeeira no município e região de Campinas evidenciam a sua alta produtividade em termos comparativos – o que pode corroborar com o nosso argumento. É claro que o uso intensivo da terra não foi exclusividade de Campinas, mas o que argumentamos como sendo exclusivo é a opção pela coesão do território, garantindo que toda a sua extensão fosse utilizada para o plantio do café, em grandes propriedades. Para que isso fosse comprovado, seria necessária uma análise mais focada sobre o desenvolvimento da cafeicultura na região de Campinas, destacando aspectos como a estrutura fundiária e o perfil das elites locais. Porém tal análise não será possível neste estudo, restringindo-nos somente a apontar alguma alternativa com relação à especificidade de Campinas no contexto da expansão da cafeicultura no estado.

⁴²⁵ Através da elevação de povoados à categoria de distritos secundários.

maneira profunda os interesses desses proprietários⁴²⁶, considera-se que, já na década de 1840, quando se iniciam os debates sobre a política de terras e de colonização, e, principalmente, a partir de 1850, com a Lei de Terras, se fazia sentir um distanciamento político entre proprietários rurais do Oeste paulista e o governo central⁴²⁷. Em outras palavras, já se colocava, naquele momento, o que Lima (1986) apontou como a “pouca correspondência entre os interesse paulistas e a política nacional vigente” (LIMA, 1986, p.12).

Considera-se, de acordo com as observações de Lima (1986), que a partir de 1870, essa “pouca correspondência” entre paulistas e a política nacional, ou o distanciamento político entre os cafeicultores do oeste paulista e o governo central tornou-se cada vez mais profundo, sendo que a “mola propulsora” desse distanciamento estaria, basicamente, configurada nas decisões políticas divergentes tomadas pelos dois grupos políticos na busca de soluções para os principais obstáculos à expansão da cafeicultura⁴²⁸.

Esse aprofundamento do distanciamento político entre paulistas e governo central, pode-se afirmar, seria mais evidente em Campinas, uma vez que o município tornou-se o mais importante produtor de café da província e o pólo de expansão da cafeicultura em São Paulo, contribuindo para o fortalecimento econômico e político, no contexto provincial e nacional, dos cafeicultores campineiros.

⁴²⁶ Seja através da regularização da propriedade particular, que visava, por fim, a demarcação das terras devolutas – tão caras para o projeto de colonização e ocupação territorial do Império –, seja através da constituição da pequena propriedade via favorecimento da imigração oficial (ou espontânea) através da venda de lotes em terras devolutas do Império. Baseado em Carvalho (1996).

⁴²⁷ A Lei de Terras de 1850, como, segundo Silva (1996), contemplava a visão “saquarema” (cafeicultores fluminenses) de solução da regularização fundiária e da colonização do território, não foi bem recebida pelos paulistas e mineiros devido aos altos custos que representariam para esses últimos a aceitação da forma de regularização fundiária que implicava, além dos custos de medição e registro, o pagamento de novos impostos e o risco da expropriação. Além disso, os fazendeiros paulistas e mineiros não queriam arcar com os custos de financiamento de uma forma de imigração européia que não atendiam às suas necessidades naquele momento. Baseado em Carvalho (1996).

⁴²⁸ Lima (1986) baseia sua análise na comparação entre os cafeicultores do Oeste paulista e os do Vale do Paraíba (incluindo nesse grupo os paulistas). Os cafeicultores do Vale condensariam ou apregoariam a visão do governo central sobre a questão de terras e de colonização.

Além disso, e, de certa forma, em consequência disso, Campinas tornou-se, no interior paulista, um dos principais centros de difusão do republicanismo⁴²⁹ na província, ou seja, um dos principais centros de oposição às políticas do governo central⁴³⁰, contrárias aos interesses dos cafeicultores paulistas⁴³¹.

Esse aspecto nos leva a argumentar que grupos sociais dominantes de Campinas estariam propensos a se posicionar contrariamente às políticas implementadas pelo governo central. Nesse sentido, argumenta-se que, com relação à Lei de Terras de 1850, é provável que, por um posicionamento político de contestação, esses grupos dominantes tenham decidido agir de forma a não favorecer os objetivos da referida lei, seja não facilitando a demarcação das terras devolutas, seja não facilitando o parcelamento das terras para colonização⁴³².

Essa postura política, por sua vez, teria contribuído para o que se denominou até aqui por “coesão territorial” do município de Campinas, ao longo da segunda metade do século XIX.

Com isso, pretende-se destacar que, paralelo aos fatores de ordem econômica e política, fatores populacionais relacionados a uma diversificação da composição social da população, expressa pela presença de escravos e imigrantes europeus, contribuíram para que Campinas, em comparação a outros municípios, mantivesse uma “coesão territorial”, ao longo de toda a segunda metade do século XIX, através da decisão de não facilitar o processo de

⁴²⁹ Carvalho (1996) destaca que o Rio de Janeiro e a província de São Paulo, e particularmente Campinas, defendiam vertentes diferentes do republicanismo. Enquanto no Distrito Federal, a principal preocupação dos republicanos referia-se ao governo representativo e aos direitos individuais, em São Paulo, os republicanos defendiam a federação, isto é, a autonomia estadual.

⁴³⁰ Lima (1986) destaca a existência, no município, nesse período, de importantes veículos de defesa dos interesses dos cafeicultores campineiros e paulistas, como o jornal *Gazeta de Campinas*, fundado em 1869, e o *Clube da Lavoura*, fundado em 1876.

⁴³¹ Apesar da importância que o movimento republicano assumiu em Campinas, tendo alguns expoentes do movimento republicano no município se destacado no cenário estadual e nacional, no período republicano, como Campos Sales e Francisco Glicério, Lapa (1995) destaca que o republicanismo não recebeu adesão total das classes dominantes do município, encontrando-se vários monarquistas entre os fazendeiros locais. O historiador destaca também que, apesar das diferenças ideológicas e práticas entre republicanos e monarquistas, eles se uniam para defender os interesses da cafeicultura do município e da região.

⁴³² Esse parcelamento das terras vai ocorrer em Campinas nos últimos anos do século XIX, já sob o regime republicano, em decorrência da própria expansão do café no território paulista e do esgotamento das terras do “antigo” Oeste paulista. Baseado em Semeghini (1991) e Toledo (1995).

diferenciação político-territorial intra-municipal, o que, por sua vez, poderia vir a ocasionar, posteriormente, o desmembramento do território municipal.

Essa “coesão territorial” – a qual pressupunha uma certa coesão política entre a elite local – se fez importante para atender aos interesses dos grupos sociais dominantes, vinculados, direta ou indiretamente, à economia cafeeira. Assim, o processo de diferenciações político-territoriais foi coibido naqueles casos que representassem a possibilidade de surgimento de interesses conflituosos, tanto em relação à priorização da cultura cafeeira como em relação à própria estrutura fundiária do município.

No decorrer da primeira parte do capítulo, desenvolveu-se a idéia de que o processo de diferenciações político-territoriais intra-municipais representaria uma redistribuição do poder político entre as diferentes espacialidades existentes no território municipal, resultando na configuração de novos espaços de definição e participação política.

Assim, esses novos espaços apresentariam um certo nível de poder político, o qual poderia ou não estar em equilíbrio com o poder político concentrado no distrito-sede, que corresponderia à sede do governo municipal e, em torno do qual, gravitariam os grupos sociais dominantes. Com isso, o distrito-sede se constituiria no *locus* do *status quo* do município.

Por sua vez, o nível de poder político assumido por cada distrito secundário criado seria definido pelos fatores que motivaram a sua criação, os quais estariam relacionados com a composição social e política da população do distrito-sede e dos povoados e com o contexto econômico, social e político no qual o povoado foi elevado à categoria de distrito.

Com relação a Campinas, argumentou-se que em função, tanto do interesse em intensificar a produção cafeeira como do posicionamento político contrário às medidas do governo central em relação à política de terras e de colonização, a partir de 1850, os grupos sociais dominantes do município tenderam a tomar decisões que, por um lado, favoreceram a manutenção da “coesão territorial” do município e, por outro, dificultaram a criação de distritos que pudessem representar a emergência de novos atores políticos e de novos

interesses, no cenário municipal, conflitantes com o *status quo* estabelecido no distrito-sede do município.

Aliado a isso, se destacaria uma certa rigidez na estrutura social de Campinas, fruto da formação social do município que se caracterizou pela grande presença de escravos na população total do município que, por sua vez, está relacionada com a estrutura fundiária, onde se privilegiou a grande propriedade rural, condicionada pelo desenvolvimento da cultura cafeeira no município.

Neste contexto, a população livre trabalhadora deveria se adequar à forma de inserção social condicionada pelo complexo cafeeiro e, além disso, ocupar os espaços urbanos e rurais preteridos pelos grupos sociais mais abastados e pela própria estrutura da economia cafeeira.

Paralelo a isso, considerou-se também o conservadorismo peculiar da sociedade campineira que, em consonância com a sociedade brasileira, mostrou-se pouco aberta à expansão da participação política aos setores mais populares da sociedade.

Esse conservadorismo campineiro evidenciou-se pela não transformação de determinados povoados em distritos, evitando a redistribuição do poder político municipal através da formação de novos espaços de debate e participação política no território de Campinas.

Essas características da sociedade campineira devem ser levadas em conta quando se analisa o processo de diferenciações político-territoriais. Nesse sentido, observou-se que, durante o período 1850-1870, ao contrário de outros municípios da região, Campinas possuía apenas o distrito-sede, que concentrava o poder político do município, e em seu entorno gravitavam vários povoados desprovidos de autonomia, refletindo a característica dos grupos sociais dominantes de Campinas, que atuaram de forma a favorecer a “coesão territorial” do município.

Durante o período 1870-1896, no contexto de auge da economia cafeeira no município, argumentou-se que a criação de primeiro distrito secundário em Campinas estaria relacionada com a busca por uma ampliação do espaço de participação política para atender a uma parcela da população que passou a deter

poder aquisitivo maior e que, portanto, demandava uma maior participação política.

Neste caso, sustenta-se que se deu a criação do distrito do Carmo e Santa Cruz devido à existência de uma certa identidade política da sua população com a do distrito-sede, não representando, assim uma ameaça aos interesses da classe dominante. Pelo contrário, haveria uma maior comunidade de interesses entre os grupos sociais dominantes dos dois distritos.

Já entre os distritos criados em 1896 e os distritos então existentes não existiria a mesma identidade social e política. Esses distritos surgiram num contexto de transformação na estrutura social em decorrência da abolição da escravidão e da grande entrada de imigrantes no município e de crise urbana decorrente, em grande parte, da emergência de novos atores e novos interesses no cenário municipal.

Diante disso, considera-se que a deflagração da crise urbana vivenciada por Campinas no final do século XIX, a qual exigiu a atuação conjunta das esferas de governo municipal e estadual para a sua solução, foi o fator que contribuiu para que Sousas e Valinhos, duas das áreas com importante concentração de colonos, tornassem distritos. Ou seja, a sua elevação à categoria está diretamente relacionada com busca de solução para grave problema vivenciado no distrito-sede e no distrito do Carmo e Santa Cruz.

Assim, é nos fatores relacionados a essa composição social da população de Sousas e Valinhos e ao contexto em que surgem como distrito que reside a consideração do nível desigual de poder político entre esses distritos recém-criados e o distrito-sede e o distrito do Carmo e Santa Cruz.

Em outras palavras, foi somente em função da atuação de fatores externos ao município, representada pelo programa estadual de saneamento, num contexto de crise urbana, que dois dos povoados com concentração de núcleos coloniais foram elevados a distritos.

Porém, por serem constituídos, principalmente, por colonos – constituindo-se, portanto, em novos atores com novos interesses – é que a esses distritos corresponderia um nível de poder político desigual em comparação com os

distritos principais do município, sendo que, uma das formas de se evidenciar esse desnível de poder político poderia ser através do pouco investimento do poder público nessas áreas, nesse momento.

Apesar disso, não se pode deixar de observar que o fato de ter ocorrido esse tipo de diferenciação político-territorial no município, embora tenha sofrido a influência de fatores externos, revelaria a mudança vivenciada pela sociedade campineira com a emergência de novos atores sociais e políticos no município.

Considerando-se o já discutido conservadorismo campineiro e a existência de outros núcleos coloniais nos demais povoados do município, argumenta-se que o tipo de diferenciação político-territorial, assinalado pelo desnível de poder político entre o distrito-sede e os distritos secundários, é o que caracterizará a elevação destes povoados à categoria de distrito.

Numa perspectiva neo-institucionalista histórica, este tipo de diferenciação político-territorial é o que influenciará os desdobramentos posteriores da organização territorial do município, marcando a consolidação da *hinterlândia* campineira, na sua dimensão política, com possíveis reflexos na sua dimensão econômica.

Considerando-se que a segunda metade do século XIX corresponde ao período de consolidação do Estado Imperial e de definição da sua política de terras e de colonização e, conseqüentemente, da definição dos elementos de articulação entre a dimensão político institucional e a reorganização da população no espaço, pressupõe-se que o mesmo seja válido para as escalas sub-nacionais, seja o estadual, seja o municipal.

Assim, considera-se que, nesse momento, o município de Campinas também vivenciava, por um lado, o processo de consolidação dos principais traços dos dois elementos da dimensão político-institucional selecionados para esse estudo, ou seja, as relações intergovernamentais e a interação Estado-sociedade e, por outro, a definição do seu posicionamento frente à política nacional de terras e colonização. Conseqüentemente, esses dois processos influenciarão os desdobramentos posteriores de organização territorial e de reorganização da população no espaço campineiro.

No próximo capítulo, será desenvolvida a terceira etapa da análise neo-institucionalista histórica sobre a articulação da dimensão político-institucional e a reorganização da população no espaço.

Será retomada a hipótese central do trabalho que sustenta que decisões políticas relacionadas à organização territorial, tomadas num ponto do passado, condicionadas pela dimensão político-institucional – expressa pelas relações intergovernamentais e pela interação Estado-sociedade – representariam uma espécie de *path dependence* (“trajetória condicionada”) dos desdobramentos posteriores da organização territorial e da reorganização populacional.

O capítulo será estruturado de forma a evidenciar que, apesar da existência de “pontos críticos” nos desdobramentos posteriores da organização territorial de Campinas, a lógica da articulação entre a dimensão político-institucional e a reorganização espacial da população continuará apresentando as mesmas características apresentadas no momento de definição inicial dessa articulação se não houver uma mudança na lógica presente na dimensão político-institucional, ou seja, nas relações intergovernamentais e/ou na interação Estado-sociedade.

O recorte espacial da análise do próximo capítulo se adaptará a cada etapa considerada. Assim, na primeira fase, o recorte espacial será o mesmo considerado no desenvolvimento do segundo e terceiro capítulo, porém será colocada ênfase na área compreendida pelos atuais municípios de Campinas, Sumaré e Hortolândia. Já na segunda e na terceira fases, o recorte espacial compreenderá as áreas dos atuais municípios de Sumaré e Hortolândia.

Por fim, considera-se que a análise da transformação da organização territorial e da reorganização da população no espaço campineiro a partir do processo de diferenciações político-territoriais intra-municipais, numa perspectiva neo-institucionalista histórica, fornecerá elementos novos para o debate recente sobre a “fragmentação da metrópole”, o que será explorado na seção final do próximo capítulo.

CAPITULO IV: DESDOBRAMENTOS DAS DIFERENCIAÇÕES POLÍTICO-TERRITORIAIS E POPULACIONAIS – DOS ESPAÇOS INTER-DISTRITAIS AO ESPAÇO METROPOLITANO

IV.1 – Desdobramento das Diferenciações Político-territoriais: da hinterlândia a diferentes espaços inter-distritais

O desenvolvimento da terceira etapa da análise neo-institucionalista histórica sobre a articulação entre o que convencionamos denominar por dimensão política-institucional e a reorganização da população no espaço constitui o objetivo central desta primeira seção.

Nesse sentido, entendendo a reorganização da população no espaço também como um processo tridimensional, ou seja, no qual atuam as dimensões demográfica, político-institucional e econômica⁴³³ e, a partir das duas primeiras etapas da análise, empreendidas nos capítulos segundo e terceiro, tendo como referência empírica o espaço campineiro, reforçou-se como questão central deste estudo o entendimento de como se dá a interação entre a dimensão político-institucional e o processo de reorganização da população no espaço⁴³⁴.

Definiu-se, no primeiro capítulo, que a dimensão político-institucional seria expressa pela atuação do Estado na organização do território sob sua jurisdição, a

⁴³³ Baseada na discussão sobre a tridimensionalidade do processo emancipatório, feita no primeiro capítulo, na qual se destacou que, embora tendo sido elaborada para se pensar o processo de criação de municípios, ela pode ser estendida para outros diferentes processos de transformação do espaço.

⁴³⁴ Como já foi destacado em outro momento, nesta tese, o processo de reorganização espacial da população está diretamente relacionada com o processo de redistribuição espacial da população que, por sua vez, decorre do fenômeno migratório. Embora os dois processos se influenciem mutuamente, a opção por centrar análise da dinâmica demográfica no processo de “reorganização populacional”, ao invés da “redistribuição populacional”, refere-se ao fato de ser mais apropriado para análise de escopo espacial mais reduzido, como é o nosso caso. Além disso, a idéia de “reorganização espacial da população” está mais diretamente relacionada com a atuação do Estado na organização do espaço – o que torna mais fácil a sua articulação com a dimensão político-institucional, expressa através da competência das diferentes escalas de governo na organização do seu território.

qual seria condicionada, em diferentes contextos, por dois fatores político-institucionais: as relações intergovernamentais e a interação Estado-sociedade.

Numa perspectiva neo-institucionalista histórica, definiu-se que a reflexão sobre a articulação entre a dimensão político-institucional e a reorganização da população no espaço teria seu ponto inicial no processo de elaboração da política de terras e de colonização, desenvolvido durante o Império, a partir da Lei de Terras de 1850, sendo que as formas assumidas por essa articulação dependeriam do posicionamento assumido pelas classes dominantes, municipais ou provinciais, diante da política central de terras e colonização.

No caso do município de Campinas, conforme desenvolvido nos capítulos terceiro e quarto, argumenta-se que as classes dominantes teriam assumido uma posição contrária à política central, contribuindo para a baixa ocorrência de diferenciações político-territoriais no município, durante a segunda metade do século XIX, favorecendo uma certa “coesão territorial” do espaço campineiro, ao longo de mais de meio século.

A partir da elaboração de uma tipologia e da análise daquilo que se denominou por “processo de diferenciação político-territorial intra-municipal”, constatou-se que, durante 1850 e 1900, observou-se que Campinas assumiu, inicialmente, uma forma de diferenciação político-territorial caracterizada pela existência do distrito-sede e diversos povoados, no qual o poder político estava concentrado no distrito-sede.

Posteriormente, Campinas assumiu outra forma, na qual co-existiam distrito-sede, distrito secundário e povoados, na qual o poder político era equilibrado entre os distritos, chegando, por fim, a uma forma final, caracterizada pela existência de distrito-sede, distritos secundários e povoados, na qual o poder político entre os distritos não é equilibrado.

Considerando o conservadorismo da sociedade campineira e o fato de que nos povoados ainda existentes no município era forte a presença dos imigrantes europeus em função dos núcleos coloniais (espontâneos e oficiais), argumenta-se que essa última forma de diferenciação político-territorial assumida por Campinas, caracterizada pelo desnível na distribuição do poder político entre os diferentes

distritos, com a influência preponderante dos interesses dos grupos dominantes do distrito-sede⁴³⁵ nas tomadas de decisões políticas⁴³⁶, é a que vai influenciar os desdobramentos da articulação entre a dimensão político-institucional e a reorganização da população no espaço, marcando sobremaneira as transformações do espaço campineiro ao longo do tempo.

Retoma-se, aqui, a hipótese central do estudo, baseada na perspectiva neo-institucionalista histórica, que sustenta que decisões políticas relacionadas à organização territorial⁴³⁷, tomadas num ponto inicial do tempo⁴³⁸, condicionadas pela dimensão político-institucional, cujos elementos considerados são as relações intergovernamentais e a interação Estado-sociedade⁴³⁹, representariam uma espécie de *path dependence* (“trajetória condicionada”) dos desdobramentos posteriores da organização territorial e da reorganização populacional.

Assim, considera-se que a lógica presente na articulação entre a dimensão político-institucional e a reorganização da população no espaço, definida no ponto inicial da análise, a partir da qual o processo de diferenciações político-territoriais geraria espacialidades, no interior no espaço campineiro, com níveis desiguais de poder político, com concentração maior no distrito-sede, adentraria o regime republicano e o século XX, influenciando os desdobramentos da organização territorial e populacional, desde a forma assumida pela sua *hinterlândia* até a

⁴³⁵ Neste caso, quando se falar dos interesses do distrito-sede de Campinas, estará se considerando os interesses dos grupos sociais mais influentes que habitam os distritos da Conceição e do Carmo e Santa Cruz, principalmente as áreas do seu centro urbano e arredores. Considera-se, em tese, que, em oposição a esses interesses, estariam os interesses da população que reside nos outros distritos secundários e povoados, sejam aqueles que desempenham atividades urbanas ou rurais, além das classes populares que habitam no próprio distrito-sede.

⁴³⁶ Essa preponderância de interesses do distrito-sede se traduziria, por um lado, pelo fato de as pessoas mais influentes do município habitarem nos distritos mais importantes – o da Conceição (distrito-sede) e o distrito do Carmo e Santa Cruz – e concentrarem aí sua participação e poder político e, por outro lado, pela concentração dos investimentos do poder público em melhoramentos urbanos e serviços públicos, incluindo obras de renovação urbana, se concentrarem nos dois distritos acima mencionados.

⁴³⁷ No nosso caso, refere-se ao processo de diferenciação político-territorial intra-municipal, o qual, além da dimensão territorial propriamente dita, implica as dimensões populacionais, sociais e políticas.

⁴³⁸ No nosso estudo, refere-se à segunda metade do século XIX.

⁴³⁹ No nosso estudo, trata-se do posicionamento da classe dominante campineira frente à política central de terras e de colonização, consubstanciada na lei de terras de 1850.

configuração de seu espaço inter-distrital, culminando no seu espaço inter-municipal⁴⁴⁰.

Nesse processo de transformação do espaço campineiro, existem dois momentos considerados como “pontos críticos”, os quais, na perspectiva neo-institucionalista histórica, corresponderiam àqueles momentos em que surgiria a possibilidade de interromper o *path dependence* e a transformação do espaço assumiria um caminho diferente⁴⁴¹.

Nesse sentido, definiu-se como “ponto crítico” a ocorrência de desmembramento municipal no espaço campineiro, em dois momentos: 1) em 1953, quando foi desmembrado o distrito de Sumaré; e, 2) em 1991, quando foi desmembrado o distrito de Hortolândia.

Por fim, para os propósitos do nosso estudo, a análise empreendida nesta primeira seção será dividida em dois momentos, sendo que o final de cada corresponderá a um “ponto crítico”. Esses dois momentos serão ordenados de acordo com as transformações do espaço campineiro, sendo destacadas as possíveis influências das relações intergovernamentais e da interação Estado-sociedade neste processo.

IV.1.1 – Da *hinterlândia* consolidada ao espaço inter-distrital (1900-1955)⁴⁴²

Primeiramente, destaca-se que, em termos gerais, esse período compreende mudanças significativas na sociedade brasileira, em termos políticos,

⁴⁴⁰ O emprego dessas categorias para analisar as transformações no espaço campineiro já foi discutido no segundo capítulo.

⁴⁴¹ Ver discussão feita no primeiro capítulo.

⁴⁴² Destaca-se que, devido às escolhas feitas com relação à estruturação desta tese, e buscando manter uma coerência com o estudo desenvolvido nos capítulos precedentes, decidiu-se que, nessa primeira seção da análise, será feito um teste da hipótese central do trabalho, que exigirá a abordagem das mudanças ocorridas na organização territorial do espaço campineiro ao longo de todo o século XX, atendendo, assim, a lógica da perspectiva neo-institucionalista histórica, que pressupõe uma extensão temporal relativamente longa para a avaliação de suas hipóteses explicativas. Porém, devido aos limites de tempo e espaço, intrínsecos a uma tese de doutoramento e, também, evitando uma leitura cansativa provocada, possivelmente, de uma descrição muito pormenorizada sobre os diversos aspectos políticos, demográficos, econômicos e sociais de cada contexto político-institucional considerado aqui, optou-se pela realização de uma visão mais panorâmica de cada fase considerada, destacando os aspectos mais diretamente relacionados com a questão abordada neste estudo.

econômicos, sociais e populacionais, as quais não se processaram de forma progressiva e linear, processando-se, antes, a partir de uma conjugação de avanços e retrocessos, e com o envolvimento de diferentes atores, com interesses específicos, contribuindo para o caráter complexo das mudanças registradas nessas primeiras cinco décadas do século XX⁴⁴³.

Não pretendendo esgotar todas as informações em descrições demasiadas longas, o que também não caberia nos limites deste estudo, basta ressaltar que, durante esse meio século, em termos político-institucionais, o regime republicano vivenciou uma fase “oligárquica”, uma ditadura e um período liberal-democrático⁴⁴⁴.

Em termos econômicos, o país passou de um padrão de acumulação “primário-exportador”, rompido com a crise de 1929⁴⁴⁵, e adentrou o processo de industrialização “restringida”, que perdurou de 1930 a 1955⁴⁴⁶, que se caracterizou, num primeiro momento, pela substituição das importações e pelo incentivo às indústrias de base, sob controle estatal.

Por sua vez, entre 1946 e 1955, por um lado, observa-se a implementação de uma política econômica que, ao restringir a importação de bens de consumo, favoreceu o avanço da industrialização e, por outro, o incentivo à industrialização,

⁴⁴³ Isso é válido, principalmente, quando se considera a participação popular no cenário político, e o tratamento dado às suas associações, e a estruturação e atuação do movimento operário, incluindo as entradas e saídas da clandestinidade do Partido Comunista Brasileiro. É válido, também, quando se consideram, no contexto dos arranjos político-institucionais, as relações intergovernamentais, que se tornaram cada vez mais complexas ao longo desse período. Baseado em Fausto (2000) e Carvalho (1996).

⁴⁴⁴ Baseado em Fausto (2000).

⁴⁴⁵ Fausto (2000) destaca que, embora existisse um predomínio de interesse da cafeicultura na política econômica federal, no período, havia uma diversificação da economia em curso, marcada, por um lado, pela produção agrícola para o mercado interno, com destaque para o estado do Rio Grande do Sul, mas tendo São Paulo também registrado investimento neste ramo. Por outro, pela implantação crescente da indústria, cuja concentração deu-se na capital federal e em São Paulo. O autor destaca ainda a importância da expansão do cultivo do algodão no período, que se dirigia tanto ao mercado externo como ao interno, sendo, neste último caso, voltado para atender as indústrias têxteis do país.

⁴⁴⁶ Baseado em Cano (1985). Veja-se também Semeghini (1991) e Baeninger (1996) como fonte de referência para essa discussão.

no início da década de 1950, através de investimentos públicos em sistemas de transporte e energia, com financiamento estrangeiro⁴⁴⁷.

Em termos sociais, embora, em 1950, a sociedade brasileira fosse ainda predominante rural, apresentando uma população urbana em torno dos 36% da população total⁴⁴⁸, no período entre 1900 e 1955, houve um importante crescimento das cidades e a diversificação de suas atividades, contribuindo para duas consequências sociais importantes.

Por um lado, de acordo com as observações de Penna (1999), “a sociedade brasileira deixara de ser dualista e passou a ser mais cosmopolita” (PENNA, 1999, p.68). Com isso, o autor apontara para o fato de que, no decorrer do regime republicano, no período considerado, embora persistissem os extremos sociais, formados pelos grandes proprietários rurais, de um lado, e por um conjunto da população marginalizada, por outro, setores intermediários se faziam cada vez mais presentes nas principais cidades do país.

Por outro lado, segundo Fausto (2000), o aumento populacional das grandes cidades e a diversificação de atividades econômicas configuraram-se em requisitos mínimos para a constituição de movimentos da classe trabalhadora. Nesse sentido, destaca-se o longo caminho de organização do movimento operário nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo que, desde as décadas iniciais do século XX, organizaram mobilizações e greves operárias nos grandes centros urbanos⁴⁴⁹.

⁴⁴⁷ Fausto (2000) destaca que, durante o seu segundo mandato (1951-1954), Vargas ainda voltava-se para a cafeicultura, mantendo uma política de sustentação de preços altos do café no exterior. (FAUSTO, 2000, pg.411).

⁴⁴⁸ Segundo Faria (1991), essa cifra correspondia a um valor absoluto de 18 milhões de habitantes. (FARIA, 1991, p.103).

⁴⁴⁹ Fausto (2000) destaca que, apesar da importância assumida pelos movimentos da classe trabalhadora durante 1910 e 1920, eles foram limitados e somente excepcionalmente alcançaram êxito. O autor enfatiza que as razões disso estariam “no reduzido significado da indústria, sob o aspecto econômico, e da classe operária, sob o aspecto político.” (FAUSTO, 2000, p.297). Esses movimentos da classe trabalhadora urbana assumem maior visibilidade a partir da década de 1930, diante do que a política trabalhista de Vargas definiu-se pelo enquadramento dos sindicatos na estrutura político-institucional do Estado centralizado “varguista”. Com isso, buscou-se reprimir os esforços de organização da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado (FAUSTO, 2000, p.335). A partir de 1946, após uma fase de repressão do PCB, de combate ao comunismo e de intervenções nos sindicatos, no governo Dutra, no segundo mandato de Vargas, cuja base de apoio foram os trabalhadores urbanos, houve uma retomada do incentivo à organização sindical e um favorecimento ao retorno dos comunistas. Vargas buscava, com isso, manter o controle sobre

Ao lado dos movimentos sociais urbanos, Fausto (2000) destaca a ocorrência dos movimentos sociais no campo, em diferentes pontos do país⁴⁵⁰. No estado de São Paulo, foram expressivas as greves por salários e melhores condições de trabalho, ocorridas nas fazendas de café do interior paulista, nos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do século XX. Após esse período, não se vê na bibliografia consultada qualquer outra referência a outras manifestações do campo de maior visibilidade até a década de 1950, quando começam a se mobilizar as ligas camponesas⁴⁵¹.

Em termos populacionais, de acordo com Bassanezi (1996), a população total do país passou de, aproximadamente, 17,5 milhões, em 1900, para próximo de 52 milhões de habitantes, a uma taxa de 2,2 %a.a. Já o estado de São Paulo, no mesmo período, passou de uma população próxima de 2,3 milhões de habitantes, em 1900, para uma população em torno dos 9 milhões de habitantes, em 1950, o que representou um crescimento anual de 2,8%⁴⁵².

Um segundo aspecto populacional, e que exerceu papel importante no crescimento total da população, entre 1900 e 1950, acima mencionado, refere-se à participação da população estrangeira no total da população. Assim, em 1900, os estrangeiros correspondiam a 6,2% do total da população do país e sua participação foi decrescendo gradativamente, entre as décadas, até corresponder, em 1950, a 2,4%.

O estado de São Paulo, por sua vez, também apresentou o mesmo decréscimo na participação dos estrangeiros na sua população, ao longo do período, porém com uma grande diferença de nível. Assim, enquanto em 1900, os

sua base política, porém, ele não conseguiu exercer esse controle, e o ano de 1953 foi marcado por uma onda de greves em decorrência da alta no custo de vida. (FAUSTO, 2000, pg.412).

⁴⁵⁰ Fausto (2000) divide esses movimentos sociais do campo em três grandes grupos: 1) os que combinaram conteúdo religioso com carência social; 2) os que combinaram conteúdo religioso com reivindicação social; e 3) os que expressaram reivindicações sociais sem conteúdo religioso. Segundo o autor, Canudos (destruída em 1897 pelas tropas federais) e o movimento formado em torno de Padre Cícero, no Ceará, entre 1872 e 1924, são exemplos do primeiro grupo. Por sua vez, o movimento do Contestado, em 1911, numa região limítrofe entre Santa Catarina e Paraná, é exemplo do segundo grupo. Por fim, os movimentos de greves por salários e melhores condições de trabalho nas fazendas de café paulistas são exemplos do terceiro grupo (FAUSTO, 2000, pg.295-296).

⁴⁵¹ Baseado em Fausto (2000).

⁴⁵² Ver dados em anexo.

estrangeiros representavam 21% da população paulista, em 1950, essa participação chegou a 7,6%⁴⁵³.

Esse decréscimo da participação dos estrangeiros no total da população do país, segundo Bassanezi (1996), estaria relacionado, por um lado, à reemigração ou à imigração de retorno de parcelas significativas de imigrantes e, por outro lado, às restrições colocadas pelos países, tanto para a saída de imigrantes para o Brasil, como no caso da Itália, em 1902, como para a entrada de imigrantes no país, a partir da política de cotas, estabelecida no início do governo Vargas (BASSANEZI, 1996, p.6).

Apesar desse decréscimo da participação dos estrangeiros na população total do país, a sua contribuição para o crescimento progressivo dessa população está mais diretamente relacionada com o seu impacto indireto dos que permaneceram, ou seja, através dos filhos gerados no país, contados como brasileiros pelos censos demográficos.

Um último aspecto a ser destacado refere-se ao crescimento da população urbana⁴⁵⁴ da região sudeste do país⁴⁵⁵ e, particularmente, do estado de São Paulo. De acordo com dados disponibilizados por Fausto (2000), entre 1920 e 1940, a população urbana da região sudeste correspondia a 14% da população total, em 1920, e, passou a corresponder a 19%, em 1940. Por sua vez, o estado de São Paulo possuía, em 1920, 29% de população urbana e, em 1940, essa proporção passou para 28%.

Além de considerar possíveis falhas do censo demográfico de 1920, uma outra explicação colocada por Fausto (2000) para esse decréscimo na população urbana paulista⁴⁵⁶ residiria na possibilidade de parcela significativa de migrantes

⁴⁵³ Ver dados em anexo.

⁴⁵⁴ Neste caso, população urbana é definida como a população urbana das cidades de 20 mil habitantes e mais. (FAUSTO, 2000, p.391).

⁴⁵⁵ Os dados utilizados para ilustrar o crescimento da população urbana, entre 1920 e 1940, foram extraídos de estudo de Villela & Suzigan (1973), no qual entre as regiões do país, aparece uma denominada “leste”. Como não há uma nota explicativa para isso em Fausto (2000), presumiu-se que a região “leste” corresponderia, pelo menos em parte, à atual região sudeste, incluindo, principalmente, o estado de São Paulo. Para evitar confusão, ao invés de “leste”, será usado o termo “sudeste”. Ver dados em anexo.

⁴⁵⁶ Na verdade, o autor estende essa explicação para todas as regiões do país.

não ter se dirigido, entre 1920 e 1940, para as cidades de maior porte, mas sim para aquelas com menos de 20 mil habitantes⁴⁵⁷.

Com isso, desembocamos na questão da rede urbana paulista e no processo emancipatório ocorrido no período. Nesse sentido, com relação ao período 1900-1950, Gonçalves (1998) destaca três momentos distintos de formação da rede urbana paulista.

Assim, o primeiro momento (1900-1929) estaria relacionado com a expansão do complexo cafeeiro, com a diversificação agrícola e com avanço da urbanização para o Oeste. Por sua vez, a segunda fase (1930-1943) estaria relacionada com a expansão do algodão e o crescimento industrial. Por fim, a terceira fase (1944-1959) estaria relacionada com o avanço da ocupação do Oeste, com a intensificação do crescimento industrial, com o adensamento do Leste e com a consolidação da metrópole paulistana (GONÇALVES, 1998, p.49).

Considerando o processo de criação de municípios no estado de São Paulo, entre 1900 e 1955⁴⁵⁸, observa-se uma certa correspondência com o estudo de Gonçalves (1998), pois do total de 281 novos municípios criados nesse período, 130 municípios (46,3%) surgiram entre 1946 e 1955 – momento em que, segundo a autora, por um lado, se avança a ocupação do interior paulista e, por outro, se intensifica a industrialização e adensa-se a ocupação da porção leste do estado⁴⁵⁹.

Em termos de regiões administrativas, constata-se uma maior correspondência com as observações de Gonçalves (1998) com relação à formação da rede urbana paulista, quando se considera, como exemplos, por um lado, o caso da região de Ribeirão Preto, onde do total dos municípios surgidos

⁴⁵⁷ Para confirmar essa hipótese, seria necessária uma análise mais aprofundada sobre o fenômeno migratório e o processo de desmembramento municipal, no período, o que não foi realizado pelo autor e também não será realizado aqui, por não ser esse o objetivo central deste estudo. Fica, aqui, a colocação de Fausto (2000) como instigação para estudos futuros.

⁴⁵⁸ Baseado em Siqueira (2003), a partir do qual se organizaram alguns dados, que constam em anexo.

⁴⁵⁹ Considerando o processo de criação de municípios em termos nacionais, destaca-se que dos 1.830 municípios surgidos no país, entre 1900 e 1960, 877 (48%) surgiram somente na década de 1950. Em termos regionais, na década de 1950, o número de municípios em todas as regiões cresceu em torno ou acima de 50%, com exceção das regiões norte e sudeste, cujo número de municípios cresceu 22% e 28,5%, respectivamente. Ver dados em anexo.

entre 1900 e 1955, 62,5% se concentraram entre 1900 e 1930, provavelmente, em função da expansão da cafeicultura na região. Por outro lado, a região de Campinas e a RMSP apresentaram maior concentração de municípios criados, 65% e 73%, respectivamente, no período 1946-1955⁴⁶⁰, relacionando-se diretamente com a industrialização, o adensamento populacional e a consolidação metropolitana, em curso nesse momento.

Entretanto, não se sustenta, aqui, a visão de que a criação de municípios represente um produto direto do desenvolvimento econômico, como parece sugerir o estudo de Gonçalves (1998), no qual a autora relaciona a menor ou a maior intensidade no surgimento de novos municípios aos recuos ou avanços no desenvolvimento econômico do estado.

Considera-se que a criação de novos municípios constitui um processo tridimensional, no qual atuam as dimensões econômica, demográfica e político-institucional, sendo que, em diferentes contextos, tem-se a atuação predominante de uma ou outra dimensão (Siqueira, 2003).

Na análise empreendida em 2003, com relação ao período 1900-1955, considerou-se que, em função, de um lado, da forma como se processou o desenvolvimento econômico paulista⁴⁶¹ e, de outro, da redistribuição da população no estado⁴⁶², sob os três diferentes contextos político-institucionais, houve uma atuação predominante das dimensões econômica e demográfica na definição no processo emancipatório no estado, no sentido de favorecer o surgimento de novos municípios no território paulista.

A dimensão político-institucional, nessa análise, considerada a partir das regras constitucionais que regulam o processo de criação de municípios, nos três contextos político-institucionais⁴⁶³, foi considerada como não restritiva do processo

⁴⁶⁰ Ver tabelas em anexo.

⁴⁶¹ Segundo Gonçalves (1998), caracterizado, por um lado, pela expansão da cafeicultura, paralelamente, ao crescimento do cultivo do algodão e da diversificação da produção e, por outro, pela intensificação da industrialização na porção leste do estado.

⁴⁶² De acordo com Gonçalves (1998), verifica-se uma dispersão da população no interior paulista e um adensamento populacional na porção leste do estado. Dados sobre a evolução da população nas diferentes regiões administrativas do estado corroboram as observações da autora. Ver dados em anexo.

⁴⁶³ Outro aspecto político-institucional considerado na análise refere-se à autonomia municipal. Nesse sentido, considerou-se a complexificação das relações intergovernamentais com relação à

emancipatório, mesmo considerando as exigências de caráter financeiro do período 1946-1964.

No entanto, o próprio desenvolvimento do presente estudo levou a um aprofundamento da reflexão sobre a tridimensionalidade do processo de criação de municípios. A partir da discussão desenvolvida no quarto capítulo, foi possível observar que a atuação das dimensões econômica, demográfica e político-institucional na criação de novos municípios acontece de forma muito mais complexa do que se colocou no estudo sobre o processo emancipatório⁴⁶⁴.

Nesse sentido, passa-se a considerar que a visibilidade da atuação das três dimensões não ocorre, simultaneamente, na mesma escala espacial. Assim, considera-se que, em escalas nacional, regional e sub-regional (ou intra-estadual), nas quais se estudou, primeiramente, a criação de municípios, as variações da atuação das dimensões demográficas e econômicas tornam-se mais visíveis por serem mais sensíveis aos processos de distribuição das atividades econômicas no território e de redistribuição espacial da população⁴⁶⁵.

Sob tais escalas, a dimensão político-institucional, considerada a partir das regras constitucionais ou da configuração administrativa e financeira do governo municipal, tendeu a apresentar uma atuação, de certa forma, homogênea, não apresentando variações significativas entre regiões, sub-regiões ou estados⁴⁶⁶. Esse aspecto é o que nos levou a considerar, em estudo anterior, a atuação secundária da dimensão político-institucional no processo de criação de municípios e, conseqüentemente, sendo vista de forma secundária, também, a

margem de atuação e decisão conferida aos governos municipais, tanto pelos estados como pela União, seja com relação à capacidade administrativa, seja com relação aos recursos a sua disposição. Nesses aspectos, sem sombra de dúvida, houve mudança significativa entre a Primeira República e a Segunda República, as quais devem ser avaliadas no contexto maior de transformações da sociedade (como a urbanização, a industrialização, a expansão da ocupação do território nacional, a extensão do direito de voto, as mudanças no sistema eleitoral e nas formas de organização dos diferentes grupos sociais, entre outros).

⁴⁶⁴ Refere-se a Siqueira (2003).

⁴⁶⁵ Como já foi destacado em outro momento, nos estudos demográficos, a redistribuição da população aparece como um processo que ocorre de forma associada ao processo de desenvolvimento econômico e distribuição das atividades econômicas no território.

⁴⁶⁶ Isso se torna evidente em estudos comparativos sobre o processo de criação de município, seja comparando diferentes municípios ou estados, seja comparando diferentes sub-regiões, dentro de um mesmo estado. Entre esses estudos, destacam-se Tomio (2002), Klering (1998), Shikida (1998) e Siqueira (2003).

sua influência sobre a reorganização territorial e a reorganização espacial da população.

Na realização do presente estudo, voltado à análise da articulação da dimensão político-institucional e a reorganização da população no espaço, a partir de uma perspectiva neo-institucionalista histórica, desenvolveu-se no capítulo precedente, numa escala espacial intra-municipal, a idéia de um processo de diferenciações político-territoriais como um elemento através do qual busca-se entender a articulação acima citada.

A partir desse processo de diferenciação político-territorial, foi possível dar maior visibilidade à forma como atua a dimensão político-institucional na reorganização territorial e populacional numa escala intra-municipal, através da consideração de dois elementos: as relações intergovernamentais e a interação Estado-sociedade.

Com isso, pôde-se observar que esse processo de diferenciações político-territoriais constitui uma etapa anterior ao processo de criação de municípios. Ou seja, o distrito que almeja sua emancipação, em qualquer contexto político-institucional, terá que já ter vivenciado um processo de diferenciação político-territorial prévio.

Vinculado dessa forma ao processo de criação de município é o que nos permite considerar que o processo de diferenciações político-territoriais também se constitui num processo tridimensional, sendo decorrente da atuação das dimensões demográfica, econômica e político-institucional.

No entanto, através dessas diferenciações é que foi possível observar as diferentes escalas espaciais em que atuam as três dimensões do processo de desmembramento municipal. Assim, enquanto em escalas maiores, é possível ter maior visibilidade da influência das escalas demográfica e econômica, apresentando a político-institucional uma atuação mais homogênea, em escalas espaciais menores, é possível ter maior visibilidade da atuação da dimensão político-institucional, tanto no processo de criação de municípios, como na organização territorial e na reorganização espacial da população.

Além disso, observou-se também as diferentes escalas temporais atuando no funcionamento dos dois processos associados. Com isso, a análise do processo de criação de municípios, num determinado contexto, deverá considerar a atuação das dimensões economia, demográfica e político-institucionais, em escala espacial mais ampla, que lhe são contemporâneas e, além disso, considerar a atuação da dimensão político-institucional, numa escala espacial menor, através das diferenciações político-territoriais, ocorridas em momentos prévios, as quais também sofreram influências da atuação de processos econômicos e demográficos prévios.

Com isso, tem-se os elementos para se pensar o papel desempenhado pela população na definição da dimensão político-institucional, através de um movimento circular realizado pelo desencadeamento de diferentes processos, ao longo do tempo, que se influenciam mutuamente.

Assim, considera-se que processos mais gerais de distribuição da atividade econômica no território nacional e de redistribuição espacial da população, num determinado momento do tempo, contribuem para a composição social das populações nas mais diversas escalas espaciais.

Numa escala espacial local, em função da composição social resultante dessa redistribuição populacional anterior, e a partir da dimensão político-institucional, os grupos dominantes locais decidem por uma determinada forma de organização territorial e, conseqüentemente, uma determinada forma de reorganização da população no espaço intra-municipal.

Essas novas espacialidades intra-municipais, dependendo do tipo de diferenciação político-territorial que representam e do respectivo poder político que possuem, em momentos posteriores do tempo, a partir da atuação da dimensão econômica, demográfica e política-institucional, numa escala espacial mais ampla, poderão ou não passar por um processo de desmembramento municipal.

Com isso, tem-se a interdependência entre a atuação em diferentes escalas espaciais e temporais das dimensões econômica, demográfica e político-institucional em processos diretamente relacionados com a organização do território e com a reorganização da população no espaço.

Depreende-se disso, por sua vez, que o que nos interessa mais, no presente estudo, é a escala local, na qual a diferenciação político-territorial intra-municipal constitui a resultante da articulação entre a dimensão político-institucional e a reorganização espacial da população.

Antes de começarmos a abordar o primeiro momento da análise, vale destacar o recorte espacial ao qual ele se refere. Assim, a figura 2 ilustra o espaço campineiro formado pelos territórios dos atuais municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana, Paulínia, Cosmópolis e Valinhos, porém, a maior parte da análise corresponderá ao espaço constituído por Campinas, Hortolândia e Sumaré.

Figura 2: Espaço Campineiro – 1900-1955



IV.1.1.1 – Consolidação da *hinterlândia* (1900-1930)

Retomando o conceito desenvolvido por Singer (1968), tem-se que *hinterlândia* se refere a uma inter-relação entre um determinado centro urbano e suas “regiões tributárias”, onde estas fornecem produtos para o primeiro e, em contrapartida, consomem bens e serviços daquele⁴⁶⁷.

Na discussão feita anteriormente sobre esse conceito, observou-se que, embora o autor reconhecesse que, além do fornecimento de mercadorias produzidas, as “regiões tributárias” forneciam aos centros urbanos outros bens de caráter político, social ou religioso, a sua definição de *hinterlândia* é estritamente econômica.

Diante disso, considerou-se que a formação de uma *hinterlândia* possui outras dimensões além da econômica, entre as quais destaca-se, no presente estudo, a dimensão político-institucional. Nesse sentido, argumenta-se que a configuração das dimensões econômica e política de uma *hinterlândia* ocorre em tempos e ritmos diferentes e em função de diferentes condicionantes⁴⁶⁸.

Com relação a Campinas, a partir de estudos sobre seu desenvolvimento histórico e econômico⁴⁶⁹, pode-se afirmar que a dimensão econômica de sua *hinterlândia* – considerada, aqui, como a inter-relação entre o seu centro urbano (constituído pelo distrito-sede e pelo distrito do Carmo e Santa Cruz) e os diversos povoados existentes em seu território (suas “regiões tributárias”) – constituiu-se no decorrer da segunda metade do século XIX, em função do desenvolvimento da economia cafeeira no município.

Por sua vez, considera-se que a dimensão político-institucional de sua *hinterlândia* – expressa pela elevação de povoados à categoria de distrito a partir

⁴⁶⁷ A apresentação e a discussão sobre esse conceito foram feitas anteriormente.

⁴⁶⁸ Não se pretende, aqui, a realização de uma análise em profundidade da configuração das dessas duas dimensões da *hinterlândia*. Pretende-se apenas apontar que se considera a configuração de uma *hinterlândia* é um processo complexo, envolvendo diferentes dimensões que possuem ritmo e condicionantes próprios.

⁴⁶⁹ Baseado, principalmente, em Lapa (1995), Semeghini (1991), Toledo (1995) e nos históricos dos municípios de Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana, Cosmópolis e Valinhos, extraídos do material disponibilizado nos sites oficiais das respectivas prefeituras.

do processo de diferenciações político-territoriais⁴⁷⁰ – começou a se configurar a partir do final do século XIX e na primeira década do século XX e se consolidou na década subsequente.

Assim, quando se afirma que entre 1900 e 1930 é o período em que se consolidou a *hinterlândia* campineira, pretende-se destacar que foi nesse momento que se definiu mais claramente o poder político assumido por cada espacialidade no território campineiro e que vai influenciar as alterações sofridas na organização territorial e na reorganização da população no espaço.

Com isso, argumenta-se que a consolidação da *hinterlândia* campineira é um processo que se completará até 1930, quando mudanças políticas e econômicas, no plano mais geral, fornecem novos elementos que contribuem para tornar mais complexa a articulação entre a dimensão político-institucional e a reorganização espacial da população.

Passaremos a abordar, então, os elementos político-institucionais e demográficos que atuaram no sentido de consolidar, no espaço campineiro, a sua *hinterlândia*.

Assim, em relação ao regime republicano inaugurado em 1889, a sua natureza pode ser evidenciada a partir da seguinte observação feita por Sérgio Buarque de Holanda a respeito da Primeira República. Nesse sentido, o historiador afirma que

O Império dos fazendeiros... só começa no Brasil com a queda do Império. (HOLANDA, 1976⁴⁷¹ *apud* LIMA, 1986, p.9)

⁴⁷⁰ Argumenta-se que a formação da *hinterlândia* a partir de “regiões tributárias” que são, por sua vez, povoados e distritos de um município maior seria uma especificidade de Campinas. Quando se toma o estudo de Singer (1968), principalmente o caso de Porto Alegre, observa-se que a formação da *hinterlândia*, nesse caso, envolveu espacialidades independentes político-administrativamente, como é o caso de Porto Alegre e São Leopoldo. O caso da *hinterlândia* de São Paulo também contrastaria com o de Campinas, uma vez que a formação de sua *hinterlândia* envolveu tanto povoados e distritos de São Paulo, como espacialidades de outros municípios que não se originaram, necessariamente, do município de São Paulo, incluindo a caso de um antigo município (Santo Amaro) que, posteriormente, tornou-se distrito de São Paulo. Sustenta-se, aqui, que essas formas diferenciadas de organização político-institucional do território e da população influenciam as características das diferentes *hinterlândia*'s e, conseqüentemente, os desdobramentos posteriores da articulação entre a dimensão político-institucional e a reorganização população.

⁴⁷¹ HOLANDA, S.B. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, t.II, vol.5, 1972.

A partir de tal colocação, nos remetemos às duas versões do republicanismo que tiveram espaço, ao momento anterior à proclamação da República. De acordo com Carvalho (1996), a versão do republicanismo difundida no distrito federal defendia os direitos e liberdades do indivíduo, enquanto a versão dos cafeicultores paulistas defendia a autonomia das províncias⁴⁷².

Conforme alude a observação de Buarque de Holanda, a versão republicana vitoriosa com a instauração do regime republicano foi a dos fazendeiros paulistas, que se preocuparam muito mais, na construção de um regime federativo, em garantir a autonomia dos estados em relação à União, do que com a expansão da cidadania às camadas populares da sociedade.

Uma vez instaurado o novo regime, o problema central a ser resolvido, segundo Carvalho (1996), era a organização de um outro pacto de poder. Conforme o autor, o regime republicano traria consigo a promessa de uma maior envolvimento da participação popular nas questões públicas, porém as primeiras décadas republicanas foram marcadas por uma atuação preventiva sistemática do poder público contra pobres (brasileiros e imigrantes) e negros⁴⁷³, com objetivo de inibir uma maior mobilização popular⁴⁷⁴.

Segundo Carvalho (1996), a principal preocupação dos setores mais poderosos da economia (agricultura de exportação), nesse momento, era acabar com a instabilidade política no país. Nesse sentido, era necessário neutralizar a

⁴⁷² Ver discussão feita sobre esse aspecto político do Império anteriormente.

⁴⁷³ O autor destaca uma série de medidas de intervenção urbana pelo poder público, no Rio de Janeiro, que resultou na destruição de moradias populares e expulsão da população pobre das regiões centrais da cidade, que causaram grandes protestos dessa parcela da população. Além disso, Carvalho (1996) destaca o surgimento das organizações populares e as tentativas de fundação de partidos operários na cidade do Rio de Janeiro, que foram coibidos pelo poder público. Por sua vez, Fausto (2000) destaca as mobilizações populares urbanas e rurais, nesse contexto, em diferentes estados.

⁴⁷⁴ Carvalho (1996) destaca como o próprio jogo eleitoral funcionava no sentido de inibir a participação popular nas eleições. A Constituição de 1891, ao eliminar o requisito de renda, embora tenha mantido o da alfabetização, poderia representar uma maior abertura à participação popular. Porém, ao deixar nas mãos dos chefes políticos locais, através do compromisso “coronelista”, o controle do processo eleitoral, e não estabelecer o sigilo do voto, contribuiu para que o exercício do voto fosse visto pelas classes populares como uma atividade arriscada, pois os “resultados” eram obtidos com violência, através dos empregos de milícias particulares para garantir a “vitória” dos chefes situacionistas. Isso valia tanto para os grandes centros como para as cidades menores. Baseado em Carvalho (1996), Leal (1980; 1949) e Fausto (2000).

influência da capital na política nacional, através da retirada dos militares do governo e da redução do nível de participação popular (CARVALHO, 1996, p.31).

Assim, a forma indireta de neutralizar a capital e as forças sociais nela atuantes se daria através de um arranjo político-institucional que fortalecesse dos estados, pacificando e cooptando suas oligarquias. Esse arranjo político-institucional foi obtido através da “política dos governadores”, implementada no governo Campos Sales (1898-1902)⁴⁷⁵.

Por sua vez, é a partir do funcionamento da “política dos governadores” que Abrucio (1998) analisa a primeira etapa de desenvolvimento do federalismo brasileiro e destaca os principais elementos constituintes das relações intergovernamentais na Primeira República.

Segundo o cientista político, os principais aspectos da “política dos governadores” podem ser resumidos da seguinte forma⁴⁷⁶:

- 1) Os governadores de estado eram os atores mais importantes do sistema político, no âmbito nacional e no plano estadual;
- 2) A constituição do poder nacional, por meio das eleições presidenciais, passava por um acordo entre os principais estados da federação, São Paulo e Minas Gerais, e mais especificamente pelos governadores desses estados;
- 3) Embora o presidente ocupasse o lugar de Poder Moderador, de fato ele não tinha a força necessária para exercer esse papel, especialmente em situações de conflito com os grandes estados. Porém, o presidente da República exercia uma importante função: garantir a supremacia das oligarquias estaduais no Congresso Nacional por intermédio da verificação dos poderes, que consistia no processo de diplomação dos deputados;
- 4) Inexistência de partidos nacionais, o que fortalecia ainda mais a situação dos governadores. O poder na Primeira República estava nas mãos dos partidos estaduais, e, via de regra, em cada estado havia um sistema unipartidário;

⁴⁷⁵ Baseado em Carvalho (1996).

⁴⁷⁶ ABRUCIO, 1998, p.35-38.

- 5) O pacto da “política dos governadores” perpetuou no poder todas as oligarquias estaduais que estavam no governo Campos Sales, o que significou o “congelamento da competição nos estados”⁴⁷⁷.
- 6) Significado político da transformação dos presidentes de província (nomeados pelo Imperador) em governadores de estados (eleitos pelo voto).

Por sua vez, o funcionamento da “política dos governadores” dependia do funcionamento de outro mecanismo: o “coronelismo”. De acordo com Leal (1949), o “coronelismo” característico da Primeira República, define-se como um sistema político

(...) dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido. (LEAL, 1949, p.252)

Tratava-se de um sistema político essencialmente governista, no qual o poder local, representado pelos “coronéis”, por meio do controle dos votos, fornecia apoio ao governo estadual na forma de votos e, por sua vez, os governadores garantiam ao “coronel” o controle dos cargos públicos.

Assim, de acordo com Leal (1980), o sistema de compromisso coronelista nascia

(...) da necessidade que tinha a liderança política estadual de dispor de votos dependentes do senhorio rural – o que representava a fraqueza do Estado, de um lado, e, de outro, a fraqueza social e política dos coronéis, que necessitavam do prestígio de empréstimo do governo estadual para reforçar o seu próprio prestígio local (...). (LEAL, 1980, p.13)

A partir do estudo de Abrucio (1998), pode-se observar que o governador estadual está no centro das relações intergovernamentais na Primeira República. Assim, se, por um lado, o governador exercia um controle político sobre o poder

⁴⁷⁷ LESSA, 1988 *apud* ABRUCIO, 1998, p.37. LESSA, R. **A invenção republicana**. São Paulo: Vértice, 1988.

local⁴⁷⁸, por outro, os governadores de estado adquiriram independência em relação ao governo federal, fazendo com que o poder deste estivesse submetido à “política dos governadores”.

Diante disso, o cientista político afirma que foi esta independência adquirida pelo poder estadual, traduzida na eleição do governador, que se constituiu a “base original do federalismo brasileiro” (ABRUCIO, 1998, p.38). Em contraste com isso, ao longo da Primeira República, a União assumiu o controle de mecanismos administrativos e financeiros, justamente, à medida que São Paulo, a principal força da federação, necessitava da centralização administrativa e financeira para atender os interesses cafeeiros (ABRUCIO, 1998, p.36).

Com relação a Primeira República, como um todo, Abrucio (1998) destaca que o surgimento da estrutura federativa que ocorre nesse momento no Brasil “não conseguiu estabelecer uma relação de interdependência entre a União e os estados”⁴⁷⁹, sendo que, no plano das relações federativas, “predominava a força dos governadores dos estados mais ricos da nação”, enquanto, no âmbito dos estados, “predominava a figura do governador e de ‘sua’ máquina política estadual” (ABRUCIO, 1998, p.40).

Com relação à esfera de atuação do governo municipal, especificamente, Abrucio (1998) destaca que a Primeira República deu pouca autonomia política e financeira aos municípios, contribuindo para a sua dependência em relação ao governo estadual (ABRUCIO, 1998, p.38).

Sadek (1991) complementa esse quadro, afirmando que, com o objetivo de concentrar o poder na órbita estadual, as Constituições estaduais reduziram ao mínimo os preceitos de autonomia municipal, definidos pela Constituição Federal,

⁴⁷⁸ Segundo Abrucio (1998), esse controle político que o governador exercia sobre o poder local acontecia por três razões: 1) o poder federal era ainda muito frágil e pouco competia com os estados no processo de conquista de apoio dos chefes políticos locais; 2) a base legal da Primeira República dava pouca autonomia política e financeira aos municípios, o que redundava em dependência política e econômica do poder local em relação ao governador; e 3) devido ao compromisso coronelista, que previa o controle dos votos pelos chefes locais em favor do governador situacionista, em troca do controle dos recursos e empregos público, proporcionado pelo governador. (ABRUCIO, 1998, p.38).

⁴⁷⁹ Conforme o “princípio de autonomia” e o “princípio de interdependência”, característicos dos sistemas federativos, apresentados no primeiro capítulo.

colocando as municipalidades sob a tutela dos governos estaduais (SADEK, 1991, p.10).

Com relação ao segundo aspecto político-institucional – a interação Estado-sociedade – Abrucio (1998) fornece elementos que apontam para a sua caracterização nesse momento. Nesse sentido, o autor observa que o federalismo no Brasil surgiu dissociado da República, destacando que

O federalismo da Primeira República foi o reino das oligarquias, do patrimonialismo e da ausência do povo no cenário político. Ou seja, anti-republicano por excelência. (ABRUCIO, 1998, p.40)

Com isso, observa-se que a tomada de decisões políticas, nesse contexto, foi feita levando-se em conta, exclusivamente, os interesses dos grupos sociais dominantes, embora o sistema “coronelistas” dependesse da participação popular nos pleitos eleitorais. O que nos leva a considerar que os interesses das classes trabalhadoras e populares não circulavam pelas vias oficiais de participação política, não moldavam decisões políticas e não serviam de pressão às classes dirigentes.

Isso nos remete ao que Kowarick & Ant (1982) denominaram por “autoritarismo privatista”. Ou seja, ao abordarem a situação do “nascente proletariado” nos primórdios da industrialização, no início do século XX, na cidade de São Paulo, os autores destacam as duras condições de trabalho, impostas pelo “potentado fabril”, às quais estavam sujeitos os trabalhadores⁴⁸⁰ que, não possuíam, por sua vez, poder suficiente para se contrapor e impor o atendimento de suas reivindicações.

A essa forma de interação entre a classe proprietária e os operários, Kowarick & Ant (1982) deram o nome de “autoritarismo privatista”, que de acordo com os autores, expressaria a inexistência de

⁴⁸⁰ Segundo os autores, eram impostos aos trabalhadores salários extremamente baixos e jornadas de trabalho prolongadas. Soma-se a isso o fato de que “uma vasta oferta de mão-de-obra propiciava uma rápida e fácil substituição dos trabalhadores, seja quando estes eram alquebrados pelas rotinas presentes nas unidades fabris, seja quando reivindicavam alterações na draconiana ordem social e econômica vigente”. (KOWARICK & ANT, 1982, p.59).

(...) qualquer mediação estatal que desse um mínimo de ordenamento à flagrante anarquia do capital em relação à exploração da força de trabalho. (KOWARICK & ANT, 1982, p.59)

Embora os autores estivessem se referindo a relação entre dois grupos sociais no mundo do trabalho, essa inexistência de uma intermediação dos interesses dos trabalhadores ou grupos populares pode ser estendida para o mundo público, para o espaço da participação política.

Assim, considerando, por um lado, o poder político dos chefes locais, proporcionado pelo compromisso “coronelistas” e, por outro, a prevenção republicana contra os grupos populares e o caráter anti-republicano do federalismo da Primeira República, pode-se argumentar que, no espaço do debate político, a interação entre os grupos dirigentes locais – que representam o Estado – e as camadas populares também foi caracterizada pelo “autoritarismo privatista”, ou seja, decisões políticas que interferissem diretamente na vida desses grupos sociais seriam impostas de cima para baixo, sem que levassem em conta a opinião ou os interesses das camadas populares no momento da tomada de decisão política, devido à ausência de instâncias ou intermediações através das quais esses interesses pudessem ser canalizados.

Nesse contexto, em casos onde tenha havido a escolha de determinadas soluções políticas que possam parecer divergentes de interesses locais mais tradicionais, considera-se que, na tomada de tais decisões políticas, possam ter ocorrido duas formas de interferência na política local: 1) influência de interesses de outras esferas de governo na tomada de decisão local; ou 2) pressão exercida por trabalhadores e grupos populares, através de mobilização coletiva, expressa por manifestações públicas, geralmente com emprego da violência.

Feitas as considerações sobre a dimensão político-institucional da Primeira República, passaremos para a nossa referência empírica para abordar o processo de diferenciação político-territorial, no município de Campinas, referente a esse momento, tendo em vista a sua contribuição para a formação da *hinterlândia* campineira.

Começaremos esse ponto abordando as principais características sócio-econômicas, referentes ao período 1900-1930, as quais contribuíram para a definição das respectivas diferenciações político-territoriais.

Assim, tem-se que esse período é caracterizado por Cano (1985) como a fase em que prevaleceu no país o padrão de acumulação primário-exportador. Na prática, isso foi traduzido, conforme o estudo de Fausto (2000), pelo predomínio de atividades agro-exportadoras na economia nacional⁴⁸¹, sendo o café o principal produto. Em segundo plano, destacava-se tanto o crescimento da produção agrícola voltada para o mercado interno⁴⁸² como a implantação crescente da indústria⁴⁸³, concentrada nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo⁴⁸⁴.

Com relação ao estado de São Paulo, dentre os principais processos em curso nesse período, Semeghini (1991) destaca, na agricultura, os seguintes processos: por um lado, tem-se a fase de crise do primeiro ciclo longo do café (1898-1918) e a realização do segundo ciclo longo do café (1918-1930)⁴⁸⁵, por outro lado, tem-se a diversificação da agricultura paulista, expressa pela criação de gado, industrialização da carne e a fruticultura (SEMEGHINI, 1991, p.65).

Por sua vez, na indústria, Semeghini (1991) destaca, em conformidade com Fausto (2000), o processo de industrialização a partir da dinâmica cafeeira,

⁴⁸¹ Fausto (2000) destaca que, até 1930, o Brasil era um país predominantemente agrícola, pois, conforme o censo demográfico de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura, 1,2 milhão (13,8%) à indústria e 1,5 milhão (16,5%) aos serviços. (FAUSTO, 2000, p.281-282).

⁴⁸² O crescimento desse tipo de produção agrícola deu-se tanto no estado de São Paulo como em outros estados do país. Baseado em Fausto (2000).

⁴⁸³ Os principais ramos seriam: têxtil, alimentação e bebidas (Fausto, 2000).

⁴⁸⁴ Com relação ao crescimento industrial paulista, Fausto (2000) destaca a importância da atuação de dois fatores inter-relacionados: o financiamento do setor cafeeiro na atividade industrial e a presença de imigrantes nas duas pontas da indústria: como donos de empresas e como operários. (FAUSTO, 2000, p.287-288).

⁴⁸⁵ Semeghini (1991) destaca que, em 1920, Campinas foi o principal produtor de café do estado, apesar da crise cafeeira do período anterior. O autor aborda esse ponto, comparando a produção cafeeira de Campinas à produção cafeeira de Ribeirão Preto (importante centro produtor de café do Oeste paulista). Nesse aspecto, vale ressaltar a importância da *hinterlândia* campineira para esse desempenho de Campinas na produção cafeeira. O próprio economista destaca que se fosse considerada a produção cafeeira dos municípios de Cravinhos e Sertãozinho (desmembrados de Ribeirão Preto, em 1897 e 1896, respectivamente), a produção de Ribeirão Preto seria maior da de Campinas (SEMEGHINI, 1991, p.71). Isso nos permite enfatizar a importância da coesão territorial da *hinterlândia* campineira para as posições alcançadas por Campinas no cenário econômico estadual.

constituindo-se o capital cafeeiro na matriz do capital industrial (SEMEGHINI, 1991, p.75).

Em função disso, destaca-se, conforme Semeghini (1991), duas importantes mudanças socioeconômicas no território paulista: por um lado, tem-se a ocupação de vasta porção do território paulista na sua porção Oeste, em função da expansão cafeeira⁴⁸⁶, e, por outro, uma clara diferenciação regional no estado: a porção Oeste, de ocupação mais recente, e a porção Leste, de ocupação mais antiga (SEMEGHINI, 1991, p.84-85).

Com relação, especificamente, a Campinas, Semeghini (1991) destaca que, em função da dinâmica do complexo cafeeiro⁴⁸⁷, da própria herança do auge cafeeiro⁴⁸⁸, do desenvolvimento de novas culturas e da mudança da estrutura fundiária em seu território⁴⁸⁹, fortaleceu-se a posição do município no sistema de transporte e comunicação do estado, permitindo que Campinas continuasse sendo o principal centro do interior, ou, como coloca Baeninger (1996), que Campinas se configurasse como um pólo regional do estado (BAENINGER, 1996, p.33).

Por sua vez, o entroncamento ferroviário instalado em Campinas e o processo de retalhamento das grandes propriedades tiveram repercussões diretas na sua estruturação urbana, tendo se definido, conforme aponta Gabriel (1995), a

⁴⁸⁶ De acordo com Gonçalves (1998), esse período corresponde à fase de expansão da rede urbana paulista, na qual o avanço da urbanização para o Oeste foi influenciado pelo complexo cafeeiro e diversificação da agricultura (GONÇALVES, 1998, p.49). Os dados de criação de municípios entre 1900-1930 corroboram essa colocação, a partir dos quais observa-se que as regiões com maior número de municípios criados são as que se localizam na porção Oeste do estado: São Jose do Rio Preto (19), Marília (17) e Bauru (11). Ver dados em anexo.

⁴⁸⁷ De acordo com o autor, a marcha do café no estado se processava a partir das “zonas velhas” (onde Campinas se localizava), onde a produtividade declinava, em direção às “zonas pioneiras”, onde o rendimento das plantações era máximo (SEMEGHINI, 1991, p.84). Com isso, as grandes propriedades das áreas mais antigas, para aproveitar o investimento em infra-estrutura recebido, foram sendo retalhadas e vendidas e nelas foi se dando a diversificação da agricultura.

⁴⁸⁸ A forma assumida pela estruturação das estradas de ferro no estado de São Paulo, principalmente os ramais da Paulista e da Mogiana, permitiram que Campinas se transformasse em importante entroncamento ferroviário, potencializando sua centralidade do estado (Semeghini, 1991).

⁴⁸⁹ De acordo com Semeghini (1991), é possível observar que a mudança na estruturação fundiária e o desenvolvimento de novas culturas encontram-se correlacionados. Em função do retalhamento das grandes propriedades, cresceu, no município, o número de pequenas e médias propriedades, adquiridas principalmente pelos imigrantes, que constituíram os núcleos de colonização do município, que se dedicaram à produção de culturas para o mercado interno. Com relação às transformações na estrutura fundiária de Campinas, ver Semeghini, 1991, p.68.

configuração de duas regiões bem distintas no município, caracterizadas por formas distintas de ocupação territorial.

Nesse sentido, a historiadora destaca, primeiramente, a região localizada ao sul, com áreas médias de propriedades rurais mais baixas, representada pelos distritos de Rebouças, Valinhos, Cosmópolis, Vila Americana e Vila Industrial⁴⁹⁰, e, em segundo lugar, a região localizada ao norte, com áreas médias mais elevadas, compreendendo os distritos de Santa Cruz (Castelo, Barão Geraldo e Amarais), Conceição e Sousas⁴⁹¹.

Segundo Gabriel (1995), essa diferenciação na estruturação territorial de Campinas teria influenciado a orientação dos imigrantes italianos no sentido de se tornarem proprietários rurais e urbanos. Assim, a autora destaca que, nas áreas onde as propriedades eram menores e, provavelmente seu valor de compra mais baixo, a presença de italianos como proprietários rurais e urbanos era maior. Com isso, os núcleos coloniais italianos tenderam a se concentrar nos distritos de Rebouças, Valinhos, Cosmópolis e Vila Americana⁴⁹².

Tais áreas tornaram-se mais acessíveis tanto para o estabelecimento particular dos italianos, como para a aquisição pelo poder público de terras para posterior estabelecimento de núcleos de colonização oficiais.

Argumenta-se, aqui, que é justamente a criação desses núcleos de colonização, de caráter particular ou oficial, o elemento principal a partir do qual é possível compreender o processo de diferenciação político-territorial, nesse período, no território campineiro, e é o significado da sua criação no município de Campinas que passaremos a abordar mais detidamente.

Porém, a abordagem do processo de criação dos núcleos de colonização nos diversos povoados, no território campineiro, e sua posterior elevação à categoria de distritos secundários, através de um processo de diferenciação

⁴⁹⁰ Onde, provavelmente, o retalhamento das grandes propriedades foi maior. Nesse sentido, Toledo (1995) destaca a importância do parcelamento e venda das antigas propriedades na região do distrito de Rebouças (que inclui o território dos atuais municípios de Sumaré, Hortolândia e Nova Odessa) no estabelecimento de núcleos de colonização particulares e oficiais.

⁴⁹¹ Provavelmente, onde foi menor o retalhamento das grandes propriedades.

⁴⁹² Segundo Gabriel (1995), a grande concentração de italianos em Rebouças, Valinhos, Cosmópolis, Vila Americana e Sousas permite falar de reconstrução de verdadeiras “vilas italianas” nesses distritos (GABRIEL, 1995, p.156).

político-territorial intra-municipal, exige a caracterização da redistribuição espacial da população que antecedeu ao processo de reorganização da população no momento em que tornam-se importantes, no cenário campineiro, os núcleos de colonização.

Nesse sentido, de acordo com Bassanezi (1996) e Vainer (1996), pode-se afirmar que o processo de redistribuição espacial da população, referente ao período 1870-1900, ou seja, no momento que antecedeu a formação dos núcleos de colonização em Campinas, foi influenciado, principalmente, pela expansão da economia cafeeira no estado de São Paulo, em função da qual sua principal característica está relacionada com a redistribuição tanto da população escrava como da imigrante no território nacional e, particularmente, no território paulista.

Assim, com relação à população escrava presente na província de São Paulo, em 1872 e 1886, observa-se, de acordo com a tabela 4.1, ela foi reduzida de 156.612 escravos, em 1872, para 107.085, em 1886, já às portas da abolição da escravatura.

Tabela 4.1: População escrava total
Província de São Paulo
1872-1886

Municípios	1872		1886	
	n	%	n	%
Araraquara	1.417	0,9	1.300	1,2
Campinas	13.685	8,7	9.986	9,3
Mogi Mirim	5.006	3,2	2.300	2,1
Piracicaba	5.414	3,5	3.416	3,2
Rio Claro	3.935	2,5	3.304	3,1
São Paulo	4.320	2,8	493	0,5
Demais municípios	122.835	78,4	86.286	80,6
Província de São Paulo	156.612	100,0	107.085	100,0

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872; Relatório da Comissão Central de Estatística de São Paulo, 1888. *Apud* BASSANEZI, 1998.

Considerando o município de Campinas, em comparação com os demais municípios selecionados, observa-se que, em 1872, ele detinha aproximadamente 9% de toda escravaria da província de São Paulo, sendo que, dentre os demais municípios, a segunda maior escravaria encontrava-se em Piracicaba, que detinha

3,5% da população escrava da província, e o menor peso foi registrado em Araraquara, então “boca do sertão”, que possuía 1.417 escravos, que equivalia a menos de 1% do total dessa população.

Em 1886, embora a população escrava de Campinas tenha se reduzido em termos absolutos, passando de 13.685 para 9.986 escravos, sua participação na população escrava paulista aumentou, ficando acima dos 9%. Essa redução foi registrada nos demais municípios selecionados, sendo que o peso relativo da população escrava aumentou em Araraquara e Rio Claro, e diminuiu em Piracicaba (3,2%), Mogi-Mirim (2,1) e São Paulo (0,5%).

Com isso, tem-se que, na fase final do Império, Campinas foi um dos principais pólos de redistribuição da população escrava no território paulista, tendo o município detido, desde 1854 até o final da escravidão, a maior escravaria da província, sendo que, em algumas ocasiões, sua população escrava foi superior à população livre⁴⁹³.

Uma outra forma de olhar esse aspecto da redistribuição populacional seria através da consideração da província de origem da população brasileira no município de Campinas.

Assim, considerando os dados do recenseamento de 1872⁴⁹⁴, observa-se que, tanto em Campinas como outros municípios do Oeste paulista e na capital⁴⁹⁵, depois do Sudeste, o Nordeste constitui a principal região de origem da população brasileira não-natural do município, sendo a Bahia o principal estado fornecedor de contingentes populacionais⁴⁹⁶.

Por sua vez, esses dados, agrupados de acordo com a condição social, estão disponibilizados na tabela 4.2:

⁴⁹³ A discussão sobre esse aspecto já foi feita em capítulos precedentes.

⁴⁹⁴ Para o período considerado, esse tipo de informação só existe no recenseamento de 1872, não se encontrando a mesma informação nos censos posteriores, até 1920, o impede uma análise comparativa do período.

⁴⁹⁵ Os dados encontram-se nas tabelas em anexo.

⁴⁹⁶ Para o conjunto da população da província de São Paulo, a população originária do Sudeste, em 1872, correspondia a 95% da população brasileira, incluindo aí a população nascida no próprio município de referência. Por sua vez, o Nordeste contribuía com 3%, o que equivalia a 24.908 pessoas. Considerando o município de Campinas, a população originária do Sudeste correspondia a 91% e do Nordeste, a 7%. (Ver dados em anexo).

Tabela 4.2: População brasileira, segundo região de origem
Município de Campinas, 1872

Regiões e Províncias de origem	Pop. Livre		Pop. Escrava		Pop. Total
	n	%	n	%	
NORTE	12	0,1	24	0,2	36
NORDESTE	203	1,3	1.874	15,0	2.077
Bahia	107	0,7	1.013	8,1	1.120
SUDESTE	15.404	97,9	10.307	82,5	25.711
São Paulo*	14.890	94,6	9.250	74,1	24.140
CENTRO-OESTE	21	0,1	20	0,2	41
SUL	100	0,6	261	2,1	361
Total	15.740	100,0	12.486	100,0	28.226

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. *Apud* BASSANEZI, 1998.

* Está incluída a população nascida no município de Campinas

De acordo com esses dados, observa-se que, enquanto a população livre de Campinas era predominantemente originária da região sudeste (98%), particularmente do estado de São Paulo (95%), a população escrava, embora fosse majoritariamente do sudeste (83%), parcela significativa provinha da região nordeste (15%), particularmente do estado da Bahia (8%).

Isso nos permite afirmar que, embora nesse momento a redistribuição populacional entre as regiões do país fosse pouco expressiva, no caso de São Paulo e, particularmente, de Campinas ela esteve estreitamente relacionada com a transferência de população escrava do nordeste para a província de São Paulo⁴⁹⁷.

Com relação à população imigrante, de acordo com os dados disponibilizados por Bassanezi (1996)⁴⁹⁸, tem-se que, entre 1872 e 1920, ela passou de 388.459 para 1.565.961 estrangeiros, sendo que, seu peso na população total correspondia a 3,84, em 1872, passando para 5,11, em 1920. Esse aumento no peso da população estrangeira correspondeu a uma taxa de crescimento anual de 2,9%, no período, que foi superior ao crescimento registrado pela população brasileira, de 2,3%.

⁴⁹⁷ Aspecto destacado por Vainer (1996).

⁴⁹⁸ Ver tabelas em anexo.

Em termos regionais, tem-se que a população estrangeira no Brasil, durante o período considerado, concentrou-se nas regiões sudeste e sul do país⁴⁹⁹, sendo que, em 1872, o sudeste concentrava 68% dos imigrantes e o sul, 15,7%, ao passo que, em 1920, o sudeste passou a concentrar 78% dos imigrantes e o sul, 15,6%. Com esses dados, observa-se a importância das regiões sudeste e sul na redistribuição da população estrangeira no país.

Por sua vez, dentre os estados da região sudeste, ainda segundo Bassanezi (1996), destaca-se São Paulo que, em 1872, detinha 7,6% da população estrangeira do país, correspondendo a um total de 29.622 imigrantes, e, em 1920, concentrava 53% dos estrangeiros, possuindo um total de 829.851 imigrantes. Ou seja, entre 1872 e 1920, o estado de São Paulo tornou importante pólo de redistribuição da população imigrante no país.

Os dados da tabela 4.3 ilustram a redistribuição espacial da população imigrante entre alguns municípios paulistas selecionados, entre 1872 e 1920⁵⁰⁰:

Tabela 4.3: População estrangeira total
Estado de São Paulo - municípios selecionados
1872-1920

Municípios	1872		1890		1920	
	n	%	n	%	n	%
Araraquara	229	0,8	1.522	4,1	12.469	1,5
Campinas	3.171	10,7	7.045	18,9	23.516	2,8
Mogi Mirim	1.361	4,6	1.395	3,8	5.661	0,7
Piracicaba	1.742	5,9	4.042	11,0	12.085	1,5
Rio Claro	1.495	5,0	151	0,4	8.378	1,0
São Paulo	2.599	8,8	14.325	37,6	206.433	24,9
Demais municípios	19.025	64,2	46.550	24,2	561.309	67,6
Estado de São Paulo	29.622	100,0	75.030	100,0	829.851	100,0

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872; Recenseamento de 1890; Recenseamento de 1920. *Apud* BASSANEZI, 1998.

⁴⁹⁹ Ver tabela em anexo.

⁵⁰⁰ Bassanezi (1998) chama a atenção para o fato de que os dados de 1890 devem ser utilizados com cautela devido a vários problemas que afetaram a realização e a publicação do censo de 1890. Com relação à população estrangeira, por exemplo, a autora destaca que algumas informações foram comprometidas em virtude das diferentes interpretações às normas de naturalização dos estrangeiros. Com isso, Em muitos municípios, os estrangeiros naturalizados brasileiros foram arrolados como brasileiros, o que prejudicou a informação sobre a imigração internacional, que foi intensa no período. Assim, optou-se por utilizar esses dados, levando-se em conta a população estrangeira tenha sido maior do que os números do censo de 1890 mostram.

Assim, observa-se que, dentre os municípios selecionados, Campinas possuía a maior concentração de imigrantes (10,7%), superior inclusive à população estrangeira de São Paulo, que correspondia a 8,8%.

Em 1890, tendo a população estrangeira mais que dobrado⁵⁰¹, passando de 29.622 para 75.030⁵⁰², a sua distribuição entre os municípios selecionados sofreu alteração. Assim, todos os municípios selecionados, com exceção de Mogi-Mirim e Rio Claro, registraram aumento na concentração de estrangeiros. Campinas, em 1890, passou a concentrar 19% da população estrangeira do estado, porém, ficou atrás do município de São Paulo, que passou a concentrar 38% da população imigrante localizada no estado.

Por sua vez, a população estrangeira no estado de São Paulo, em 1920, cresceu mais de 11 vezes em relação a 1890. Os municípios selecionados, embora tenham registrado, na sua maioria, uma redução na concentração da população estrangeira do estado, todos apresentaram importante aumento em termos absolutos, tendo, por exemplo, Campinas passado de 7.045 para 23.516 imigrantes, e São Paulo passou de cerca de 14 mil para mais de 200 mil imigrantes, em 1920.

Com isso, observa-se que, entre 1872 e 1920, Campinas constituiu-se também num importante pólo de redistribuição da população imigrante no contexto do estado de São Paulo. Assim, considera-se que tanto a redistribuição da população escrava como a redistribuição da população imigrante no estado de São Paulo constituíram-se em importantes elementos da reorganização da população no espaço campineiro.

Passemos, agora, a considerar a reorganização espacial da população de Campinas durante a Primeira República. Nesse sentido, a tabela 4.4 ilustra o crescimento da população campineira e o seu peso na população do estado, entre 1890 e 1920:

⁵⁰¹ Resultado, principalmente, da mudança na política imigratória a partir de 1886. Ver discussão no terceiro capítulo.

⁵⁰² De acordo com as observações de Bassanezi (1998), esse total pode ter sido ainda maior.

Tabela 4.4: População, taxa de crescimento e participação no estado
Município de Campinas
1890-1920

Censos	Estado de São Paulo		Campinas		Pop. Campinas / Pop. Est SP (%)
	População Total	Tx. Cresc. a.a.(%)	População Total	Tx. Cresc. a.a.(%)	
1890	1.384.753	4,9	33.921	7,2	2,4
1900	2.225.968	3,7	67.694	2,7	3,0
1920	4.565.059		115.567		2,5

Fonte: Recenseamento de 1890 *apud* BASSANEZI, 1998. Para 1900 - Fundação Seade; para 1920 - IBGE *apud* BAENINGER, 1996, p.34.

Observa-se que, entre 1890 e 1920, a população campineira passou de 33.921 para 115.567 habitantes, sendo que, nas décadas iniciais do regime republicano, seu crescimento anual (7,2%) foi superior ao crescimento populacional do estado de São Paulo (4,9%). Já nas duas primeiras décadas do século XX, o crescimento anual da população de Campinas foi inferior (2,7%) ao crescimento estadual (3,7%).

Além disso, no período considerado, o peso da população de Campinas no total da população do estado oscilou entre 2,4%, em 1890, e 2,5%, em 1920, sendo que, em 1900, o peso da população campineira passou por breve aumento, correspondendo a 3% da população do estado.

Por sua vez, para melhor compreendermos o processo de diferenciações político-territoriais durante a Primeira República, torna-se necessário considerar a composição social da população nos diferentes distritos de Campinas. Em 1890, o distrito possuía dois distritos e suas respectivas populações apresentavam as seguintes características:

Tabela 4.5: População total segundo cor
Município de Campinas por distritos
1890

Distritos	Branco		Preto/Caboclo		Mestiço		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Conceição	14.072	69,0	4.422	21,7	1.896	9,3	20.390	100,0
Carmo e Santa Cruz	8.949	66,1	3.184	23,5	1.398	10,3	13.531	100,0
Total do Município	23.021	67,9	7.606	22,4	3.294	9,7	33.921	100,0

Fonte: Recenseamento de 1890. *Apud* BASSANEZI, 1998

Conforme os dados da tabela 4.5, observa-se, primeiramente, que o distrito do Carmo e Santa Cruz possuía, em 1890, população inferior ao distrito de Conceição – 13.531 e 20.390 habitantes, respectivamente⁵⁰³. O aspecto principal desta tabela, e que se relaciona com o perfil da redistribuição da população, discutida anteriormente, refere-se à distribuição da população não branca entre os distritos.

Assim, constata-se que, embora o distrito da Conceição (distrito-sede) possuísse uma população não branca maior, em termos absolutos, que o outro distrito, sua proporção no total da população do distrito (31%) era inferior à proporção de não brancos do distrito do Carmo e Santa Cruz (34%).

Por sua vez, os dados da tabela 4.6 ilustram a distribuição da população estrangeira de Campinas entre os dois distritos do município:

Tabela 4.6: População segundo nacionalidade
Município de Campinas, por distritos
1890

Distritos	Brasileiros		Estrangeiros		Total	
	n	%	n	%	n	%
Conceição	16.194	79,4	4.196	20,6	20.390	100,0
Carmo e Santa Cruz	10.682	78,9	2.849	21,1	13.531	100,0
Total do Município	26.876	79,2	7.045	20,8	33.921	100,0

Fonte: Recenseamento de 1890. *Apud* BASSANEZI, 1998

⁵⁰³ Infelizmente, para 1890, não é possível saber qual a proporção da população urbana e rural, ou exercendo atividades urbanas e rurais, o que nos permitiria inferir sobre a proporção da população dos povoados ainda existentes no município e que, na primeira década do século XX, elevaram-se à categoria de distrito, através de um processo de diferenciação político-territorial.

Primeiramente, destaca-se também a maior presença, em termos absolutos, da população estrangeira no distrito de Conceição (4.196 imigrantes) em comparação com o distrito do Carmo e Santa Cruz (2.849 imigrantes), porém, como no caso da população não branca, o peso da população estrangeira no distrito do Carmo e Santa Cruz (21%), embora numa margem pequena, é maior que a proporção dessa população no distrito-sede do município (20,6%).

Com esses dados, buscou-se destacar que, no momento imediatamente anterior ao processo de diferenciação político-territorial intra-municipal⁵⁰⁴, que vai caracterizar o período 1900-1930, a população não branca e a população imigrante – principais elementos do processo de redistribuição populacional no final do século XIX e início do XX – possuíam maior importância relativa no distrito secundário do Carmo e Santa Cruz, justamente aquele sob o qual estavam circunscritos os então povoados de Rebouças, Vila Americana, Cosmópolis, Valinhos e Sosas⁵⁰⁵.

No capítulo anterior, foi destacado que, na análise do processo de diferenciações político-territoriais intra-municipais, deve se considerar o contexto político-institucional e econômico em que foram criados os distritos secundários, no território municipal, e os fatores internos e externos que condicionaram sua criação.

Dito isso, destaca-se que as diferenciações político-territoriais características do período 1900-1930 referem-se à elevação à categoria de distritos de três povoados então existentes no território campineiro: Vila Americana, elevada a distrito em 1904, Cosmópolis, em 1906, e Rebouças, em 1909.

Como constituíam, segundo Gabriel (1995), verdadeiras “vilas italianas” o contexto político-institucional e econômico e os condicionantes da sua

⁵⁰⁴ O ano de 1890 foi considerado como esse momento que antecede esse processo de diferenciação, pois não há dados censitários para 1900.

⁵⁰⁵ Baseado em Toledo (1995). Lembrando que os distritos de Valinhos e Sosas, embora também constituíssem as áreas de localização dos núcleos coloniais do município, sua elevação à categoria de distrito ocorreu em 1896, antes da elevação dos demais povoados. No capítulo quatro, esse processo de diferenciação político-territorial foi abordado e, nesta abordagem, foi observado que a transformação desses povoados em distritos estava mais relacionada com o projeto de saneamento do município, colocado em prática no final do século XIX, em decorrência da epidemia de febre amarela.

transformação em distritos devem ser analisados a partir do significado da formação dos núcleos coloniais no estado de São Paulo e, particularmente, no município de Campinas, em fins do século XIX e início do XX.

Coloca-se desde já que, conforme, a hipótese deste trabalho, apresentado no início do capítulo, o tipo de diferenciação político-territorial assumido pelo município, neste período, continuará sendo o tipo 4, caracterizado pela presença de distrito-sede e diversos distritos secundários, entre os quais o nível de poder político é desequilibrado. Isso significa que, neste contexto, o poder político local tenderia a se concentrar nos dois distritos principais – Conceição e Santa Cruz – e os demais distritos – Rebouças, Vila Americana, Valinhos, Cosmópolis e Sousas – concentrariam um nível menor de poder político.

Apesar dessa menor concentração de poder político, esses distritos secundários passariam a constituir novas espacialidades de definição e participação política no território campineiro, e seu desenvolvimento como novos atores políticos no cenário municipal, ao longo das décadas seguintes, contribuiria para as características assumidas na consolidação da hinterlândia campineira e, posteriormente, para as características do espaço inter-distrital, o qual antecederá a configuração do primeiro “ponto crítico” no processo de transformação da organização territorial e reorganização espacial da população.

Assim, para tratar do significado da formação dos núcleos coloniais em Campinas, retomaremos alguns aspectos do estudo de Carvalho (1991) sobre primeira crise urbana vivida pelo município que, segundo esse autor, decorreu da epidemia da febre amarela, entre os anos de 1889 e 1897.

Como já foi destacado anteriormente, o poder público, que contou com a ação conjunta das esferas municipais e estaduais de governo, interviu de forma intensiva no meio urbano campineiro para sanear o município e ajudar a preveni-lo de novos surtos epidêmicos.

Essa intervenção no do espaço urbano pelo do poder público concentrou-se, basicamente, nos espaços urbanos dos dois distritos existentes no município – Conceição e Santa Cruz – e o principal objetivo dessa ação pública consistia em

recuperar a cidade para o bem-estar das classes mais abastadas e para o funcionamento da economia cafeeira.

Carvalho (1991) destaca que, nesse programa de recuperação do espaço urbano campineiro, não houve uma preocupação específica em relação às camadas populares. Depreende-se disso que, se elas foram beneficiadas por essas ações, com exceção das campanhas de vacinação, isso deve ocorrer, principalmente, de forma indireta, pois o espaço urbano campineiro continuou sendo construído sem levar em consideração os interesses desses grupos populares, que continuaram ocupando os espaços preteridos pelos outros grupos sociais.

Nesse contexto, o cortiço continuou sendo a principal alternativa de moradia das classes populares no meio urbano. Através dele, os trabalhadores efetivavam o seu estabelecimento no meio urbano e viabilizava sua melhor acessibilidade às oportunidades de trabalho.

Por sua vez, Gabriel (1995) destaca que os problemas sociais, vivenciados por Campinas, no final do século XIX, incluindo a questão da habitação popular no meio urbano, foram conseqüências da própria política imigratória, colocada em prática a partir de 1886, em função da qual, Campinas passou a receber grandes levas de imigrantes pobres, principalmente italianos, para trabalharem nas fazendas de café, que permaneciam por uma temporada nas lavouras e logo se mudavam para a cidade⁵⁰⁶.

De acordo com o que esses dois autores colocam, o que se pode afirmar é que o espaço urbano de Campinas não foi construído visando às necessidades de habitação e trabalho das camadas populares, as quais, cada vez mais contribuíam para aumentar as carências existentes nos centros urbanos.

Paralelamente a isso, como já foi destacado ainda neste capítulo, nesse período, segundo Semeghini (1991), a economia cafeeira vivenciava uma fase de crise e passava por transformações. Nesse contexto, as antigas fazendas de café foram retalhadas e seus lotes colocados à venda, alterando, assim, a estrutura fundiária do município e o perfil de suas culturas.

⁵⁰⁶ Ver discussão no capítulo precedente.

Com esse processo, desenhou-se duas regiões bastante distintas no município: uma ao norte e a outra ao sul. Segundo Gabriel (1995), a porção sul do município era onde as áreas médias das propriedades eram mais baixas, seus valor mais baixo e, conseqüentemente, maior a proporção de imigrantes como proprietários rurais e urbanos. Autora destaca ainda que, nessa porção sul, localizavam-se os povoados de Rebouças, Vila Americana, Cosmópolis e Valinhos.

Nesses aglomerados, segundo a historiadora, os italianos enxergavam a chance de, por um lado, se urbanizarem e, por outro, de permanecerem próximos aos estabelecimentos agrícolas. Assim, ainda no final do século XIX, essas regiões assistem ao estabelecimento de núcleos coloniais de caráter particular, através da aquisição, via compra, da propriedade pelos imigrantes.

Toledo (1995), por sua vez, ao tratar da região do bairro de Rebouças, destaca o estabelecimento de núcleos coloniais de caráter oficial, nos primeiros anos do século XX⁵⁰⁷. Esses núcleos foram fundados a partir da compra de propriedades em determinadas porções da região de Rebouças pelo governo estadual, em parceria ou não com empresas de colonização particulares.

Assim, pode-se afirmar que os diferentes povoados existentes em Campinas passaram a corresponder, principalmente a partir dos primeiros anos do século XX, aos núcleos de colonização, particular e oficial, estabelecidos no município.

Diante disso, argumenta-se que o processo de diferenciação político-territorial, no primeiro decênio do século XX, está diretamente relacionado com essa transformação dos antigos povoados em núcleos de colonização e que, o nível de poder político concentrado nos distritos está relacionado com o significado da formação desses núcleos para as classes dirigentes locais.

⁵⁰⁷ Toledo (1995) destaca, na região de Rebouças, a criação, pelo governo estadual, do núcleo colonial Nova Odessa, em 1905, que foi ocupada por imigrantes russos; em 1910, foi criado o núcleo colonial Nova Veneza, que contou com grande presença de italianos e russos. O autor destaca ainda que, em 1897, foi criado o primeiro núcleo colonial oficial em Campinas – o núcleo Campos Sales –, na região do atual município de Cosmópolis. A fundação desse núcleo fazia parte de um projeto do então governador estadual, Campos Sales, de criar núcleos coloniais que servissem de modelo para o Brasil. Porém, esta experiência acabaria não dando certo, por que os colonos suíços logo abandonaram o núcleo.

Nesse sentido, já foram destacados os condicionantes econômicos e sociais que contribuíram para a configuração desses núcleos de colonização. Ou seja, em termos econômicos, foi destacado o papel desempenhado pelas mudanças na economia cafeeira, que levaram ao retalhamento das grandes propriedades⁵⁰⁸.

Em termos sociais, foram destacados a agudização dos problemas urbanos vivenciados pelas camadas populares, principalmente em relação à habitação e ao emprego, como consequência do grande afluxo de imigrantes e ex-escravos ao centro urbano, contribuindo para que essas camadas buscassem alternativas de moradia e de emprego, em outras áreas do território campineiro⁵⁰⁹.

Resta-nos abordar os aspectos político-institucionais do processo de formação dos núcleos de colonização que, juntamente com os aspectos econômicos e sociais, podem explicar a não configuração de uma identidade política e social entre, de um lado, a população do distrito-sede e do distrito de Santa Cruz e, de outro, a população dos recém-criados distritos de Rebouças, Cosmópolis e Vila Americana e do distrito de Valinhos.

Nesse sentido, retoma-se o que já foi apresentado, em capítulos precedentes, sobre a interação Estado-sociedade, característica dos grupos dominantes de Campinas, em relação à definição da política de terras e de colonização durante o Império. Naquele contexto, foi destacado que os grupos dirigentes do município teriam se posicionado contrariamente à política nacional, devido a incompatibilidades de interesses entre as oligarquias paulistas e a burocracia imperial⁵¹⁰.

Diante disso, argumentou-se que, na prática, esse posicionamento político da elite campineira foi o elemento que contribuiu para que esse grupo optasse por manter a integridade do território campineiro⁵¹¹, tendo em vista atender os

⁵⁰⁸ Baseado em Semeghini (1991) e Toledo (1995).

⁵⁰⁹ Baseado em Carvalho (1991) e Gabriel (1995).

⁵¹⁰ Discussão desenvolvida nos capítulos precedentes.

⁵¹¹ Destacou-se que, em linhas gerais, o projeto do governo central previa o loteamento e venda de terras devolutas para imigrantes, visando com isso a formação da pequena propriedade e a efetivação da colonização do território. Para os fazendeiros paulistas, tais medidas eram contrárias aos interesses da cafeicultura, que exigiam grandes extensões territoriais para o seu cultivo

interesses da economia cafeeira. Teria sido esse posicionamento, também, que contribuiu para que o município registrasse poucas diferenciações político-territoriais, favorecendo a manutenção de uma certa “coesão territorial”, entre 1850 e 1920.

Pretende-se argumentar, com isso, que a tendência do grupo dirigente de Campinas era a de não favorecer o estabelecimento de núcleos de colonização no território municipal, devido ao fato disso representar uma alteração na estrutura fundiária do município, trazendo conseqüências para a produção cafeeira.

No entanto, as mudanças na economia cafeeira, de um lado, e a alteração na estrutura social do município, a partir da entrada em massa dos imigrantes e ex-escravos no cenário urbano, foram os elementos que acabaram contribuindo, mesmo contrariando os interesses das classes dominantes, para a formação de núcleos coloniais “espontâneos”, principalmente na porção sul, onde o retalhamento fundiário foi maior e o preço da terra era mais acessível ao imigrante⁵¹². Esses foram os fatores internos que atuaram na formação dos núcleos coloniais no município.

Argumenta-se que os fatores externos que influenciaram a formação desses núcleos foram representados pela atuação do governo estadual no sentido de colocar em prática um projeto de colonização do território paulista.

Nesse sentido, destaca-se que uma das principais mudanças efetuadas pelo regime republicano foi a transferência da questão das terras devolutas e da questão da colonização do território para a órbita do governo estadual. Com isso, cada estado passou a ter autonomia para definir sua própria lei de terras e de colonização⁵¹³.

Com relação ao estado de São Paulo, destaca-se que durante o seu governo, Campos Sales colocou em prática, a partir de 1896, um projeto de colonização oficial do território paulista que, em essência, se aproximava muito do projeto de colonização idealizado pelo governo imperial, ou seja, um projeto de

(devido à forma de agricultura empregada no país) e mão-de-obra imigrante para o trabalho na lavoura. Baseado em Carvalho (1996) e Semeghini (1991).

⁵¹² Baseado em Gabriel (1995).

⁵¹³ Baseado em Carvalho (1996) e Silva (1996).

loteamento de antigas fazendas, visando a sua venda para imigrantes, que se estabeleceriam no território como pequenos proprietários⁵¹⁴.

Segundo Toledo (1995), o município de Campinas teria sido escolhido por Campos Sales para a implementação do primeiro núcleo de colonização oficial, financiada pelo governo estadual⁵¹⁵. Com isso, o governador paulista pretendia que a experiência servisse de modelo de colonização do território para todo o Brasil.

Argumenta-se que foi devido à atuação, por um lado, das relações intergovernamentais prevalecentes na Primeira República, nas quais houve o fortalecimento da escala estadual de governo e da figura do governador de estado, ficando os municípios ainda mais dependentes da tutela do governo estadual⁵¹⁶, e, por outro, do “autoritarismo privativista”, característico da interação Estado-sociedade neste contexto⁵¹⁷, que as classes dirigentes do município de Campinas, embora contrariamente a seus interesses, tiveram que decidir, primeiro, pelo estabelecimento de núcleos oficiais de colonização em determinados povoados, localizados em seu território, e, em segundo lugar, pela elevação desses povoados à categoria de distritos, permitindo que se transformassem em novas espacialidades de formação e debate político.

Com isso, observa-se a interferência de escalas superiores de governo na forma de organização do território municipal e, conseqüentemente, no processo de diferenciação político-territorial intra-municipal em Campinas.

Assim, considera-se que, devido, por um lado, a essa interferência da escala estadual na organização territorial do município campineiro, e, por outro, à imagem social, criada pela sociedade campineira, principalmente no final do

⁵¹⁴ Baseado em Toledo (1995).

⁵¹⁵ Trata-se do núcleo Campos Sales, criado em 1897, na área correspondente ao atual município de Cosmópolis. Toledo (1995) destaca que, após essa experiência, outros núcleos oficiais foram criados no município de Campinas, na primeira década do século XX – o autor se refere aos núcleos Nova Odessa e Nova Veneza, criados na região de Rebouças.

⁵¹⁶ Em função das maiores limitações políticas, administrativas e financeiras a que foram submetidos. Baseado em Leal (1949) e Sadek (1991).

⁵¹⁷ Considera-se que, sob essa forma de autoritarismo, as decisões políticas são tomadas levando-se em consideração, hegemonicamente, os interesses do agente mais forte da relação social, possuidor de maior poder e autonomia. Neste caso, a relação social seria constituída pelo governo estadual e governo municipal, na qual, o agente com maior poder político é o governo estadual.

século XIX, sobre a população estrangeira, a partir da qual o imigrante foi visto como o responsável pela proliferação das epidemias e pelos principais problemas urbanos⁵¹⁸, é que não se reconhece uma identidade social e política entre a população do distrito-sede e a população dos distritos secundários criados na primeira década do século XX.

Em função disso, o processo de diferenciação político-territorial desse período resultou num tipo onde é desequilibrado o poder político entre o distrito-sede e os distritos secundários de Rebouças, Cosmópolis e Vila Americana. Esse poder político desigual entre essas diferentes espacialidades vai se manter, nas décadas seguintes – o qual foi traduzido pela intervenção diferenciada do poder público em melhoramentos urbanos, que tendeu a se concentrar nos distritos da Conceição e Santa Cruz, em detrimento dos demais distritos existentes no município.

Um exemplo dessa atuação diferenciada do poder público, a partir do qual podemos aludir aos diferentes níveis de poder político, que as diferentes espacialidades intra-municipais detiveram, no período considerado, é captado a partir de referências a algumas leis municipais, feitas nos estudos de Toledo (1995) e de Bernardo (2002).

Assim, no seu estudo historiográfico sobre o município de Sumaré, Toledo (1995) faz referência a uma lei de 1894⁵¹⁹, que previa controle sobre o crescimento dos “bairros suburbanos” a partir de maior regularização da construção de edifícios nessas localidades. O autor destaca que essa lei esteve em vigor tanto em Rebouças como em Valinhos e Sousas. Autor destaca ainda como outras ações do poder público municipal, em Rebouças, entre 1901 e 1910, a implementação do serviço de limpeza pública e a abertura, aterro e nivelamento de ruas.

Por sua vez, no levantamento da legislação de uso do solo de Campinas, feito por Bernardo (2002), foi possível observar a criação de dois grupos de leis, entre 1908 e 1928, que se dirigiam para o distrito-sede do município: o primeiro

⁵¹⁸ Baseado em Gabriel (1995).

⁵¹⁹ Trata-se da Lei municipal no.29, de 1894. *Apud* TOLEDO, 1995, p.87.

grupo é composto por leis que estabeleciam de incentivos para a instalação de indústrias no município⁵²⁰; e o segundo grupo é formado por leis que visavam modificar as características do uso do solo do centro de Campinas, através do incentivo à construção e reformas de edifícios e do favorecimento da verticalização da região central⁵²¹.

Com isso, observa-se que a ação do poder público municipal no espaço urbano dos distritos secundários, criados em 1896 e no início do século XX, durante a Primeira República, tendeu a se revestir de caráter disciplinador e de controle, visando, provavelmente, o saneamento dessas localidades, com o objetivo de evitar novos surtos epidêmicos. Porém, esses espaços não foram contemplados pela ação do poder público que teve como objetivo favorecer o desenvolvimento econômico local.

É em função dessa intervenção diferenciada do poder público municipal nas diferentes espacialidades presentes no território campineiro que se argumenta que o poder político entre elas, nesse momento, era desigual, com maior concentração no distrito-sede, revelando a provável inexistência de uma identidade política e social entre suas populações.

A manutenção desse tipo de diferenciação político-territorial por todo período de 1900 a 1930, por sua vez, seria evidenciada pela composição social dos diferentes distritos do município. Nesse sentido, os dados da tabela 4.7 ilustram a divisão da população segundo a situação de domicílio, para o ano de 1918:

⁵²⁰ Trata-se das seguintes leis: Lei no.129, de 1908 e da Lei 233, de 1918. (BERNARDO, 2002, p.78-79).

⁵²¹ Trata-se das seguintes leis: Lei no.163, de 1912; Lei no.401, de 1927; e Lei no.425, de 1928. (BERNARDO, 2002, 78-80).

Tabela 4.7: População total, urbana e rural
Município de Campinas, por distritos
1918

Distritos	População total		População urbana		População rural	
	n	%	n	%	n	%
Campinas	73.295	100,0	41.004	55,9	32.291	44,1
Sousas	9.794	100,0	749	7,7	9.045	92,4
Rebouças (Sumaré)	4.687	100,0	422	9,0	4.265	91,0
Cosmópolis	5.104	100,0	822	16,1	4.282	83,9
Vila Americana	6.736	100,0	2.211	32,8	4.525	67,2
Valinhos	5.484	100,0	800	14,6	4.684	85,4
TOTAL MUNICÍPIO	105.100	100,0	46.008	43,8	59.092	56,2

Fonte: Recenseamento de 1918. Prefeitura municipal de Campinas. *Apud* BAENINGER, 1996, p.35.

Com esses dados, observa-se que, em 1918, a população total do município de Campinas ultrapassava os 100 mil habitantes, sendo que 44% vivam no seu espaço urbano.

Dentre os distritos, destaca-se que somente o distrito-sede possuía população urbana acima da média do município, que ficava próximo dos 56%. Os demais distritos possuíam população urbana bastante baixa, com destaque para Vila Americana, com 33% da população vivendo no meio urbano e Rebouças, cuja população urbana representava 9% da população total.

Esses números revelariam o peso da atividade agrícola nos distritos secundário de Rebouças, Cosmópolis, Vila Americana e Valinhos⁵²², expresso pela grande parcela da sua população rural, revelando a importância dos núcleos de colonização nessas localidades.

Os dados da tabela 4.8 revelam o peso da população estrangeira na população dos distritos do município:

⁵²² O distrito de Sousas não está sendo considerado, aqui, por se tratar de um município que não se emancipou e, posteriormente, passou a integrar o distrito-sede.

Tabela 4.8: População segundo nacionalidade
Município de Campina, por distritos
1920

Distritos	Brasileiro		Estrangeiro		Ignorado		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Campinas	63.070	80,0	15.729	20,0	6	0,01	78.805	100,0
Sousas	7.605	76,8	2.298	23,2	0	0,00	9.903	100,0
Rebouças (Sumaré)	4.912	82,4	1.052	17,6	0	0,00	5.964	100,0
Cosmópolis	4.380	76,7	1.327	23,3	0	0,00	5.707	100,0
Vila Americana	7.369	81,1	1.714	18,9	0	0,00	9.083	100,0
Valinhos	4.743	77,2	1.396	22,7	1	0,02	6.140	100,0
Município Campinas	92.079	79,7	23.516	20,3	7	0,01	115.602	100,0

Fonte: Recenseamento de 1920. *Apud* BASSANEZI, 1998.

Observa-se que o peso da população estrangeira, em 1920, ainda era importante no município, que ficou em torno dos 20%, correspondendo a um total de 23.516 imigrantes. Dentre os distritos, somente em Sousas (23%), Cosmópolis (23%) e Valinhos (23%), o peso dos estrangeiros foi maior que a média do município, enquanto Rebouças apresentava a menor proporção de imigrantes (18%), correspondendo a um total de, aproximadamente, mil imigrantes, apontando, juntamente com os dados da tabela 4.7, uma maior presença de brasileiros⁵²³ nos núcleos coloniais.

Outra forma de olhar a composição social dos distritos de Campinas, a partir dos dados censitários de 1920, seria através da proporção de adultos alfabetizados na população.

Essa informação, além de importante indicador social, constitui-se num instrumento através do qual pode-se inferir sobre o eleitorado potencial de cada distrito, o que poderia ser utilizado como um indicador do poder político das diferentes espacialidades, considerando as características do processo eleitoral do período, constantemente marcado por fraudes:

⁵²³ Incluindo os filhos de imigrantes, nascidos do Brasil.

Tabela 4.9: População total e população masculina, alfabetizada com mais de 15 anos
Município de Campinas, por distritos
1920

Distritos	População Total		População com mais de 15 anos			
			Homens alfabetizados		% Pop Alfab/ Pop Total	% Pop Alfab Masc/ Pop Masc
	n	%	n	%		
Campinas	78.805	68,2	15.625	72,5	59,0	66,7
Sousas	9.903	8,6	1.417	6,6	38,5	50,0
Rebouças (Sumaré)	5.964	5,2	836	3,9	38,6	47,5
Cosmópolis	5.707	4,9	1.026	4,8	51,0	63,2
Vila Americana	9.083	7,9	1.781	8,3	58,8	68,1
Valinhos	6.140	5,3	867	4,0	38,0	47,1
TOTAL MUNICÍPIO	115.602	100,0	21.552	100,0	54,9	63,2

Fonte: Recenseamento de 1920. *Apud* BASSANEZI, 1998.

Com esses dados, observa-se, de forma incontestável, a importância política do distrito-sede em função da sua população adulta alfabetizada, tanto em termos absolutos como relativos. Assim, a sede do município, que concentrava, em 1920, 68% da população total, concentrava 72% da população adulta masculina, o que o torna o espaço onde, praticamente, se decidem os pleitos eleitorais.

Por sua vez, os demais distritos do município concentravam, individualmente, baixa proporção da população e do eleitorado municipais. No caso de Rebouças, tem-se que o distrito concentrava 5% da população total e 4% do eleitorado em potencial, revelando a baixa importância política relativa, no contexto municipal. Numa outra perspectiva, tem-se que, ainda em Rebouças, o peso da população alfabetizada na população total era de 39% e o peso dos homens alfabetizados no total da população masculina alfabetizada era de 47% – permanecendo essas duas proporções abaixo das médias do município.

Além do seu impacto em termos de poder político, o que esses dados revelam é que o distrito Rebouças mostrava-se, naquele momento, pouco atrativo para uma população mais instruída e que desempenhassem atividades urbanas⁵²⁴. Por sua vez, essa pouca atratividade seria decorrência forma de atuação do poder público nessas espacialidades, voltada mais para uma ação

⁵²⁴ O mesmo pode ser dito sobre os demais distritos secundários existentes no município.

disciplinadora, ao invés de uma atuação que favorecesse uma certa desconcentração dos estímulos a um maior desenvolvimento urbano e econômico das diferentes espacialidades.

Argumenta-se, pois, que essa desconcentração da atuação estimuladora do poder público no espaço intra-municipal não aconteceu, por um lado, devido ao caráter conservador que caracterizou a sociedade campineira, desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX, a partir do qual os grupos dominantes locais tenderam a concentrar a sua intervenção em melhoramentos urbanos e serviços públicos no espaço urbano do distrito-sede.

Por outro lado, devido ao fato de Rebouças e os demais distritos constituírem as “regiões tributárias” da *hinterlândia* campineira, desde a década de 1870, quando a “coesão territorial” entre os distritos e povoados do município contribuiu para alta produtividade da cafeicultura, atendendo, assim, os interesses da economia cafeeira no município.

Assim, sendo tais distritos e povoados vistos como espacialidades submetidas ao domínio e controle do distrito-sede, cujo objetivo é o fornecimento de bens primários ao centro urbano principal, e não havendo identidade política e social entre suas respectivas populações e a população do distrito-sede, esses espaços não receberam intervenções do poder público numa intensidade e qualidade que pudessem alterar esse papel de “região tributária” da sede do município.

Apesar disso, como foi destacado, esses distritos secundários tornaram-se espaços diferenciados de formação e participação política, e, ao longo da período 1900-1930, consolidaram-se, econômica e politicamente, enquanto *hinterlândia* campineira, assumindo a forma desigual de distribuição de poder político entre os diferentes distritos, a qual caracterizou o processo de diferenciação político-territorial no final do século XIX e início do XX.

A partir de 1930, mudanças de ordem social, econômica e política irão contribuir para uma maior complexificação da articulação entre a dimensão política e a reorganização da população no espaço, de forma que, em Campinas, se

passasse de uma *hinterlândia* consolidada para um espaço inter-distrital. É o que passaremos a abordar na próxima seção.

IV.1.1.2 – Formação do “espaço inter-distrital” (1930-1955)

O primeiro aspecto a ser destacado com relação a esse período é que, em diferentes “pedaços”⁵²⁵ do espaço campineiro, ocorrem, simultaneamente, processos diferenciados. Nesse sentido, destacam-se três diferentes “pedaços” do território de Campinas, nos quais atuaram diferentes processos, no período considerado.

Em primeiro lugar, na década de 1930, o distrito-sede passou por um processo de diferenciação político-territorial intra-municipal, do qual resultou o surgimento de dois distritos: o da Conceição (que continuou compreendendo o centro histórico da cidade) e o da Vila Industrial, sendo ambos criados em 1934.

Em segundo lugar, na década de 1940, na porção do espaço campineiro circunscrita ao distrito de Santa Cruz, ocorre outro processo de diferenciação político-territorial intra-municipal, do qual resultou a configuração do distrito de Paulínia⁵²⁶ e, na década seguinte, em 1953, foi criado o distrito de Barão Geraldo.

Trata-se de dois processos de diferenciação político-territorial que possuem significados diferentes e papel importante no processo de reorganização territorial e de reorganização da população no espaço, mas que, devido ao recorte espacial considerado neste estudo, não serão abordados de forma mais aprofundada.

O que nos interessa são os processos em curso num terceiro “pedaço” do espaço campineiro, referente ao espaço composto pelas áreas dos atuais municípios de Campinas, Hortolândia e Sumaré. Nesse sentido, enfatiza-se que esse “pedaço” não registrou, diferentemente das outras porções do território, nenhum processo de diferenciação político-territorial intra-municipal, no período.

⁵²⁵ A idéia de “pedaços” da cidade está presente em Ribeiro (2000), quando o autor se refere às diferentes porções do território da cidade.

⁵²⁶ Este distrito, criado em 1944, desmembra-se do município de Campinas, elevando-se à categoria de município em 1964. Registra-se, também que, no mesmo ano de 1944, o distrito de Cosmópolis desmembra-se de Campinas e torna-se município.

Diante disso, argumenta-se que a importância da sua consideração desse “pedaço” do município no estudo das transformações ocorridas na organização territorial do município de Campinas e, conseqüentemente, para a reorganização da sua população no espaço, refere-se ao fato de que as mudanças ocorridas na dimensão político-institucional nesse período vão contribuir, por um lado, para a manutenção da forma desigual de distribuição do poder político entre o distrito-sede e os distritos secundários e, por outro, para a transformação da *hinterlândia* campineira em um “espaço inter-distrital”.

Assim, antes de começarmos a abordar as mudanças ocorridas na dimensão político-territorial – relações intergovernamentais e interação Estado-sociedade – e suas repercussões na organização territorial do município e na reorganização espacial da população, vale retomar alguns aspectos da discussão do significado da configuração de um “espaço inter-distrital”⁵²⁷.

Para melhor compreender o que se está denominando por “espaço inter-distrital”, cabe colocar novamente, aqui, que os processos que estamos analisando neste estudo refere-se a transformações na organização espacial e populacional de um espaço que, num momento inicial, era caracterizado pela existência de um núcleo urbano principal em torno do qual gravitavam diversos povoados, os quais se encontravam, de certa forma, integrados, por estarem circunscritos a uma mesma unidade política-administrativa, representada pelo município, e que, no momento atual, caracteriza-se por se constituir num espaço metropolizado, composto por diversas unidades político-administrativas distintas entre si, em termos econômicos, populacionais, políticos e sócio culturais.

Contudo, deve-se destacar que, antes de se tornar metropolizado, este espaço foi inter-municipal, o qual, por sua vez, antes de ser tornar inter-municipal, foi um espaço inter-distrital, o qual foi produto de um processo de transformação da *hinterlândia* campineira. Não se trata, porém, de um mero jogo de palavras, simples nomenclaturas para rotular distintas formas de ocupação de um

⁵²⁷ Não se pretende retomar e reproduzir, aqui, toda a discussão já desenvolvida sobre esse termo. Para tanto, ver discussão desenvolvida no capítulo 1.

determinado espaço, relacionadas a certas atividades econômicas e densidades populacionais.

Diante disso, o que se argumenta é que essas denominações correspondem a espacialidades específicas, resultantes de processos de diferenciação político-territorial⁵²⁸, intra ou extra municipal⁵²⁹, nas quais estão embutidas formas próprias de interação entre os diferentes atores políticos que compõem estas espacialidades⁵³⁰.

Assim, como foi destacado anteriormente, o que caracterizou essa porção do território campineiro, entre 1930 e 1955, não foi a ocorrência de diferenciações político-territoriais, mas sim o processo de transformação dessa área, que deixou de ser uma *hinterlândia* e passou a ser um espaço inter-distrital⁵³¹.

Começaremos abordando os aspectos político-institucionais desse processo.

Primeiramente, destaca-se que esse período é dividido em dois contextos político-institucionais, aos quais estão relacionados a diferentes relações intergovernamentais e interações Estado-sociedade: o primeiro compreendendo a Era Vargas (1930-1945) e o segundo, que corresponde aos dois primeiros governos da Segunda República (1946-1955).

De acordo com Abrucio (1998), esses dois contextos político-institucionais ainda correspondem ao período que o autor denominou de “formação do federalismo brasileiro”⁵³². Com isso, o autor aponta para o fato de que ainda não estavam totalmente consolidados todos os aspectos que caracterizam um regime federativo, relacionados, grosso modo, ao “princípio da autonomia” e ao “princípio

⁵²⁸ Na qual estariam implícitas determinadas formas de interação entre uma dimensão política – expressa pelas relações intergovernamentais e interação Estado-sociedade – e o processo de reorganização espacial da população.

⁵²⁹ Condiionadas, em parte, por fatores econômicos e sociais e atravessadas transversalmente pela influência da atuação de diferentes escalas de governo.

⁵³⁰ Retomar discussão conceitual feita no primeiro capítulo.

⁵³¹ Discussão conceitual no primeiro capítulo.

⁵³² Segundo o autor, esse período de formação do federalismo brasileiro compreende a Primeira República (1889-1930), a Era Vargas (1930-1945) e a Segunda República (1946-1964). (ABRUCIO, 1998, p.31).

da interdependência”⁵³³, principalmente no que diz respeito à autonomia dos entes federativos⁵³⁴.

Tratando-se, primeiramente, da Era Vargas⁵³⁵, tem-se que tratou de um período de centralização do governo no Executivo Federal, implantada através de medidas tomadas desde 1930, de natureza política, expressa pela dissolução do Congresso Nacional e dos legislativos estaduais e municipais; de natureza econômica, expressa pela federalização da política cafeeira; e de políticas sociais implantadas de forma autoritária e coordenadas pela estrutura política-institucional do Estado Vargas, como a política trabalhista e política educacional (Fausto, 2000).

Segundo Abrucio (1998), esse período foi marcado “pelo contínuo fortalecimento do Estado nacional”⁵³⁶, e complementa afirmando que naquele momento delineou-se

um novo modelo de Estado, denominado (...) de Vargasista-desenvolvimentista. Desenvolvimentista porque tornou o Estado o principal pólo irradiador do desenvolvimento econômico no Brasil, transformando as relações entre o Estado e a sociedade, no que tange à regulação do mercado de trabalho (modelo corporativo), e na forma de ligação entre o setor público e os grupos econômicos privados. (ABRUCIO, 1998, p.41)

Com essas referências, pretende-se destacar que o período 1930-1945 representou, em relação à Primeira República, uma mudança significativa nas relações intergovernamentais e na forma de interação Estado-sociedade⁵³⁷.

⁵³³ Ver discussão desenvolvida no capítulo 1.

⁵³⁴ O que vai afetar diretamente a configuração das relações intergovernamentais e as formas de interação Estado-sociedade.

⁵³⁵ Também denominado “Estado Getulista” (Fausto, 2000), ou “Estado Vargasista-desenvolvimentista” (Abrucio, 1998).

⁵³⁶ Abrucio destaca que o processo de fortalecimento do Governo Federal teve início ainda na República Velha, a partir da reforma constitucional de 1926, “cuja principal medida foi o aumento do poder de intervenção da União nos estados, tornando mais equilibradas as relações intergovernamentais”. (ABRUCIO, 1998, p.41).

⁵³⁷ Porém, é importante ressaltar, assim como já destacam autores como Fausto (2000) e Penna (1999), o Estado Vargasista não representou uma ruptura total com a ordem até então prevalecente, o que nos leva a ter que considerar, principalmente quando se tratar da interação Estado-sociedade, a permanência de alguns padrões existentes na Primeira República.

Com relação às relações intergovernamentais, tem-se que a centralização política⁵³⁸, econômica e administrativa⁵³⁹ do Estado Vargasista, principalmente a partir de 1937, quando Vargas aboliu o federalismo⁵⁴⁰, fez dos governos estaduais órgãos puramente administrativos do Governo Central, uma vez que perderam sua autonomia administrativa e foram esvaziados politicamente.

Assim, com as mudanças implementadas pelo Estado Vargasista, segundo Abrucio (1998), os estados ficaram com menos autonomia do que as províncias do Império, permanecendo submetidos aos órgãos administrativos do Poder Central (ABRUCIO, 1998, p.47).

Para as municipalidades, essas mudanças, introduzidas a partir de 1937, representaram, segundo Leal (1949) uma completa anulação da autonomia municipal (LEAL, 1949, p.93). Da mesma forma que os governos estaduais, os municípios ficaram sob o controle do Departamento Administrativo. Além disso, os municípios submetiam-se ainda aos departamentos de municipalidades, que exerciam controle administrativo e político sobre as localidades; tiveram suas receitas reduzidas; e o foi suprimido o princípio de eletividade do executivo municipal⁵⁴¹.

Com isso, observa-se que a margem de atuação reservada aos municípios, durante a Era Vargas, principalmente a partir de 1937, foi extremamente reduzida. Com poucos recursos próprios a sua disposição e sem capacidade de tomada de

⁵³⁸ O Estado Novo, instituído em 1937, suprimiu as eleições para cargos executivos nas escalas subnacionais. Os governadores foram transformados em interventores, nomeados pelo Governo Central, que procurava escolher indivíduos não identificados com os grupos dominantes estaduais. (ABRUCIO, 1998, p.45). Por sua vez, os prefeitos eram nomeados pelo governo estadual.

⁵³⁹ Destaca-se a criação do Departamento Administrativo (DASP), com a finalidade de atuar na área econômica, representando um fortalecimento da burocracia pública federal. Nos estados, foram instituídos os “daspinhos”, que foram uma espécie de substitutos das Assembléias estaduais e eram uma espécie de extensão administrativa do Poder Central nos estados. Baseado em Abrucio (1998) e Fausto (2000).

⁵⁴⁰ Abrucio destaca que acabar formalmente com o federalismo não era suficiente para fortalecer o Poder Central. O autor destaca a importância representada pela modernização da estrutura administrativa e do quadro de pessoal da União, através da criação do DASP e de diversas agências públicas, que deu condições para que o Executivo Federal e a Presidência formassem realmente um centro político do sistema. Além disso, a intervenção econômica do Estado desenvolvimentista forneceu suporte financeiro ao centro político Vargasista, contribuindo para o fortalecimento do Poder Central. (ABRUCIO, 1998, p.42-44)

⁵⁴¹ Baseado em Leal (1949) e Sadek (1991).

decisão própria, os municípios tiveram que se subordinar, estritamente, ao poder central para o atendimento de seus interesses⁵⁴².

Com relação à forma de interação Estado-sociedade prevalecente neste período, tem-se que ainda imperou uma forma de autoritarismo, ou seja, as decisões com relação a questões gerais da sociedade continuariam sendo tomadas de cima para baixo, sem o envolvimento e participação das camadas populares.

Tratava-se, porém, de outra espécie de autoritarismo, ou seja, do “autoritarismo institucional”⁵⁴³. Baseado no que foi exposto acima, a respeito do arranjo político-institucional engendrado pelo Estado Vargas, pode-se afirmar que se tratava de um autoritarismo praticado pelo Governo Central através da construção de um sistema de departamentos administrativos e de agências públicas, que interligavam as unidades subnacionais de governo ao poder executivo central, cujo objetivo era supervisionar, coordenar e controlar os governos estaduais e municipais.

Além disso, esse “autoritarismo institucional” se revelava também na atuação do Estado Vargas no controle direto da classe trabalhadora, que passou a ter importância crescente em função da política desenvolvimentista de Vargas, através do enquadramento da classe operária, via maior sistematização das leis trabalhista e via controle da organização sindical⁵⁴⁴.

A natureza das mudanças implementadas, pelo Estado Vargas, no plano econômico e no mundo do trabalho, nos faz considerar que o “autoritarismo institucional” constituiu-se numa forma de interação Estado-sociedade característica das áreas mais urbanizadas e industrializadas do país.

Nesse sentido, destaca-se, baseado em Carvalho (1991), que o Estado Vargas concentrou seus esforços “na transformação de uma economia de base agrária para uma economia industrial e urbana”, transformando o “território urbano”, no período 1930-1945, no “locus privilegiado das atividades produtivas predominantes” (CARVALHO, 1991, p.43).

⁵⁴² Baseado em Sadek (1991).

⁵⁴³ Baseado em Weffort (1980).

⁵⁴⁴ Baseado em Fausto (2000).

Isso leva o autor a enfatizar que a relação entre o Estado e a organização do espaço urbano, nesse período, foi caracterizada por uma maior presença do Estado no espaço urbana, expressa pela maior acumulação industrial no meio urbano, propiciado pela própria intervenção do Estado na economia⁵⁴⁵, e pela sua intervenção na relação entre capital e trabalho (CARVALHO, 1991, p.43).

A partir disso, é que se poderia considerar o “autoritarismo institucional” como uma forma de interação Estado-sociedade característica do meio urbano, o que nos permitiria afirmar que, nos municípios e espaços menos urbanizados e menos marcados pela industrialização, a forma de interação Estado-sociedade ainda seriam a de um “autoritarismo privatista”, exercido por chefes ou grupos dominantes locais em contextos onde inexistem instâncias de intermediação dos interesses das camadas populares.

Com relação ao município de Campinas, considera-se que, devido às características do seu desenvolvimento econômico, no período, e aos efeitos da redistribuição populacional correspondente, os dois tipos de autoritarismo coexistiram no município, caracterizando as formas de interação Estado-sociedade.

O segundo contexto político-institucional que compõe o período transformação do espaço campineiro, caracterizado pela passagem da *hinterlândia* para o espaço inter-distrital, é a Segunda República (1946-1964), mais particularmente, a fase compreendida pelos dois primeiros governos.

Assim, com relação ao período 1946-1964, Abrucio (1998) destaca que ele é considerado como “o início da democracia competitiva de massas no Brasil” (ABRUCIO, 1998, p.48), devido ao fato das eleições terem se tornado mais livres e competitivas, além de se ter aumentado a incorporação da população no universo eleitoral⁵⁴⁶.

Além disso, o autor destaca que o federalismo voltou a ser preceito político-constitucional, trazendo de volta as eleições para os cargos executivos e

⁵⁴⁵ De acordo com Fausto (2000), trata-se da política desenvolvimentista de Vargas.

⁵⁴⁶ Considerando-se que tinham direito de voto brasileiros alfabetizados, de ambos os sexos e maiores de 18 anos, ou seja, os adultos analfabetos não tinham direito de votar.

legislativos das unidades subnacionais, incluindo a esfera municipal (ABRUCIO, 1998, p.49).

Com relação ao processo de formação do federalismo brasileiro, Abrucio (1998) observa que o federalismo da Segunda República herdou importante legado do período Vargas⁵⁴⁷, que pode ser resumido nos seguintes pontos: 1) maior autonomia decisória para a burocracia federal; 2) a União e a Presidência se fortaleceram como núcleos de poder; 3) estabelecimento da ideologia nacionalista como pólo norteador do debate político; e 4) expansão e consolidação da Forças Armadas como a mais importante e influente instituição nacional (ABRUCIO, 1998, p.49-50).

Segundo Abrucio (1998), a principal consequência desse legado Vargas para o contexto político-institucional do período 1946-1964 foi o fortalecimento do eixo nacional do sistema político. Somando-se a isso a recuperação da autonomia pelos estados, tem-se que, na Segunda República, “as relações federativas se tornaram mais equilibradas, pois a União e estados se tornaram mais eqüipolentes” (ABRUCIO, 1998, p.50).

Assim, tem-se que as relações intergovernamentais, em comparação aos períodos anteriores, foram mais equilibradas neste contexto, tendo os estados recuperado sua autonomia política, financeira e administrativa e a União se estabelecido como um dos eixos do sistema político nacional.

Nesse contexto, o governo municipal viu-se grandemente favorecido, em comparação com as Constituições anteriores, uma vez que a Constituição de 1946 inovou ao aumentar a autonomia política e financeira dos municípios (ABRUCIO, 1998, p.49).

Sadek (1991) complementa esse quadro, destacando que a Carta de 1946 teve como uma de suas preocupações o fortalecimento das instituições municipais, retirando-o da tutela a que esteve submetido até então e que, durante a sua vigência, os principais instrumentos de fortalecimento da autonomia

⁵⁴⁷ O que o fez diferenciar significativamente do federalismo da Primeira República (ABRUCIO, 1998, p.49).

municipal foram a autonomia financeira e a autonomia tributária (SADEK, 1991, p.10-11).

Com relação à forma que a interação Estado-sociedade assumiu durante da Segunda República, pode-se dizer, baseando-se em Weffort (1980), que ela se caracterizou por um “autoritarismo carismático ou paternalista” (WEFFORT, 1980, 61). Por sua vez, essa forma de interação Estado-sociedade deve ser entendida em relação ao fenômeno do populismo que, segundo Weffort, foi característico dos chefes de governo desde 1930 a 1964.

Fazendo um breve parêntese a respeito do populismo, tem-se que, de acordo com Weffort (1980), se tratou de um fenômeno político que surgiu a partir da emergência das massas populares urbanas como novo personagem político, podendo-se afirmar que foi um fenômeno próprio de regiões atingidas pela intensificação do processo de urbanização (WEFFORT, 1980, 28; 50).

Como estrutura política, os componentes fundamentais do populismo seriam “a personalização do poder, a imagem (meio real e meio mítica) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas” (WEFFORT, 1980, p.69). Nessa estrutura, o chefe de Estado assumiria a posição de árbitro, residindo nesse aspecto as raízes de sua força pessoal⁵⁴⁸.

Depreende-se disso, que sob um “autoritarismo carismático” as questões gerais da sociedade continuariam sendo tomadas de cima para baixo, com ausência de debate entre os diferentes segmentos da população. A legitimidade das ações do chefe de Estado se basearia na força pessoal exercida junto às massas populares, sendo suas decisões tomadas em nome do povo⁵⁴⁹.

Assim, considera-se que, da mesma forma que o “autoritarismo institucional” do período anterior, o “autoritarismo carismático” constitui-se como uma forma de interação Estado-sociedade característica do meio urbano, com a

⁵⁴⁸ Weffort destaca, ainda, que a representação das massas populares urbanas, nessa estrutura, seria controlada pelo próprio chefe do Estado. Isso significa dizer que, enquanto árbitro, ele passaria a decidir em nome de todo o povo, optando por alternativas que despertam menor resistência ou maior apoio popular. (WEFFORT, 1980, p.70)

⁵⁴⁹ Nesse contexto, as camadas populares urbanas se viam submetidas ao carisma do chefe de Estado, sem a presença de organizações e entidades que representassem e intermediassem seus interesses na tomada de decisão política. Baseado em Weffort (1980).

diferença de que a Segunda República representou uma abertura do sistema político, revestindo as eleições de caráter plebiscitário, e o meio urbano ao qual se refere o “autoritarismo carismático” se diferenciou em função do maior adensamento populacional, decorrente dos intensos processos de industrialização e urbanização.

Com relação ao município de Campinas, também da mesma forma que o período anterior, argumenta-se que, devido às características do seu desenvolvimento econômico e da redistribuição populacional, o “autoritarismo carismático” deve ter caracterizado, em determinadas situações, a interação Estado-sociedade, coexistindo ainda com manifestações do “autoritarismo privatista”, em diferentes espacialidades do território campineiro.

Com relação aos aspectos econômicos, de acordo com Cano (1985), no período 1930-1955, altera-se o padrão de acumulação de capital e o país ingressa na fase de industrialização “restringida”⁵⁵⁰, a qual, segundo Semeghini (1991) corresponde à fase de industrialização caracterizada, principalmente, pela substituição de importações⁵⁵¹.

Por sua vez, na agricultura o café continuou sendo um dos principais produtos de exportação do país, mas, no decorrer desse período, o cultivo do algodão também ganhou importância como atividade econômica, principalmente em função do crescimento da indústria têxtil, e registrou-se uma significativa diversificação agrícola no interior paulista⁵⁵².

Com relação a Campinas, a partir do estudo de Semeghini, constata-se que o município acompanhou a dinâmica nacional, tanto no processo de industrialização como na agricultura. Nesse sentido, destaca-se que a indústria cresceu progressivamente a partir de 1933, sendo que, na década de 1930, o setor têxtil foi o que mais se destacou⁵⁵³, sendo que, a partir da década de 1940,

⁵⁵⁰ CANO, 1985, p.15.

⁵⁵¹ Semeghini (1991) destaca que, no período de 1930 a 1939, um dos setores de maior peso na indústria era o têxtil. A partir de 1940, ganham maior importância os setores de substituição de importações: cimento, metal/mecânica (máquinas e equipamentos industriais), equipamentos de transporte e material elétrico, ferro e aço, papel e celulose, produtos de borracha, produtos químicos e farmacêuticos. (SEMEGHINI, 1991, p.94).

⁵⁵² Baseado em Semeghini (1991).

⁵⁵³ SEMEGHINI, 1991, p.108.

ganharam importância os setores industriais vinculadas à agricultura e os de substituição de importações⁵⁵⁴.

Na agricultura, segundo Semeghini (1991), durante a década de 1930, assistiu-se, no município, a uma erradicação dos cafezais, acompanhada do aumento da produção do algodão e, na década de 1940, uma maior diversificação da agricultura, representada pelo algodão e cana (SEMEGHINI, 1991, p.103).

Neste contexto, o fato que merece maior destaque é o processo diferenciado de transformação da agricultura, identificado nas duas regiões estruturadas do município⁵⁵⁵. Assim, conforme Semeghini (1991), ao norte do município, na região da Mogiana, a erradicação do café e a substituição das culturas processou-se mais lentamente; por sua vez, na porção sul do município, na região da Paulista, a erradicação do café foi mais rápida, acompanhada do surgimento da pequena propriedade, configurando-se numa área onde se estabeleceu a agricultura capitalizada⁵⁵⁶.

Em termos de redistribuição da população, de acordo com estudo de Bassanezi (1996), entre 1920 e 1940, a população estrangeira diminuiu sua participação relativa no total da população do país, passando de 5,11%, em 1920, para 3,42%, em 1940⁵⁵⁷. Na década de 1950, esse peso diminuiu um pouco mais, passando para 2,34% do total da população do Brasil.

Essa diminuição na participação da população estrangeira era consequência direta da redução na entrada de imigrantes no país, ao longo da primeira metade do século XX: assim, enquanto nas décadas de 1910 e 1920, entraram 815.453 e 846.647 imigrantes, respectivamente, nas décadas de 1930 e

⁵⁵⁴ Dentre as indústrias instaladas no município entre 1937 e 1945, Semeghini (1991) destaca a Rhodia (produção de etanol), a Swift, a Brazilian Warrant, a Matarazzo e a Votorantim (sendo estas quatro voltadas para o beneficiamento e extração do óleo de caroço de algodão). Antes de 1955, instalaram-se as seguintes indústrias: Singer, Bosch, G.E., Pirelli, Papelões Andrade, Rações Anhanguera e IBRAS/CBO, em Campinas; a Chicago Bridge, em Paulínia; Rigesa e Clark, em Valinhos; Tema Terra, Wabco, 3M e IBM, em Sumaré. (SEMEGHINI, 1991, p.110-111).

⁵⁵⁵ A configuração de duas distintas áreas no município de Campinas também foi abordada por Gabriel (1995).

⁵⁵⁶ Tanto Semeghini (1991) quanto Gabriel (1995) destacam a importância da configuração dessas duas regiões no município de Campinas nos processos de reestruturação fundiária e de loteamento e ocupação do solo no município.

⁵⁵⁷ Em termos absolutos, a população estrangeira correspondia, em 1920, a 1.565.961 imigrantes; em 1940, a 1.406.342 imigrantes; e, em 1950, a 1.214.184 imigrantes. (BASSANEZI, 1996, p.11).

1940, entraram 332.768 e 114.085 imigrantes, respectivamente (BASSANEZI, 1996, p.8).

Diante disso, pode-se afirmar que essa redução na proporção de estrangeiros no país contribuiu para que a imigração perdesse importância relativa nos processos mais gerais de redistribuição espacial da população, no período considerado⁵⁵⁸.

Por sua vez, em função do processo de industrialização, iniciado em 1930, e intensificado a partir da década de 1940, intensificou-se a urbanização nos principais centros urbanos do país, em decorrência das migrações internas⁵⁵⁹, que passam a ter maior importância na redistribuição espacial da população, a partir da década de 1940⁵⁶⁰.

Campinas participa desse processo de transformação em curso no país, expresso, basicamente, pela passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial, decorrente da crescente industrialização e intensificação da urbanização⁵⁶¹. Nesse sentido, Baeninger (1996) destaca que

O acelerado processo de urbanização nessa etapa de desenvolvimento marcou a passagem para uma sociedade essencialmente urbano-industrial. Entre 1930 e 1940, as atividades urbanas em Campinas já eram mais relevantes que as rurais. Em 1940, 60,4% da população economicamente ativa (PEA) estava inserida em atividades urbanas - 20,2% no setor secundário e 40,2% no terciário -, cabendo ao setor primário 39,6% do total da PEA. (BAENINGER, 1996, p.41)

A partir disso, pode-se observar que, assim como no padrão de acumulação “primário-exportador”, o desenvolvimento econômico de Campinas, no contexto da “industrialização restringida”, acompanhou a dinâmica econômica mais ampla, observada já, anteriormente, para o conjunto do país.

⁵⁵⁸ Baseado em Baeninger (1996), Bassanezi (1996), Toledo (1995).

⁵⁵⁹ Expressas pelo êxodo rural, intra e interestadual.

⁵⁶⁰ Baseado em Baeninger (1996), Fausto (2000), Toledo (1995).

⁵⁶¹ No município de Campinas, no período considerado, refletindo os processos gerais de redistribuição da população, observa-se a decrescente participação da população estrangeira na população do município, e a importância crescente que passa a ter as migrações internas. Baseado em Toledo (1995).

Assim como no contexto primário-exportador, no período de crescente industrialização, o grande desempenho econômico do município de Campinas resultou da forma como estava organizado o seu território e reorganizada sua população sobre ele que, por sua vez, resultou de diferenciações político-territoriais precedentes.

Já foi destacado, anteriormente, que o tipo de diferenciações político-territoriais intra-municipais característico das transformações na organização territorial e na conseqüente reorganização espacial da população, no município de Campinas, é aquele a partir do qual as diferentes espacialidades que compõem o território municipal apresentam níveis desiguais de poder político, sendo que o distrito-sede concentra a sua maior parte.

Considera-se que, no período 1930-1955, tenha se mantido a mesma forma de distribuição desigual de poder político entre os distrito-sede e os distritos secundários que prevaleceu no período anterior porque, nos dois contextos político-institucionais, não surgiu algum elemento, a partir das relações intergovernamentais, que pudesse atuar no sentido de alterar a dinâmica de interação política intra-municipal entre as diferentes espacialidades.

Na maior parte do período, o governo municipal permaneceu com uma margem para tomada de decisões bastante limitada, dependendo do financiamento das esferas superiores de governo para a execução de suas principais atividades⁵⁶².

Argumenta-se que, no caso de Campinas, esse aspecto deve ter contribuído para que as medidas mais importantes do poder público continuassem se concentrando no distrito-sede, em detrimento dos distritos secundários existentes no município. Considera-se, ainda, que essa forma de intervenção do poder público no espaço urbano tenha sido reforçada pelo autoritarismo presente na forma de interação Estado-sociedade, prevalecente no período, a partir do qual as camadas populares pouco puderam influir na tomada de decisão no contexto político municipal, a despeito de seu crescente peso numérico e de ter se tornado

⁵⁶² Ver discussão anterior sobre a dimensão político-institucional do período considerado.

importante personagem social e político na configuração da sociedade urbano-industrial.

O estudo de Carvalho (1991) nos fornece subsídios para manter nossa argumentação nesta direção. Nesse sentido, o autor destaca que o período de 1930 a 1945 correspondeu à segunda crise urbana de Campinas, cujas causas estariam relacionadas, por um lado, ao esgotamento da forma de organização territorial urbana, criada pela economia cafeeira e, por outro, pela necessidade de se implantar uma estrutura urbana adequada ao processo de industrialização⁵⁶³.

Diante disso, o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, colocado em prática entre 1938 e 1962⁵⁶⁴, representou segundo Badaró (1996), a implementação de um novo desenho urbano de Campinas, o qual realizou a transição da cidade agro-exportadora para a cidade industrial moderna (BADARÓ, 1996, p.152).

Na visão de Carvalho (1991), esse Plano representaria a solução dada pelo poder público – representado pela atuação conjunto do governo municipal e do governo estadual – à segunda crise urbana do município, embora na sua concepção e implementação tenham sido contemplados os objetivos voltados para a renovação urbana, principalmente do seu centro urbano, e não tenham sido consideradas as necessidades habitacionais da classe trabalhadora⁵⁶⁵.

Para os propósitos deste estudo, o que chama a atenção é o fato desse Plano, que visava a renovação do espaço urbano, adaptando-o para o processo de industrialização em curso no país, ter se concentrado no distrito-sede do município⁵⁶⁶, revelando a continuidade de um padrão de intervenção do poder público, prevalecente nas fases anteriores da construção do urbano campineiro⁵⁶⁷.

⁵⁶³ CARVALHO, 1991, p.36. O autor destaca que essa segunda crise urbana dá seus primeiros sinais já na segunda metade da década de 1920, com o surgimento dos primeiros bairros periféricos, anunciando a expansão urbana, e com o crescimento do protesto popular, através de greves e outras manifestações públicas. (p.36).

⁵⁶⁴ Badaró (1996) faz uma apresentação completa do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, desde a sua elaboração até a sua implementação.

⁵⁶⁵ Badaró (1996) destaca que uma das conseqüências imediatas da implementação do Plano foi uma piora nas condições habitacionais das camadas populares, em vista do seu encarecimento, o que estimulou o aumento da população vivendo em cortiços e porões, acompanhado da piora das condições sanitárias (BADARÓ, 1996, p.111-112).

⁵⁶⁶ Em Badaró (1996) encontra-se a relação das ações e localizações previstas pelo Plano.

⁵⁶⁷ Ver discussão desenvolvida nos capítulos terceiro e quarto e na primeira seção deste capítulo.

Desde o auge da economia cafeeira, em função desse padrão de atuação do poder público, os distritos secundários foram sendo desconsiderados como *locus* privilegiado da atuação do poder público na criação de uma infraestrutura urbana e no melhoramento de serviços públicos que visassem o melhor funcionamento da economia⁵⁶⁸ e melhores condições de vida e conforto da população,⁵⁶⁹ ou seja, ações que pudessem agregar valor a esses espaços. E Isso aconteceu a despeito da importância dessas espacialidades para o desenvolvimento econômico e social do município.

Por sua vez, a manutenção desse padrão de atuação do poder público foi possível, em parte, graças às relações intergovernamentais, características de cada contexto político-institucional, que contribuiu para que as classes dirigentes locais mantivessem a mesma forma de distribuição do poder político, com maior concentração no distrito-sede, e às diferentes formas de autoritarismo, características da interação Estado-sociedade nos diferentes contextos, que restringiram ou anularam a participação das camadas populares nas decisões relacionadas à construção do espaço urbano campineiro.

Com relação ao nosso recorte espacial⁵⁷⁰, constituído, no período considerado, pelo distrito-sede⁵⁷¹ e pelo distrito de Sumaré⁵⁷², argumentou-se, anteriormente, que, entre 1930-1955, não foi registrado nele a ocorrência de novas diferenciações político-territoriais, sendo que a sua especificidade no contexto intra-municipal residia no fato de ter deixado de ser um *hinterlândia* e ter se constituído num “espaço inter-distrital”.

⁵⁶⁸ Exceção feita à expansão das estradas de ferro, a partir da qual foram estabelecidas estações nos diferentes distritos de Campinas (Rebouças e Cosmópolis). Porém, a partir dos estudos de Lapa (1995) e Semeghini (1991), o que se observa é que, na perspectiva do capital cafeeiro, esse tipo de investimento, feito nos povoados do território campineiro, visava a melhoria no transporte do café, sendo secundários seus impactos na configuração de um espaço urbano nessas áreas.

⁵⁶⁹ Lembrando que, como destacado anteriormente, a intervenção do poder público nos espaços urbanos dos distritos secundários, principalmente a partir da última década do século XIX, visava mais impedir o surgimento de novas epidemias do que estimular um maior desenvolvimento urbano e econômico nessas localidades. Baseado em Toledo (1995).

⁵⁷⁰ Ver mapa no início da seção.

⁵⁷¹ No mapa, refere-se à área do atual município de Campinas. Porém, deve-se considerar que, no período em estudo, quando de fala de distrito-sede, estamos nos referindo à área composta pelos então distritos da Conceição e o de Santa Cruz.

⁵⁷² O distrito de Sumaré (Rebouças), no período considerado, compreendia as áreas dos atuais municípios de Sumaré e Hortolândia.

Argumentou-se, também, que essa passagem de um estado a outro se deu em função de um relativo adensamento populacional e complexificação da estrutura social, num contexto caracterizado por níveis desiguais de poder político entre o distrito-sede e o distrito secundário de Sumaré.

Nesse sentido, tem-se que, enquanto o distrito de Sumaré constituía a *hinterlândia* de Campinas, principalmente na sua fase auge, na década de 1900, quando ocorreu a fundação dos núcleos de colonização oficial e a elevação do então povoado à categoria de distrito⁵⁷³, a sua estrutura social, caracterizada por uma grande parcela da população vivendo na área rural e uma parcela reduzida se dedicando a atividades urbanas, e o desenvolvimento incipiente do seu núcleo urbano⁵⁷⁴, embora a sua população pudesse apresentar interesses divergentes em relação ao distrito-sede, não constituíram nenhuma situação de tensão e conflito, que envolvesse a incompatibilidade de interesses entre os dois distritos⁵⁷⁵.

Porém, em função do próprio adensamento populacional do distrito, a partir da década de 1920, do aumento das atividades comerciais e de serviços do seu núcleo urbano⁵⁷⁶ e do desenvolvimento da agricultura praticada nas propriedades rurais da região⁵⁷⁷, tem-se que, a partir da década de 1930, o distrito começa a vivenciar problemas urbanos⁵⁷⁸, antes só identificados no distrito-sede do município.

⁵⁷³ Ver primeira seção deste capítulo.

⁵⁷⁴ Baseado em Toledo (1995).

⁵⁷⁵ A partir do estudo historiográfico de Toledo (1995), observa-se que nas primeiras décadas do século XX, o núcleo urbano e as atividades comerciais e de serviços se desenvolvem lentamente, não apresentando nenhum tipo de problema urbano. Porém, o autor destaca que, a partir de 1930, começam a aparecer os primeiros problemas urbanos nos distritos, como o problema do fornecimento de água.

⁵⁷⁶ Toledo (1995), destaca que, por volta de 1905, o distrito de Rebouças (Sumaré) constituía-se no “centro urbano e comercial de toda a região do Médio Quilombo e de certa forma polarizava a atenção de todos os habitantes, desde os limites de Paulínia até a Vila Americana”. Nessa época, encontravam-se centralizados em Rebouças os serviços de correio, telégrafo, casas comerciais, atividades industriais, igreja e festas. (TOLEDO, 1995, p.115). Diante disso, considera-se que, após a década de 1920, essa “centralidade” exercida pelo distrito de Sumaré tendeu a aumentar.

⁵⁷⁷ Lembrando que do distrito de Rebouças localiza-se na porção sul do município de Campinas, aquela que, segundo Semeghini (1991), passou por um processo mais intenso de retalhamento, do qual surgiram as pequenas propriedades, onde se processou mais rapidamente a erradicação dos cafezais, a diversificação das culturas e o estabelecimento da agricultura mais capitalizada.

⁵⁷⁸ Guardadas as devidas proporções, é claro.

Nesse sentido, a partir do estudo de Toledo (1995), destaca-se como evidência das transformações do núcleo urbano do distrito de Sumaré o problema de insuficiência no fornecimento de água vivenciada no distrito já na década de 1930, e agravada na década de 1940 e de 1950⁵⁷⁹.

Considera-se, aqui, que esse problema urbano seja reflexo de um descompasso entre o adensamento populacional urbano e o investimento em infra-estrutura urbana no distrito de Sumaré, naquele momento, o que passaremos a abordar a partir de agora, começando com a evolução da população do distrito de Sumaré. Nesse sentido, os dados da tabela 4.10 ilustram o crescimento populacional dos diferentes distritos de Campinas, entre 1920 e 1950:

Tabela 4.10: População total e taxa de crescimento
Município de Campinas, por distritos
1920-1950

Distritos	População Total			Tx. cresc. (%a.a.)	
	1920	1940	1950	1920-1940	1940-1950
Campinas	78.798	106.252	123.214	1,5	1,5
Sousas	9.903	5.786	6.150	-2,7	0,6
Sumaré (Rebouças) *	5.964	5.188	5.850	-0,7	1,2
Cosmópolis	5.707	5.896	-	0,2	-
Paulínia**	-	-	7.359	-	-
Vila Americana***	9.083	-	-	-	-
Valinhos	6.136	6.818	9.974	0,5	3,9
TOTAL MUNICÍPIO	115.591	129.940	152.547	0,6	1,6

Fonte: Censos demográficos de 1920 (Bassanezi, 1998), 1940 e 1950 (IBGE)

** O distrito de Paulínia é criado em 1944.

*** Vila Americana torna-se município em 1924

Primeiramente, observa-se que a população do município de Campinas apresentou taxa de crescimento anual crescente entre os dois períodos, apresentando um crescimento de 0,6 (%a.a.), entre 1920 e 1940, passando de

⁵⁷⁹ Em Toledo (1995) essa é a única informação contida a qual se pode considerar como evidência de que o distrito vivenciava já na década de 1930 problemas urbanos. Seria necessário levantamento de bibliografia e dados adicionais para um melhor aprofundamento da questão – o que não foi possível neste estudo. Diante disso, baseamos-nos somente na questão da falta de água, evidenciada pelo historiador, como indicativo de que já estavam presentes questões urbanas no distrito.

115.591 para 129.940 habitantes, e um crescimento de 1,6 (%a.a.), entre 1940 e 1950, passando de 129.940 para 152.547 habitantes.

Com relação aos dois distritos em foco, observa-se que, enquanto o distrito-sede apresentou uma taxa de crescimento populacional constante nos dois períodos (1,5 %a.a.), o distrito de Sumaré apresentou uma taxa de crescimento negativa (a menor taxa entre os distritos), no primeiro período (-0,7 %a.a.)⁵⁸⁰ e uma taxa de crescimento de 1,2 %a.a., no segundo período.

Por sua vez, as tabelas 4.11 e 4.12 informam sobre a distribuição da população dos distritos de Campinas, segundo situação de domicílio, nos anos de 1940 e 1950:

Tabela 4.11: População total, por situação de domicílio
Município de Campinas, por distritos
1940

Distritos	Total		Urbana		Rural	
	n	%	n	%	n	%
Campinas	106.252	100,0	84.055	79,1	28.473	26,8
Sousas	5.786	100,0	1.491	25,8	4.295	74,2
Sumaré (Rebouças)	5.188	100,0	1.299	25,0	3.889	75,0
Cosmópolis	5.896	100,0	1.433	24,3	4.463	75,7
Valinhos	6.818	100,0	2.053	30,1	4.765	69,9
TOTAL MUNICÍPIO	129.940	100,0	90.331	69,5	45.885	35,3

Fonte: Censo demográfico de 1940, IBGE.

Destaca-se, primeiramente, que a proporção de população urbana do município, em 1940, era de 70%, apresentando o distrito-sede uma proporção de 79%, indicando o peso da população urbana do distrito-sede no total do município, tanto em termos absolutos como em termos relativos.

Por sua vez, observa-se que o distrito de Sumaré é o que apresentava uma das menores proporções de população urbana, 25%, ficando a frente somente de Cosmópolis, cuja população urbana era de 24%.

⁵⁸⁰ Deve-se levar em conta que o decréscimo populacional entre 1920 e 1940 está relacionado com a transferência da região de Nova Odessa para a circunscrição de Americana, tornando-se distrito desse município em 1938. Caso a região de Nova Odessa não tivesse passado a pertencer ao município de Americana, Sumaré teria apresentado uma população, em 1940, de 8.135 habitantes, o que teria contribuído para que a taxa de crescimento do distrito, no período 1920-1940, tivesse sido de 1,6 (%a.a.) – superior à taxa de crescimento do distrito-sede.

Os dados da tabela 4.12 ilustram a distribuição da população dos distritos de Campinas por situação de domicílio, no ano de 1950:

Tabela 4.12: População total por situação de domicílio
Município de Campinas, por distritos, 1950

Distritos	Total		Urbana		Rural	
	n	%	n	%	n	%
Campinas	123.214	100,0	99.156	80,5	24.058	19,5
Sousas	6.150	100,0	1.310	21,3	4.840	78,7
Sumaré	5.850	100,0	1.559	26,6	4.291	73,4
Paulínia	7.359	100,0	589	8,0	6.770	92,0
Valinhos	9.974	100,0	4.220	42,3	5.754	57,7
TOTAL MUNICÍPIO	152.547	100,0	106.834	70,0	45.713	30,0

Fonte: Censo demográfico de 1950, IBGE.

Primeiramente, observa-se que aumentou a proporção de população urbana, tanto para o conjunto do município (70%) como para o distrito-sede (80%), reflexo do processo de industrialização e urbanização do município⁵⁸¹. Por sua vez, o distrito de Sumaré também registrou aumento na proporção de população urbana, que chegou aos 27%, tornando-se o distrito com a terceira maior população urbana do município, ficando a frente de Sousas (21%) e de Paulínia (8%).

Porém, mais importante do que avaliar o peso de uma dada população, num único momento, é considerá-la através da sua evolução no tempo. Assim, os dados da tabela 4,13⁵⁸² ilustram o crescimento da população urbana e rural, entre 1918 e 1950, nos distritos de Campinas:

⁵⁸¹ Durante a década de 1940, mudou o conjunto dos distritos existentes no município: Cosmópolis emancipou-se de Campinas e o foi criado o distrito de Paulínia.

⁵⁸² Dados absolutos extraídos das tabelas 4.7, 4.11 e 4.12.

Tabela 4.13: Taxas de crescimento populacional (%a.a.)
População total, segundo situação de domicílio
Município de Campinas - Distritos selecionados – 1918-1950

Distritos	1918-1940			1940-1950		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Campinas	1,7	3,3	-0,6	1,5	1,7	-1,7
Sumaré	0,5	5,2	-0,4	1,2	1,8	1,0
Demais distritos	-1,7	0,4	-2,3	2,4	2,1	2,5
TOTAL MUNICÍPIO	1,0	3,1	-1,1	1,6	1,7	0,0

Fonte: Recenseamento de 1918. Prefeitura municipal de Campinas. *Apud* BAENINGER, 1996, p.35. Censos demográficos de 1940 e 1950, IBGE.

A partir desses dados, é possível observar que, durante o período 1918-1940, enquanto a população urbana do município de Campinas e do distrito-sede cresceu em torno 3% a.a., a população urbana do distrito de Sumaré cresceu a uma taxa anual de 5%, acima, portanto, do crescimento do município de Campinas e do distrito-sede. Por sua vez, o decréscimo da população rural foi maior no distrito-sede (0,6%a.a.) do que no distrito de Sumaré (0,4%a.a.).

Contrastando esses dados com taxas relativas ao total do distrito, tem-se que o seu crescimento negativo, considerando 1920, ou bastante baixo, considerando 1918, estaria mais relacionado com um certo êxodo rural, vivenciado, possivelmente, pelo distrito, neste período⁵⁸³, pois a população urbana cresceu acima do crescimento médio do município.

Com relação ao período 1940-1950, observa-se que o crescimento da população urbana do distrito-sede (1,7%a.a.) foi o mesmo apresentado pelo município de Campinas. Por sua vez, a população urbana do distrito de Sumaré, embora tenha crescido a uma taxa anual inferior ao período anterior (1,8%a.a.), novamente, cresceu acima da taxa registrada para o município e o distrito-sede.

Por sua vez, considera-se que esse crescimento da população urbana de Sumaré estaria sinalizando para outros processos em curso no distrito, ou seja, a instalação, em 1946, da 3M – a primeira grande indústria instalada na região do distrito de Sumaré, ocorrendo nessa época, também, a expansão do perímetro

⁵⁸³ Há que se considerar, também, o quanto a transferência da região de Nova Odessa para o município de Americana contribuiu para essa diminuição da população rural no distrito de Sumaré,

urbano do distrito, com a abertura dos primeiros loteamentos (TOLEDO, 1995, p.140).

Assim, a partir desses dados, endossa-se a consideração de que o distrito de Sumaré passou por um adensamento da sua população urbana e uma alteração da sua estrutura social, no período estudado. Por sua vez, a ocorrência de problemas de falta de água, a partir dos anos 30, sinalizaria para uma inadequação da estrutura urbana do distrito à população urbana que crescia a uma taxa superior a do próprio município e a do distrito-sede.

Nesse sentido, a configuração do problema da falta de água no distrito de Sumaré como uma questão de ordem pública, cuja solução deveria ser fruto de uma tomada de decisão, envolvendo diferentes atores políticos tornou-se a situação política a partir da qual se explicitou, no espaço público, a divergência existente entre os interesses entre Sumaré e o distrito-sede⁵⁸⁴.

Com isso, pretende-se destacar que o descompasso entre, por um lado, o adensamento populacional urbano e a reconfiguração da sua estrutura social, e, de outro, o investimento em infra-estrutura urbana existente no distrito de Sumaré, constitui-se como fruto da forma de atuação do poder público municipal na construção do espaço urbano que, devido à distribuição desigual de poder político entre as diferentes espacialidades⁵⁸⁵, caracterizou-se pela concentração dos investimentos no distrito-sede, em detrimento dos distritos secundários, mesmo apresentando estes, como é o caso de Sumaré, problemas característicos do intenso processo de urbanização, exigindo, para a sua solução, uma ação planejada do poder público.

O Plano de Melhoramentos Urbanos constituiria um exemplo típico dessa forma de atuação do poder público na construção do espaço urbano campineiro, no sentido de que ele foi concebido para implementar um amplo conjunto de ações de renovação urbana, que contemplou exclusivamente o distrito-sede do

⁵⁸⁴ Toledo (1995) destaca que, diante da recusa do governo municipal – sediado no distrito-sede – em aceitar a alternativa proposta pelo distrito de Sumaré para a solução de seu problema, um representante do distrito de Sumaré recorreu ao governo estadual, de quem obteve autorização para a implementação de seu projeto de solução da questão do abastecimento de água no distrito. Diante disso, o governo municipal teria tentado obter junto ao distrito, o controle desse processo, mas não obteve sucesso. (TOLEDO, 1995, p.110).

⁵⁸⁵ Em função do processo de diferenciação político-territorial intra-municipal.

município. Nem os distritos secundários e nem as classes trabalhadoras foram contempladas no projeto – o que foi possível devido ao autoritarismo inerente à forma de interação Estado-sociedade, contribuindo para que se esse plano não fosse resultante de um amplo debate na sociedade campineira.

Considera-se que esse padrão de atuação do poder público na construção do espaço urbano campineiro, caracterizado pela concentração de poder político no distrito-sede em detrimento dos demais distritos, perdurou por todo o período analisado, e suas repercussões na organização territorial e na reorganização da população no espaço foram o que levaram o “pedaço” do espaço campineiro formado pelo distrito-sede e pelo distrito de Sumaré a deixar de ser uma *hinterlândia* e se constituir num “espaço inter-distrital”.

Como o espaço inter-distrital tem como uma de suas características a explicitação no espaço público das divergências de interesse entre o distrito-sede e os distritos secundários, considera-se que a manutenção do padrão de atuação do poder público, caracterizado pela concentração de poder político no distrito-sede e pela forma autoritária de interação Estado-sociedade, poderá conduzir a transformações radicais na organização territorial e na reorganização da população, culminando, se o contexto político-constitucional for propício, no desmembramento do território municipal e na conseqüente elevação desse “pedaço” do território municipal à categoria de município.

Considera-se que esse processo é o que aconteceu com o distrito de Sumaré. Nesse sentido, de acordo com Ramos (2003), a falta de planejamento urbano, do governo municipal, voltado para atender as necessidades da periferia que se expandia e para resolver os diversos problemas sociais que emergiam no espaço urbano do distrito, teria sido o principal fator que levou Sumaré a se desmembrar de Campinas, elevando-se à categoria de município em 1953.

Como foi destacado acima, considera-se que a transformação radical na reorganização territorial e populacional do município, representada pelo desmembramento municipal, seria resultante, de um lado, da manutenção do padrão de atuação do poder público nas diferentes espacialidades que compõem

o território municipal, e, por outro, de um contexto político-constitucional propício ao desmembramento municipal.

Com relação ao primeiro aspecto, pode-se afirmar que, de acordo com Ramos (2003), houve a manutenção do padrão de atuação do poder público, caracterizado pela distribuição de poder político desigual entre os distritos, na qual o distrito-sede torna-se preponderante, e por uma forma de interação Estado-sociedade marcada pelo autoritarismo, sob a qual a tomada de decisões ocorre de cima para baixo, de forma a anular ou minimizar a participação de atores políticos com interesses divergentes.

Por sua vez, o segundo aspecto estaria relacionado com a presença de dois fatores político-institucionais identificados como estimuladores do processo de desmembramento municipal: regras “facilitadoras” do processo de desmembramento e uma margem de atuação conferida ao governo municipal considerada “vantajosa”⁵⁸⁶.

Assim, no estudo realizado anteriormente, considerou-se que a autonomia conferida aos municípios, com a Carta de 1946⁵⁸⁷, teria representado um fator que pudesse favorecer a emancipação municipal. Por sua vez, os critérios para o desmembramento municipal iriam no caminho contrário, uma vez que, entre eles, a exigência de uma renda mínima municipal⁵⁸⁸ poderia representar um obstáculo ao processo emancipatório.

No entanto, diante da grande quantidade de municípios criados no estado de São Paulo⁵⁸⁹, durante a Segunda República, pôde-se afirmar que o critério de renda não foi restritivo do processo emancipatório no período. Considera-se que isso foi possível em função do intenso processo de industrialização no país e, particularmente, no estado de São Paulo, que deve ter contribuído para o maior volume de recursos à disposição do governo municipal.

⁵⁸⁶ Baseado em Siqueira (2003).

⁵⁸⁷ Essa ampliação da autonomia municipal deu-se em função da eletividade do executivo municipal e do aumento das receitas municipais. (Fausto, 2000; Sadek, 1991).

⁵⁸⁸ Analisando todas as Constituições estaduais paulistas, desde a de 1891 até a de 1989, somente na de 1947 (Segunda República) e na de 1967 (Ditadura militar) aparece a renda municipal como critério para a efetuação do desmembramento municipal. (SIQUEIRA, 2003, p.218).

⁵⁸⁹ Durante a Segunda República, foram criados, no estado de São Paulo, 264 municípios – o que corresponde a 41% do total dos municípios paulistas existentes em 2000. (SIQUEIRA, 2003, p.81).

Diante disso, pode-se argumentar que o distrito de Sumaré possuía as condições necessárias e motivação política suficiente para optar pela sua emancipação em relação ao município de Campinas, no início da década de 1950, contribuindo para a transformação na organização territorial e na reorganização espacial da população, tanto no território de Campinas como no seu próprio território⁵⁹⁰.

Com isso, chegamos no nosso primeiro “ponto crítico” da análise. Conforme discussão feita anteriormente⁵⁹¹, na perspectiva neo-institucionalista histórica, “ponto crítico” corresponderia ao momento em que surgiria a possibilidade de interromper a “trajetória condicionada” de forma que o processo ao qual ele se refere pudesse “mudar de caminho”.

Assim, definido como “ponto crítico” da nossa análise, o desmembramento municipal representaria uma possibilidade de “mudança de caminho” na forma de reorganização do território a partir de uma mudança na “trajetória” percorrida até então pela articulação entre a dimensão política e a reorganização espacial da população.

Porém, como já foi afirmado de antemão, apesar da configuração de um “ponto crítico” no processo em estudo, argumentou-se que, devido à capacidade de decisões políticas prévias definirem, no momento inicial, o *path dependence* de processos políticos e sociais e às vantagens potenciais que a sua manutenção proporcionaria, não se verificaria, após a ocorrência do “ponto crítico”, uma mudança na forma de organização do território, pois não haveria uma mudança na forma de articulação entre a dimensão política e a reorganização da população no espaço.

Diante disso, considera-se que, no “pedaço” do espaço campineiro que se desmembrou do município de Campinas, as diferentes espacialidades que passariam a compô-lo tenderiam a apresentar a mesma lógica até então prevalecente no espaço campineiro na forma de organização territorial e de reorganização da população no espaço.

⁵⁹⁰ Após o desmembramento, o território de Sumaré compreendia as áreas dos atuais municípios de Sumaré e Hortolândia.

⁵⁹¹ Ver discussão feita no capítulo anterior.

Isso aconteceria devido ao fato de, após o processo de diferenciação político-territorial ao qual foi submetido, esse novo espaço inter-distrital apresentaria o mesmo tipo de distribuição de poder político entre as diferentes espacialidades, caracterizado pelo nível desigual de poder político entre os distritos, sendo que o distrito-sede concentraria a maior parcela desse poder.

Por sua vez, a persistência, no tempo, da forma de inter-relacionamento proporcionado por tal distribuição de poder político entre essas espacialidades levaria à configuração de um segundo “ponto crítico”. É esse processo que será abordado na próxima seção deste capítulo.

IV.2 – Do novo “espaço inter-distrital” aos espaços inter-municipal e metropolizado (1956-2000)

Nesta seção, será abordada uma nova etapa do processo de transformação na organização territorial e na reorganização espacial da população, espaço campineiro, focada na configuração de um novo espaço inter-distrital, decorrente do desmembramento municipal citado anteriormente.

Argumenta-se que, apesar da ocorrência do “ponto crítico”, representado pelo próprio processo emancipatório, o desenvolvimento desse novo espaço inter-distrital ocorreria sob um mesmo tipo de inter-relação entre as diferentes espacialidades, prevalecente até então no desenvolvimento do espaço campineiro, caracterizado por uma distribuição desigual de poder político entre os distritos, sendo que o distrito-sede concentraria a maior parcela desse poder.

Por sua vez, essa distribuição desigual de poder político entre espacialidades decorreria dos seguintes fatores: 1) forma de atuação do poder público, herdada da situação prévia, a partir da qual o distrito-sede concentra os investimentos em melhoramentos urbanos em detrimento dos distritos secundários; 2) Em consequência, a reorganização da população nessas espacialidades se daria de forma a não haver uma identidade política e social entre as populações dos diferentes distritos; e 3) As relações intergovernamentais

e a interação Estado-sociedade se constituiriam de forma a manter o tipo de inter-relação entre os diferentes distritos no espaço intra-municipal.

Diante disso, considera-se que a manutenção, no tempo, dessa forma de inter-relação entre as diferentes espacialidades nesse novo espaço inter-distrital, levaria, num momento posterior, caracterizado por uma mudança na dimensão político-institucional, a uma nova transformação radical na reorganização territorial e na reorganização populacional, expressa por um novo desmembramento municipal.

Chegando neste ponto da análise, somos remetidos a considerar de forma mais ampla o espaço campineiro, que passaria a se constituir por um espaço inter-municipal, constituído a partir do desenvolvimento de diferentes espaços inter-distritais, caracterizados por uma distribuição desigual de poder político e pela não identidade política e social entre as espacialidades⁵⁹².

Devido ao histórico de formação e desenvolvimento do espaço campineiro, onde a organização territorial e a reorganização espacial da população foram sendo reconfiguradas sob um tipo de inter-relação entre espacialidades, caracterizadas pela distribuição desigual de poder político, o espaço inter-municipal, resultante desse processo, seria caracterizado pela coexistência de unidades político-territoriais, representadas pelos municípios, onde não predominaria, no caso campineiro, uma identidade social e política entre elas.

O desenvolvimento desse espaço inter-municipal, por sua vez, culminaria num espaço metropolizado também caracterizado pela mesma ausência de uma identidade social e política entre os municípios que o compõem.

Considera-se que, no momento atual, tal característica estaria na base das dificuldades de implementação de uma gestão metropolitana mais efetiva e com maior envolvimento dos municípios que a compõem na solução dos problemas comuns.

⁵⁹² Embora tenhamos optado por focar, neste período, no “pedaço” do espaço campineiro formado pelos atuais municípios de Sumaré e Hortolândia, considera-se que, nos demais “pedaços”, tenham se constituído espaços inter-distritais, seguidos de desmembramentos, sob o mesmo tipo de distribuição desigual de poder político e a mesma não identidade política e social, identificados no caso de Sumaré. Trata-se dos distritos de Americana, Cosmópolis, Valinhos e Paulínia.

Essa passagem do espaço inter-distrital para um espaço inter-municipal e, por fim, para um espaço metropolizado constitui o foco dessa seção, porém, antes de aborda-lo faz-se necessário destacar as principais mudanças políticas, econômicas, sociais e populacionais do período que, embora eles não venham a ser tratados com maior profundidade, de certa, influenciarão direta ou indiretamente o processo em questão.

Nesse sentido, destaca-se, primeiramente, que esse período será influenciado, principalmente, por relações intergovernamentais e interação Estado-sociedade condicionadas por contextos político-institucionais distintos: inicialmente, por um período ditatorial (1964-1985), seguido por um período de abertura política, caracterizada por um processo de democratização e descentralização político-administrativa, cujos contornos político-institucionais foram dados pela Constituição de 1988.

De acordo com Abrucio (1998), esse período correspondeu à fase de consolidação do federalismo brasileiro⁵⁹³, sendo que, em termos de relações intergovernamentais, o período ditatorial correspondeu ao “modelo unionista-autoritário”, caracterizado pela concentração de poder no Executivo federal e na Presidência da República, redundando na restrição da autonomia federativa e no fortalecimento da União (ABRUCIO, 1998, p. 60; 63).

Por sua vez, o regime democrático corresponderia, inicialmente, ao surgimento do “federalismo estadualista” caracterizado pelo fortalecimento dos estados e dos governadores, acompanhado do enfraquecimento da União e da Presidência da República⁵⁹⁴, e seguido de uma fase, que chega até o momento atual, que corresponderia a um maior equilíbrio entre os entes federados, principalmente entre Estados e a União⁵⁹⁵.

⁵⁹³ Diante disso, se poderia afirmar que se trata da fase em que já estariam consolidados o “princípio da autonomia” e o “princípio da interdependência” entre os entes federados. Ver discussão feita no primeiro capítulo.

⁵⁹⁴ ABRUCIO, 1998, p.59. Segundo o autor, o período 1991-1994, por sua vez, seria caracterizado pelo “ultrapresidencialismo estadual”, caracterizado pelo poder incontrastável do governador no processo político nacional (ABRUCIO, 1998, p.109)

⁵⁹⁵ Vários autores, entre os quais pode-se citar Kugelmas & Sola (2000), Almeida (2005), Arretche (2000) e mesmo Abrucio (1998), apontam para o fato de que, a partir da segunda metade dos anos 1990, a União vem revertendo essa situação, alcançando uma relação mais equilibrada em relação ao governo de estado, através da retomada de fontes de recursos e de competências.

Em termos econômicos, o período em estudo, de acordo com Cano (1998; 1985), pode ser dividido em três subperíodos: 1) o subperíodo de 1956 a 1970 é caracterizado pela “industrialização pesada”⁵⁹⁶; 2) o subperíodo de 1970 a 1985 é caracterizado pela desconcentração econômica regional⁵⁹⁷; e 3) o subperíodo de 1985 em diante é caracterizado pela implantação de políticas neoliberais⁵⁹⁸.

Em termos sociais, o período em estudo é caracterizado por intenso processo de urbanização⁵⁹⁹, passando de 45,1%, em 1960, para 75,5%, em 1991⁶⁰⁰, acompanhando, em grande parte, o processo de industrialização⁶⁰¹. Paralelamente, houve intensificação dos movimentos sociais em todo o país, nos períodos 1956-1964 e ao longo da década de 1970⁶⁰², tendo assumido novos contornos na década de 1980 e 1990⁶⁰³.

⁵⁹⁶ De acordo com Fausto (2000), a política econômica desse período caracteriza-se, principalmente, pelo Plano de Metas implementado no governo JK (1956-1961), que abrangia objetivos divididos em seis grupos: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e construção de Brasília. A política econômica de JK foi caracterizada pelo nacional-desenvolvimentismo, que previa a combinação do Estado, com a empresa privada nacional e com o capital estrangeiro para promover a industrialização (FAUSTO, 2000, p.425-427).

⁵⁹⁷ De acordo com Caiado (2000), o principal indutor da desconcentração foi o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), executado a partir de 1974. Segundo o autor, seus objetivos “eram completar a estrutura industrial brasileira, substituir importações de insumos básicos e bens de capital e contornar os problemas cambiais decorrentes da crise do petróleo (projetos de carvão, não ferrosos, álcool de cana, energia elétrica e petróleo)”. (CAIADO, 2000, p.235). Caiado destaca que esses investimentos industriais, ao exigirem maior uso de recursos naturais, alteraram as estruturas de exportação e de importação de diversos estados, constituindo-se no principal fator de desconcentração industrial. Assim, a política de desenvolvimento regional do período tinha como principal objetivo incentivar a localização de atividades econômicas fora da Região Metropolitana de São Paulo. (CAIADO, 2000, p.235). No estado de São Paulo, essa desconcentração econômica teria favorecido a interiorização da indústria, contribuindo para o crescimento industrial de algumas regiões como a de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos. (CAIADO, 2000, p.244-247)

⁵⁹⁸ Segundo Caiado (2000), trata-se do período da reestruturação produtiva, definida por um movimento “de redução dos custos de produção concentrado, em grande parte, na eliminação dos postos de trabalho, na terceirização e na redução dos níveis hierárquicos”. (CAIADO, 2000, p.242).

⁵⁹⁹ Baseado em Martine (1994), Faria (1991) e Fausto (2000).

⁶⁰⁰ Martine (1994) e Martine & Camargo (1984).

⁶⁰¹ Baseado em Fausto (2000).

⁶⁰² Fausto (2000) destaca o avanço dos movimentos sociais e o surgimento de novos atores, durante o governo João Goulart (1961-1964), expresso pela mobilização das ligas camponesas, pela organização do movimento estudantil, o envolvimento da esquerda católica nos movimentos sociais, além das pressões sociais em relação às reformas de base e da intensificação do movimento operário, acompanhada do crescimento de greves. Com relação aos primeiros anos da ditadura militar, Fausto (2000) destaca o início da luta armada, na cidade e no campo, duramente reprimida a partir de 1968, com o AI-5. Por sua vez, Sader (1988) destaca o surgimento de novos atores políticos, nos grandes centros urbanos, ao lado do movimento operário. Trata-se da configuração de um novo ator coletivo cuja reivindicação estava centrada na melhoria das condições de vida. Segundo o autor, tratava-se de “movimentos constituídos a partir de

Em relação às principais tendências do processo de redistribuição espacial da população, Singer (1976) e Martine & Camargo (1984) destacam a migração rural-urbana e as trocas inter-regionais como característicos das décadas de 1960 e 1970⁶⁰⁴, a partir da qual assiste-se a um aumento da população total, e particularmente da urbana, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em função da sua concentração industrial, atraindo os fluxos migratórios para essas regiões.

Na década de 1980, assiste-se a uma mudança na redistribuição populacional, em relação ao período anterior, caracterizado por um arrefecimento do crescimento populacional na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)⁶⁰⁵, em decorrência da desconcentração das atividades econômicas a partir de 1970. No caso do estado de São Paulo, essa desconcentração populacional ocorreu em direção aos centros dinâmicos do interior paulista⁶⁰⁶.

trabalhadores precários, de donas de casa, de favelados, tendo por base a 'esfera da reprodução'(...)" (SADER, 1988, p.195).

⁶⁰³ Segundo Gohn (1991), na década de 1980, o contexto no qual se processam as reivindicações da sociedade civil organizada passa por importantes mudanças. Nesse sentido, a autora destaca que, ao mesmo tempo em que a sociedade civil organizada passa a querer inscrever em leis seus direitos e deveres, ou seja, "passa a querer interferir diretamente na sociedade política, nas regras e mecanismos de funcionamento da sociedade e do estado, via poder legislativo", ocorre um movimento paralelo de outros segmentos da sociedade, especialmente empresários e elites dirigentes, de reivindicação da restrição da atuação do Estado em vários setores sociais (GOHN, 1991, p.11). Trata-se daquilo que Dagnino (2002) denominou por "convergência perversa", e que vai se agudizar ao longo dos anos 90, indicando a coincidência entre ciclos de redemocratização e reformas neoliberais, a qual tem causado impactos contraditórios sobre a esfera pública, principalmente no que diz respeito à atuação dos movimentos sociais. Por fim, com relação à década de 1990, Lavalle (2004; 2003) complementa destacando que o debate sobre movimentos sociais não se centra mais tanto na identificação dos atores coletivos, conforme ocorreu na década de 1970, mas sim na emergência de novos espaços de participação, no papel da sociedade civil no desenho de políticas públicas e na emergência de novas institucionalidades. Segundo o autor, "em vez de atores discutem-se espaços" (LAVALLE, 2003, p.93).

⁶⁰⁴ Particularmente, no estudo de Martine e Camargo (1984), seria destacada a consideração de que o processo de redistribuição da população brasileira, a partir dos anos 60, se caracterizaria pelas dimensões complementares: a inter-regional e a rural-urbana. Nesse sentido, os autores destacam, como padrão de redistribuição inter-regional, a divisão do Brasil em quatro principais áreas: 1) áreas tradicionais de emigração (região Nordeste, e os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); 2) núcleo industrial: estados de São Paulo e Rio de Janeiro; 3) Áreas de fronteira consolidada (estados do Paraná, Maranhão, Goiás e Mato Grosso do Sul); e 4) Áreas de fronteira em expansão (região Norte e estado do Mato Grosso). Com relação à redistribuição rural-urbana, os autores destacam a evolução crescente da taxa de urbanização a partir da década de 1940. (MARTINE & CAMARGO, 1984, p.117 e 127).

⁶⁰⁵ Baseado em Pacheco & Patarra (1997). De acordo com esses autores, os anos 80 seriam marcados por uma maior incidência de migrações intra-regionais e de curta distância e níveis mais altos de migração de retorno. Para uma discussão mais completa sobre o processo de redistribuição populacional na década de 1980, ver, entre outros, Martine (1984), Faria (1991).

⁶⁰⁶ Baseado em Baeninger (2000).

Por sua vez, a década de 1990, de acordo com Pacheco & Patarra (1997), seria caracterizado pela intensificação dos problemas econômicos e sociais, prenunciados nos anos 80. Segundo os autores, isso contribuiria para uma “intensa mobilidade espacial da população, dentro de uma tipologia de movimentos bem mais complexa do que os padrões de longa distância das décadas passadas.” (PACHECO & PATARRA, 1997, p.460) – na prática, isso refletiria a intensificação de processos de distribuição populacional, iniciados na década de 80, caracterizada por uma diversidade de tipos de fluxos migratórios.

Com relação ao estado de São Paulo, tem-se que a complexidade desse processo seria expressa por uma maior expansão, segundo Baeninger (2000), dos “espaços da migração” no estado de São Paulo, que se basearia em três vertentes complementares do processo de distribuição da população: 1) saída de população da RMSP em direção às regiões do interior; 2) fluxos inter-regionais; e 3) deslocamentos intra-regionais (BAENINGER, 2000, p.178).

Por sua vez, esses processos gerais de redistribuição da população, desde a década de 1960, acabaram rebatendo, no estado de São Paulo, em outros processos, como o de formação da rede urbana paulista. Nesse sentido, Gonçalves (1998) destaca que o processo de constituição da rede urbana paulista finaliza-se na década de 1970, expressando dois movimentos simultâneos: o adensamento da rede na porção Leste do estado, que se industrializava; e a finalização da ocupação do Oeste (GONÇALVES, 1998, p.274).

Com isso, pode-se afirmar que, nas décadas posteriores, a configuração da rede urbana paulista seria marcada por processos de outra natureza: assim, de acordo com Gonçalves (1998), na década de 1980, exerceriam influência a reversão da concentração industrial e populacional da metrópole, e, na década de 1990, o que causaria impacto na rede urbana já consolidada seriam os desmembramentos municipais, surgidos após a Constituição de 1988, ocorridos sob novos determinantes, diferentes dos processos emancipatórios de períodos anteriores (GONÇALVES, 1998, p.49).

Com relação, especificamente, ao processo de criação de municípios no estado de São Paulo, em Siqueira (2003) foi destacado que, se até a década de

1980, as dimensões demográficas e econômicas foram preponderantes na definição do processo, em detrimento da dimensão político-institucional, na década de 1990, alterou-se a lógica do processo emancipatório, com a preponderância da dimensão político-institucional, em detrimento das demais dimensões⁶⁰⁷.

Em termos quantitativos, a partir do processo emancipatório ocorrido entre 1956 e 2000, surgiram 209 novos municípios no estado de São Paulo⁶⁰⁸, sendo que 134 (64%) somente entre os anos de 1956 e 1964, que englobam os governos JK e Jânio/Jango. Durante a ditadura militar seriam criados apenas dois novos municípios, e, na década de 1990, 73 municípios, sendo, na maioria, constituídos por pequenos municípios (com população inferior a 10 mil habitantes)⁶⁰⁹.

Destacados os principais processos políticos, econômicos, sociais e populacionais, em curso durante o período 1956-2000, passaremos a abordar o processo de transformação do espaço campineiro, caracterizado pela passagem de um novo “espaço inter-distrital” para o espaço inter-municipal e, em seguida, a sua configuração em um espaço metropolizado. Iniciaremos essa abordagem, tratando de uma fase prévia, iniciada imediatamente após a emancipação de Sumaré e que corresponde a uma espécie de *hinterlândia*.

O recorte espacial dessa etapa da pesquisa é fornecido pelo mapa X, no qual está delineado o espaço campineiro, com destaque para os municípios de Sumaré e Hortolândia.

⁶⁰⁷ Chegou-se a essa conclusão através da consideração de que o surgimento de novos municípios, na década de 90, tendeu a se concentrar nas regiões do estado com menores taxas de dinamismo econômico e demográfico – ao contrário do que ocorria até então, quando o surgimento de novos municípios concentrava-se nas regiões mais dinâmicas, demográfica e economicamente, do estado. (SIQUEIRA, 2003, p.152)

⁶⁰⁸ Equivalente a 32% do total de municípios existentes em 2000, que é de 645 municípios.

⁶⁰⁹ Baseado em Siqueira (2003).



Embora se considere que a formação de um novo espaço inter-distrital no “pedaço” do espaço campineiro correspondente ao recém-criado município de Sumaré tenha ocorrido ao longo da década de 1970, esse período compreendido pelos anos de 1956 a 1970 foi importante para a configuração das diferentes espacialidades, no município de Sumaré, cujas características demográficas e político-territoriais vão contribuir para as características assumidas no espaço inter-distrital, a partir de 1970.

Assim, a partir dos processos gerais de redistribuição populacional, referentes às décadas de 1950 e 1960, caracterizadas pelo intenso êxodo rural e

fluxos migratórios inter-regionais⁶¹⁰, tem-se que o crescimento da população de Sumaré, particularmente a urbana, acompanhou os padrões identificados para o estado de São Paulo e município de Campinas⁶¹¹, cujos fluxos imigratórios foram motivados pela concentração da industrialização no Sudeste do país⁶¹².

Com isso, destaca-se que, da mesma forma como ocorreu com o município de Campinas, composição social da população do município de Sumaré resultou de dois processos de redistribuição populacional, ao longo do tempo. Nesse sentido, enquanto a imigração estrangeira, motivada pela expansão da economia cafeeira, foi elemento fundamental nessa composição, nas primeiras décadas do século XX, as migrações internas tornaram-se mais importantes, a partir da década de 1950, no contexto da industrialização⁶¹³.

O que nos importa destacar nesse processo, e que vai nos levar à configuração do novo espaço inter-distrital, representado pelas três espacialidades que compõem o município de Sumaré, é a forma como a população resultante desses processo de redistribuição populacional se reorganiza no interior do espaço municipal. Ou seja, a forma como ocorreu o processo de diferenciação político-territorial e populacional, neste espaço, logo após o desmembramento municipal no início da década de 1950.

Nesse sentido, em concordância com a hipótese deste estudo, argumentou-se que, apesar da ocorrência do “ponto crítico” no processo de transformação da organização territorial e reorganização da população no espaço campineiro⁶¹⁴, os desdobramentos desse processo tenderiam a apresentar o mesmo tipo de inter-relação entre as diferentes espacialidades, caracterizado pela distribuição desigual

⁶¹⁰ Ver discussão feita no início da seção.

⁶¹¹ Baseado em Baeninger (1996).

⁶¹² Com relação ao processo de industrialização de Campinas e de Sumaré, destaca-se a importância do papel desempenhado pela inauguração do trecho da via Anhanguera, que cortava o município, em 1948, que, ao mesmo tempo, se constituiu na expressão do dinamismo econômico desse eixo viário do estado, e favoreceu a intensificação da industrialização da porção do território servida por esta rodovia. Baseado em Semeghini (1991) e Baeninger (1996). Por sua vez, Toledo (1995) destaca as indústrias instaladas em Sumaré, na década de 1960: Texcolor (1961), Eletrometal (1962), Minasa (1964), Granjas Ito (1966), Soma (1966) e a Agrofertil (1968). (TOLEDO, 1995, p.153).

⁶¹³ Com relação a Campinas: Semeghini (1991) e Baeninger (1996). Com relação a Sumaré: Toledo (1995).

⁶¹⁴ Expresso pela ocorrência de desmembramento municipal.

de poder político entre elas⁶¹⁵, sendo que, na prática, essa desigualdade se expressaria pela maior intervenção do poder público no distrito-sede, em detrimento dos distritos secundários.

Argumentou-se, ainda, que essa persistência, ao longo do tempo, do tipo de diferenciação político-territorial que caracterizou a configuração das diferentes espacialidades constituintes do espaço campineiro, no momento da formação da sua *hinterlândia* deu-se em função da atuação de dois conjuntos de fatores, um, mais amplo, de ordem político-institucional e outro, de escopo mais local, de ordem populacional e social.

O primeiro conjunto de fatores refere-se à dimensão político-institucional, que influencia a reorganização territorial como a reorganização populacional nesse território por condicionar o próprio processo de diferenciação político-territorial intra-municipal. Essa dimensão seria representada pelas relações intergovernamentais e pela interação Estado-sociedade.

O segundo fator está relacionado com a composição social da população de cada espacialidade que compõe o espaço municipal, resultante de processos de redistribuição populacional, anteriores e ainda vigentes. Essa população se reorganiza nas diferentes espacialidades pré-existentes no município e, por sua vez, acaba por influenciar as diferenciações político-territoriais posteriores, em função da existência ou não de uma identidade política e social entre as populações respectivas de cada distrito.

Argumenta-se, também, que ao longo do processo de transformação do espaço campineiro, até o momento mais recente, a dimensão político-institucional e dimensão populacional se reforçaram mutuamente, no sentido de favorecer a perpetuação de uma inter-relação entre as diferentes espacialidades, marcada pelo desigual distribuição de poder entre elas.

Diante disso, considera-se que, para uma mudança na forma de distribuição de poder político na inter-relação entre espacialidades, previamente marcada por uma distribuição desigual, seria imprescindível uma alteração, seja no âmbito político-institucional mais amplo, nas relações intergovernamentais e/ou na

⁶¹⁵ Resultante do processo de diferenciações político-territoriais, descrito ao longo deste estudo.

interação Estado-sociedade, de forma a anular ou minimizar o peso da não identidade política e/ou social entre as populações das diferentes espacialidades, seja no âmbito populacional local, de forma uma mudança na composição social das diferentes populações leva à existência de um certo nível de identidade política e/ou social.

Com relação à nova reorganização territorial e populacional que emerge com o desmembramento de Sumaré do município de Campinas, considera-se que se manteve a mesma lógica de distribuição de poder político prevalecente até então porque a atuação do poder público local também tendeu a se concentrar no distrito-sede, em detrimento dos distritos secundários, refletindo a não ocorrência de alteração nas dimensões político-institucional e populacional que favorecesse uma distribuição mais equilibrada de poder político entre as diferentes espacialidades.

Com relação à dimensão político-institucional, tem-se a divisão do período considerado em dois momentos. No primeiro, correspondente aos anos de 1956 a 1964⁶¹⁶, conforme já foi destacado na seção anterior, prevaleceu uma relação mais equilibrada entre União e Estados, tendo a União desempenhado um papel mais forte no sistema político nacional, em comparação com a Primeira República.

Neste contexto, o governo municipal viu-se fortalecido na sua autonomia política e financeiramente pela Constituição de 1946 – situação que se manteve durante todo o período da sua vigência – embora ainda tivesse que conviver com um certo nível de dependência da esfera estadual na definição de seus tributos.

Por sua vez, as relações Estado-sociedade assumiram, no meio urbano, a forma de um “autoritarismo carismático”, tendo, provavelmente, convivido ainda com um certo grau de “autoritarismo privatista”, prevalecente em meios rurais⁶¹⁷.

No segundo momento, compreendendo os anos iniciais da ditadura militar (1964 a 1970), já teríamos adentrado, segundo Abrucio (1998), a fase em que o federalismo já teria se consolidado. De acordo com o autor, as relações

⁶¹⁶ Segundo Abrucio (1998), referia-se ainda à fase de formação do federalismo brasileiro.

⁶¹⁷ Ver discussão nas seções anteriores.

intergovernamentais desse período ditatorial seriam caracterizadas pelo modelo “unionista-autoritário”.

Em linhas gerais, segundo Abrucio (1998), o “modelo unionista-autoritário” seria caracterizado pela concentração de poder no Executivo federal e na Presidência da República, e pelo conseqüente enfraquecimento financeiro, administrativo e político dos estados⁶¹⁸.

Segundo o autor, o período auge desse modelo unionista-autoritário corresponderia aos anos de 1965 a 1974, que compreendeu uma das principais medidas do governo militar com o objetivo de concentrar poder no governo federal: a reforma tributária de 1966, que redefiniu as receitas tributárias entre os entes federativos⁶¹⁹.

As mudanças introduzidas por essa reforma causariam efeitos diretos nas relações intergovernamentais, pois, segundo Abrucio (1998), a partir delas a União teria alcançado uma maior centralização das receitas tributárias em suas mãos, além de aumentar o controle do governo federal sobre as transferências intergovernamentais.

O autor complementa destacando que o ente federativo mais prejudicado teria sido a esfera estadual, pois foi a partir da restrição financeira, administrativa e política dos estados que o poder central se fortaleceu nesse período. Por sua vez, os municípios, embora também tenham sido restringidos pelo governo central, suas perdas financeiras foram menores, sendo que o governo federal procurou

⁶¹⁸ Segundo Abrucio (1998), o modelo unionista-autoritário de relações intergovernamentais montado no regime militar tinha três pilares: o financeiro, o administrativo e o político. Em termos financeiros, o modelo visava centralizar ao Máximo as receitas tributárias nas mãos do Executivo Federal, dando-lhe controle quase completo sobre as transferências de recursos para estados e municípios. Em termos administrativos, tinha como objetivo uniformizar a atuação administrativa nos três níveis de governo, guiados pelo planejamento central. Por fim, em termos políticos, o governo federal procurou controlar integralmente as eleições às governorias, evitando a conquista das máquinas estaduais pela oposição. (ABRUCIO, 1998, p.63-64).

⁶¹⁹ De acordo com Fausto (2000), poderia se afirmar que o AI-5, instituído em 1968, representaria uma outra medida, cujo objetivo era a maior concentração de poder nas mãos do governo federal. Assim, de acordo com o autor com o AI-5, o presidente da República voltou a ter poderes para fechar o Congresso, podendo, além disso, intervir nos estados e municípios, nomeando interventores, cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como demitir ou aposentar servidores públicos. Além disso, foi suspenso o *habeas corpus* em casa de crimes contra a segurança nacional, contra a ordem econômica e social e contra a economia popular. Foram criados órgãos de vigilância e repressão, com estabelecimento da censura aos veículos de comunicação e emprego da tortura como parte integrante dos métodos do governo. (FAUSTO, 2000, p.480).

transferir recursos diretamente para eles, seja vai transferências negociadas, seja através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (ABRUCIO, 1998, p.66).

Com essa medida, segundo Abrucio (1998), o governo federal procurou trazer o poder local para a sua esfera de influência, retirando do governo estadual um de seus maiores poderes, ou seja, o controle político-econômico da esfera municipal.

Por sua vez, a interação Estado-sociedade desse período ditatorial foi caracterizada por um outro tipo de autoritarismo denominado “autoritarismo burocrático”⁶²⁰, podendo-se afirmar que, a partir dele, as decisões relativas a questões mais gerais da sociedade eram tomadas de cima para baixo, através da atuação de órgãos administrativos em estados e municípios, responsáveis pela implementação, nos âmbitos subnacionais, das políticas concebidas no plano federal⁶²¹.

Com isso, afirma-se que a dimensão político-institucional, no período 1956-1970, não teria fornecido elementos que pudessem favorecer a alteração na distribuição do poder político entre os distritos do município de Sumaré, pois se considera que, tanto no período democrático como no ditatorial, o fato de o município depender, ora do governo estadual, ora do governo federal, para a definição de recursos colocados a sua disposição teria favorecido a opção do governo municipal concentra seu poder territorialmente no distrito-sede para aumentar seu poder de barganha frente às escalas superiores de governo.

Por sua vez, o fato de a interação Estado-sociedade manter-se essencialmente autoritária, ao longo desse período, teria dificultado as possíveis reivindicações locais por uma distribuição de poder político e uma atuação do poder público local mais equilibradas.

⁶²⁰ Baseado em Almeida (2005).

⁶²¹ Complementa-se esse quadro o fato de que, o Sistema Brasileiro de Proteção Social se consolidou durante o regime militar, refletindo a agregação de políticas setoriais colocadas sob a orientação do governo federal, responsável pela concepção e financiamento dessas políticas, implementadas, no âmbito local, por órgãos administrativos do governo federal, estabelecidos em estados e municípios. Tais políticas setoriais correspondiam às seguintes áreas: Habitação, Saneamento básico, Saúde, Assistência social e Ensino fundamental. Baseado em Arretche (2000).

Quanto à composição social da população dos diferentes distritos que compõem o município de Sumaré⁶²², a partir de Toledo (1995), pode-se afirmar que o que caracteriza a sua configuração, dentro do espaço campineiro, é a imigração européia, através do estabelecimento de núcleos de colonização, no final do século XIX e início do XX; considera-se que foi a presença da imigração o elemento que constituiu o diferencial na ocupação das diferentes espacialidades.

Assim, tem-se que no distrito-sede e no distrito de Nova Veneza seriam as espacialidades onde se concentrariam os imigrantes e descendentes⁶²³, enquanto que, na região do distrito de Hortolândia, não teria havido o estabelecimento de núcleos de colonização⁶²⁴.

A partir da década de 1940, quando o processo de industrialização intensificou-se no município de Campinas, Sumaré foi uma das regiões onde as indústrias se estabeleceram, sendo acompanhadas pelos migrantes que afluíram para o município. Segundo Toledo (1995), datam dessa época os primeiros loteamentos na região⁶²⁵, tendo sido registrados tanto nas áreas do distrito-sede e de Nova Veneza, como nas áreas de Hortolândia⁶²⁶.

⁶²² O município de Sumaré, ao se desmembrar de Campinas, em 1953, já surgiu possuindo um distrito: Hortolândia. Em 1959, Nova Veneza (onde se estabeleceu um dos núcleos de colonização oficial da região de Rebouças) foi elevada à categoria de distrito.

⁶²³ Toledo (1995) destaca que, nas primeiras décadas do século XX, imigrantes de diversas nacionalidades se estabeleceram na região de Sumaré (russos, italianos, alemães, ingleses, belgas, húngaros, austríacos, portugueses, espanhóis, suíços, norte-americanos e outros), sendo que os grupos mais importantes eram formados pelos portugueses, que tenderam a se concentrar no meio urbano, e os italianos, que se concentraram no meio rural.

⁶²⁴ Apesar de poder ter havido a compra de propriedades por imigrantes na região de Hortolândia, não teria sido o suficiente para afirmar a existência de núcleo de colonização (particular ou oficial), pois essa região não é apontada quando se aborda as regiões onde foram estabelecidos núcleos de colonização no município de Campinas, no início do século XX.

⁶²⁵ Carvalho (1991) destaca que, durante as décadas de 1930 a 1950, os novos loteamentos eram abertos sem qualquer equipamento urbano, pois não era competência do município dotá-los de melhorias. Com isso, desde esse período, tem-se que, grande parte dos loteamentos, principalmente os destinados às classes com menor poder aquisitivo, surgem desprovidos de infraestrutura básica. Na região de Sumaré e Hortolândia, essa forma de loteamento prevaleceu ao longo do tempo, tornando-se, nos dias atuais, a origem dos principais problemas urbanos nesses municípios.

⁶²⁶ Segundo Toledo (1995), os primeiros loteamentos em Rebouças (Sumaré) datam de 1945, localizados no centro de Rebouças. Por sua vez, o primeiro loteamento na região de Hortolândia data de 1947 (Parque Ortolândia (sic)).

Diante disso, considera-se que, em função da maior concentração de imigrantes no distrito-sede e no distrito de Nova Veneza⁶²⁷, reforçou-se, nesses espaços, a localização das classes sociais mais abastadas e os grupos dirigentes do município. Por sua vez, Hortolândia, inicialmente preterida pelos imigrantes, no contexto municipal, surgiria como a opção mais acessível à maior parcela dos migrantes chegados ao município no contexto da industrialização.

Isso nos permitiria afirmar que o distrito-sede e o distrito de Hortolândia possuíam populações socialmente diferentes, e que a atuação do poder público, concentrando seus investimentos no meio urbano do distrito-sede, em detrimento de Hortolândia, seria reflexo de uma distribuição desigual de poder político, favorecendo o distrito-sede.

Por sua vez, essa distribuição desigual de poder político entre os distritos seria expressão de uma não identidade política e social entre as populações dos dois distritos que, em função do contexto político-institucional vigente, estaria causando impactos na construção do espaço urbano dos dois distritos.

A expressão numérica desse processo é fornecida pelas tabelas 4.14 e 4.15:

Tabela 4.14: População total, urbana e rural
Município de Sumaré, por distritos
1960-1970

Distritos	1960						1970					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sumaré (distrito-sede)	5.972	56,0	4.208	78,8	1.764	33,2	13.996	60,7	11.755	76,9	2.241	28,8
Hortolândia	2.661	25,0	662	12,4	1.999	37,6	4.630	20,1	2.048	13,4	2.582	33,2
Nova Veneza	2.030	19,0	473	8,9	1.557	29,3	4.440	19,2	1.478	9,7	2.962	38,0
TOTAL MUNICÍPIO	10.663	100,0	5.343	100,0	5.320	100,0	23.066	100,0	15.281	100,0	7.785	100,0

Fonte: Censos demográficos de 1960 e 1970, IBGE. Para 1970: *Apud* TOLEDO, 1995.

⁶²⁷ A partir do estudo de Toledo (1995), é possível perceber que, embora a região de Nova Veneza tenha sido uma área característica de estabelecimento de imigrantes, a sua localização, próxima à via Anhanguera contribuiu para que as primeiras empresas se concentrassem no seu território, contribuindo para que os migrantes também viessem a se concentrar no seu território e arredores. A diferença com relação à Hortolândia deve estar relacionada, por sua vez, ao fato de, após o início da industrialização nessa porção do território, a população da região ter uma maior proporção de migrantes interestaduais do que a população de Nova Veneza. O mesmo pode ser dito com relação ao distrito-sede, que teria concentrado grande proporção de imigrantes, mas onde também teria se estabelecido população migrante.

Observa-se que, apesar de, entre 1960 e 1970, a distrito-sede ter apresentado maior proporção populacional, passando de 56,0% para 60,7%, e o distrito de Hortolândia ter concentrado 25%, em 1960, e 20%, em 1970, a diferença, embora pequena, residiu na proporção da população urbana. Assim, enquanto, a proporção da população urbana do distrito-sede passou de 79% para 77%, entre 1960 e 1970, a proporção da população urbana de Hortolândia passou de 12 para 13%, no período.

Por sua vez, a tabela 4.15 fornece a intensidade com que ocorreu a evolução populacional, na década de 1960:

Tabela 4.15: Taxas de crescimento populacional (%a.a.)

População total, segundo situação de domicílio

Município de Sumaré, por distritos - 1960-1970

Distritos	1960-1970		
	Total	Urbana	Rural
Sumaré (distrito-sede)	8,9	10,8	2,4
Hortolândia	5,7	12,0	2,6
Nova Veneza	8,1	12,1	6,6
TOTAL MUNICÍPIO	8,0	11,1	3,9

Fonte: Censos demográficos de 1960 e 1970, IBGE. Para 1970: *Apud* TOLEDO, 1995.

A partir desses dados, observa-se que, no período 1960 e 1970, embora a taxa de crescimento da população total do distrito de Hortolândia (5,7% a.a.) tenha ficado abaixo da taxa de crescimento do município (8,0% a.a.), a população urbana de Hortolândia cresceu acima da população urbana do município – 12,0% a.a. e 11,1% a.a., respectivamente⁶²⁸. Por sua vez, a população rural da sede e de Hortolândia apresentou crescimento anual (2,4% a.a. e 2,6% a.a., respectivamente), no período, abaixo do crescimento da população rural do município (3,9% a.a.), tendo a população rural de Nova Veneza apresentado o crescimento anual mais importante entre os distritos – 6,6% a.a.

O que esses números indicam é que, na década de 1960, embora o crescimento da população rural ainda tenha sido expressiva, em Sumaré, o município já se caracterizava por um expressivo crescimento da população

⁶²⁸ Manfredo (2007) destaca a década de 1960 como o período durante o qual teve início o adensamento populacional urbano da região de Hortolândia.

urbana, cuja intensificação, nos momentos posteriores, teriam rebatimentos diretos na forma de ocupação do solo e na forma como essa população se organiza nesse espaço⁶²⁹.

Por fim, destaca-se que, embora a população do distrito de Hortolândia tenha crescido, na década de 1960, de forma intensa, ela ainda não tinha se adensado e nem se complexificado o suficiente para que as divergências potencialmente existentes entre ele e o distrito-sede ganhassem visibilidade no espaço público – o que vai acontecer no momento seguinte.

Em função disso é que, embora Sumaré tenha sido criado, dividido em três distritos bem definidos, seu espaço ainda não se configurava como um espaço inter-distrital. Nesse momento, Hortolândia poderia ser considerado como uma espécie de *hinterlândia* do município de Sumaré, onde o distrito de Hortolândia constituía uma de suas “regiões tributárias”, uma vez que se manteve circunscrito à jurisdição do governo municipal de Sumaré.

IV.2.2 – Do novo “espaço inter-distrital” ao inter-municipal: em direção ao espaço metropolizado (1970-2000)

Como destacado anteriormente, durante a década de 1970, o espaço compreendido pelas diferentes espacialidades que compõem o município de Sumaré configurou-se como um espaço inter-distrital.⁶³⁰ Ou seja, um espaço polarizado pelo distrito principal, mas que o adensamento populacional e a complexificação da sua estrutura social contribuíram para que a divergência de interesses entre o distrito-sede e os distritos secundários se explicitasse com maior intensidade no cenário municipal.

⁶²⁹ Para se ter idéia da intensidade desse processo, basta destacar que, no mesmo período, a população total do estado de São Paulo cresceu a uma taxa anual de 3,20%; da capital do estado, a 5,23%; do município de Campinas, a 5,54%. Por sua vez, a população urbana do estado de São Paulo cresceu a uma taxa anual de 5,76%; da capital do estado, a 6,17%; e do município de Campinas, a 6,16%.

⁶³⁰ Na verdade, considera-se que essa característica do espaço de Sumaré configurou-se na década de 1970, mas ela adentrou a década de 1980, perdurando até o início da década de 1990, quando, enfim, o distrito de Hortolândia emancipa-se de Sumaré.

Considera-se como essência do espaço inter-distrital a persistência, no tempo, de uma distribuição desigual de poder político entre os distritos, expressa pela atuação do poder público no espaço urbano de forma a privilegiar o distrito-sede, em detrimento dos demais distritos. Essa atuação diferenciada do poder público, por sua vez, teria como “mola propulsora” a não identidade política e social entre as populações dos diferentes distritos.

Argumentou-se ainda que uma mudança na forma de distribuição de poder político na inter-relação entre as diferentes espacialidades dependeria de uma alteração no âmbito político-institucional mais amplo, no plano das relações intergovernamentais e da interação Estado-sociedade, ou então, na composição social da população local, de forma que esses espaços fossem constituídos por populações que apresentassem alguma identidade política e social entre si.

Diante disso, o fato desse espaço ter se configurado, na década de 1970, e se mantido até início da década de 1990, como um espaço inter-distrital deve-se à não ocorrência de uma mudança no sentido de alterar a distribuição desigual de poder político entre as espacialidades, nem na esfera político-institucional, nem na esfera populacional.

Nesse sentido, destaca-se que a intensidade do crescimento populacional dos diferentes distritos de Sumaré, durante as décadas de 1970 e 1980, e a forma como essa população se reorganizou nesse espaço teriam contribuído para a persistência da não identidade política e social entre os distritos, ao longo do período. Os dados das tabelas 4.16 e 4.17 ilustram a dimensão quantitativa desse processo:

Tabela 4.16: Taxas de crescimento populacional (%a.a.)
Município de Sumaré, por distritos
1970-1991

Distritos	1970-1980	1980-1991
Sumaré (distrito-sede)	8,5	6,9
Hortolândia	21,7	8,1
Nova Veneza	23,6	7,5
TOTAL MUNICÍPIO	16,0	7,5

Fonte: Censos demográficos de 1970, 1980 e 1991, IBGE. *Apud* TOLEDO, 1995.

Observa-se, primeiramente, que durante a década de 70 e 80, o município cresceu a uma taxa anual de 16% e 7,5%⁶³¹, respectivamente, sendo que a maior parte desse crescimento concentrou-se nos distritos secundários de Hortolândia e de Nova Veneza, nos dois períodos.

Assim, enquanto, na década de 1970, Hortolândia apresentou um crescimento anual de 22%, Nova Veneza cresceu a 24% e, em contraste, o distrito-sede cresceu a uma taxa anual de 8,5%. Por sua vez, durante a década de 1980, Hortolândia apresentou a maior taxa de crescimento populacional (8% a.a.), seguido por Nova Veneza (7,5% a.a.) e, por fim, pelo distrito-sede (7% a.a.).

Por sua vez, a maior parcela do crescimento populacional do município de Sumaré, durante as décadas de 1970 e 1980, teria correspondido à entrada de migrantes no município. Nesse sentido, Baeninger (1996) destaca que, durante a década de 1970, enquanto o crescimento vegetativo acrescentou 5.017 habitantes, com o movimento migratório o município recebeu 73.743 novos habitantes. Por sua vez, durante a década de 1980, o crescimento vegetativo contribuiu com 28.654 habitantes, enquanto o componente migratório, com 95.737 novos habitantes (BAENINGER, 1996, p.114).

Essa intensidade no crescimento populacional do município se refletiu, internamente, pela redistribuição e reorganização dessa população entre as espacialidades que compõem o espaço municipal:

Tabela 4.17: População total
Município de Sumaré, por distritos – 1970-1991

Distritos	1970		1980		1991	
	n	%	n	%	n	%
Sumaré (distrito-sede)	13.996	60,7	31.709	31,1	66.011	29,2
Hortolândia	4.630	20,1	33.044	32,4	78.011	34,5
Nova Veneza	4.440	19,2	37.081	36,4	82.203	36,3
TOTAL MUNICÍPIO	23.066	100,0	101.834	100,0	226.225	100,0

Fonte: Censos demográficos de 1970, 1980 e 1991, IBGE. *Apud* TOLEDO, 1995.

⁶³¹ Destaca-se que o crescimento populacional foi bastante elevado na década de 1970, considerando-se que, no mesmo período, o crescimento anual do estado de São Paulo foi de 3,55%; da capital do estado, de 3,72%; e de Campinas, de 5,86%. Por sua vez, na década de 1980, o crescimento anual da população do estado de São Paulo foi de 2,13% e de Campinas foi de 2,22% (BAENINGER, 2000, p.128; 1996, p. 52; 114).

Assim, observa-se que o distrito-sede viu diminuir a proporção de sua população, ao longo das duas décadas, ao passo que, os distritos secundários de Hortolândia e de Nova Veneza assistiram ao aumento progressivo da sua participação no contexto municipal.

Nesse sentido, enquanto o distrito-sede concentrava, em 1970, 61% da população de Sumaré, Hortolândia concentrava 20% e Nova Veneza, 19%. Em 1980, a distribuição da população entre os distritos encontrava-se razoavelmente equilibrada, tendo o distrito-sede concentrado 31%, Hortolândia, 32%, e Nova Veneza, 36%. Já em 1991, observa-se a redução do peso da população do distrito-sede, concentrando 29%, o aumento da participação da população de Hortolândia, que passou a concentrar 35%, e mantendo, por sua vez, Nova Veneza os mesmos 36%.

Considera-se que, a partir de 1970, no território do município de Sumaré, caracterizada, já naquele momento, por uma distribuição desigual de poder político entre os distritos, a reorganização da população, resultante de grandes fluxos de migração inter-estaduais, intra-estaduais e intra-regionais⁶³², se orientou pelo padrão de desigualdade existente entre as espacialidades e reforçou a persistência desse padrão.

Assim, considera-se que o poder público municipal, nas décadas de 70 e 80, teria atuado de forma a direcionar os migrantes de renda baixa para os distritos secundários, principalmente Hortolândia⁶³³, que passaria a concentrar a maior parcela dessa população, no seu território, assentados em um grande número de loteamentos, abertos sem infra-estrutura básica⁶³⁴.

⁶³² Com relação ao movimento migratório para o município de Sumaré, na década de 1970, Baeninger (1996) destaca que, de um total de 71.027 imigrantes, 37% são imigrantes intra-estaduais, 35%, são intra-regionais (região de governo de Campinas), e 28%, inter-estaduais. (BAENINGER, 1996, p.92).

⁶³³ Manfredo (2007) constitui importante referência sobre o processo de produção e ocupação do espaço urbano de Hortolândia, portanto, muitas das observações sobre Hortolândia, a partir da década de 1970, baseiam-se no seu estudo. Nesse sentido, a autora destaca que o interesse do governo municipal de Sumaré, desde a década de 1970, pelo menos, em manter a população pobre longe o suficiente do centro urbano principal para “não prejudicar o ordenamento e o controle dos espaços da cidade (...)”. (MANFREDO, 2007, p.184).

⁶³⁴ Ao que tudo indica, esta seria a regra no processo de produção e ocupação do espaço urbano de Hortolândia (Manfredo, 2007; Ramos, 2003). Para se ter uma idéia, um dos principais problemas urbanos de Hortolândia, e que, em grande parte, motivou o processo de emancipação

Diante disso, argumenta-se que a não identidade política e social prévia, entre os distritos, teria condicionado a reorganização da população migrante entre as espacialidades, de forma a contribuir para a persistência de uma não identidade política e social entre os distritos, ao longo do tempo.

Por sua vez, considera-se que essa não identidade e, conseqüentemente, a distribuição desigual de poder político entre os distritos tenham sido reforçadas pela dimensão político-institucional mais ampla.

Nesse sentido, no plano das relações intergovernamentais, durante a década de 1970 e início da década de 1980, continuou prevalecendo um arranjo no qual a União exercia um papel preponderante na concepção e implementação de políticas públicas, sendo o ente federativo com maior concentração de recursos, o que lhe permitia exercer controle sobre as esferas subnacionais⁶³⁵. No plano da interação Estado-sociedade, durante o período considerado, prevaleceu o autoritarismo burocrático, exercido através das agências e órgãos administrativos do governo central, que implementavam políticas públicas, numa visão tecnoburocrática, sem o envolvimento mais direto da população.

Com isso, considera-se que a dimensão político-institucional não forneceu elementos para que o poder público, no contexto local, mudasse sua forma de atuação na produção do espaço urbano⁶³⁶, tornando a distribuição do poder político menos desigual e amenizando as diferenças existentes as diversas espacialidades do município.

Isso não significa que não tenha havido reação por parte da população no sentido de mudar tal situação. Como bem ilustra o estudo clássico de Sader (1988), os movimentos sociais populares da década de 1970 se caracterizaram

do distrito, é expresso pelo nível de saneamento básico no município: em 2000, enquanto 80,5% do total dos municípios da Região Metropolitana de Campinas estavam ligados à rede geral de esgotos, em Hortolândia, apenas 4,4% dos domicílios apresentavam esse tipo de ligação. (CANO & BRANDÃO, 2002; MANFREDO, 2007).

⁶³⁵ O que era feita através de órgãos administrativos estabelecidos em estados e municípios, cuja função era executar as políticas concebidas no plano federal. Ver discussão feita na seção anterior.

⁶³⁶ Vale destacar, de acordo com Amorim Filho & Serra (19??), que o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), de 1974, falava explicitamente considerar as cidades médias no processo de desconcentração industrial da RMSP. Isso poder ter representado um elemento a mais, contribuindo para que o governo municipal concentrasse seu poder político no distrito-sede de forma que pudesse ser contemplado com esse projeto federal de grandes proporções.

pela emergência de novos sujeitos coletivos, nos grandes centros urbanos, que, ao se questionarem sobre as condições de vida em que viviam, contribuíram para uma nova conformação de participação política e de contestação da ordem vigente⁶³⁷.

Pode-se considerar que o reflexo dessa nova forma de organização popular, em Sumaré, tenha sido representado pelo movimento pró-emancipação do distrito de Hortolândia, que aconteceu em 1974⁶³⁸, e segundo Duarte Jr. (1992), teria sido uma iniciativa da população de Hortolândia que não contou com a participação de políticos⁶³⁹.

O importante a apreender desse fato político e social é o que ele nos indica de significativo sobre a relação entre a população do distrito-sede e o distrito de Hortolândia, e que expressa o caráter inter-distrital do espaço que eles compõem. Assim, essa tentativa de emancipação evidencia as divergências existentes entre as duas espacialidades, produto de uma distribuição desigual de poder político, em função de uma não identidade política e social, que acabou tendo reflexos nas formas diferenciadas de produção do espaço urbano.

Essa situação começa a mudar na segunda metade da década de 1980, com a abertura política do regime militar e com a promulgação da Constituição de 1988, que consagrou a democratização do país, contribuindo para alterar a forma de interação Estado-sociedade, e estabeleceu um novo padrão federativo, através da descentralização política, administrativa e tributária, alterando com isso as relações intergovernamentais.

Segundo Abrucio (1998), com a Constituição de 1988, houve um fortalecimento de estados e municípios, através do aumento da sua participação

⁶³⁷ Sader (1988) destaca a importância de movimentos de reivindicação de melhores condições de vida (composto por trabalhadores precários, donas de casa, favelados), ao da reorganização do movimento operário, nas periferias das grandes cidades como uma nova forma de pressão sobre a ordem vigente. Segundo o autor, a organização desses movimentos contou com a atuação de segmentos progressistas da igreja católica, de médicos sanitaristas, das associações de bairros, clube de mães, etc.

⁶³⁸ De acordo com DUARTE JR. (1992), foi a primeira tentativa de emancipação de Hortolândia.

⁶³⁹ Infelizmente, no material organizado por Duarte Jr. (1992), não há informação suficiente para aprofundar essa questão. Diante disso, o que se considera é que, em função do clima político da época, é provável que tenham participado dessa primeira tentativa de emancipação atores vinculados à igreja, ou a partido político. Porém, não é possível afirmar nada em definitivo.

nas receitas nacionais⁶⁴⁰, acompanhado da transferência de competências na execução de políticas sociais, até então sob o controle da União⁶⁴¹. Porém, o autor destaca que essa distribuição de competências entre os entes federativos não foi definida claramente⁶⁴².

Com relação ao governo municipal, observa-se que a principal mudança a partir de 1988 refere-se a sua elevação à categoria de ente federativo, o que proporcionou ao município uma maior margem de atuação e de tomada de decisões, além de constituir a unidade com maior incremento de recursos, em termos relativos⁶⁴³. Porém, Abrucio (1998) destaca que, embora os municípios tenham sido os que mais aumentaram a sua participação no bolo tributário, eles ainda dependem muito dos recursos econômicos e administrativos de outras esferas de governo, principalmente dos estados, o que fez deles os grandes vencedores da batalha tributária da Constituinte (ABRUCIO, 1998, p.105).

A partir disso, o autor chama a atenção para a forma assumida pelas relações intergovernamentais, com a Constituição de 1988, que passou a se caracterizar por um federalismo estadualista, que expressa a maior influência exercida pelos governadores no plano nacional (ABRUCIO, 1998, p.107).

Segundo Abrucio (1998), é possível perceber que esse aspecto do federalismo foi bastante característico no período 1991 e 1994, quando perdurou o que o autor denominou por “ultrapresidencialismo estadual”⁶⁴⁴. O autor observa, porém, que a partir da segunda metade da década de 1990, esse aspecto das

⁶⁴⁰ O autor fornece um quadro mais completo sobre esse processo, o qual não será exposto aqui em toda a sua extensão.

⁶⁴¹ Arretche (2000) destaca a complexidade do processo de descentralização ao longo da década de 1990, cuja performance variou bastante de acordo com a política social e de acordo com a unidade da federação.

⁶⁴² Nesse sentido, Almeida (1995) também destaca que a Constituição de 1988 não definiu com clareza uma hierarquia de competências dentro da federação, estipulando, ao contrário, cerca de trinta funções concorrentes entre União, estados e municípios. (ALMEIDA, 1995, p.92).

⁶⁴³ Nesse sentido, Abrucio destaca que, em 1988, cabia do governo federal 62% dos recursos totais, ao passo que os estados ficavam com 27% e os municípios, com 11%. Em 1992, a União ficou com disponibilidade efetiva de 54,9%, e os estados e municípios ficaram com 28,5% e 16,6%, respectivamente. (ABRUCIO, 1998, p.105).

⁶⁴⁴ Segundo Abrucio (1998), o ultrapresidencialismo tinha duas características: o Executivo estadual detinha forte domínio do processo de governo e controlava os órgãos que deveriam fiscalizá-lo. Além disso, no Executivo, o poder era extremamente concentrado nas mãos do governador. (ABRUCIO, 1998, p.109).

relações intergovernamentais começa a mudar, passando a União a se fortalecer no cenário nacional⁶⁴⁵.

Com relação à forma de interação Estado-sociedade, tem-se que, a partir da Constituição de 1988, ela passa a ser caracterizada pela participação democrática, que implica o envolvimento dos diversos segmentos da sociedade, via entidades representativas, nos processos de definição de agendas e tomada de decisão.

Porém, isso deve ser considerado com uma certa cautela, pois o incentivo a uma participação democrática nas decisões políticas veio acompanhando de uma reforma do Estado que, em certa medida, pode constituir uma limitação a essa forma de participação.

Nesse sentido, Gohn (1991) destaca que, a partir do final da década de 1980, ao mesmo tempo em que a sociedade organizada busca querer interferir diretamente na sociedade política, nas regras e mecanismos do Estado, determinadas parcelas da sociedade civil⁶⁴⁶ passam a reivindicar a restrição da atuação do Estado em vários setores sociais. Em certo sentido, corresponderia ao que Dagnino (2002) denominou “convergência perversa” ao apontar para a coincidência de ciclos de democratização e reformas neoliberais.

Pretende-se, com isso, enfatizar que as mudanças no plano das relações intergovernamentais e da interação Estado-sociedade, a partir da Constituição de 1988, constituíram-se, muitas vezes, em processos complexos, contraditórios e que não foram colocadas em prática de uma hora para outra.

Muito daquilo que, atualmente, caracteriza esses aspectos da dimensão político-institucional foi fruto de debate e negociação, ao longo do tempo, entre o Estado e as diversas entidades representativas da sociedade, influenciados, ora por conjunturas políticas e econômicas, nacionais e internacionais, ora pela própria dinâmica política e social no âmbito das instituições do Estado ou no âmbito das entidades representativas e da vida cotidiana.

⁶⁴⁵ ABRUCIO, 1998, p.221. Kugelmas & Sola (2000) também apontam para o fortalecimento do Executivo federal a partir do período 1994-1998.

⁶⁴⁶ Representada por empresários e elites dirigentes. (GOHN, 1991, p.11).

Nesse contexto, é que ocorre o segundo “ponto crítico” da nossa análise, representado pelo desmembramento de Hortolândia do município de Sumaré, em 1991, cujo principal motivador do processo foi a precariedade urbana em que vivia a população do distrito e a ausência de uma resposta adequada do poder público a esse problema⁶⁴⁷.

Com relação à emancipação de Hortolândia, Baeninger (1996) destaca a importância da população migrante como agentes desse processo. Se tal observação, em si, é verdadeira, uma vez que na época do desmembramento, segundo a autora, 70% dos migrantes de Sumaré residiam no distrito de Hortolândia⁶⁴⁸, ela precisa ser melhor trabalhada.

Assim, tomando-se apenas a perspectiva da autora, seríamos levados a considerar que a importância da presença e da participação política de grande contingente de migrante numa determinada espacialidade constituiria fator suficiente para a sua emancipação municipal.

Porém, o que neste estudo se sustenta é que o que teria levado ao desmembramento do distrito de Hortolândia é a desigualdade na produção do espaço urbano, decorrente de uma atuação do poder público, ao longo do tempo, que privilegia o distrito-sede em detrimento dos demais distritos. Essa atuação diferenciada do poder público seria condicionada pela distribuição desigual de poder político entre as espacialidades, a qual, por sua vez, se fundamentaria na não identidade política e social entre as populações dos diferentes distritos.

Diante disso, considera-se que, da mesma forma como ocorreu com Sumaré, essa transformação radical na forma de reorganização do território e da sua respectiva população constituiu-se como a resultante da persistência, no tempo, de uma forma de inter-relação entre os dois distritos caracterizada pela distribuição desigual de poder político, cujo substrato seria a não identidade política e social entre a população dos dois distritos. Por sua vez, o rebatimento

⁶⁴⁷ Duarte Jr (1992), Baeninger (1996), Ramos (2003) e Manfredo (2007). Duarte Jr destaca também que uma grande variedade de atores sociais participou desse processo, contribuindo para a complexidade com a qual se processou. Entre esses atores, pode-se destacar: Sociedade Amigos de Bairro (em número de 28), Comunidades Eclesiais de Base, comunidades protestantes, clubes de mães, grupos de jovens, grupos de raízes de Hortolândia, empresariado, partidos políticos, vereadores, deputados estaduais e capital imobiliário. (DUARTE JR., 1992)

⁶⁴⁸ BAENINGER, 1996, p.120.

territorial dessa não identidade seria a desigualdade na produção do espaço urbano entre os dois distritos.

Por sua vez, considerar o desmembramento municipal como “ponto crítico” no processo de transformação na organização territorial e na reorganização da população significa afirmar que se trata do momento em que surgiria a possibilidade de interromper o *path dependence* de forma que o processo ao qual ele se refere pudesse assumir um caminho diferente.

No nosso caso, isso significaria que a organização territorial e a reorganização da população no espaço de Hortolândia passassem a se realizar sob uma forma diferente de inter-relação entre as diferentes espacialidades que a compõem⁶⁴⁹, ou seja, sob uma distribuição de poder político mais equilibrada entre os “pedaços” do município.

No entanto, como já foi destacado anteriormente, uma mudança na forma de distribuição de poder político entre as espacialidades seria possível somente a partir de uma alteração no âmbito político-institucional mais amplo, no plano das relações intergovernamentais e da interação Estado-sociedade, ou no âmbito populacional local, no sentido de que uma mudança na composição social das diferentes populações levasse a um certo nível de identidade política e/ou social entre elas.

Tomando-se o caso de Hortolândia como referência para se refletir sobre o momento atual, tem-se que optar busca de uma identidade política, social ou até cultura, através da mudança na composição social das populações, como forma de estabelecer uma distribuição mais equilibrada de poder político, poderia significar um caminho longo, incerto e até indesejável.

Isso porque, ao menos que se tivesse uma política migratória explícita visando direcionar migrantes com determinado perfil para uma determinada espacialidade, uma mudança na composição social das populações dependeria, dentre outros fatores, de processos gerais de redistribuição populacional, cujos

⁶⁴⁹ No caso de Hortolândia, essas espacialidades não correspondem a distritos, mas aos bairros do município, os quais, segundo Manfredo (2007), em função da forma como o espaço urbano foi historicamente construído, apresentam uma feição urbana rarefeita, dispersa e fragmentada. (MANFREDO, 2007, p.183).

resultados poderiam se constituir ao longo de muito tempo ou então não constituir o resultado desejado.

Tal via seria indesejável por que a busca de uma maior identidade política, social e cultural poderia pressupor uma certa homogeneidade entre as populações das diferentes espacialidades – o que não constitui um resultado desejável para a configuração dos espaços urbanos, em geral, pois a sua ocorrência está negativamente associada a processos de segregação populacional no espaço urbano, sobretudo nos metropolitanos.

Essa colocação nos leva a considerar que a não identidade política e/ou social não constituiria, em si, o cerne do nosso problema. O problema residiria no fato de que a não identidade entre populações de diferentes espacialidades, sob uma mesma circunscrição política e administrativa, se constitua no fundamento de uma distribuição desigual de poder político que, por sua vez, condicionaria a atuação do poder público de forma a favorecer determinadas espacialidades, e sua respectiva população, em detrimento de outras.

Diante disso, destaca-se a importância da dimensão político-institucional no sentido de fazer com que a não identidade entre populações não se constitua na configuração de grandes desigualdades, ou de desigualdades cruéis, no processo de produção do espaço urbano – esfera ao qual nosso estudo se referenciou mais diretamente.

Nesse sentido, destaca-se que, no momento atual, possuindo as esferas subnacionais uma margem maior de atuação, particularmente o governo municipal, e sendo a interação Estado-sociedade baseada na participação democrática dos diversos segmentos da sociedade, tem-se os elementos necessários para se favorecer uma distribuição de poder político mais equilibrada entre as espacialidades, porém a sua simples existência não garante essa distribuição. Torna-se necessário que os diferentes grupos sociais exerçam pressão sobre o poder público no sentido de que essa distribuição equilibrada de poder político se realize e se concretize na produção de um espaço urbano menos injusto.

No entanto, o desafio colocado, não somente para um município recém-criado, como seria o caso de Hortolândia, mas para todo e qualquer município ou espacialidade, é que qualquer transformação que venha a ocorrer na forma de organização territorial e na reorganização da população, mesmo sob um contexto político-institucional mais favorável a uma distribuição de poder político mais eqüitativo, não se dará num “quadro branco” ou numa “textura lisa”.

Pelo contrário, ela terá que levar em conta aquilo que Milton Santos denominou por *rugosidades* presentes no espaço construído⁶⁵⁰, ou seja, “as marcas do passado fixadas no espaço”. Ela terá que levar em conta o fato de que a forma atual da organização territorial e da reorganização populacional carrega, em si, as marcas de decisões políticas e populacionais tomadas, em diversos momentos, desde a sua formação inicial, e conhecer o desenvolvimento e os determinantes desse processo constitui um importante caminho na busca de alternativas para o futuro.

Colocado isso, tem-se, numa perspectiva mais ampla, que o desmembramento do distrito de Hortolândia representaria o marco da configuração do espaço inter-municipal, agora englobando todos os “pedaços” do espaço campineiro, formado por espacialidades independentes jurídica e politicamente, próximos territorialmente e que interagem entre si.

IV.3 – O espaço metropolizado de Campinas: um espaço historicamente fragmentado?

Na realização de um estudo desta natureza, centrado nas transformações das formas de organização territorial e reorganização da população no espaço, ao longo do tempo, nos diversos “pedaços” que compõem aquilo que recortamos como espaço campineiro, foi inevitável desembocar na questão da fragmentação metropolitana.

⁶⁵⁰ SANTOS (1978) *apud* CORREA, 1998, p.71.

Seja em função dos impactos da globalização e da reestruturação produtiva na reestruturação dos espaços, seja em função dos obstáculos enfrentados na implementação de uma gestão metropolitana eficiente, o fato é que, ao nos voltarmos para análise de um espaço que se “metropolizou”, acabamos, de uma forma ou de outra, nos remetendo a alguns dos aspectos do debate que envolve a idéia de fragmentação do espaço.

Não se pretende, aqui, fazer um balanço completo de toda a produção acadêmica sobre o processo de metropolização, gestão metropolitana e fragmentação espacial, à luz da análise realizada nesse estudo – o que fugiria aos propósitos e limites deste trabalho. A nossa proposta é menos pretensiosa.

Pretende-se, tão-somente, a partir de aspectos mais gerais sobre a idéia de fragmentação, presente em alguns estudos selecionados⁶⁵¹, identificar alguns pontos nos quais ela dialoga com nosso estudo e, a partir disso, apontar possíveis acréscimos para o avanço do debate.

Assim, um primeiro aspecto a ser destacado refere-se ao próprio termo “fragmentação”. Nota-se em estudos sobre gestão e conformação do espaço metropolitano⁶⁵² ou até mesmo sobre outros processos de transformação do espaço, como o desmembramento municipal⁶⁵³, que fragmentação reveste-se de uma carga valorativa, assumindo uma conotação negativa, referindo-se a um “problema” a ser solucionado.

No entanto, considerando, a partir das considerações de Ribeiro (2002), que a fragmentação do espaço expressaria o fato de que cada “pedaço” do espaço urbano “tende a se organizar por dinâmicas próprias”⁶⁵⁴, teríamos um elemento a partir do qual poderíamos vincular o nosso estudo ao debate sobre a fragmentação espacial.

⁶⁵¹ Refiro-me, principalmente, aos estudos de Semeghini (2006) e de Ribeiro (2002), porém, outros autores foram consultados, mas de forma secundária. Complementarei minha exposição, baseando-me numa discussão de outra natureza, que não está tratando da questão metropolitana, mas fornece subsídios para minha argumentação. Trata-se da discussão desenvolvida por Costa (2006).

⁶⁵² Citando como exemplos Davanzo & Negreiros (2006), Marandola Jr., Paula & Pires (2006), Manfredo (2007).

⁶⁵³ Entre estes, pode-se destacar Gomes & Mac Dowell (2000) e Simões (2007).

⁶⁵⁴ RIBEIRO, 2002, p.68.

Nesse sentido, a idéia de que cada “pedaço” do espaço tenderia a se organizar por dinâmicas próprias está em consonância com o nosso estudo na medida em que as transformações na forma de organização territorial e de reorganização da população do espaço campineiro, ao longo do tempo, se desenvolveram a partir de diferenciações político-territoriais e populacionais que, por sua vez, se processaram em função, por um lado, da não identidade política e social entre as populações das diferentes espacialidades que compõem do espaço campineiro e, por outro, da decorrente distribuição desigual de poder político entre essas espacialidades.

Assim, tal processo de transformação do espaço contribuiria para a configuração de espacialidades, nas quais estaria intrínseca a sua organização “por dinâmicas próprias”, uma vez que a razão de sua própria configuração inicial, enquanto distritos secundários, e posterior passagem por uma fase inter-distrital, em direção a uma situação inter-municipal estariam relacionadas com a presença de diferentes grupos sociais compondo a sua população, que se distribuíram e se reorganizaram no espaço a partir da interação entre eles, marcada pela diversidade de interesses e desigualdade de poder político.

Por outro lado, considerando as regiões metropolitanas institucionalizadas, Semeghini (2006) destaca que a criação do “fato metropolitano” estaria relacionada com a constatação de que a fragmentação político-administrativa das grandes aglomerações urbanas constitui um dos principais obstáculos à implementação de políticas eficazes, e que, diante disso, a recomendação é de que sejam reconhecidas formalmente as realidades metropolitanas (SEMEGHINI, 2006, p.16).

Considerando que a mencionada fragmentação político-administrativa se constituiria como uma expressão político-institucional do desdobramento do processo de diferenciações político-territoriais e populacionais ocorrido no espaço, destaca-se que a fragmentação seria inerente ao processo de complexificação populacional, socioeconômica e político dos espaços, que culminaria na sua metropolização.

Assim, à luz do estudo de Semeghini (2006), pode-se observar que o espaço não se torna fragmentado porque se metropolizou. Ao contrário. Seriam o adensamento populacional e a intensificação das relações socioeconômicas de uma área composta por diversas espacialidades que se desenvolveram a partir de “uma dinâmica própria” (ou seja, espacialidades fragmentadas) que teriam levado a sua metropolização, de fato e, em seguida, formalmente.

Com isso, buscou-se enfatizar que a fragmentação metropolitana, nestes termos, não se constitui, em si, um problema para qual deve-se buscar uma solução, provisória ou definitiva. O desafio colocado por essa fragmentação reside na tentativa de se instituir uma gestão metropolitana, ao mesmo tempo, eficiente e que contemple satisfatoriamente todos os atores sociais que compõem o “fato metropolitano” – questão que não é inédita e que já foi abordado, de um modo ou de outro, pela literatura especializada⁶⁵⁵.

No entanto, embora se considere que esse tipo de análise contribuiria para avaliar a pertinência sobre a existência de várias “fragmentações”, ela não constitui o cerne do nosso estudo, devendo ser tema de pesquisas posteriores.

Refletindo sobre o caso específico da região metropolitana de Campinas⁶⁵⁶, à luz dessa discussão sobre fragmentação do espaço, um questionamento que se colocou refere-se ao significado da implementação de uma gestão metropolitana.

Nesse sentido, considerando que este tipo de gestão implica na instituição de gestão supramunicipal, tem-se que, para os municípios que compõem a região, isso poderia significar uma espécie de retorno a uma situação anterior, principalmente, quando se considera que o maior poder de decisão, nesse tipo de situação, acaba residindo no maior município da região, que, no nosso caso, trata-se de Campinas.

Com isso, argumenta-se que um dos obstáculos a uma implementação metropolitana eficiente, no caso de Campinas, residiria no fato disso, em alguns aspectos importantes, representar o retorno a uma situação caracterizada pela

⁶⁵⁵ Baseio-me, apenas, em dois estudos: Semeghini (2006) e Davanzo & Negreiros (2006).

⁶⁵⁶ Embora a região metropolitana de Campinas, instituída em 2000, seja composta por 19 municípios, neste caso estamos considerando aqueles municípios que compõem o que, no presente estudo, se denominou por espaço campineiro.

desigualdade de poder político entre as espacialidades, no processo de tomada de decisões.

No entanto, considera-se que esse tipo de obstáculo não se deve apenas à dinâmica da inter-relação entre as espacialidades que compõem o espaço metropolitano. Ele seria reforçado pelo próprio contexto federativo. Nesse sentido, Costa (2006) destaca que a instabilidade do federalismo brasileiro, ao longo da história, em termos de centralização ou descentralização de recursos e competências, teria impacto sobre as relações intergovernamentais, tanto verticais como horizontais (COSTA, 2006, p.8).

Com relação ao governo municipal, no momento atual, o autor destaca que o ambiente institucional instável estaria contribuindo para reduzir a confiança dos governos locais para a “cooperação horizontal”⁶⁵⁷ – o que nos levaria a considerar que a dimensão político-institucional mais ampla estariam reforçando os obstáculos para a gestão metropolitana.

Assim, tem-se que, além da transformação dos municípios em entidades política administrativamente autônomas, pela Constituição de 1988, outros fatores se interporiam como um desafio à implementação de uma gestão metropolitana eficiente, no caso de Campinas: de um lado, a dinâmica do federalismo dificultando a configuração de uma cooperação horizontal entre os governos locais, de outro, a fragmentação do espaço a partir dos desdobramentos das diferenciações político-territoriais.

⁶⁵⁷ COSTA, 2006, p.12. Considerar também discussão feita no segundo capítulo sobre relações intergovernamentais em contextos federativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando a realização dessas considerações finais, cabe destacar alguns pontos desenvolvidos no decorrer deste estudo; estudo este que objetivou analisar como as relações intergovernamentais e a interação Estado-sociedade, em escalas mais amplas, influenciaram – no âmbito local – o processo de configuração inicial e, seu posterior desdobramento, a organização territorial e a reorganização populacional no espaço campineiro.

Assim, a partir da análise empreendida no segundo e terceiro capítulo, considerou-se que o posicionamento da classe dirigente local frente à política de terras e de colonização do regime imperial teria, inicialmente, favorecido uma certa integração territorial do seu espaço, contribuindo para que o município, durante, pelo menos, toda a segunda metade do século XIX, apresentasse uma espécie de “coesão territorial”, o que teria diferenciado Campinas de outros municípios da região.

Argumentou-se que se teria chegado a tal resultado devido ao fato dos cafeicultores campineiros terem se posicionado contrariamente à política de terras e de colonização do Império, que priorizava a identificação das terras devolutas para o seu posterior parcelamento e venda aos imigrantes, vindos para o país, através da imigração particular.

Como tal política mostrava-se, essencialmente, contrária aos interesses da economia cafeeira, cujo desenvolvimento dependia de grandes extensões de terra e de mão-de-obra disponível para o trabalho na lavoura, e diante da crescente insatisfação da oligarquia cafeeira paulista, e em especial a campineira, frente às diversas políticas implementadas pelo Governo Central, argumentou-se que, diante disso, tenha se desenvolvido e se cristalizado, nas classes dirigentes campineiras, um comportamento político e cultural tendente a decisões políticas que, direta ou indiretamente, favorecessem a integridade do território campineiro.

Assim, considerando, de um lado, a composição social da população de Campinas, caracterizada pelo grande peso relativo de população escrava e, posteriormente, de população imigrante, e, de outro, a tendência da classe

dirigente local em priorizar a integridade territorial do município, destaca-se que a especificidade da configuração inicial do espaço campineiro caracteriza-se pela não surgimento de distritos secundários no município de Campinas, na maior parte da segunda metade do século XIX, e pela “coesão territorial” do município, mantida até a década de 1920.

Com isso, pretende-se destacar que, paralelo aos fatores de ordem econômica e política, fatores populacionais relacionados a uma diversificação da composição social da população, expressa pela presença de escravos e imigrantes europeus, contribuíram para que Campinas, em comparação a outros municípios, mantivesse uma “coesão territorial”, ao longo de toda a segunda metade do século XIX, através da decisão de não facilitar o processo de diferenciação político-territorial intra-municipal, o que, por sua vez, poderia vir a ocasionar, posteriormente, o desmembramento do território municipal.

Essa “coesão territorial” – a qual pressupunha uma certa coesão política entre a elite local – se fez importante para atender aos interesses dos grupos sociais dominantes, vinculados, direta ou indiretamente, à economia cafeeira. Assim, o processo de diferenciações político-territoriais foi coibido naqueles casos que representassem a possibilidade de surgimento de interesses conflituosos, tanto em relação à priorização da cultura cafeeira como em relação à própria estrutura fundiária do município.

No decorrer do terceiro capítulo, desenvolveu-se a idéia de que o processo de diferenciações político-territoriais intra-municipais representaria uma redistribuição do poder político entre as diferentes espacialidades existentes no território municipal, resultando na configuração de novos espaços de definição e participação política.

Assim, esses novos espaços apresentariam um certo nível de poder político, o qual poderia ou não estar em equilíbrio com o poder político concentrado no distrito-sede, que corresponderia à sede do governo municipal e, em torno do qual, gravitariam os grupos sociais dominantes. Com isso, o distrito-sede se constituiria no *locus* do *status quo* do município.

Por sua vez, o nível de poder político assumido por cada distrito secundário criado seria definido pelos fatores que motivaram a sua criação, os quais estariam relacionados com a composição social e política da população do distrito-sede e dos povoados e com o contexto econômico, social e político no qual o povoado foi elevado à categoria de distrito.

Em suma, com relação à organização territorial inicial de Campinas, destaca-se que os grupos sociais dominantes do município tenderam a tomar decisões que, por um lado, favoreceram a manutenção da “coesão territorial” do município e, por outro, dificultaram a criação de distritos que pudessem representar a emergência de novos atores políticos e de novos interesses, no cenário municipal, conflitantes com o *status quo* estabelecido no distrito-sede do município.

Neste contexto, a população livre trabalhadora deveria se adequar à forma de inserção social condicionada pelo complexo cafeeiro e, além disso, ocupar os espaços urbanos e rurais preteridos pelos grupos sociais mais abastados e pela própria estrutura da economia cafeeira.

Paralelo a isso, considerou-se também o conservadorismo peculiar da sociedade campineira que, em consonância com a sociedade brasileira, mostrou-se pouco aberta à expansão da participação política aos setores mais populares da sociedade. No nosso estudo, esse conservadorismo campineiro evidenciou-se pela não transformação de determinados povoados em distritos, em determinados contextos, evitando a redistribuição do poder político municipal através da formação de novos espaços de debate e participação política no território de Campinas.

Diante disso, considerou-se que essas características da sociedade campineira deveriam ser levadas em conta quando na análise do processo de diferenciações político-territoriais.

Foi o que se fez na análise do período 1850-1870, quando Campinas possuía apenas o distrito-sede, que concentrava o poder político do município; na análise do período 1870-1896, quando se argumentou que a criação de primeiro distrito secundário em Campinas estaria relacionada com a busca por uma

ampliação do espaço de participação política de uma parcela da população com identidade social e política com a população do distrito-sede; e na análise do período 1896-1900, quando se argumentou que a população, formada basicamente por colonos, dos distritos surgidos no contexto de transformação da estrutura social não apresentaria uma identidade social e política com o distrito-sede e que sua criação estaria mais relacionados com fatores externos do que internos ao município.

Esses dois fatores teriam contribuído, por sua vez, para o estabelecimento de um nível desigual de poder político entre esses distritos recém-criados e os já existentes no município.

Considerando-se o já discutido conservadorismo campineiro e a existência de outros núcleos coloniais nos demais povoados do município, argumentou-se que o tipo de diferenciação político-territorial, assinalado pelo desnível de poder político entre o distrito-sede e os distritos secundários, é o que caracterizaria a elevação destes povoados à categoria de distrito.

Numa perspectiva neo-institucionalista histórica, este tipo de diferenciação político-territorial é o que influenciaria os desdobramentos posteriores da organização territorial do município, marcando a consolidação da *hinterlândia* campineira, na sua dimensão política, com possíveis reflexos na sua dimensão econômica.

Nesse sentido, o desenvolvimento do capítulo quarto permitiu destacar a principal característica desse espaço inter-municipal que então se constituiu. Assim, o espaço campineiro, inicialmente marcado por uma coesão territorial e pela tendência em manter uma distribuição desigual de poder político entre suas diferentes espacialidades, desenvolve-se, ao longo do tempo, partindo de uma fase em que se constituiu como *hinterlândia*, a partir da qual surgiram diferentes espaços inter-distritais, desembocando, no momento mais atual, no espaço inter-municipal.

Nesse processo, a articulação entre a dimensão populacional e a dimensão político-institucional teria se configurado de uma forma bastante específica.

Assim, considera-se que os processos gerais de redistribuição da população teriam condicionado a reorganização da população, no âmbito local, em espacialidades carregadas, previamente, de significados, de forma que se constituísse uma diferenciação entre a composição social das populações dos diferentes distritos, que se expressaria na não identidade política e social.

Por sua vez, essa ausência de identidade entre as espacialidades tenderia a ser reforçada pela dimensão político-institucional, representada pelas relações intergovernamentais e pela interação Estado-sociedade, na medida em que ela favorecesse a persistência, no tempo, de uma distribuição desigual de poder político entre essas diferentes espacialidades.

Considerando o espaço inter-distrital como aquele no qual torna-se mais evidente as reivindicações para uma distribuição mais equilibrada de poder político, argumentou-se que espaços inter-distritais marcados pela distribuição desigual de poder político entre as espacialidades – como é o caso do espaço campineiro entre 1930 e 1990 – configurariam espaços inter-municipais marcados pela falta de identidade política e social entre as espacialidades.

Por fim, tal espaço inter-municipal influenciaria a configuração de um espaço metropolitano também marcado pela não identidade política e social das unidades que a compõem. Esta não identidade, por sua vez, constituiria um dos fatores estruturais da dificuldade de se estabelecer uma ação conjunta dos municípios que compõem esse espaço, na solução de problemas comuns, ou de se criar consensos em relação a determinadas questões. Considera-se que esse é o caso da região metropolitana de Campinas.

Assim, baseando-nos no tipo de análise, desenvolvido nesta tese, sobre o processo de transformação da organização territorial e da reorganização populacional, sumariamente apresentado acima, argumenta-se que a contribuição do presente estudo residiria na consideração de que a “fragmentação” não é a mesma para os diferentes espaços metropolizados ou para as diferentes regiões metropolitanas. Nem são os mesmos os obstáculos que ela evoca.

Retomando o caso do município de Campinas, tem-se que o processo histórico de desenvolvimento do seu espaço, desde a segunda metade do século

XIX, estaria relacionado, basicamente, conforme o presente estudo procurou demonstrar, com os seguintes fatores: 1) posicionamento específico dos grupos dirigentes locais frente à política imperial de terras e de colonização, que favoreceu a manutenção de uma certa “coesão territorial” do espaço municipal; 2) a forma como se deu o estabelecimento de núcleos de colonização, espontâneos e oficiais; e 3) a forma de distribuição de poder político entre as populações das diferentes espacialidades, que compõem o espaço municipal.

Considera-se que a forma assumida por esses fatores é o que condicionaria a forma da fragmentação que o espaço campineiro passa a apresentar a partir do momento que seu espaço se metropoliza. Esta fragmentação, por sua vez, é a que emergiria com a formalização da região metropolitana, a partir da implementação de uma forma de gestão desse espaço.

Essa condição fragmentada, específica de cada espaço, se tornaria mais evidente a partir de uma comparação com outras regiões metropolitanas, em cujo histórico de desenvolvimento do espaço também pudessem vir a atuar fatores como o posicionamento frente à política imperial e o estabelecimento de núcleos de colonização, como se considera tratar as regiões metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo⁶⁵⁸. Porém, embora a proposta dessa análise seja bastante atraente, ela extrapola a proposta deste estudo, exigindo a realização de estudos posteriores.

Registra-se apenas a potencialidade da perspectiva teórico-metodológica desenvolvida, ao longo do presente estudo, para a realização de estudos que envolvem as transformações nas formas de organização territorial e reorganização da população no espaço.

Considera-se, por fim, que uma importante contribuição deste estudo foi possibilidade de evidenciar a interação entre a dimensão demográfica e a dimensão político-institucional, em diferentes escalas, para o avanço no conhecimento dos processos de reorganização da população no espaço.

⁶⁵⁸ Essas duas áreas foram consideradas como propícias para esse tipo de análise a partir do estudo feito por Singer (1968), sobre a formação urbana e desenvolvimento econômico de cidades brasileiras selecionadas.

Nesse sentido, destaca-se que, em escalas mais amplas, processos gerais de redistribuição da população no espaço que, por sua vez, decorrem da distribuição das atividades econômicas no território nacional, influenciam, nas escalas locais, a composição social da população.

Por sua vez, no âmbito intra-municipal, essa população, em função da sua composição social, se reorganiza nas diferentes espacialidades, resultantes de processos de diferenciação político-territorial. Esses processos, por sua vez, se definiriam em função de duas ordens de fatores: na escala mais ampla, pelas relações intergovernamentais e pela interação Estado-sociedade; na escala local, em função da identidade social e política de suas populações.

No caso de Campinas, a não identidade entre as populações de seus diversos “pedaços” contribuiu para que a sua diferenciação político-territorial fosse caracterizada por uma distribuição desigual de poder político no seu espaço, desde a sua consolidação como *hinterlândia* até a configuração do seu espaço metropolizado.

Destaca-se, por fim, que, apesar da importância do papel desempenhado pela dimensão político-institucional na configuração das formas de organização territorial e de reorganização da população que o espaço campineiro assumiu, ao longo do tempo, a reorganização da sua população nas diferentes espacialidades político-territoriais dependeu, em última instância, da sua composição social e, conseqüentemente, da existência ou não de uma identidade social entre os diferentes grupos sociais que compõem sua população.

Espera-se, com isso, contribuir para o avanço nos estudos populacionais, mais especificamente, nos estudos sobre reorganização e redistribuição da população no espaço, através da exploração de elementos político-institucionais e sociais que contribuem para a sua efetivação como um processo social mais amplo.

Trata-se, portanto, não de uma resposta absoluta e definitiva, mas sim de uma nova perspectiva, que vem acrescentar, às já existentes, novos elementos analíticos que contribuam para desvendar a complexidade do fenômeno estudado.

BIBLIOGRAFIA

ABRÚCIO, F.L. **Os barões da federação**. São Paulo: Hucitec / Departamento de Ciência Política-Usp, 1998.

ABRUCIO, F.L. & COSTA, V.M.F. **Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro**. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, no.12, 1998.

AFFONSO, R.B.A. Descentralização e reforma do Estado: a federação brasileira na encruzilhada. **Economia e Sociedade**, Campinas, 14, 2000.

_____. Os municípios e os desafios da federação no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, vol.10, no.3, 1996.

ALMEIDA, M.H.T. Recentralizando a federação? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 24, 2005.

_____. Federalismo e políticas sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, no.28, ano 10, 1995.

AMORIM FILHO, O. & SERRA, R.V. Evolução e perspectiva das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T.A. E SERRA, R.V. (Orgs.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA. Nemesis/Pronex, 2001.

ARAÚJO FILHO, J.R. O café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, 23, julho, 1956.

ARRETCHE, M.T.S. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Editora Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

ASSEMBLÊIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ALESP). **Guia do acervo histórico**. São Paulo: ALESP, 2002.

AZEVEDO, S. & GUIA, V.R.M. Reforma do Estado e federalismo: Os desafios da governança metropolitana. In: RIBEIRO, L.C.Q. (org.). **O futuro das metrópoles: Desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan / FASE, 2000.

BADARÓ, R.S.G. **Campinas, o despontar da modernidade**. Campinas: Centro de Memória da Unicamp/Unicamp, 1996.

BAENINGER, R. Região metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista. In: HOGAN, D.J. et al. (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2001.

_____. Espaços ganhadores e espaços perdedores na dinâmica migratória paulista. In: HOGAN, D.J. et al. (Org.). **Migração e ambiente em São Paulo**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2000.

_____. **Espaço e tempo em Campinas**: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista. Campinas: Centro de Memória da Unicamp/Unicamp, 1996.

BASSANEZI, M.S.C.B. (Org.) **São Paulo do Passado**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1998.

_____. Imigrações internacionais no Brasil: Um panorama histórico. In: PATARRA, N. (Org.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2^a. ed. Campinas: FNUAP, 1996, vol.1.

_____. Imigração e oportunidade de trabalho no período cafeeiro. **Textos NEPO 21**, Campinas: Nepo/Unicamp, 1992.

_____. Família e força de trabalho no colonato. Subsídios para compreensão da dinâmica demográfica no período cafeeiro. **Textos NEPO 8**, Campinas: Nepo/Unicamp, 1986.

BERNARDO, R.G. **Histórico da ocupação do solo no município de Campinas**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BILAC, M.B.B. **As elites políticas de Rio Claro**. Piracicaba/Campinas: Editora Unimep/Editora da Unicamp, 2001.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

BOGUS, L.M.M. & BAENINGER, R. Redesenhando o espaço no interior paulista: Desconcentração e expansão urbana. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, vol.9, no.3 1995.

_____. Reorganização espacial da população no interior paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, vol.3, no.3, 1989.

BONNELL, V.E. The uses of theory, concepts and comparison in historical sociology. **Comparative Studies in Society and History**, vol.22, no.2, 1980.

BRANDÃO, C.A. **Território e desenvolvimento – A dimensão espacial do subdesenvolvimento e as escalas local, regional, nacional e global**. 2007 (no prelo).

BRANDÃO, C.A., COSTA, E.J.M. & ALVES, M.A.S. Estratégias de desenvolvimento e construção do espaço supra-local: os novos arranjos institucionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2005, Salvador. **Anais...**, ANPUR, 2005.

BRANDÃO, G.M. Linhagens do pensamento político brasileiro. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.48, no.2, 2005.

BRESCIANI, M.S.M. O cidadão da República. **Revista da USP**, São Paulo, no.17, 1993.

BRITO, F. O novo padrão migratório. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2000.

CAIADO, A. A economia paulista nos anos 90. In: HOGAN, D.J. et al. (Org.). **Migração e ambiente em São Paulo**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2000.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930/1995**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

_____. Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 1988.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930/1970**. São Paulo: Global; Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

_____. (1977). **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp / Instituto de Economia, 1998.

CANO, W. & BRANDÃO, C.A. (Orgs.). **A Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: Editora Unicamp, vol.1 e 2, 2002.

CARVALHO, E. **Crise urbana e habitação popular em Campinas – 1870-1956**. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CARVALHO, J.M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.40, no.2, 1997, pp.229-250.

_____. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

_____. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi.** São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CHAMPION, A. Population distribution in developed countries: has counter-urbanization stopped? In: UNITED NATIONS. **Population distribution and migration.** New York: United Nations, 1998.

COELHO, V.S.P. Interesses e instituições na política de saúde. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.13, no.37, 1998.

CORREA, R.L. **Região e organização espacial.** 6^a.ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

_____. **O espaço urbano.** 3^a. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

_____. **A rede urbana.** 2^a.ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

COSTA, V.M.F. A dinâmica institucional da cooperação intergovernamental em estados federados: o caso brasileiro em perspectiva comparada. In: XI Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 2006, Ciudad de Guatemala. **Anais...**, CLAD, 2006.

CUNHA, J.M.P. **Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina.** Santiago do Chile: CELADE-FNUAP, 2002. (Série Población y Desarrollo).

_____. Aspectos demográficos da estruturação das regiões metropolitanas brasileiras. In: HOGAN, D.J. et al. (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas.** Campinas: Nepo/Unicamp, 2001.

CUNHA, J.M.P. & OLIVEIRA, A.A.B. População e espaço intra-urbana em Campinas. In: HOGAN, D.J. et al. (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas.** Campinas: Nepo/Unicamp, 2001.

DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAVANZO, A.M.Q. & NEGREIROS, R. A gestão das regiões metropolitanas do interior paulista: região metropolitana de Campinas e região metropolitana da Baixada Santista. In: CUNHA, J.M.P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas. População, vulnerabilidade e segregação.** Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

DIMAGGIO, P.J. & POWELL, W.W. Introduction. In: POWELL, W.W. & DIMAGGIO, P.J. (Orgs.). **The New Institutionalism in organizational analysis**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.

DUARTE JR., L. **Hortolândia município. Subsídios para a história**. Hemeroteca, [s.n.], 1992.

EMPLASA. **Por dentro das regiões metropolitanas do Brasil**. São Paulo, CD-ROM, 2003.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil – Tendências e perspectivas. **Novos Estudos Cebrap**, n. 29, São Paulo, 1991.

_____. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, B. et al. (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-1964**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1., 1978, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 1978.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 8ª.ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

FELICÍSSIMO, J.R. A descentralização do Estado frente às novas práticas e formas de ação coletiva. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, vol.8, no.2, 1994.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, no.21, 2000.

FREY, W.H. & SPEARE JR, A. The revival of metropolitan population growth in the United States: An assessment of findings from the 1990 Census. **Population and Development Review**, vol.18, no.1, 1992.

FUNDAÇÃO SEADE. **Ontem, Vila de São Vicente. Hoje, Estado de São Paulo: 500 anos de divisão territorial e 100 anos de estatísticas demográficas municipais**. São Paulo, 2001. (CD-ROM)

_____. **Migração no interior do estado de São Paulo**. Informe Demográfico, no.23, São Paulo, 1990.

GABRIEL, M.C.C. **Além das fronteiras do colonato: O ajustamento da coletividade italiana à sociedade local campineira durante a grande imigração – 1886-1920**. Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

GOHN, M.G. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOMES, G.M. & MAC DOWELL, M.C. Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: O que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. **Texto para Discussão 706**, Brasília: IPEA, 2000.

GONÇALVES, M.F. **As engrenagens da locomotiva**. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

GRAHAM, D.H. & HOLANDA, S.B. (1973). As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

HALL, P. & TAYLOR, R. As três versões do Neo-Institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, no.58, 2003.

HAUSER, P.M. & DUNCAN, O. D. **El estudio de la población**. Santiago (Chile): Celade, 1975.

HOLANDA, S.B. (1972) **Raízes do Brasil**. 21^a. ed. São Paulo: José Olympio Editora, 1989.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

IMMERGUT, E.M. The theoretical core of the New Institutionalism. **Politics & Society**, Vol.26, no. 1, march, 1998.

JEPPERSON, R.L. Institutions, institutional effects and institutionalism. In: POWELL, W.W. & DIMAGGIO, P.J. (Orgs.). **The New Institutionalism in organizational analysis**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.

KLEIN, H.S. A participação política no Brasil do século XIX: os votantes de São Paulo em 1880. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.38, no.3, 1995. pp.527-544.

KLERING, L.R. Experiências recentes em municípios brasileiros: os novos municípios e as conquistas da autonomia. In: FACHIN, R. & CHANLAT, A. (Orgs.). **Governo municipal na América Latina. Inovações e perplexidades**. Porto Alegre: Editora da Universidade / Editora Sulina, 1998.

KOWARICK, L. & ANT, C. Cortiço: Cem anos de promiscuidade. **Novos Estudos**, no.2, São Paulo, 1982.

KUGELMAS, E. & SOLA, L. Recentralização/Descentralização – Dinâmica do regime federativo no Brasil dos anos 90. **Tempo Social**, São Paulo, vol.11, no.2, 2000.

LAPA, J.R.A. **A cidade, os cantos e os antros**: Campinas 1850-1900. São Paulo: Edusp, 1995.

LAVALLE, A. G. Sem pena nem glória: O debate sobre a sociedade civil nos anos 1980. **Novos Estudos**, no.66, 2003.

LAVALLE, A.G.; CASTELLO, G. & BICHIR, R.M. Quando novos atores saem de cena: Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. **Cultura e Política, Revista de Sociologia Política**, UFSC, Santa Catarina, no.5, 2004.

LEAL, V.N. (1949). **Coronelismo, enxada e voto**. 5ª.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

_____. O coronelismo e o coronelismo de cada um. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.23, no.1, 1980, pp.11-14.

LEE, E. (1966). Uma teoria sobre migrações. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

LIJPHART, A. Comparative politics and the comparative method. **The American Political Science Review**, vol.65, no.3, 1971.

LIMA, S.L.L. **O oeste paulista e a república**. São Paulo: Vértice, 1986.

MAGALHÃES, W.M. **Eleitores e eleitos**: Os agentes do poder em Campinas, na segunda metade do século XIX. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MANFREDO, M.T. **Desigualdades e produção do espaço urbano**: O caso de Hortolândia na Região Metropolitana de Campinas. Campinas, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MARANDOLA JR., E., PAULA, F.C. & PIRES, M.C.S. Diários de campo: aproximações metodológicas a partir da experiência metropolitana (Campinas e Santos). In: CUNHA, J.M.P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas. População, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. **Texto para Discussão**, no. 329, Brasília: IPEA, 1994.

_____. Migração e metropolização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, 1 (2): 28-31, 1987.

MARTINE, G. & CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.1, n.1/2, jan/dez., 1984.

MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, ABEP, vol.12, no.1-2, 1995.

MATOS, R. **Impactos da legislação urbanística sobre a estrutura urbana de Belo Horizonte**: um estudo de caso. Belo Horizonte, 1984. Dissertação (Mestrado em Demografia) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais.

MATOS, R. & BRAGA, F. Urbanização no Brasil contemporâneo, população e Rede de Localidades Centrais em evolução. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2005, Salvador. **Anais...**, ANPUR, 2005.

MCDONALD, T.J. Institutionalism and institutions in the stream of history. **Polity**, vol.28, no.1, autumn, 1995.

MELLO, L.A. A intervenção no município. **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro, maio/junho, 1970.

MELO, M.A. Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal”: Efeitos perversos da descentralização? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, vol.10, no.3, 1996.

MORRILL, R. Population redistribution within metropolitan regions in the 1980s: Core, satellite and exurban growth. **Growth and Change**, Vol.23, no.3, 1992.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço & Debates**, São Paulo, no.6, 1982.

OLIVEIRA, M.C.F.A. Mercantilização e urbanização em São Paulo. **Textos NEPO 14**, Campinas: Nepo/Unicamp, 1988.

_____. Questões demográficas no período cafeeiro em São Paulo. **Textos NEPO 1**, Campinas: Nepo/Unicamp, 1985.

OLIVEIRA, O. & STERN, C. (1971). Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

PACHECO, C.A. & PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões, In: PATARRA, N. et al (Org.) **Migração, condições de vida e dinâmica urbana em São Paulo 1980-1993**. Campinas: IE/UNICAMP, 1997.

PATARRA, N. L. & CUNHA, J.M.P. Migração: um tema complexo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, vol.1 (2), 1987.

PENNA, L.A. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PIERSON, P. **Politics in time. History, institutions and social analysis**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2004.

_____. When effect becomes cause: policy feedback and political change. **World Politics**, vol.45, no.4, 1993.

RAMOS, M. **Gestão urbana de Hortolândia após emancipação política**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2003.

RAVENSTEIN, E.G. (1885). As leis da migração. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

REIS, E.P. Política e políticas públicas na transição democrática. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.3, n.9, 1989.

REZENDE, F. Federalismo fiscal: novo papel para estados e municípios. In: **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: CEPAM, 1999.

RIBEIRO, L.C.Q. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: _____ (org.). **O futuro das metrópoles: Desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan / FASE, 2000.

_____. Espaço urbano, mercado de terras e produção da habitação. In: SILVA, L.A.M. (Org.). **Solo urbano: tópicos sobre o uso da terra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei**: Legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1999.

SADEK, M.T. Poder local: perspectivas da nova ordem constitucional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v.5 (2), 1991.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, no. 25, 1994.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento (SEP). Coordenadoria de Planejamento Regional. Instituto Geográfico e Cartográfico. **Municípios e distritos do Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC), 1995a.

_____. **Quadro do desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas**. São Paulo: Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC), 1995b.

SCHNEIDER, S. & SCHIMITT, C.J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, vol.9, 1998.

SEMEGHINI, U.C. **Gestão metropolitana, possibilidades e limites: a experiência de Campinas**. Campinas, 2006. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

_____. **Do café à indústria – Uma cidade e seu tempo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

SERRA, J. & AFONSO, J.R.R. **O federalismo fiscal à brasileira: Algumas reflexões**. Texto apresentado no Forum of Federations International Conference of Federalism, Canadá, BNDES, 1999.

SHIKIDA, C.D. **Emancipação de municípios em Minas Gerais (1995)**: uma abordagem novo-institucionalista e de escolha pública. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.

SILVA, L.O. **Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, V.M. **Os municípios paulistas e o federalismo fiscal brasileiro**. São Paulo: IMESP/CEPAM, 1995.

SIMÕES, A. Fragmentação municipal e coordenação federativa no Brasil pós-Constituição de 1988. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2007, Pará. **Anais...**, ANPUR, 2007.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

_____. (1976). Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

_____. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

SIQUEIRA, C.G. **Emancipação municipal pós Constituição de 1988**: Um estudo sobre o processo de criação dos novos municípios paulistas. Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SJAASTAD, L. A. (1962). Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

SKOCPOL, T. Why I am an historical institutionalist. **Polity**, vol.28, no.1, autumn, 1995.

_____. Understanding the origins of modern social provision in the United States. In: **Protecting soldiers and mothers: the political origins of social policy in the United States**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

_____. Bringing the state back in: strategies of analysis in current research. In: EVANS, P.B. et al. (Orgs.). **Bringing the state back in**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

_____. Sociology's historical imagination. In: SKOCPOL, T. (Org.). **Vision and method in historical sociology**, Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SKOCPOL, T. & SOMERS, M. The uses of comparative history in macrosocial inquiry. **Comparative Studies in Society and History**, vol.22, no.2, 1980.

SOUZA, C. Regiões metropolitanas: condicionantes do regime político. **Lua Nova**, São Paulo, n.59, 2003a.

_____. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18 (51), 2003b.

_____. Reinventando o poder local: limites e possibilidades do federalismo e da descentralização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, V.10 (3), 1996.

SOUZA, C. & BLUMM, M. Autonomia política local: uma revisão da literatura. **BIB – Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, no.48, p. 51-67, 1999.

TARGA, L.R.P. Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 12(1), 1991.

TARGINO, I. & RAMALHO, H.M.B. Migrações para as regiões metropolitanas brasileiras: uma análise por dados em painel (1970-2000). ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2004.

TEIXEIRA, P.E. O processo migratório na formação de Campinas: 1775-1830. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol.19, no.1, jan./jun., 2002.

THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, São Paulo, no.58, 2003.

TODARO, M.P. (1969). A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

TOLEDO, F.A. **Uma história de Sumaré – Da sesmaria à indústria**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP, 1995.

TOMIO, F.R.L. **Instituições, processo decisório e relações executivo-legislativo nos estados**: estudo comparativo sobre o processo de criação de municípios após a Constituição de 1988. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

VAINER, C.B. Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2007, Belém. **Anais...**, ANPUR, 2007.

VIEIRA PINTO, A. **El pensamiento critico en Demografia**. Santiago (Chile): Celade, 1973.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M.A.A. et al. (Org.). **Metrópole e globalização – Conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora CEDESP, 1999.

_____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Fapesp, Lincoln Institute, Nobel, 1998.

VETTER, D.M. & MASSENA, R.M.R. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura urbana? Uma teoria de causação circular. In: SILVA, L.A.M. (Org.). **Solo urbano: Tópicos sobre o uso da terra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

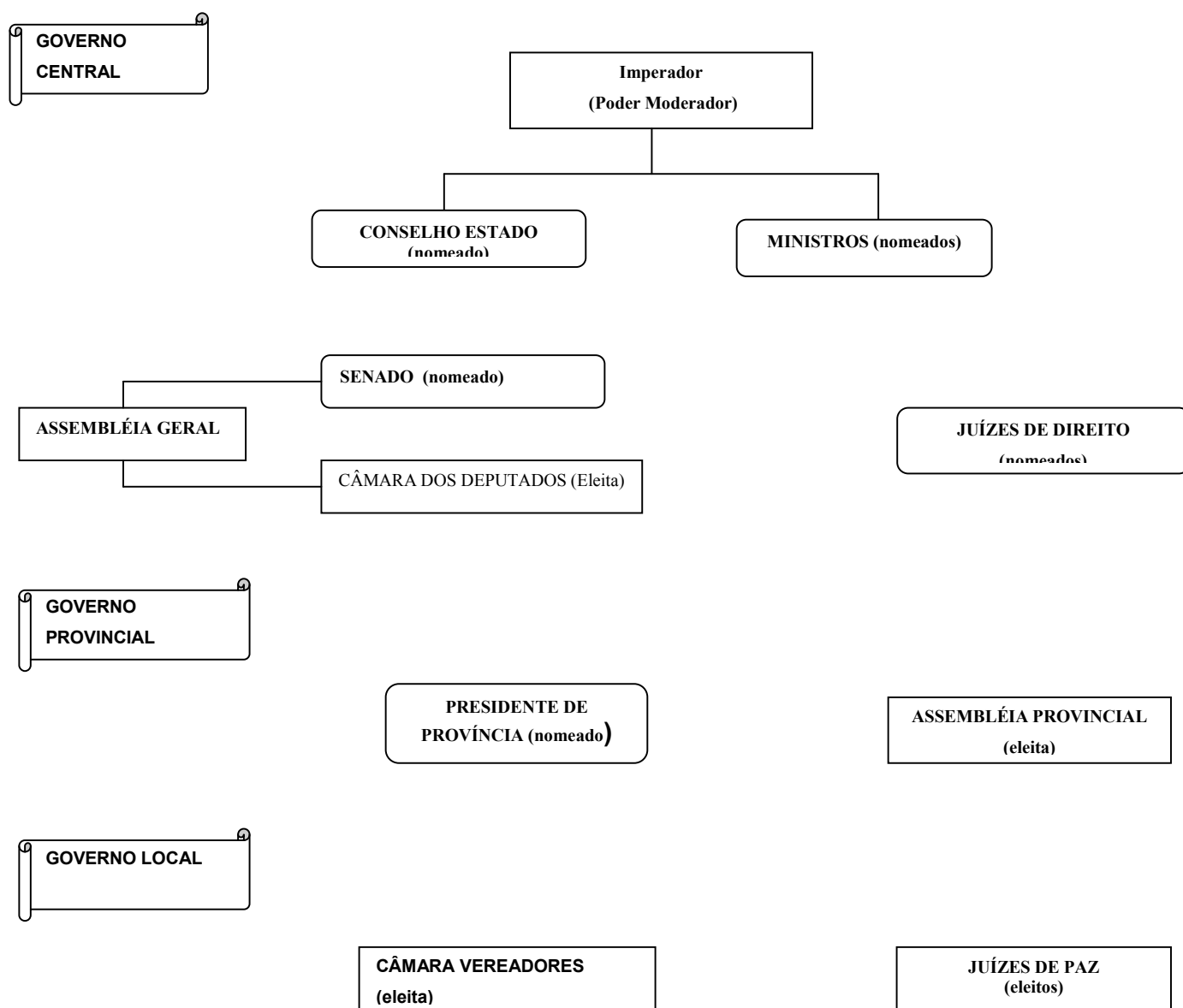
YAUKEY, D. & ANDERTON, D.L. **Demography: the study of human population**. Illinois: Waveland Press, 2001.

ZIMMERMANN, G. Orçamentos municipais paulistas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v.10 (3), 1996.

ANEXOS

Anexo 1

Figura 1: Estrutura do sistema político imperial – Brasil



Fonte: CARVALHO (1996)

Anexo 2

Quadro1: Burocracia Imperial, por setores, níveis e salários, 1877

Níveis	Setores e Salários (em Mil-réis)				
	Civil		Eclesiástico	Militar	
	Judiciário	Outros		Exército	Marinha
Burocracia Política	Juiz do STJ 9:000\$	Ministro de Estado 12:000\$	Arcebispo 4:800\$	Marechal 10:000\$	Almirante 6:000\$
	Desembargador 6:000\$	Conselheiro de Estado 4:000\$ (+)	Bispo 3:600\$	Brigadeiro 6:698\$	Chefe de Divisão 2:880\$
		Presidente de Província 8:000\$			
		Professor Catedrático 4:800\$			
		Chefe de Polícia 5:000\$			
Burocracia Diretorial	Juiz de Direito 3:600\$	Diretor EF PII 18:000\$	Cônego 1:200\$	Coronel 4:408\$	Cap. MG. 3:600\$
	Juiz Municipal 1:600\$	Diretor* 8:000\$	Monsenhor 2:000\$	Capitão 3:117\$	Cap. Tem. 2:000\$
	Promotor 1:800\$	Chefe de Seção* 5:000\$	Pároco 600\$	2o. Tenente 1:205\$	1o. Tenente 1:200\$
		Oficial* 4:000\$			
Burocracia Auxiliar	—	Amanuense* 2:400\$	—	1o. Sargento 438\$**	1o. Sargento
	—	Contínuo* 1:500\$		Forriel 219\$**	Forriel
		Praticante 960\$			
Burocracia Proletária	—	Servente* 600\$	—	Cabo 197\$**	Marinheiro
	—	Operário* 700\$	—	Soldado 190\$**	Grumete

Fonte: CORREIA, M.F. **Relatório e trabalhos estatísticos, Orçamento da receita e despesa do Império para o exercício de 1877/78**. Apud CARVALHO, 1996, p. 132-133

* Refere-se a funcionários do Ministério do Império.

** Não estão incluídos prêmios e gratificações / (+) Trata-se de gratificações.

Anexo 3 – Tabelas 1A, 1B e 1C

Tabela 1A: População, por idade, sexo e condição social

Município de Campinas, Paróquia da N.S. Conceição (distrito-sede) – 1872

Paróquia: **N. S. da Conceição de Campinas**

Idade	Livre			Escrava			Total (livre + escrava)		
	Homem	Mulher	Total Livre	Homem	Mulher	Total Escrava	Homem	Mulher	Total População
0-1	208	204	412	0	0	0	208	204	412
1-5	709	701	1.410	201	163	364	910	864	1.774
6-10	694	559	1.253	341	252	593	1.035	811	1.846
11-15	553	388	941	470	250	720	1.023	638	1.661
16-20	501	462	963	541	271	812	1.042	733	1.775
21-25	465	431	896	595	256	851	1.060	687	1.747
26-30	486	462	948	561	268	829	1.047	730	1.777
31-40	747	574	1.321	620	324	944	1.367	898	2.265
41-50	623	326	949	546	264	810	1.169	590	1.759
51-60	340	201	541	411	160	571	751	361	1.112
61-70	102	71	173	93	52	145	195	123	318
71-80	49	31	80	29	14	43	78	45	123
81-90	6	8	14	5	6	11	11	14	25
91-100	4	3	7	2	1	3	6	4	10
100 e +	1	0	1	0	0	0	1	0	1
N Determinados	12	13	25	5	4	9	17	17	34
Total	5.500	4.434	9.934	4.420	2.285	6.705	9.920	6.719	16.639

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. *Apud* Bassanezi, 1998.

Tabela 1B: População, por idade, sexo e condição social

Município de Campinas, Paróquia de N.S. Carmo e Santa Cruz (distrito secundário) - 1872

Paróquia: **N. S. do Carmo e Santa Cruz de Campinas**

Idade	Livre			Escrava			Total (livre + escrava)		
	Homem	Mulher	Total Livre	Homem	Mulher	Total Escrava	Homem	Mulher	Total População
0-1	147	161	308	0	0	0	147	161	308
1-5	813	650	1.463	535	199	734	1.348	849	2.197
6-10	573	455	1.028	509	292	801	1.082	747	1.829
11-15	369	437	806	412	256	668	781	693	1.474
16-20	338	407	745	469	241	710	807	648	1.455
21-25	343	302	645	429	266	695	772	568	1.340
26-30	376	307	683	466	278	744	842	585	1.427
31-40	543	384	927	574	449	1.023	1.117	833	1.950
41-50	274	262	536	464	272	736	738	534	1.272
51-60	168	157	325	373	213	586	541	370	911
61-70	102	59	161	107	68	175	209	127	336
71-80	23	19	42	21	28	49	44	47	91
81-90	15	8	23	6	3	9	21	11	32

91-100	6	2	8	3	1	4	9	3	12
100 e +	0	0	0	1	0	1	1	0	1
N Determinados	28	22	50	17	28	45	45	50	95
Total	4.118	3.632	7.750	4.386	2.594	6.980	8.504	6.226	14.730

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. *Apud* Bassanezi, 1998.

Tabela 1C: População, por idade, sexo e condição social

Município de Campinas – 1872

Município: **CAMPINAS**

Idade	Livre			Escrava			Total (livre + escrava)		
	Homem	Mulher	Total Livre	Homem	Mulher	Total Escrava	Homem	Mulher	Total População
0-1	355	365	720	0	0	0	355	365	720
1-5	1.522	1.351	2.873	736	362	1.098	2.258	1.713	3.971
6-10	1.267	1.014	2.281	850	544	1.394	2.117	1.558	3.675
11-15	922	825	1.747	882	506	1.388	1.804	1.331	3.135
16-20	839	869	1.708	1.010	512	1.522	1.849	1.381	3.230
21-25	808	733	1.541	1.024	522	1.546	1.832	1.255	3.087
26-30	862	769	1.631	1.027	546	1.573	1.889	1.315	3.204
31-40	1.290	958	2.248	1.194	773	1.967	2.484	1.731	4.215
41-50	897	588	1.485	1.010	536	1.546	1.907	1.124	3.031
51-60	508	358	866	784	373	1.157	1.292	731	2.023
61-70	204	130	334	200	120	320	404	250	654
71-80	72	50	122	50	42	92	122	92	214
81-90	21	16	37	11	9	20	32	25	57
91-100	10	5	15	5	2	7	15	7	22
100 e +	1	0	1	1	0	1	2	0	2
N Determinados	40	35	75	22	32	54	62	67	129
Total	9.618	8.066	17.684	8.806	4.879	13.685	18.424	12.945	31.369

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. *Apud* Bassanezi, 1998.

Anexo 3

Tabela 2: População livre, estrangeira e escrava
Municípios selecionados - Província de São Paulo
1854-1886

Municípios	1854			
	Total Livre	Total Estrangeira	Total Escrava	Total
Araraquara	6.245	9	1.588	7.842
Campinas	5.725	327	8.149	14.201
Mogi-Mirim	17.549	76	7.309	24.934
Piracicaba	4.839	19	1.370	6.228
Rio Claro	8.414	250	2.184	10.848
São Paulo	25.321	889	6.378	32.588
Província de São Paulo	294.784	6.757	116.991	418.532
Municípios	1872			
	Total Livre	Total Estrangeira	Total Escrava	Total
Araraquara	5.687	24	1.417	7.128
Campinas	15.740	1.972	13.685	31.397
Mogi-Mirim	15.869	593	5.006	21.468
Piracicaba	12.811	755	5.414	18.980
Rio Claro	10.282	818	3.935	15.035
São Paulo	25.348	2.209	3.828	31.385
Província de São Paulo	664.175	16.567	156.612	837.354
Municípios	1886			Total
	Total Livre (Bras + Estrang)*		Total Escrava	
Araraquara	8.259		1.300	9.559
Campinas	31.267		9.986	41.253
Mogi-Mirim	12.635		2.300	14.935
Piracicaba	18.734		3.416	22.150
Rio Claro	16.829		3.304	20.133
São Paulo	47.204		493	47.697
Província de São Paulo	1.102.340		107.085	1.209.425

Fonte: Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo recenseada no ano de 1854; Recenseamento Geral do Império de 1872; Comissão Central de Estatística. São Paulo, 1888. *Apud* Bassanezi, 1998

* Em 1886, não há informação sobre a população estrangeira para o município de Campinas. Neste caso, optou-se por considerar brasileiros e estrangeiros conjuntamente na população para todos os municípios selecionados

Anexo 4

Tabela 3.1: População brasileira e estrangeira
Brasil - 1900-1950

Censos	Pop. Bras.	Tx Cresc. (%a.a.)	Pop. Estr.	Tx Cresc. (%a.a.)	% Pop. Estr.	Total	Tx Cresc. (%a.a.)	Tx Cresc. (%a.a.) 1900-1950
1900	16.364.923		1.074.511		6,16	17.439.434		
		2,9		1,9			2,9	
1920	29.069.644		1.565.961		5,11	30.635.605		
		1,6		-0,5			1,5	2,2
1940	39.752.979		1.406.342		3,42	41.159.321		
		2,5		-1,5			2,4	
1950	50.730.213		1.214.184		2,34	51.944.397		

Fonte: Censos de 1900, 1920, 1940 e 1950. *Apud* BASSANEZI, 1996, p.11

Tabela 3.2: População total e estrangeira
Estado de São Paulo - 1900-1950

Censos	Pop. Total	Tx Cresc. (%a.a.)	Tx Cresc. (%a.a.) 1900-1950	Pop. Estr.	Tx Cresc. (%a.a.)	% Pop. Estr.
1900	2.279.608			478.417		21,0
		3,6			2,8	
1920	4.592.188			829.851		18,1
		2,3	2,8		-0,1	
1940	7.180.316			814.102		11,3
		2,4			-1,6	
1950	9.134.423			693.321		7,6

Fonte: Censos de 1900, 1920, 1940 e 1950. *Apud* BASSANEZI, 1996, p.12

Tabela 3.3: Proporção da População urbana (%) - Cidades de 20 mil habitantes e mais
Regiões e Estado de São Paulo
1920-1940

Regiões do Brasil e estado de São Paulo	1920	1940
Norte	15,6	15,8
Nordeste	10,1	8,9
Leste	14,5	19,1
São Paulo	29,2	26,7
Sul	14,6	11,2
Centro-Oeste	2,8	1,8

Fonte: VILLELA & SUZIGAN (1973) *apud* FAUSTO (2000, p.391)⁶⁵⁹

⁶⁵⁹ VILLELA, A.V. & SUZIGAN, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973

Anexo 5

Tabela 4.1: Quantidade de municípios existentes, por década
Brasil, segundo grandes regiões
1900-1960

Regiões	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	Incremento absoluto 1900-1960
Norte	38	46	48	50	88	99	120	82
Nordeste	394	405	419	478	584	609	903	509
Sul	116	121	140	156	181	224	414	298
Sudeste	351	367	438	533	641	845	1.085	734
Centro-Oeste	37	44	52	55	80	112	244	207
Brasil	936	983	1.097	1.272	1.574	1.889	2.766	1830

Fonte: IBGE. Cidades e Vilas, 1998. *Apud* SIQUEIRA, 2003, p.43;48.

Tabela 4.2: Quantidade de municípios criados, por período
Estado de São Paulo, por regiões administrativas
1900-1955

Regiões Administrativas	1900-1930		1931-1945		1946-1955		1900-1955	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Araçatuba	6	23,1	8	30,8	12	46,2	26	100,0
Baixada Santista	0	0,0	1	50,0	1	50,0	2	100,0
Barretos	6	46,2	2	15,4	5	38,5	13	100,0
Bauru	11	42,3	2	7,7	13	50,0	26	100,0
Campinas	5	17,2	5	17,2	19	65,5	29	100,0
Central	2	33,3	1	16,7	3	50,0	6	100,0
Franca	5	38,5	3	23,1	5	38,5	13	100,0
Marília	17	48,6	11	31,4	7	20,0	35	100,0
Pres. Prudente	3	8,3	8	22,2	25	69,4	36	100,0
Registro	1	14,3	2	28,6	4	57,1	7	100,0
Ribeirão Preto	5	62,5	1	12,5	2	25,0	8	100,0
RMSP	1	9,1	2	18,2	8	72,7	11	100,0
S. J. Rio Preto	19	41,3	8	17,4	19	41,3	46	100,0
S. J. Campos	1	14,3	3	42,9	3	42,9	7	100,0
Sorocaba	6	37,5	6	37,5	4	25,0	16	100,0
Estado de São Paulo	88	31,3	63	22,4	130	46,3	281	100,0

Fonte: IBGE. Cidades e Vilas, 1998. *Apud* SIQUEIRA, 2003, p.86;92;97.

Anexo 6

Tabela 5: População total
Estado de São Paulo, segundo regiões administrativas
1900-1960

Regiões Administrativas	1900	1920	1940	1950	1960	Tx cresc. (%a.a.) 1900-1960
Araçatuba	0	43.871	257.771	416.452	482.109	6,2
B. Santista	50.389	114.472	201.279	267.387	413.835	3,6
Barretos	14.759	142.492	202.152	203.438	232.624	4,7
Bauru	67.793	287.345	548.380	507.868	556.636	3,6
Campinas	466.066	1.027.645	997.945	1.153.360	1.531.398	2,0
Município de Campinas	67.694	115.567	129.940	152.540	219.303	2,0
Central	161.969	301.030	331.388	288.973	343.274	1,3
Franca	42.760	184.565	238.564	263.425	299.191	3,3
Marília	7.052	105.599	523.978	620.672	689.612	7,9
Pres. Prudente	0	0	216.500	525.880	685.745	5,9
Registro	8.265	60.575	73.353	94.249	104.380	4,3
Ribeirão Preto	156.919	339.279	304.203	294.682	383.279	1,5
RMSP	302.787	702.248	1.568.045	2.662.786	4.854.414	4,7
Município de São Paulo	239.820	579.033	1.326.261	2.198.096	3.781.446	4,7
S. J. Rio Preto	0	203.778	558.215	614.023	840.802	3,6
S. J. Campos	293.282	428.234	392.529	477.235	610.559	1,2
Sorocaba	208.142	581.965	693.629	739.951	920.379	2,5
Municípios não especificados*	502.096	69.090	72.385	4.042	30.812	
Estado de São Paulo**	2.282.279	4.592.188	7.180.316	9.134.423	12.979.049	2,9

Fonte de dados brutos: Fundação Seade – Cem Anos de História das Estatísticas Demográficas, 2001

* Os números enquadrados nesta categoria referem-se à contagem da população sem a especificação do município de residência onde o evento ocorreu. É o que contribuiu para que a contagem da população total do estado não correspondesse com a soma da população dos municípios, sendo o valor deste último inferior ao valor calculado para o total do estado. Vale ressaltar que para o ano de 1920 não foi registrado o evento nesta categoria por que, segundo os dados do Seade, o cálculo populacional para o estado é inferior à soma da população de cada município – diante disso, optou-se por considerar para o total do estado o maior valor.

** A população total do estado, assim como a população das regiões administrativas, foi calculada a partir dos dados do produto da Fundação Seade especificado acima. Para manter a coerência com outros dados apresentados neste trabalho, fez a correção para os anos de 1920, 1950 e 1960. Assim, para 1920, decidiu-se considerar o valor disponibilizado em Bassanezi (1998) e, para 1950 e 1960, os valores apresentados por Baeninger (1996).

Anexo 7

Tabela 6.1: População brasileira e estrangeira
Brasil - 1872-1920

Censos	Pop. Bras.	Pop. Estr.	% Pop. Estr.	Total
1872	9.723.602	388.459	3,84	10.112.061
1890	13.982.370	351.545	2,45	14.333.915
1900	16.364.923	1.074.511	6,16	17.439.434
1920	29.069.644	1.565.961	5,11	30.635.605

Fonte: Censos demográficos 1872, 1890, 1900 e 1920 *apud* Bassanezi, 1996, p.11

Tabela 6.2: População estrangeira
Brasil - Regiões e Estados selecionados
1872-1920

Regiões e Estados selecionados	1872		1890		1900		1920	
	n	%	n	%	n	%	n	%
NORTE	8.728	2,2	7.316	2,1	4.083	0,4	42.525	2,7
NORDESTE	51.474	13,2	31.783	9,0	16.838	1,6	27.130	1,7
SUDESTE	264.895	68,0	265.383	75,5	837.702	77,9	1.224.270	78,2
São Paulo	29.622	7,6	75.030	21,3	478.417	44,5	829.851	53,0
Rio de Janeiro	184.182	47,3	140.492	40,0	246.472	22,9	289.960	18,5
SUL	61.324	15,7	46.116	13,1	204.435	19,0	245.021	15,6
Paraná	3.627	0,9	5.153	1,5	39.786	3,7	62.753	4,0
R. G. Sul	41.723	10,7	34.765	9,9	135.099	12,6	151.025	9,6
Sta. Catarina	15.974	4,1	6.198	1,8	29.550	2,7	31.243	2,0
CENTRO-OESTE	2.036	0,5	1.020	0,3	11.253	1,0	27.015	1,7
BRASIL	389.459	100,0	351.545	100,0	1.074.671	100,0	1.565.961	100,0

FONTE: LEVY, 1974⁶⁶⁰ *apud* BASSANEZI, 1996, p.13

⁶⁶⁰ LEVY, M.S. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira 1872-1972. **Revista de Saúde Pública**, no.8, 1974.

Anexo 8

Tabela 7.1: População brasileira segundo região de origem

Província de São Paulo - Municípios selecionados

1872

Municípios	Regiões e Estados de Origem							Total
	NORTE	NORDESTE	Bahia	SUDESTE	São Paulo	SUL	C. OESTE	
Araraquara	0	155	115	6.591	6.391	66	87	6.899
Campinas	36	2.077	1.120	25.711	24.140	361	41	28.226
Mogi Mirim	4	1.407	575	18.190	16.897	331	175	20.107
Piracicaba	0	870	547	15.698	14.617	422	248	17.238
Rio Claro	0	530	219	12.757	12.142	48	205	13.540
São Paulo	11	463	246	38.172	37.269	395	111	39.152
Província de São Paulo	365	24.908	12.089	766.442	723.683	10.693	5.324	807.732

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872.

Tabela 7.2: População brasileira segundo região de origem (%)

Província de São Paulo - Municípios selecionados

1872

Municípios	Regiões de Origem							Total
	NORTE	NORDESTE	Bahia	SUDESTE	São Paulo	SUL	C. OESTE	
Araraquara	0,0	2,2	1,7	95,5	92,6	1,0	1,3	100,0
Campinas	0,1	7,4	4,0	91,1	85,5	1,3	0,1	100,0
Mogi Mirim	0,0	7,0	2,9	90,5	84,0	1,6	0,9	100,0
Piracicaba	0,0	5,0	3,2	91,1	84,8	2,4	1,4	100,0
Rio Claro	0,0	3,9	1,6	94,2	89,7	0,4	1,5	100,0
São Paulo	0,0	1,2	0,6	97,5	95,2	1,0	0,3	100,0
Província de São Paulo	0,0	3,1	1,5	94,9	89,6	1,3	0,7	100,0

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872.

Tabela 7.3: População brasileira segundo região de origem (%)

Província de São Paulo - Municípios selecionados

1872

Municípios	Regiões e Estados de Origem							Total
	NORTE	NORDESTE	Bahia	SUDESTE	São Paulo	SUL	C. OESTE	
Araraquara	0,0	0,6	1,0	0,9	0,9	0,6	1,6	0,9
Campinas	9,9	8,3	9,3	3,4	3,3	3,4	0,8	3,5
Mogi Mirim	1,1	5,6	4,8	2,4	2,3	3,1	3,3	2,5
Piracicaba	0,0	3,5	4,5	2,0	2,0	3,9	4,7	2,1
Rio Claro	0,0	2,1	1,8	1,7	1,7	0,4	3,9	1,7
São Paulo	3,0	1,9	2,0	5,0	5,1	3,7	2,1	4,8
Província de São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872.

Anexo 9

Tabela 8.1: População brasileira e estrangeira
Brasil - 1872-1920

Censos	Pop. Bras.	Tx. Cresc. (%a.a.) - 1872-1920	Pop. Estr.	Tx. Cresc. (%a.a.) - 1872-1920	% Pop. Estr./ Pop. Bras.	Total
1872	9.723.602		388.459		3,84	10.112.061
1890	13.982.370	2,3	351.545	2,9	2,45	14.333.915
1900	16.364.923		1.074.511		6,16	17.439.434
1920	29.069.644		1.565.961		5,11	30.635.605

Fonte: Censos demográficos 1872, 1890, 1900 e 1920 *apud* Bassanezi, 1996, p.11

Tabela 8.2: População estrangeira
Brasil - Regiões e Estados selecionados
1872-1920

Regiões e Estados selecionados	1872		1890		1900		1920	
	n	%	n	%	n	%	n	%
NORTE	8.728	2,2	7.316	2,1	4.083	0,4	42.525	2,7
NORDESTE	51.474	13,2	31.783	9,0	16.838	1,6	27.130	1,7
SUDESTE	264.895	68,0	265.383	75,5	837.702	77,9	1.224.270	78,2
São Paulo	29.622	7,6	75.030	21,3	478.417	44,5	829.851	53,0
Rio de Janeiro	184.182	47,3	140.492	40,0	246.472	22,9	289.960	18,5
SUL	61.324	15,7	46.116	13,1	204.435	19,0	245.021	15,6
Paraná	3.627	0,9	5.153	1,5	39.786	3,7	62.753	4,0
R. G. Sul	41.723	10,7	34.765	9,9	135.099	12,6	151.025	9,6
Sta. Catarina	15.974	4,1	6.198	1,8	29.550	2,7	31.243	2,0
CENTRO-OESTE	2.036	0,5	1.020	0,3	11.253	1,0	27.015	1,7
BRASIL	389.459	100,0	351.545	100,0	1.074.671	100,0	1.565.961	100,0

FONTE: LEVY, 1974 *apud* BASSANEZI, 1996, p.13